



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**  
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT)  
Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde CETAS  
[www.fct.unesp.br/ceget](http://www.fct.unesp.br/ceget)      [www.cetas.com.br](http://www.cetas.com.br)



*Messias Alessandro Cardoso*

**A FARSA DA LIBERDADE ESPACIAL NA MOBILIDADE  
TERRITORIAL DO TRABALHO PARA O AGROHIDRONEGÓCIO  
CANAVIEIRO NO EDR DE ARAÇATUBA (SP): A DEGRADAÇÃO  
PROGRAMADA DO TRABALHO MIGRANTE**



Presidente Prudente/SP

Julho de 2018

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**  
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT)  
Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS)

---

*Messias Alessandro Cardoso*

**A FARSA DA LIBERDADE ESPACIAL NA MOBILIDADE  
TERRITORIAL DO TRABALHO PARA O AGROHIDRONEGÓCIO  
CANAVIEIRO NO EDR DE ARAÇATUBA (SP): A DEGRADAÇÃO  
PROGRAMADA DO TRABALHO MIGRANTE**

Dissertação de Mestrado Acadêmico  
apresentado ao Programa de Pós-  
Graduação em Geografia FCT/UNESP,  
como requisito para obtenção do título de  
mestre em Geografia, sob orientação do  
**Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior.**

**Agência de fomento**  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)  
Processo FAPESP nº **2015/04464-7.**

Presidente Prudente/SP

Julho de 2018

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação - Diretoria Técnica de Biblioteca e Documentação - UNESP, Campus de Presidente Prudente

Cardoso, Messias Alessandro.  
C264f A farsa da liberdade espacial na mobilidade territorial do trabalho para o agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba (SP) : a degradação programada do trabalho migrante / Messias Alessandro Cardoso. - 2018  
217f : il.

Orientador: Antonio Thomaz Junior  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2018  
Inclui bibliografia

1. Mobilidade territorial do trabalho. 2. Trabalho migrante. 3. Agrohidronegócio canavieiro. 4. Degradação programada do trabalho. 5. Farsa da liberdade espacial. I. Thomaz Junior, Antonio. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

Alessandra Kuba Oshiro Assunção  
CRB-8/9013



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

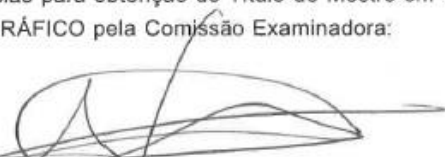
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO


TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: A FARSA DA LIBERDADE ESPACIAL NA MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO PARA O AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO EDR DE ARAÇATUBA (SP): A DEGRADAÇÃO PROGRAMADA DO TRABALHO MIGRANTE.

AUTOR: MESSIAS ALESSANDRO CARDOSO

ORIENTADOR: ANTONIO THOMAZ JUNIOR

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em GEOGRAFIA, área: PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:

  
Prof. Dr. ANTONIO THOMAZ JUNIOR  
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

  
Dr. GUILHERME MARINI PERPETUA  
Pós-doutorando / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

  
Profa. Dra MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia / UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Presidente Prudente, 31 de janeiro de 2018

***“Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem”.***

*Karl Marx (1843).*

*Crítica da filosofia do direito de Hegel. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus- 2.ed, São Paulo: Boitempo, 2010, p. 151.*

## **AGRADECIMENTOS**

Todo esforço e dedicação para realização desta dissertação, não teria sido possível, sem uma grande quantidade de pessoas que ao longo da minha trajetória de vida, se somaram e contribuíram diretamente para a formação social da minha mente. Assim, de modo singelo agradeço a todos que durante algum momento, em qualquer espaço estiveram presentes em minha vida. Sinto que deixo uma parte de mim, neste trabalho, quem sabe alguns anos de vida, reitero que este foi o desafio mais árduo e, pelo qual em alguns momentos senti minhas forças se exaurirem. Chego ao fim, com o sentimento de dever cumprido, dever que necessitei, voltar a FCT/UNESP para realiza-lo após 3 anos de docência na E.E José Florentino de Souza- Braúna-SP. Larguei o meu emprego, para cumprir com o dever de denunciar as condições críticas de trabalho e vida que os trabalhadores na região que nasci estão submetidos. Agradeço citando em nomes as seguintes personalidades, que são as mais importantes de minha vida até aqui. Ao meu orientador, Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior, pela confiança desde 2008, quando aos 18 anos lhe procurei para me orientar, você é minha referência e guia intelectual em minha trajetória. A minha família em especial, ao meu pai- José, minha irmã Andreza, meu irmão Anderson e meus queridos avós que estou com saudade imensa de visita-los, Sr. Geraldo e Dona Jacira. Agradeço ainda, aos meus amigos, todos, ao grupo inseparável desde a faculdade (Mauricio, Sidney, Ximenes, Amílcar, Nino- Sobreiro, ao Paçoca que me ajudou nos mapas), desde Gastão Vidigal, Braúna, Presidente Prudente e a todos os professores e estudantes da E.E José Florentino de Souza. Não posso esquecer claro, dos “parças de República”: Alex, Fernando, Matheus, Jessé, Wellington, a Dona Sueli e Sr. Ismael proprietários do imóvel.

Por fim, agradeço a Deus e a pessoa que mais amo na vida, minha querida **mãe-Rose**, com quem aprendi que devemos sempre batalhar e nunca nos curvar diante das injustiças!

Em especial fica registrado o agradecimento público ao **CONVÊNIO FAPESP/CAPES**- amparado no termo de outorga processo nº **2015/04464-7**, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo financiamento desta pesquisa, cujo seu apoio foi de vital importância para a consecução dos resultados alcançados.

*Obrigado a todos os trabalhadores! Que diretamente e indiretamente possibilitaram essas linhas saírem do papel. Agradeço a você leitor que um dia, percorrer este texto, desde já peço desculpas pela singela contribuição!*

## **RESUMO**

### *A Farsa da Liberdade Espacial na Mobilidade Territorial do Trabalho para o Agrohidronegócio Canavieiro no EDR de Araçatuba (SP): a degradação programada do trabalho migrante*

Neste texto, procuramos revelar a face oculta do agrohidronegócio canavieiro sob o recorte analítico do EDR de Araçatuba, localizado na região noroeste do estado de São Paulo, enfatizando, o momento atual de reestruturação produtiva, técnica e do trabalho no setor, que vem impondo o flagelo do desemprego a milhares de trabalhadores com a mecanização do corte de cana-de-açúcar e, subjugando aos que permanecem empregados a exorbitante intensificação do trabalho. De modo geral, o principal objetivo dessa pesquisa foi revelar as ações e estratégias do agrohidronegócio canavieiro, sob o prisma da mobilidade territorial do trabalho no EDR de Araçatuba, com o propósito de entender as relações e os impactos sobre as condições de vida e trabalho dos trabalhadores migrantes no corte de cana-de-açúcar. Como queremos demonstrar, o agrohidronegócio canavieiro está encimado no discurso do desenvolvimento, da geração de emprego e renda para os trabalhadores, entretanto seus desdobramentos concretos não atentam para melhoria de vida das populações mais pobres, e nem de longe este é seu objetivo, portanto ao invés de ser a “salvação da lavoura” brasileira, este modelo de produção destrutiva, organizada sob os ditames do sistema do capital, encontra-se completamente tolhido em sentido para os trabalhadores. Nestes termos, o sistema do capital utiliza como trunfo territorial, o processo de mobilidade territorial do trabalho, tendo em vista fazer uso da força de trabalho nos territórios mais rentáveis ao capital. Portanto, é possível dizer, que ao invés de uma decisão livre, o direito de migrar se converte em obrigação compulsória pela sobrevivência: “ir e vir”, longe de ser um ato de liberdade, acaba sendo, a revelação do desespero, de quem se vê pressionado pela necessidade de sobreviver. Ademais, toda apologia do sistema, ao direito à liberdade espacial, desmorona-se e se mostra insustentável teoricamente, pois a liberdade espacial, sob o jugo da lógica do capital é, apenas uma noção fantasiosa, um mero termo do discurso burguês. A grande maioria da população, especialmente os setores condenados à exclusão social, deixam suas terras e suas famílias não por um ato livre, mas por motivos de vida ou morte. Está em jogo a própria sobrevivência. Daí nossa insistência em que ao direito de ir e vir corresponde o direito de “ficar” e poder vivenciar seus territórios e escolhas de maneira digna.

**Palavras-chave:** trabalho; agrohidronegócio canavieiro; mobilidade territorial do trabalho; degradação programada do trabalhador.

## **ABSTRACT**

*The Farce of Spatial Freedom in Territorial Mobility of Work for Sugarcane Agrohydrobusiness at EDR of Araçatuba (SP): The planned degradation of migrant workforce.*

In this paper, we aim to reveal the hidden face of sugarcane agrohydrobusiness under the analytical view of the EDR of Araçatuba, located in the northwest of São Paulo state, emphasizing the current moment of workforce, technical and productive restructuration in this sector, which has been imposing the unemployment plague to millions of workers due to the mechanization of sugarcane cutting and subjugating the ones remaining employed to excessive intensification of work. In general, the aim of this research was to reveal the actions and strategies of the sugarcane agrohydrobusiness from the point of view of territorial mobility at the EDR of Araçatuba, intending to understand the relations and impacts over the life and work conditions of migrant workers in sugarcane cutting. As we intend to prove, the sugarcane agrohydrobusiness is supported by the discourse of development, job and income creation to workers, even though, its concrete deployments do not focus on the improvement of life to poorer populations, and it is far beyond its objective, thus, instead of being the “salvation of plantation” to Brazil, this destructive production mode, organized under the dictates of the Capital System is found hindered in sense to workers. This way, the capital system uses as territorial trump, the territorial mobility process, aiming to use the workforce in the most profitable territories to the capital. Thus, it's possible to state that, instead of a free decision, the right to migrate becomes a compulsory obligation in order to survive: “going” and “coming”, it is far from being a free action, it ends up being the despair revelation from people who find themselves pressured for the need to survive. In addition, all the apology of the system to the right of spatial mobility collapses and becomes theoretically impossible, once the spatial mobility, under the rational capital view, is just an imaginative, a mere term of bourgeois discourse. The largest part of population, especially the sector condemned to social exclusion, leaves the lands and families not as a free action but as a life or death issue. Survival is at check. That is the reason of our insistence about the right of coming and going regards to the right of “remain” and experience the territories and choices in a dignified way.

**Key-words:** work; sugarcane agrohydrobusiness; territorial mobility of work, planned degradation of worker.



## ***Listas***

Lista de Siglas.....	11
Lista de Tabelas.....	13
Lista de Quadros.....	13
Lista de Figuras.....	13
Lista de Mapas.....	13
Lista de Pranchas.....	14
Lista de Gráficos.....	14

## **Sumário**

Apresentação.....	15
Objetivos.....	16
Procedimentos Metodológicos.....	17
1- Introdução.....	23
2- O “Agro” da Apropriação Destrutiva e da Intensificação do Trabalho no EDR de Araçatuba-SP.....	30
2-1-Reestruturação Produtiva, Técnica e do Trabalho no Agrohidronegócio Canavieiro- EDR de Araçatuba-SP.....	35
2-2- Territorialização do Monopólio pelo Agrohidronegócio Canavieiro no EDR de Araçatuba-SP.....	60
3- Mobilidade Territorial do Trabalho Migrante no Agrohidronegócio Canavieiro do EDR de Araçatuba-SP.....	94
3-1- Degradação Programada do Trabalhador Migrante: condições de trabalho e vida nos canaviais do EDR de Araçatuba-SP.....	126
4- Fragmentação Categórica/Territorial e (Des)pertencimento de Classe no Agrohidronegócio Canavieiro do EDR de Araçatuba-SP: por uma unidade política de classe do trabalho.....	157
5- Considerações Finais.....	184
Referências.....	191
Anexos.....	199
Anexo 1- Roteiro de Entrevista-Trabalhador Migrante.....	199
Anexo 2- Trabalhadores Migrantes Entrevistados no EDR de Araçatuba-SP.....	205
Anexo 3- Síntese da Expansão Territorial da Área Plantada (ha) de Cana-de-Açúcar- EDR de Araçatuba-SP.....	206
Anexo 4- Síntese da Retração Territorial da Área Plantada (ha) de Arroz (em casca) - EDR de Araçatuba-SP.....	207
Anexo 5- Síntese da Retração Territorial da Área Plantada (ha) de Feijão (em grão) - EDR de Araçatuba-SP.....	208
Anexo 6- Síntese da Retração Territorial da Área Plantada (ha) de Milho (em grão) - EDR de Araçatuba-SP.....	209
Anexo 7- Síntese da Retração Territorial da Área Plantada (ha) de Tomate- EDR de Araçatuba-SP.....	210
Anexo 8- Desenvolvimento das Atividades junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia- PPGG.....	211

### ***Lista de Siglas***

AL- Alagoas

ANPEGE- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

CADE- Conselho de Administrativo de Defesa Econômica

CAT- Comunicação de Acidente de Trabalho

CBO- Classificação Brasileira de Ocupações

CEGeT- Centro de Estudos de Geografia do Trabalho

CEM- Centro de Estudos Migratórios

CETAS- Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde

CGC- Cartografia Geográfica Crítica

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

CNAE- Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CP- Código Penal

EDR- Escritório de Desenvolvimento Rural

FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FETAESP- Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo

Ha- Hectares

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEA- Instituto de Economia Agrícola

INSS- Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Km<sup>2</sup>- Quilômetros Quadrados

M<sup>3</sup>- Metros Cúbicos

MA- Maranhão

MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MPT- Ministério Público do Trabalho

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego

NR- 31- Norma Regulamentadora 31.

ONG- Organização Não-Governamental

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPGG- Programa de Pós-Graduação em Geografia  
PROÁLCOOL- Programa Nacional do Alcool  
RAIS- Relação Anual de Informações Sociais  
SECEX- Secretaria de Comércio Exterior  
SIDRA- Sistema IBGE de Recuperação Automática  
SNIS- Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento  
SP- São Paulo  
SPM- Serviço Pastoral do Migrante  
STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
T- Toneladas  
UDOP- União dos Produtores de Bioenergia  
UEMS- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
UFSCAR- Universidade Federal de São Carlos  
UFT- Universidade Federal do Tocantins  
UNICA- União da Indústria de Cana-de-Açúcar  
VHP- Tradução- Very High Polarization  
WF- Water Footprint- Pegada Hídrica

### ***Lista de Tabelas***

Tabela 1- Intensificação do Trabalho no Agrohidronegócio Canavieiro do EDR de Araçatuba-SP 2010/2015.....	57
Tabela 2- Consumo Populacional de Água (m <sup>3</sup> ) por Municípios do EDR de Araçatuba- 2015	87
Tabela 3- Exportação de Açúcar VHP (t) e Água Virtual Exportada (m <sup>3</sup> ) - EDR de Araçatuba- 2016.....	88
Tabela 4- Principais Países Importadores de Açúcar VHP- EDR de Araçatuba- 2016.....	89
Tabela 5- Estrutura Fundiária dos Municípios de Origem: Distribuição Relativa do número de estabelecimentos agropecuários e área ocupada - 2006.....	100
Tabela 6- Estrutura Fundiária dos Municípios de Destino: Distribuição Relativa do número de estabelecimentos agropecuários e área ocupada - 2006.....	102

### ***Lista de Quadros***

Quadro 1- Unidades Canavieiras e Grupos Controladores no EDR de Araçatuba- SP.....	36
--	----

### ***Lista de Figuras***

Figura 1- Processo Laboral do Corte de Cana-de-Açúcar.....	128
--	-----

### ***Lista de Mapas***

Mapa 1- Estado de São Paulo- Localização do EDR de Araçatuba- SP.....	16
Mapa 2- Localização das Agroindústrias Canavieiras no EDR de Araçatuba- SP.....	35
Mapa 3- Temporalidade da Expansão do Agrohidronegócio Canavieiro no EDR de Araçatuba-SP 1994/2014.....	65
Mapa 4- Distribuição e Comparação da Área Plantada (ha) de Cana-de-Açúcar, Milho, Arroz, Feijão e Tomate no EDR de Araçatuba-SP- 1994.....	75
Mapa 5- Distribuição e Comparação da Área Plantada (ha) de Cana-de-Açúcar, Milho, Arroz, Feijão e Tomate no EDR de Araçatuba-SP- 2004.....	76
Mapa 6- Distribuição e Comparação da Área Plantada (ha) de Cana-de-Açúcar, Milho, Arroz, Feijão e Tomate no EDR de Araçatuba-SP- 2014.....	77
Mapa 7- Fluxos da Mobilidade Territorial do Trabalho para o Corte de Cana-de-Açúcar no EDR de Araçatuba- SP/ 2016.....	98
Mapa 8- Dinâmica Territorial das Comunicações de Acidentes de Trabalho no Agrohidronegócio Canavieiro- EDR de Araçatuba-SP (2012-2016).....	145
Mapa 9- Dinâmica Territorial dos Afastamentos Previdenciários Acidentários B-91 no Agrohidronegócio Canavieiro- EDR de Araçatuba-SP (2012-2016).....	148
Mapa 10- Geografia da Mobilidade e Plasticidade do Trabalho Migrante: Trajetória de Trabalho e Vida do Trabalhador Francisco.....	153

### ***Lista de Pranchas***

Prancha 1- Dinâmica Territorial da Admissão de Trabalhadores na Cultura de Cana-de-Açúcar no EDR de Araçatuba-SP- 2010/2015.....	42
Prancha 2- Dinâmica Territorial dos Desligamentos de Trabalhadores na Cultura de Cana-de-Açúcar no EDR de Araçatuba-SP- 2010/2015.....	45
Prancha 3- Dinâmica Territorial da Admissão de Operador de Colheitadeira no EDR de Araçatuba-SP- 2010/2015.....	49
Prancha 4- Dinâmica Territorial dos Desligamentos de Operadores de Colheitadeira no EDR de Araçatuba-SP- 2010/2015.....	52
Prancha 5- Expansão Territorial da Cana-de-Açúcar no EDR de Araçatuba-SP 1994/2014.....	64
Prancha 6- Retração Territorial do cultivo de Arroz no EDR de Araçatuba-SP 1994/2014.....	69
Prancha 7- Retração Territorial do cultivo de Feijão no EDR de Araçatuba-SP 1994/2014.....	70
Prancha 8- Retração Territorial do cultivo de Milho no EDR de Araçatuba-SP 1994/2014.....	72
Prancha 9- Retração Territorial do cultivo de Tomate no EDR de Araçatuba-SP 1994/2014.....	74

### ***Lista de Gráficos***

Gráfico 1- Admissões de Trabalhadores na Cultura de Cana-de-Açúcar no EDR de Araçatuba-SP 2010/2015.....	43
Gráfico 2- Comparação de Admitidos e Desligados na Cultura de Cana-de-Açúcar no EDR de Araçatuba-SP- 2010/2015.....	46
Gráfico 3- Admissões de Operadores de Colheitadeira no EDR de Araçatuba-SP 2010/2015.....	50
Gráfico 4- Comparação de Admitidos e Desligados na Ocupação de Operador de Colheitadeira no EDR de Araçatuba-SP- 2010/2015.....	53
Gráfico 5- Área plantada de Cana-de-açúcar (ha) no EDR de Araçatuba-SP, 1994- 2014.....	62
Gráfico 6- Índice de Apropriação Territorial da Cana-de-Açúcar-EDR Araçatuba-SP- 1994/2014.....	79
Gráfico 7- Área Plantada Percentual de Cana-de-Açúcar em Relação às Lavouras Temporárias-EDR de Araçatuba- 1994/2014.....	80
Gráfico 8- Apropriação de Água Virtual (m <sup>3</sup> ) pelo Agrohidronegócio Canavieiro por Municípios do EDR de Araçatuba- 1995/2015.....	85
Gráfico 9- Apropriação de Água Virtual (m <sup>3</sup> ) pelo Agrohidronegócio Canavieiro no EDR de Araçatuba- 1995/2015.....	86
Gráfico 10- Faixa Etária dos Trabalhadores Migrantes Entrevistados.....	96
Gráfico 11- Escolaridade dos Trabalhadores Migrantes Entrevistados no EDR de Araçatuba-SP.....	108
Gráfico 12- Distribuição dos Trabalhadores Migrantes Entrevistados no EDR de Araçatuba-SP, em Relação à Situação Individual ou Familiar dos Deslocamentos Espaciais.....	110
Gráfico 13- Sintomas Patológicos que Acometem os Trabalhadores Migrantes Entrevistados nos Canaviais do EDR de Araçatuba-SP.....	141

## ***Apresentação***

Como palavras iniciais gostaríamos de enfatizar que a presente dissertação está vinculada ao Projeto Temático da FAPESP “*Mapeamento e Análise do Território do Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema - São Paulo - Brasil: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água e a saúde ambiental*”, coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior. É importante registrar que o vínculo direto entre esse projeto de pesquisa e o Coletivo CETAS de Pesquisadores, nos possibilitou extrair e socializar aprendizados importantíssimos para nossa dissertação de mestrado.

Nesta reflexão que ganha ares de dissertação visamos aprofundar questionamentos e interrogações despertadas ao longo da Iniciação Científica e da realização da Monografia de Bacharelado em Geografia, tendo como categoria central de nossas preocupações o trabalho em sua leitura geográfica. Desse modo, estamos voltando esforços para compreensão através do trabalho, da mobilidade territorial dos trabalhadores migrantes inseridos no circuito destrutivo do agrohidronegócio canavieiro.

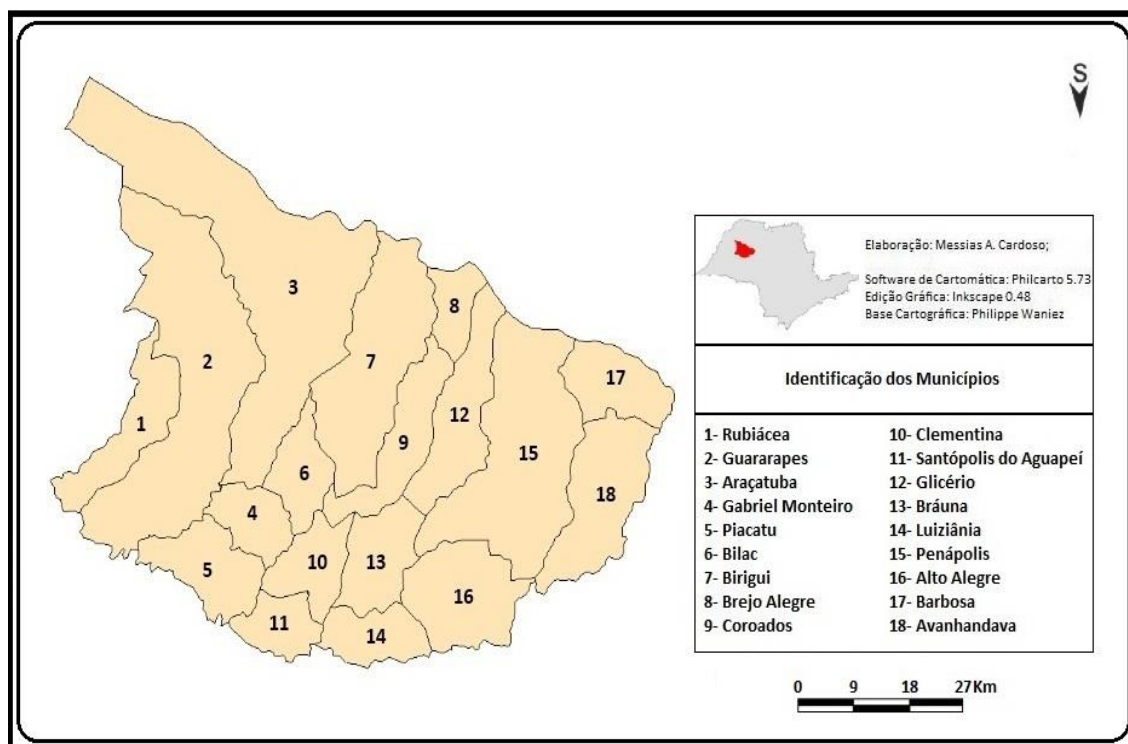
De antemão, podemos dizer que, a mobilidade territorial foi sempre, em qualquer período e em todas as sociedades, característica inerente à vida humana. Por motivos os mais diversos, em todos os modos de produção pretéritos os homens foram compelidos a deslocar-se sobre o espaço geográfico; em nenhum deles, no entanto, tal mobilidade assumiu centralidade e tamanha importância como no capitalismo. De modo geral, nos propomos a apreender as ações e estratégias do agrohidronegócio canavieiro, sob o prisma da mobilidade territorial do trabalho migrante nos canaviais do EDR<sup>1</sup> de Araçatuba, localizado na região noroeste do estado de São Paulo (Mapa 1).

---

<sup>1</sup> O recorte territorial de estudo é composto pelos municípios integrantes do Escritório de Desenvolvimento Rural de Araçatuba (SP).

EDR de Araçatuba: Alto Alegre, Araçatuba, Avanhadava, Barbosa, Bilac, Birigui, Braúna, Brejo Alegre, Clementina, Coroados, Gabriel Monteiro, Glicério, Guararapes, Luiziânia, Penápolis, Piacatu, Rubiácea e Santópolis do Aguapeí.

**Mapa 1- Estado de São Paulo- Localização do EDR de Araçatuba- SP**



Fonte: CATI, 2015. Elaboração: Cardoso, 2017.

### **Objetivos**

Uma indagação central nos move nesta empreitada e, por meio dela, guiamos nossa trajetória de pesquisa, que se faz presente como questão norteadora: desvendar o conteúdo da territorialização/desterritorialização e reterritorialização dos migrantes da cana. Por que migram para o capital? Quais avaliações estão contidas nos seus pensamentos sobre esse processo que se repete nos últimos anos? Portanto, aos mais desavisados a migração, à vinda de nordestinos para o corte de cana-de-açúcar é vista inclusive por alguns estudiosos como um ato de realização de sua liberdade, pretendo demonstrar nesta pesquisa ideia contrária, de que o ato de migrar não significa e não implica em liberdade de fato do trabalhador, a “liberdade” nestes termos é apenas um *sonho*; a realidade de fato é a *migração forçada para o capital*.

Esse objetivo central desdobra-se em três objetivos específicos, quais sejam:



- Compreender o processo de vinculação discursiva entre agrohidronegócio canavieiro e desenvolvimento regional.
- Compreender as condicionantes estruturais da questão migratória dos trabalhadores no corte de cana e a processualidade das relações territorializadas entre os pontos de partida e chegada dos migrantes.
- Revelar os mecanismos, as estratégias utilizadas pelo agrohidronegócio canavieiro para arregimentação e manutenção da força de trabalho migrante no recorte territorial em estudo, bem como revelar os expedientes regressivos que marcam as relações de trabalho nos canaviais.

### ***Procedimentos Metodológicos***

O exercício da pesquisa impõe ao pesquisador diversos desafios que referenciam as ações de pesquisa para a investigação da realidade, e cabe a ele criar os caminhos que irá percorrer para concretizar suas ações, tendo como foco compreender as distintas sinalizações em relação ao movimento dos sujeitos da pesquisa. Assim sendo, para realização dos objetivos mencionados e para confecção deste trabalho utilizamos uma metodologia que concilia as vivências teóricas e práticas.

Neste ponto, é preciso que fique claro o que entendemos por método e metodologia, ora, se impõe com extrema pertinência à discussão e assertiva, de que não podemos confundir o método com as diferentes metodologias utilizadas para a realização de atividades. A metodologia neste caso está sendo entendida como um conjunto de procedimentos, técnicas e raciocínios utilizados para a abordagem de um tema específico de estudo. A metodologia entendida nestes termos é totalmente diferente do método, pois o método nada mais é do que um instrumento intelectual e racional que possibilita a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma “leitura” dessa realidade (SPOSITO, 2004).

Precisamos considerar que as escolhas dos procedimentos metodológicos estão ligadas à definição dos objetivos da investigação. Neste trabalho assumimos a abordagem procedimental da pesquisa qualitativa, sob o crivo do método científico do materialismo histórico dialético. Sendo assim, não se busca neste estudo, apenas a descrição quantitativa dos dados colhidos, o foco da

análise está centrado na interlocução dos apontamentos teóricos, quantitativos e qualitativos para compreensão da realidade dos sujeitos da pesquisa.

Deste modo, inicialmente as ações de pesquisa, giraram em torno do processo de revisão bibliográfica, ou seja, procuramos ao longo desta jornada fortalecer e aprofundar nossas reflexões teóricas através de levantamento bibliográfico e realização de leituras e fichamentos de livros, teses, dissertações, artigos, periódicos, textos avulsos encontrados na *internet*, publicações de órgãos como: Serviço Pastoral do Migrante (SPM) e Centro de Estudos Migratórios (CEM), que versam sobre as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores migrantes, no caso, nos canaviais, mas de forma geral à temática do trabalho.

Acoplados às leituras, também nos dedicamos em nossas ações de pesquisa, a acompanhar as informações gerais e específicas em respeito às atividades laborais focando na extração de dados quantitativos e qualitativos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) ao nível da classificação CBO 2002<sup>2</sup> dos dados desagregados por ocupação sendo essas: Trabalhador na Cultura de Cana-de-Açúcar e Operadores de Colheitadeiras no período 2010/2015. Levantamos ainda, dados em relação à saúde do trabalhador monitorando as informações disponíveis na plataforma do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho vinculado ao Ministério Público do Trabalho (MPT), no qual coletamos dados quantitativos sobre o número de Comunicações de Acidentes de Trabalho (CATs) e Afastamentos Previdenciários “Acidentais” (B-91)<sup>3</sup>. Estes dados quantitativos coletados estão disponibilizados somente para a somatória dos afastamentos no conjunto dos trabalhadores abrangidos em 3 subclasses da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.2) são elas: Trabalhadores na Fabricação de

---

<sup>2</sup> Os dados de Desligamentos e Admissões foram extraídos através da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2002), utilizou-se as seguintes ocupações: Trabalhador na cultura de cana-de-açúcar e Operadores de Colheitadeira.

<sup>3</sup> Apenas a título de esclarecimento, há o Benefício 31 ou somente B-31, ao qual se enquadra o trabalhador(a), beneficiário comum da previdência, ou seja, o auxílio doença que lhe dá o direito ao afastamento da empresa não se deve a motivo de saúde ocupacional ou ligado à sua atividade laboral. Então o B-91 responde às preocupações de mostrarmos apenas o que corresponde aos acidentes, adoecimentos motivados pelo vínculo ocupacional na atividade canavieira. Entretanto, há alguns detalhes que devem ser esclarecidos em relação ao B-91, que é o fato de que ao retornar ao trabalho o trabalhador terá estabilidade por período previamente definido de 12 meses.

Álcool, Trabalhadores na Fabricação de Açúcar Bruto e Trabalhadores no Cultivo de Cana, no período de disponibilidade dos dados 2012-2016 para o EDR de Araçatuba.

Ademais, realizamos levantamentos estatísticos de dados secundários em torno do agrohidronegócio canavieiro, sua dinâmica de expansão para o Oeste paulista, enfatizando o tratamento de informações ligadas: a área plantada, colhida e percentual do cultivo de cana-de-açúcar para os municípios integrantes do EDR de Araçatuba-SP, para isso utilizamos os dados disponíveis de órgãos como: IEA, Produção Agrícola Municipal-IBGE-SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), MAPA, IPEA, UNICA e UDOP. Além disso, produzimos o levantamento da área plantada (ha) para fins de comparação dos seguintes cultivos alimentares: arroz, feijão, milho e tomate, sendo suas escolhas atreladas à relativa importância na dinâmica regional, e sobretudo ao intuito de demonstrar o efeito de retração dos cultivos alimentares com o avanço territorial do agrohidronegócio canavieiro no EDR estudado.

Em posse dessas informações agrícolas, pudemos estabelecer o tabulamento em planilhas organizadas no aplicativo Excel 2016, para posteriormente elaboração de gráficos. Via de regra, utilizamos o mapeamento temático nos servindo da coleção de pranchas e mapas baseadas em círculos proporcionais através do *software* de cartomática Philcarto 5.73 e edição gráfica Inkscape 0.48, da equação do conjunto de terras destinadas para os cultivos de cana-de-açúcar, arroz, feijão, milho e tomate, adotando-se como temporalidades os anos de 1994, 2004 e 2014. Como forma de proporcionar a comparação espaço-temporal entre os produtos cartográficos elaborados, utilizamos na produção técnica dos mapas os mesmos máximos e mesmo valor de pixel dos raios das circunferências dispostas nos mapas, possibilitando a leitura da dinâmica geográfica de expansão/retração territorial do agrohidronegócio canavieiro x produção de cultivos alimentares.

Neste estudo, estamos tomando como referência, a proposta da Cartografia Geográfica Crítica (CGC) desenvolvida por Girardi (2008) por entender que esta, possibilita a criação de um elo de possibilidade de articulação da teoria crítica do mapa à Geografia Crítica, contribuindo assim, para entendimento da leitura espacial mediante o uso crítico do mapa. No entanto, o

mapa para muitos, ainda é tido como um produto cartográfico cientificamente objetivo, dotado de neutralidade, expressão real da realidade em si, adquirindo assim o *status* de inquestionável. Gostaríamos, de demarcar nosso posicionamento contrário, a essa concepção de mapa fruto da perspectiva da epistemologia positivista. Como afirma (GIRARDI, 2008, p. 52-53, *grifo do autor*) existe “uma confusão entre visão de mundo e os procedimentos de pesquisa, como se a técnica tivesse vontade própria e o seu uso possibilitasse *somente uma leitura de mundo*”. Em outras palavras, a técnica por si só não determina a natureza da análise, mas sim, o método e o uso que os sujeitos fazem dessa técnica, dessa forma, não podemos abrir mão do mapeamento e dos mapas que relevantemente nos fornecem mecanismos de leitura das contradições socioespaciais.

Soma-se a esses procedimentos já destacados, a realização de “experiências concretas” e no caso da ciência geográfica, estamos enfatizando a realização de trabalhos de campo. Aqui fazemos menção à importância da realização dos trabalhos de campo na área de pesquisa, destacando que esse é o diferencial para entendermos a dinâmica territorial do trabalhador migrante. Procuramos assim, realizar entrevistas semiestruturadas junto aos trabalhadores migrantes e trabalhadores locais do recorte em apreço, na perspectiva de dar voz aos sujeitos, potenciando a compreensão da dinâmica geográfica do trabalho. Nesse sentido, optamos pela pesquisa qualitativa mediante entrevistas semiestruturadas, tendo em vista a obtenção de dados primários sobre pessoas, lugares e processos interativos, pautando-nos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, ou seja, voltamos as atenções para compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, não como meros objetos de estudo, mas sim, como porta-vozes de um conjunto de saberes imprescindíveis para compreensão da dinâmica geográfica do trabalho no agrohidronegócio canavieiro.

Para a realização destas entrevistas, facilitar o retorno e confiança dos sujeitos do trabalho nesta pesquisa, propusemos identificá-las sem que tivéssemos que fazê-lo a partir dos nomes dos trabalhadores, pois os mesmos serão mantidos em sigilo, o que nos motivou a atribuição de nomes fictícios para os trabalhadores migrantes e locais entrevistados. Ao longo do processo de

pesquisa realizamos 25 entrevistas semiestruturadas contando com a participação de distintos sujeitos: trabalhadores migrantes, locais, representantes administrativos de empresas canavieiras e lideranças sindicais locais. As respectivas entrevistas foram produzidas ao longo dos meses de fevereiro a novembro de 2016.

Na busca por respostas às questões desta pesquisa, definimos um roteiro norteador de entrevista contendo questões fechadas e abertas<sup>4</sup>, como guias de iniciação de conversa, vale resgatar que ao desenrolar das entrevistas conforme as informações e assuntos mencionados, novas questões eram suscitadas enriquecendo, portanto, o processo de conhecimento da realidade de modo dialético e coletivo. Desse modo, as entrevistas semiestruturadas nos permitiram a obtenha de informações necessárias para a pesquisa através de um diálogo aberto com os sujeitos, no qual, houve possibilidade de discutir os assuntos abordados de forma mais completa. Segundo Santos et. al. (2014), é necessária a abordagem presencial do pesquisador para buscar informações dos sujeitos pesquisados, e a entrevista permite a interação social entre o pesquisador e o sujeito pesquisado.

Em relação ao diálogo com os trabalhadores migrantes, realizamos 17 entrevistas<sup>5</sup>, para isso, efetuamos trabalhos de campo junto aos municípios de Alto Alegre-SP, Araçatuba-SP, Avandava-SP, Braúna-SP, Clementina-SP, Guararapes-SP, Luiziânia-SP, Penápolis-SP e Piacatu-SP partícipes do recorte em estudo. O contato com os trabalhadores migrantes ocorreu na área urbana dos respectivos municípios, essa ação de pesquisa, constitui-se em parte vital e complexa em nossos estudos, pois nos demandou atividade “investigativa”, no sentido de descoberta dos locais de encontro e moradia dos sujeitos da pesquisa, a que se ressaltar que este contato, necessita que se exista por parte do pesquisador respeito pelos sujeitos, assim como por suas visões de mundo.

As entrevistas semiestruturadas utilizadas procuraram dar voz aos sujeitos do trabalho, que costumeiramente são ignorados no sistema do capital. Para operacionalização destes dados primários, após a realização das entrevistas, procedemos as transcrições dos arquivos de áudio gravados nos trabalhos de

---

<sup>4</sup> Vide Anexo 1- Roteiro de Entrevista.

<sup>5</sup> Anexo 2- Trabalhadores Migrantes Entrevistados no EDR de Araçatuba-SP.

campo, na sequência nos valem do *software* ATLAS.ti. para tabulação, agrupamento e facilitação da análise de conteúdo. Nestes termos, as análises foram feitas, a partir da categorização das respostas dos sujeitos, ou seja, momento árduo e desafiante, no qual voltamos a atenção para leituras aprofundadas e minuciosas das respostas nas entrevistas, buscando perceber tendências e os significados existentes para a compreensão da problemática abordada.

Com efeito, nossas inserções a campo, nos possibilitaram enriquecer a compreensão das contradições do processo de mobilidade territorial do trabalho, nos oferecendo, um melhor entendimento do universo focado, possibilitando que formulássemos análises sobre a razão de ser destes deslocamentos territoriais. Para isso, ao longo deste texto valorizaremos trechos desafiadores de narrativas dos sujeitos migrantes que nos forneceram lucidez para compreensão analítica. Assim sendo, construímos ao longo de nossa jornada de pesquisa um rol de instrumentos metodológicos vinculados a pesquisa qualitativa, com base nos dados estatísticos levantados, nas reflexões propiciadas pela revisão bibliográfica e colóquios com o orientador, bem como nos trabalhos de campo e entrevistas realizadas junto aos diversos protagonistas (trabalhadores migrantes e trabalhadores locais), que nos permitiram construir e aventar as ideias que apresentaremos neste estudo.

## 1- Introdução

Neste texto, reunimos os esforços das reflexões teóricas com a análise qualitativa dos resultados da pesquisa, obtidos por meio de ações de campo desenvolvidas desde fevereiro de 2016 a novembro de 2016. As reflexões propostas estão vinculadas a um amplo conjunto de referenciais a respeito da Geografia do trabalho, no âmbito do Grupo de Pesquisa "Centro de Estudos de Geografia do Trabalho" (CEGeT), e do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (Coletivo CETAS de Pesquisadores), ambos sob a coordenação do professor Antonio Thomaz Junior. Os vínculos teórico-metodológicos, por sua vez, estão vinculados ao Projeto Temático/FAPESP: "Mapeamento e Análise do Território do Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema- São Paulo- Brasil: Relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental"<sup>6</sup>.

Assim sendo, estamos propondo focar nossas atenções para compreensão dos desdobramentos espaciais provocados pelo agrohidronegócio canavieiro<sup>7</sup>, tendo como fio condutor de nossos esforços os imbricamentos resultantes do processo de mobilidade territorial do trabalho, através do movimento territorial<sup>8</sup> da força de trabalho migrante para o trabalho nos canaviais da área de abrangência do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Araçatuba, localizado na região Noroeste do estado de São Paulo. Propomos assim, entender as contradições implícitas que levam milhares de trabalhadores a deslocarem-se pelo espaço, e se envolverem em disputas territoriais e relações de poder desconhecidas.

De antemão gostaríamos de enfatizar o engajamento social das pesquisas desenvolvidas no meio acadêmico/universitário. Não entendemos de outra maneira senão essa forma de realização de pesquisa, porque em sentido contrário as mesmas não teriam nenhuma validade para os sujeitos que estão

---

<sup>6</sup> Sob a coordenação do prof. Antonio Thomaz Junior, processo: 2012/23959-9

<sup>7</sup> Adotamos esta proposição de Thomaz Junior (2009), para evidenciar que o interesse do capital no campo não se limita a apropriação da terra, mas também e simultaneamente da água, ou seja, o controle territorial se dá de forma articulada.

<sup>8</sup> Essa formulação está na base das fundamentações oriundas das pesquisas do professor Antonio Thomaz Junior. Ver do mesmo autor: Territórios em disputa e movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora. Presidente Prudente, **Pegada**, V. 14, N.2, 2013. p.1-24. Esse assunto foi retomado e ampliado, pelo autor, em "Degradação Sistêmica do Trabalho no Agrohidronegócio". Presidente Prudente, 2017. (mimeogr.)

cotidianamente a mercê do sistema do capital, ou dos processos de exploração, subordinação e controle sobre o trabalho.

Neste aspecto particular, ressaltamos a importância da compreensão geográfica da categoria trabalho. Isto é, tomando por base o construto do edifício societário que vivenciamos, acreditamos que a complexa trama de relações contraditórias que qualificam o mundo do trabalho neste início do século XXI, mesmo com a fragmentação interna à seara sindical, a heterogeneização e as clivagens corporativas, é possível vislumbrar a emancipação social, a partir das diferentes frentes de ações internas do mundo do trabalho que representam as novas formas de confrontação social contra o capital (THOMAZ JUNIOR, 2007).

O que está em destaque é a necessidade inequívoca de repensarmos, por dentro da dinâmica territorial do trabalho, quais são as condições nas quais o conflito de classe se expressa, na sociedade, retrato, necessariamente, dos conflitos e da realidade imposta pela exploração e apropriação de trabalho excedente, sendo que para nós, o contraponto é termos na centralidade do trabalho, ou na possibilidade do trabalho já em nível de ações coletivas se colocar frontalmente contrário aos mecanismos de exploração, portanto, focado em ações emancipatórias. Pautando-nos por este horizonte de análise e a vontade de transcender e revelar a face oculta do agrohidronegócio canavieiro, procuramos enfocar, o que está por trás, e não apenas aquilo que nossos sentidos ou as aparências nos mostram, por meio da paisagem dos canaviais.

A noção de agronegócio foi formulada nos Estados Unidos, pelos economistas John H. Davis e Ray A. Goldberg. Para eles, o agronegócio envolvia um complexo de compra e distribuição de suprimentos agrícolas, a produção, o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos acabados. Segundo Welch e Fernandes (2008), o agronegócio, caracterizar-se-ia por uma agricultura altamente mecanizada, usuária dos pacotes tecnológicos modernos, produção em “larga escala”, que explora grandes extensões de terras, geralmente de base monocultora e voltada para os mercados de exportação.

Para Thomaz Junior (2017) o interesse do capital no campo não se limita somente a apropriação da terra, mas também e simultaneamente da água, dos recursos hídricos, das redes de drenagem. Nesse sentido, preferimos adotar a denominação de agrohidronegócio, por evidenciar que o território sobre a égide



do agrohidronegócio tende à monofuncionalidade do uso da terra, da água e das infraestruturas instaladas exclusivamente para reprodução ampliada do capital, negando a possibilidade de uso plural do território.

Dessa forma, a agricultura capitalista ou agrohidronegócio, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica fundante: a apropriação destrutiva da terra e da água e a exploração e subordinação do trabalho. Todavia, o agrohidronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Como assevera Fernandes (2008), este discurso foi construído para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. Trata-se na verdade, de uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente do modelo monocultor, exportador e químico-dependente para dar relevância somente ao caráter produtivista, econômico, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias, sem revelar as benesses e as facilidades creditícias, especialmente direcionadas para o setor agroindustrial canavieiro.

Essa convivência entre o moderno e o degradado, que, em nome do desenvolvimento, se apresenta até como sustentável, carrega em si o germe da destruição e os sinais da pobreza para os trabalhadores. Como representação da moderna agricultura tecnificada, amparada no lastro latifundiário e nos vínculos políticos da Bancada Ruralista dominante no Congresso Brasileiro- fortalecida com o golpe parlamentar-jurídico-midiático travestido de *impeachment*- o agrohidronegócio conta com apoio dos recursos públicos e da logística requerida para coroar esse modelo consagrador dos monopólios, via de regra descumprindo acordos e contratos de trabalho, legislação trabalhista, normas regulamentadoras, se impondo como protagonista da degradação sistêmica do trabalho.

Da superexploração e da escravidão imanentes do corte manual à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação do trabalho está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e os ataques ao campesinato aumentam, milhares de homens e mulheres são forçados a se deslocarem pelo espaço, em busca de sobrevivência porque são expropriados, expulsos, ameaçados, perseguidos pelos grileiros, capitalistas. Nestes termos, é possível dizer, que enquanto o latifúndio efetua a exclusão e se mantém improdutivo, o agrohidronegócio promove a exclusão pela nociva

“produtividade destrutiva”. Ou como nos indica Mészáros (2002), com precisão cirúrgica, a principal identidade do sociometabolismo do capital é o desenvolvimento destrutivo das forças produtivas capitalistas.

A base edificante desse projeto de desenvolvimento alicerçado na produção do excedente, na exploração do trabalho não pago e na apropriação da mais valia, requer modificações na processualidade metabólica do sistema do capital para manter-se hegemônico na sociedade burguesa. Assim, as mudanças nos patamares tecnológicos, formas de gestão e controle do trabalho são implementados, porém mantém-se as exigências históricas do Estado a serviço de tal empreendimento. É por isso e não fortuitamente que o estado burguês é, de fato, protagonista da estrutura social de comando político, social, econômico, repressivo, militar etc., do metabolismo social do capital e é requerido para garantir exequibilidade à continuidade do sistema de produção/exploração característicos (THOMAZ JUNIOR, 2017). Como nos anuncia Mészáros (2015), em *A montanha que devemos conquistar* - obra que prima a dissolução do Estado burguês numa ordem social emancipada do capital: "a crise estrutural de nossa época demanda por um envolvimento cada vez mais direto do Estado na sobrevivência direta do sistema" (p.27).

Não há ensinamentos positivos a serem extraídos dessa experiência, ou como nos diz Mészáros (2002), inexistente possibilidade de positividade por meio da suposta destruição criativa, ou seja, como se a destruição da natureza, em nome da criação de mercadorias pudesse desenvolver as forças produtivas, com o propósito de melhorar as condições materiais, de vida e de trabalho da classe trabalhadora. Vale resgatar a assertiva de Marx (1985) de que sob a lógica do capital o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, ao invés de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador.

Sendo assim, podemos afirmar que o discurso oficial do capital constrói uma tessitura de sensação de modernidade e riqueza, como se estas fossem partilhadas igualmente por todos, distribuídas de maneira homogênea e equânime, e geradoras de bem-estar coletivo. Nesta acepção, o agrohidronegócio é tido como a única forma de desenvolvimento da agricultura, sendo que todas as outras seriam resquícios do atraso, formas arcaicas em vias de desaparecimento. Isto

é, somente o agrohidronegócio levaria ao “desenvolvimento” social e o progresso estaria garantido para todos. Nestes termos percebe-se uma íntima relação discursiva entre agrohidronegócio e desenvolvimento.

A ideologização da baixa produtividade das terras, ou da “impotencialidade” econômica dos camponeses/produtores e trabalhadores da terra em continuar produzindo alimentos (endividamento, dificuldade de acesso ao crédito, somado às políticas agrícolas desfavoráveis a estes), dá suporte ao projeto expansionista do capital agroindustrial canavieiro e altera as relações sociais de produção e de trabalho no campo, revelando, pois, as novas faces da contradição inerente ao sistema metabólico do capital, personificado no agronegócio canavieiro, que se diz portador de progresso e de desenvolvimento, corroborando assim, a hipótese de que está se constituindo uma (re)configuração geográfica nos territórios onde tal projeto se materializa (OLIVEIRA, 2009, p. 337).

Assim, o agrohidronegócio canavieiro, no cenário econômico brasileiro atual, tenta se impor como papel de protagonista do “desenvolvimento”, cabendo então algumas indagações: O que seria desenvolvimento? De qual desenvolvimento está-se falando? Para quem? Procurarei desenvolver este raciocínio, mas a resposta me parece lógica, pois trata-se, na verdade, de um desenvolvimento que se consubstancia por dentro dos pressupostos da formação socioespacial capitalista, trata-se de um *desenvolvimento para o capital*.

Podemos afirmar que o discurso do desenvolvimento se consolidou, especialmente a partir da segunda metade do século XX, pautado no construto ideológico, de que a modernização supera relações e formas de produção atrasadas; que a industrialização e a tecnologia conduzem à modernização; e que a materialização desse desenvolvimento garante o progresso no âmbito social, cultural e político. Este suposto “desenvolvimento”, trata-se na verdade da lógica contraditória do capital, que em seu processo de produção e reprodução, manifesta no território a sua essência desigual e combinada. (OLIVEIRA, 2001).

Em outras palavras, depreende-se que o desenvolvimento, ao contrário do que se propõe é também contraditório e, ao se materializar no espaço geográfico revela as desigualdades geradas na contradição. Nesse sentido Montenegro Gómez (2006), destaca que, o desenvolvimento promovido na sociedade capitalista “pretende” a redução das desigualdades, através de um sistema que se fundamenta na concorrência entre desiguais. No mínimo, um contrassenso, senão uma cruel impostura.

Como queremos demonstrar, o agrohidronegócio canavieiro está encimado no discurso do desenvolvimento, da geração de emprego e renda para os trabalhadores, entretanto seus desdobramentos concretos não atentam para melhoria de vida das populações mais pobres, e nem de longe este é seu objetivo, portanto ao invés de ser a “salvação da lavoura” brasileira, este modelo de produção destrutiva, organizada sob os ditames do sistema do capital, encontra-se completamente tolhido em sentido para os trabalhadores.

Trata-se, pois, de um desenvolvimento do capital e para o capital, que se pauta no desmantelamento das comunidades e territórios que interessa ao projeto expansionista do capital com vistas a sua valorização, tirando-lhes as condições que lhes são próprias e que foram construídas historicamente, e impondo ações e atitudes que não combinam com as formas anteriores de organização social e de produção. (OLIVEIRA, 2009, p. 344-45).

Ou seja, a ideia de desenvolvimento, no interior da sociedade produtora de mercadorias em que vivemos, nos remete à subordinação estrutural do trabalho ao capital, portanto, os adjetivos como, avançado, humano, solidário ou sustentável, associados ao desenvolvimento local, são tentativas de harmonizar a lógica destrutiva do capital em relação ao gênero humano. Uma tentativa fadada ao fracasso. Como nos indica Mészáros (2011), é extremamente problemático falar sobre “capitalismo avançado” – quando o sistema do capital como modo de reprodução sociometabólica, encontra-se em sua fase declinante de desenvolvimento histórico e, portanto, é apenas capitalisticamente avançado, mas não em nenhum outro sentido, sendo, então, capaz de sustentar-se apenas de um modo ainda mais destrutivo e, portanto, em última análise, autodestrutivo. Cabe então a indagação: que “capitalismo avançado” é esse que nega os direitos e necessidades elementares básicas para a maioria da população? Que destrói o meio ambiente para desenvolver-se? Que desterroia os trabalhadores, os povos originários e as comunidades tradicionais para expandir-se sobre os territórios cobiçados para a consolidação do modelo agroexportador de *commodities*, para a rapina de matérias primas minerais etc.?

Nesse aspecto, vale destacar que apesar de todo potencial agrícola, que o país possui, milhões de pessoas, não têm acesso à alimentação básica. Segundo dados do IBGE-PNAD (2013), 7,2 milhões de brasileiros passam fome todos os dias, e, mais de 52 milhões vivem em situação de “insegurança alimentar”. Ou

seja, o agrohidronegócio canavieiro sob o jugo estrutural do sistema do capital, é um modelo de produção destrutiva, que em vez de garantir o acesso à terra a milhões de trabalhadores, por meio da Reforma Agrária, e priorizar a Soberania Alimentar, tem feito o contrário, pois vem legalizando a grilagem de terras, aumentando a concentração fundiária, acentuando a apropriação destrutiva da natureza e exploração da força humana que trabalha, desterrando e forçando milhares de trabalhadores a deixarem os seus territórios, e se submeterem a degradação e precariedade das relações de trabalho nos canaviais.

## **2- O “Agro” da Apropriação Destrutiva e da Intensificação do Trabalho no EDR de Araçatuba-SP**

Perscrutar os processos e ações operados pelo agrohidronegócio canavieiro na construção dos territórios de produção de *commodities*, nos leva a considerar, a subordinação estrutural do trabalho e do território como trunfos espaciais da ação do sistema do capital essenciais para processo de acumulação capitalista. Desse modo, podemos dizer que a processualidade territorial da atividade canvieira no Brasil está sendo respaldada pelo discurso do agrohidronegócio, que se impõe como um modelo de desenvolvimento econômico eficiente, gerador de emprego e renda e que tenta maquiar a imagem da agricultura capitalista, historicamente exploradora do trabalho e concentradora de terra, renda e capital.

Destaca-se nesse processo, a dinâmica da territorialização do capital no campo, a partir da produção de um discurso (ufanista) do agrohidronegócio como um modelo de desenvolvimento único e capaz de resolver os problemas econômicos do país. Ou seja, a consolidação de um discurso pautado em um modelo único de desenvolvimento, o desenvolvimento do agrohidronegócio como a “salvação da lavoura” e protagonista do desenvolvimento da economia brasileira.

As características que marcam a agroindústria canvieira no Brasil são sinalizações importantes para entendermos, quais os desafios impostos ao trabalho no século XXI. Para adentrarmos nesse debate, podemos indicar assim como Souza (2008) faz, que a agroindústria canvieira é a mais antiga atividade econômica não-extrativista do Brasil. Todavia, sabemos que a implantação do setor canvieiro no país, desde a colônia, foi baseada no latifúndio, no trabalho escravo, na monocultura da cana-de-açúcar para a exportação de açúcar e, nos maus tratos aos trabalhadores. Podemos dizer que há cinco séculos esse caráter concentracionista de terras, renda e de capitais do setor, fortaleceu-se. É o que constatamos a partir da criação do Instituto do Açúcar e do álcool (IAA), em 1933, e a partir da criação do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), implantado pelo governo militar, em 1965. (BRAY, 1979).

Para Oliveira (2007), ao se criar uma política de concessão de créditos subsidiados, altamente seletiva e excludente o Estado acabou privilegiando os

grandes proprietários e grupos empresariais, contribuindo para a constituição do Complexo Agroindustrial brasileiro e, particularmente do CAI canavieiro. Para a autora, as mudanças instituídas no setor, a partir de então, visando aumentar a escala de produção e elevar a composição orgânica do capital, pautaram-se na especulação fundiária e na intensificação da concentração da propriedade da terra, tendo como resultado a expropriação de pequenos proprietários, colonos e posseiros e, conseqüentemente, o aumento do trabalho assalariado no campo.

Na década de 1970, a partir de 1975 é criado pelo governo federal o Proálcool (Programa Nacional do Álcool), que tinha como “um dos objetivos”, declarados pela Ditadura Militar, à época, aumentar a produção de álcool combustível em virtude das crises petrolíferas em escala mundial que vinham afetando gravemente o balanço de pagamentos, notemos bem que dissemos “um dos objetivos”; pois como sinaliza Thomaz Junior (1992), o Proálcool, acima de qualquer suspeita antes de representar uma alternativa energética; foi à saída econômica que o Estado, mais uma vez bancou para o setor num patamar não comparável até então, através de financiamentos subsidiados, facilidades creditícias; às expensas da produção de alimentos da cesta básica.

Em linhas gerais, de acordo com o Ministério da Indústria e do Comércio (1986)<sup>9</sup>, o Proálcool em sua primeira fase, aproveitou-se da capacidade ociosa, através da instalação de destilarias anexas às usinas de açúcar, sendo assim a produção de álcool passou de 600 milhões de litros, na safra 1975/76, para 3,6 bilhões de litros, na safra 1978/79, destinando-se apenas à mistura gasolina/álcool anidro. O segundo choque do petróleo, em 1979 propiciou ao Proálcool entrar em sua segunda fase, para a produção de álcool hidratado, nessa segunda fase, deu-se ênfase à implantação de destilarias autônomas em novas áreas de produção. Cabe destacar que um dos desdobramentos diretos do Proálcool, foi o aumento vertiginoso da produção de cana-de-açúcar e, conseqüentemente, de seus derivados, além do que foi extremamente lucrativo para o capital agroindustrial, atendendo todos os anseios do setor canavieiro, inclusive seculares perdões de dívidas<sup>10</sup>.

---

9 Cf. BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio, 1986.

10 Cf. THOMAZ JR, 2002.

É neste contexto, início da década de 1980, com os recursos advindos da segunda fase do Proálcool, que surgem as primeiras empresas canavieiras do EDR de Araçatuba-SP, tendo em vista que antes da introdução da cultura da cana-de-açúcar eram as culturas do café (1900-1930), algodão (1930-1950) e a pecuária bovina de corte (1950-1980) as atividades agropecuárias que hegemonizaram quase sozinhas, em seus períodos, na ocupação das áreas agrícolas. Segundo Rego (1990), os recursos da segunda fase do Proálcool vão ao encontro dos anseios de parte dos pecuaristas proprietários da maior extensão das terras da região, concretizando assim, a implantação das primeiras destilarias neste território.

Ou seja, o Proálcool incentivou largamente a expansão da cana-de-açúcar e a construção de destilarias autônomas para a produção de álcool para regiões paulistas onde a gramínea ainda não era cultivada, tais como: Araçatuba, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e outras (THOMAZ JUNIOR, 2002; 2009; OLIVEIRA, 2009). No estado de São Paulo, o Proálcool refletiu especialmente no aumento da produção de cana-de-açúcar e seus derivados, bem como na expansão desse setor com a implantação de novas unidades agroprocessadoras. Este programa fortaleceu e suscitou lucratividade expressiva para o capital canavieiro, por vir ao encontro dos anseios e necessidades conjunturais desse segmento, haja vista o expressivo aporte financeiro destinado pelo Estado por meio de financiamentos, vantagens creditícias, securitização e perdões de dívidas.

Os inúmeros investimentos e benefícios que o setor canavieiro reuniu e acumulou ao longo de sua história evidenciam que o Estado brasileiro tem financiado sua implantação, manutenção e expansão no território nacional. Nesse sentido, Ramos (1999) ressalva que a histórica intervenção estatal na produção da cana-de-açúcar, reforça a ideia do Estado enquanto “guarda-chuva”, que protege o empresariado canavieiro e estimula seu crescimento. Entretanto, entendemos que a relação entre o Estado e as classes proprietárias do setor canavieiro vai além da proteção, já que ela tem sido fundante para seu desenvolvimento, pois vêm do Estado os principais recursos para sua construção

---



e modernização. Assim, o Estado poderia ser posto como mola propulsora do agrohidronegócio canavieiro, pois tem ao longo do tempo estimulado seu desenvolvimento.

Passada a fase áurea do Proálcool (1979-1986), com base na generosa disponibilização de recursos públicos para implantação de novas unidades agroprocessadoras, constituição e expansão de canaviais, prazos de carência e perdões de dívidas, os recursos passam a diminuir até serem totalmente extintos. Na década de 1990, o Estado brasileiro, por sua incapacidade de continuar com a política de crédito, por causa da crise fiscal e, também, devido à mudança de paradigma da política econômica, atrelada aos pressupostos neoliberais do Consenso de Washington, promoveu a desregulamentação da agroindústria canaveira, ou mais propriamente do setor canavieiro, e a abertura comercial. (OLIVEIRA, 2016).

Sendo assim, Alves (2007), assinala que estes dois direcionamentos, abertura comercial e desregulamentação, operados ao mesmo tempo e combinados com a queda dos preços internacionais do açúcar e queda da demanda interna de álcool levaram a uma crise do setor que se abateu sobre a década de 1990. A saída do Estado e a abertura do mercado interno provocaram mudanças significativas no interior do complexo, assim como (ALVES, 2003, p. 78), nos indica abaixo:

Internamente, as empresas do setor passaram a competir mais acirradamente entre si do que ocorria antes, quando o Estado administrava preços de (cana, açúcar e álcool). Se antes a concorrência entre usinas se dava somente pelo fornecimento de cana, ou por terra, ou até por favores especiais junto ao governo, hoje a concorrência internaliza-se entre usinas.

Ou seja, a saída parcial do Estado transferiu a concorrência para o setor agroindustrial canavieiro, e nesse novo cenário desenvolveu um processo de reestruturação produtiva no setor, com a introdução de um conjunto de modificações, que vão desde a mudança da base técnica produtiva, até a mudança organizacional dos processos de produção e do trabalho. Nesse sentido, Vian (2003) ressalva que a partir desse período, o capital agroindustrial canavieiro passou a adotar múltiplas estratégias competitivas, especialmente na produção, novas formas de organização e administração da produção. De modo

geral, empresas ampliaram sua produção, investindo na difusão, comercialização e aproveitamento de subprodutos canavieiro e atuando com uma gama de produtos diversos.

Na primeira década do século XXI, o agrohidronegócio canavieiro passou por uma intensa expansão, tanto que Oliveira (2007), assegura que a partir dos anos 2000, a Geografia da cana, no Brasil, mudou significativamente, valendo ressaltar que, no estado de São Paulo, essa expansão recente ocorreu, com mais intensidade na porção Oeste, com destaque para as Regiões Administrativas de Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente.

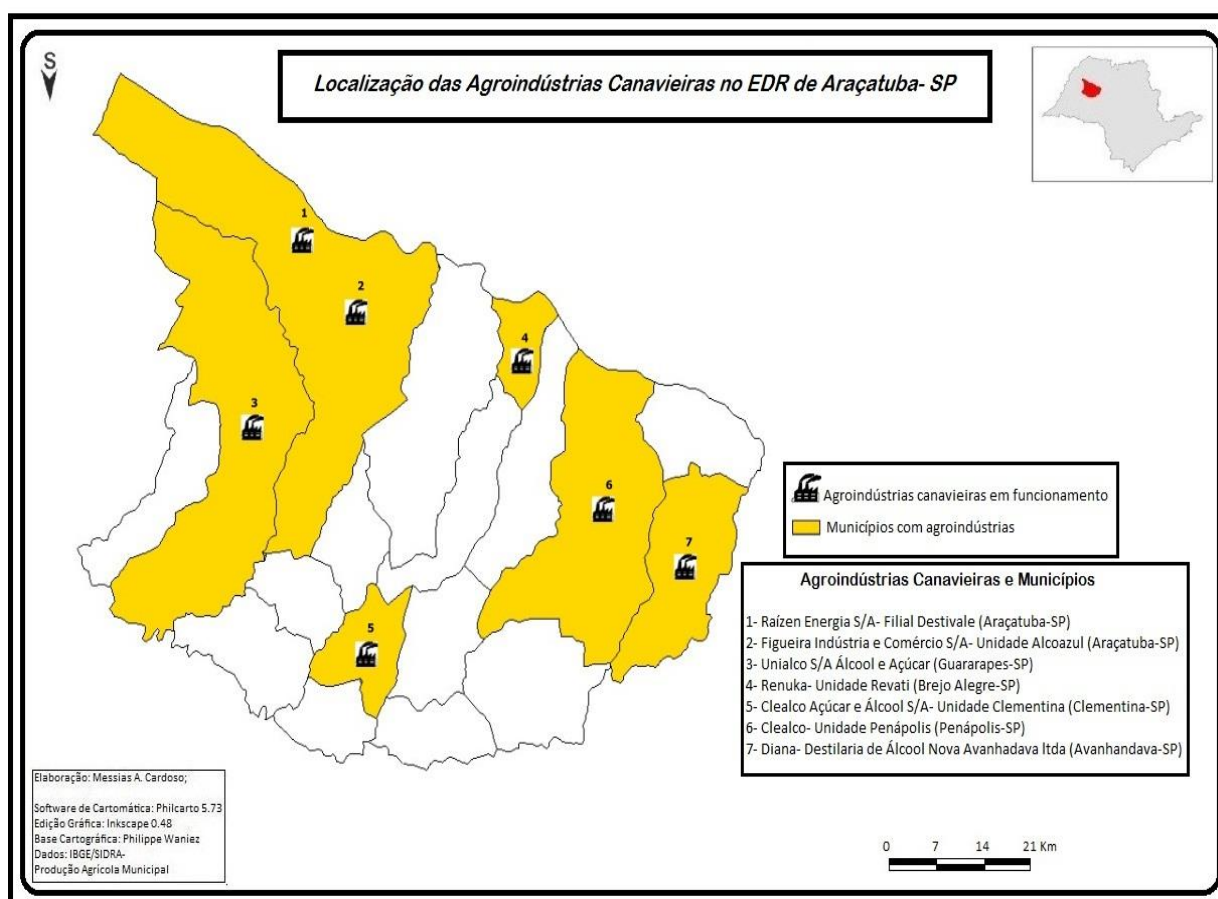
Amparado no discurso da produção de agroenergia, o agrohidronegócio canavieiro, se coloca no mercado como uma fonte de “energia limpa e renovável”. O investimento em pesquisas para a produção de novos produtos, a partir da cana-de-açúcar, tem sido intensamente defendido pelos representantes do capital canavieiro, afinal, trata-se de mais uma estratégia empregada para arregimentar recursos governamentais e para consolidar a inserção competitiva do setor no mercado internacional, nesse constante processo de reestruturação. A questão desperta o interesse dos países centrais na produção de álcool e outras agroenergias e, conseqüentemente, estimula interesses dos produtores de *commodities*. Nesse cenário, o Brasil desponta no centro dos interesses internacionais, tanto pela quantidade de terras agricultáveis, recursos hídricos disponíveis, como pelas tecnologias de produção.

No bojo da competitividade, o agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba-SP vem promovendo na última década uma profunda reestruturação produtiva, técnica e do trabalho, pautada via de regra, na mecanização do corte de cana-de-açúcar, enxugamento da força de trabalho, aumento da produtividade agrícola e fundamentalmente superexplorando e intensificando o trabalho dos diferentes sujeitos de seu circuito produtivo, como demonstraremos na sequência.

## 2-1- Reestruturação Produtiva, Técnica e do Trabalho no Agrohidronegócio Canavieiro- EDR de Araçatuba-SP

Nesta última década, o agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba-SP, vem passando por uma nova fase de reestruturação produtiva, técnica, gerencial e do trabalho, que embora tenha garantido impressionante crescimento da produtividade têm trazido consequências desastrosas e degradantes para os trabalhadores. Atualmente 7 empresas canaveiras estão em atividade na área de estudo (Mapa 2).

Mapa 2- Localização das Agroindústrias Canaveiras no EDR de Araçatuba- SP



Fonte: UDOP, 2016. Elaboração: Cardoso, 2016.

No EDR de Araçatuba, temos a atuação das seguintes empresas canaveiras e seus respectivos municípios: em Araçatuba (SP), há 2 empresas canaveiras, a Raízen Energia S/A - Filial Destivale, e a Figueira Indústria e Comércio S/A, Unidade Alcoazul. Em Guararapes (SP), encontra-se em atuação a

Unialco S/A Álcool e Açúcar; no município de Brejo Alegre (SP) está localizada a Renuka, Unidade Revati; em Avanhandava (SP), a Diana (Destilaria de Álcool Nova Avanhandava), e por fim temos a atuação do Grupo Clealco detentora das unidades em Clementina (SP) e Penápolis (SP). Em conjunto temos em operação 7 empresas canavieiras, distribuídas territorialmente em 6 municípios do recorte em estudo. (Mapa 2).

Ademais, podemos frisar que das 7 empresas canavieiras em operação no EDR de Araçatuba-SP, 3 estão ligadas a grupos de capital internacional, revelando a territorialização de empresas estrangeiras interessadas na compra/aquisição ou consorciamento com Grupos Familiares locais que até recentemente detinham exclusivamente o controle acionário (Quadro 1).

**Quadro 1- Unidades Canavieiras e Grupos Controladores no EDR de Araçatuba- SP**

Unidade Canavieira	Município	Implantação	Grupo Controlador	Nacionalidade	Aquisição Monopolística
Clealco	Clementina (SP)	1983	Grupo Clealco	Brasileiro	-
Clealco	Penápolis (SP)	1978	Grupo Clealco	Brasileiro	2013
Raízen- Filial Destivale	Araçatuba (SP)	1981	Raízen S/A	Anglo-holandês/ Brasileiro	2005
Unialco S/A	Guararapes (SP)	1980	Glencore	Suíço	2016
Renuka- Revati	Brejo Alegre (SP)	2008	Shree Renuka Sugars	Indiano	2008
Figueira- Unidade Alcoazul	Araçatuba (SP)	1981	Aralco	Brasileiro	2006
Diana	Avanhandava (SP)	1981	Grupo Diana	Brasileiro	-

Fonte: UDOP, 2017. Elaboração: Cardoso, 2017.

O que se constata no (Quadro 1), é que a maioria das empresas canavieiras do EDR de Araçatuba-SP tiveram sua implantação, a partir do início da década 1980, resultado da política de subsídios do Proálcool estimulado pelo Estado brasileiro. Pode-se observar ainda, a presença de grupos sob controle acionário do capital nacional como o: Clealco que detém 2 unidades em atividade

na região, e que em 2013 adquiriu a agroindústria canavieira Campestre no município de Penápolis-SP. Além disso, outros grupos sob controle acionário do capital nacional são fortes em suas operações na região, como: o Grupo Aralco e Diana.

Como (OLIVEIRA, 2012, p. 8) nos lembra “o setor sucroenergético até a década de 1990 era predominantemente ocupado por empresas de origens familiares nacionais”. Todavia, a territorialização do capital internacional no agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba já se faz presente e intensifica-se neste último decênio, pelo (Quadro 1), podemos notar a presença e atuação do capital internacional, na fusão ou aquisição de unidades agroprocessadoras e terras na região, estes grupos são: a Raízen S/A, o Grupo Renuka do Brasil e a Glencore.

A Raízen S/A, é uma *joint venture* criada em 2011, a partir da união de parte dos negócios da anglo-holandesa Shell e da brasileira Cosan. Nesta aliança, as unidades da Cosan responsáveis pelas atividades de produção de açúcar e etanol e cogeração de energia elétrica foram integradas à nova empresa. A Raízen assumiu também as operações de distribuição e comercialização de combustíveis da Shell no Brasil, tornando-se a licenciada da marca no país. No recorte territorial em estudo, a Cosan adquiriu o controle acionário na compra da Unidade Destivale em 2005, e a partir de 2011 formada a *joint venture*, a unidade adquire a denominação Raízen-Unidade Destivale em Araçatuba-SP.

Já o Grupo Renuka do Brasil, inicia suas atividades no EDR de Araçatuba, a partir de 2008 com a construção da Unidade Revati em Brejo Alegre-SP. Em 2010 o grupo Renuka do Brasil passa a ser controlado majoritariamente pela indiana Shree Renuka Sugars. O grupo Renuka do Brasil, está entre os 10 maiores grupos do agrohidronegócio canavieiro, tendo uma estrutura amplamente verticalizada, controlando todo o processo agroindustrial.

E, por fim, a *trading de commodities* suíça Glencore, assume em dezembro de 2016 o controle acionário da unidade Unialco S/A Álcool e Açúcar, sediada em Guararapes-SP. O valor divulgado da compra gira em torno R\$ 350 milhões, para assumir esta unidade que estava em processo de recuperação judicial, o

processo já está homologado e aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Assim sendo, a formação das empresas monopolistas mundiais, vem permitindo o controle da produção das *commodities* agrícolas. Estas empresas monopolistas mundiais têm nas multinacionais suas bases formadoras, ou seja, nasceram pelo processo mundial de investimentos diretos de capitais através das filiais, fusões, associações, aquisições, franquias, etc. Essas empresas monopolistas mundiais, portanto, formaram-se a partir das empresas estrangeiras ou nacionais que retendo o controle monopolista da produção chegaram ao patamar mundial associando-se majoritariamente com as empresas nacionais concorrentes (OLIVEIRA, 2016).

Dessa forma, como afirma Oliveira (2016), parte do setor está sendo mundializado sob controle do capital mundial, isto quer dizer que os usineiros nacionais estão aliando-se ao capital mundial. Assim, está ocorrendo a aliança de classe burguesa estrangeira com a brasileira. Ou seja, o que estamos vivenciando é um processo de aliança de classe da burguesia capitalista em nível mundial. Como indica Chesnais (1996), o processo de mundialização do capital integrou em escala mundial o conjunto dos negócios e das atividades, criando as empresas mundiais. Dessa forma, a agricultura sob o sistema mundializado do capital, estrutura-se através da produção de *commodities*, bolsas de mercadorias e de futuro e monopólios mundiais.

Como assevera Oliveira (2012), a mundialização atua na agricultura através dos processos de territorialização dos monopólios e monopolização dos territórios. O primeiro atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. O segundo é desenvolvido pelas empresas de comercialização e de processamento industrial, que sem produzir no campo, podem controlar fazendeiros capitalistas e camponeses através de mecanismos de subordinação.

Essa participação e/ou controle de capital estrangeiro na produção canavieira tem sido determinante na reestruturação produtiva, técnica e do trabalho no agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba promovendo assim, a reorganização territorial da produção e do trabalho e impactando

severamente os milhares de trabalhadores migrantes e locais empregados neste setor. Em outras palavras, a reestruturação produtiva proporcionou transformações no processo de produção técnica, isso não significa que os problemas para os trabalhadores tenham acabado, pelo contrário, temos a convivência das modernas tecnologias de produção, ao lado do uso da força de trabalho atrelada a expedientes regressivos de trabalho.

Na realidade, temos observado que o constante processo de reorganização territorial, incorporação de unidades e constante processo de territorialização do monopólio canavieiro, somados à intensificação da mecanização agrícola (plantio e colheita), e da terceirização do trabalho, têm provocado mudanças expressivas e, conseqüentemente, intensificado a exploração e degradação do trabalho, gerando novas dificuldades até então pouco conhecidas. Como por exemplo, os problemas indicados e atribuídos à intensificação da colheita mecanizada, tais como: aumento de ocorrências com ataques de animais peçonhentos, intensificação no consumo de agroquímicos (agrotóxicos e fertilizantes), mudanças na organização do trabalho, doenças ocupacionais, contaminação ambiental, desemprego, descarte), sinalizados durante as entrevistas realizadas durante os Trabalhos de Campo.

Em linhas gerais, a articulação entre a crise do padrão de acumulação mundial, sua dimensão financeira, a imposição do neoliberalismo, e o aprofundamento desses fatores devido à crise estrutural e mundializada do capital, impôs a reestruturação produtiva do capital, a partir da década de 1970, que se materializou por meio de nova base técnica, agora informacional. Nesse processo, foi necessário destruir relações estabelecidas entre capital, trabalho e Estado desde o pós-guerra com o *Welfare-state*, sendo que a solução para a crise teve no neoliberalismo o cimento que consolidou o intento burguês de controle social. O combate à inflação, as privatizações e o desmonte do Estado compuseram o receituário para as salvaguardas da acumulação de capital e do aparato da burguesia decadente. É importante resgatar Antunes (1999) quando assevera que os nexos existentes entre neoliberalismo e acumulação de capital se somaram para garantir a estrutura do desenvolvimento das técnicas anunciadas com o toyotismo.

É nesse ambiente de intensas modificações e de destruição crescente das forças produtivas que transcorre a intensificação do papel das grandes corporações

transnacionais, pela via da concorrência intercapitalista, a qual, ao mesmo tempo, usufruem, de um lado, das políticas públicas implantadas pelo Estado que dão conformação à expansão do agrohidronegócio e às conseqüentes disputas territoriais, no Brasil, e, por outro, precarizam ainda mais o trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2017).

Nesse sentido, a pesquisa tem nos permitido entender que o processo de reestruturação produtiva no âmbito do agrohidronegócio canavieiro, tem provocado inúmeras transformações em sua esfera produtiva, entre as quais se destaca a fusão e incorporação de unidades por parte dos grandes grupos, que apostam na territorialização dos monopólios. Este reordenamento, por si só acarreta conseqüências expressivas para a sociedade e, principalmente, no mundo do trabalho, com destaque para o desemprego, e transformações no ambiente de trabalho provocadas por esse processo, especialmente pela inserção da máquina na colheita e plantio da cana-de-açúcar.

Neste contexto, a tecnologia vem sendo crescentemente utilizada como mecanismo de garantir maior produtividade do trabalho. No entanto, se atentarmos para a tecnologia, enquanto relação social, é possível constatar os determinantes do processo de inovação tecnológica vinculados à lógica do capital, ou seja, às tecnologias e às inovações subordinam-se à lógica da concorrência sendo impulsionada pela exploração com o objetivo de elevar a taxa de mais-valia e o controle do processo de trabalho. Como ressalta Thomaz Junior (2002, p. 135):

[...] o “progresso técnico”, ou melhor, o “progresso técnico-científico” (“progresso” das técnicas capitalistas de produção como um dos elementos de dominação do capital sobre o trabalho, ou mais, especificamente, a explicitação da subsunção real do trabalho no capital como alternativa para o desenvolvimento das relações capitalistas) representa, antes de mais nada, um “progresso” do processo de valorização do capital no intuito intensificar a extração de mais valor.

Assim, a tecnologia em si não está contra o trabalho, ou contra o trabalhador, mas, sim, ela está a favor do capital. Pois, a decisão pela tecnologia é extremamente importante para o capitalista, como observa Marx (1985), a máquina só é lucrativa para o capital na medida em que aumenta relativamente o tempo de trabalho excedente dos operários ocupados na máquina, não enquanto o reduz, somente na medida em que aquela máquina aumenta a proporção entre



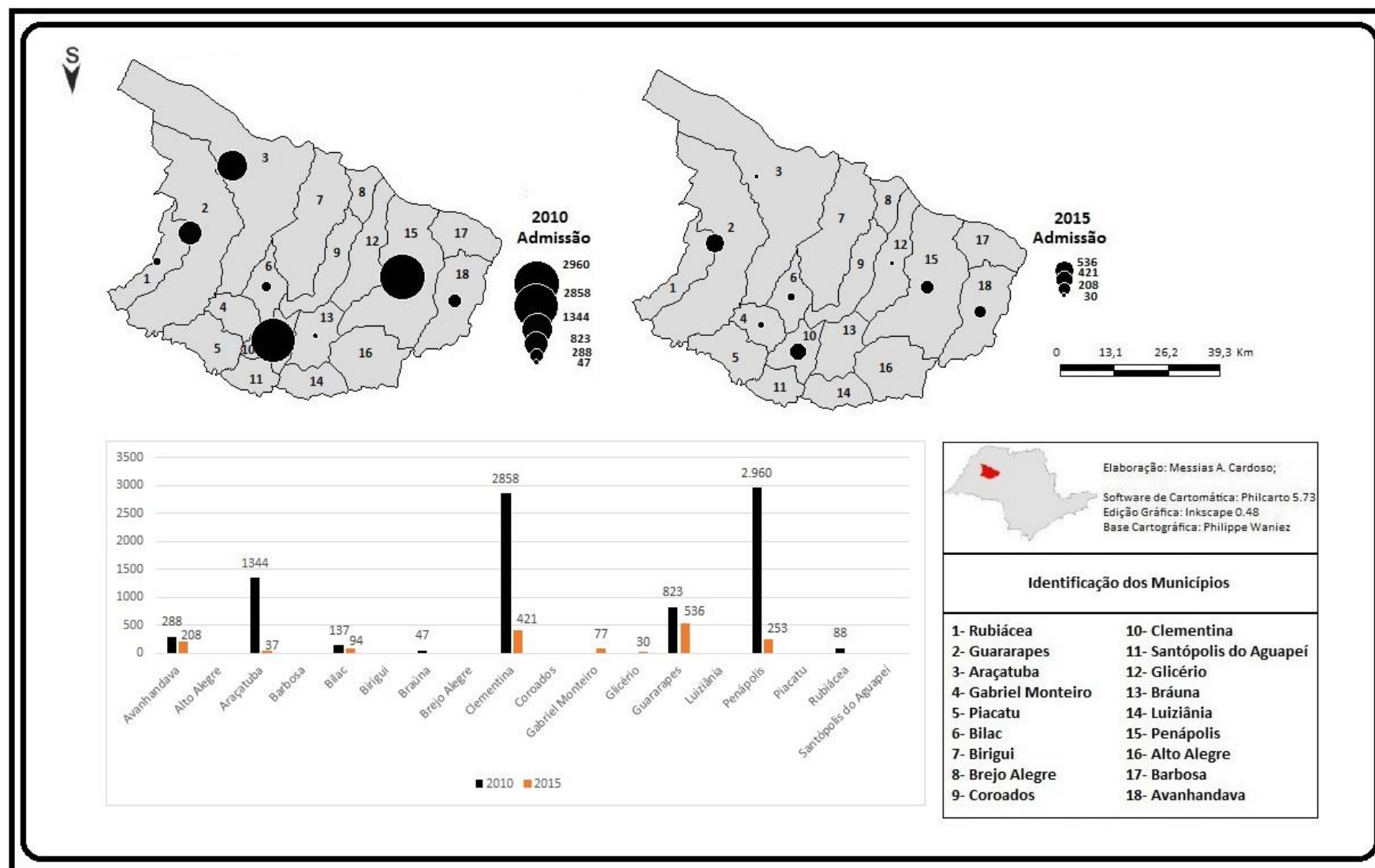
o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário. Nas palavras de Marx (1985, p. 362).

Quando se trata de produzir mais valia tornando excedente trabalho necessário, não basta que o capital se aposses do processo de trabalho na situação em que se encontra ou que lhe foi historicamente transmitida, limitando-se a prolongar sua duração. É mister que se transformem as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, que muda o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho e reduzir-se a parte do dia de trabalho necessária para reproduzir esse valor.

O capital tende a reduzir a um mínimo o tempo de trabalho necessário, para criar mais sobretrabalho e dele se apropriar, ou seja, a ampliação da produtividade do trabalho não libera o trabalhador do trabalho, mas amplia o trabalho excedente para o capital. Dessa forma, podemos entender que a organização do trabalho se tornou, nas últimas décadas, uma das principais formas de controlar a força de trabalho para induzir ao aumento da sua produtividade. A intenção deliberada é de proceder ações pró racionalização do trabalho, buscando padronizar ao máximo os tempos e movimentos do trabalhador, evitando, assim, as “porosidades da jornada de trabalho” e, conseqüentemente, a perda de capital.

Nesse bojo, o agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba, amparado sob uma nova divisão técnica e territorial do trabalho, visivelmente manifesta na substituição de homens por máquinas, vem consolidando a incorporação de novos atores sociais, “novos profissionais” no processo produtivo, como os operadores de máquinas colheitadeiras, ao mesmo tempo, que efetua uma profunda reorganização das atividades executadas pelos trabalhadores manuais, sobretudo no que diz ao enxugamento destes postos de trabalho, reduzindo assim o número de trabalhadores migrantes trazidos para a região. Na (Prancha 1), detalhamos a dinâmica territorial da retração intensa dos trabalhadores na cultura de cana-de-açúcar.

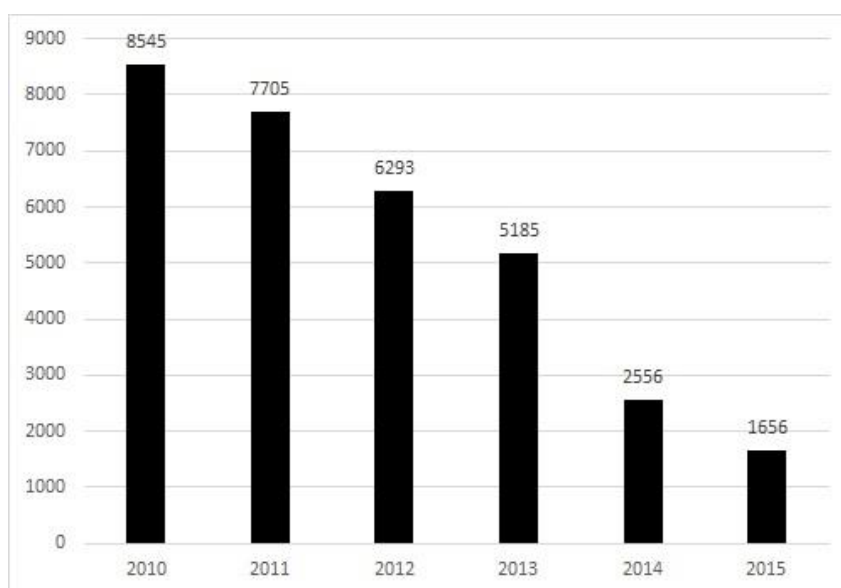
Prancha 1- Dinâmica Territorial da Admissão de Trabalhadores na Cultura de Cana-de-Açúcar no EDR de Araçatuba-SP- 2010/2015



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Podemos fazer a seguinte leitura territorial da (Prancha 1), que está baseada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2002), no nível desagregado das ocupações, dos quais os dados quantitativos foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): 1) intensa retração do número de Admissões de Trabalhadores na Cultura de cana-de-açúcar no EDR de Araçatuba no período 2010/2015, 2) acrescentemos ainda o (Gráfico 1) que corrobora com essa interpretação.

**Gráfico 1- Admissões de Trabalhadores na Cultura de Cana-de-Açúcar no EDR de Araçatuba-SP 2010/2015**



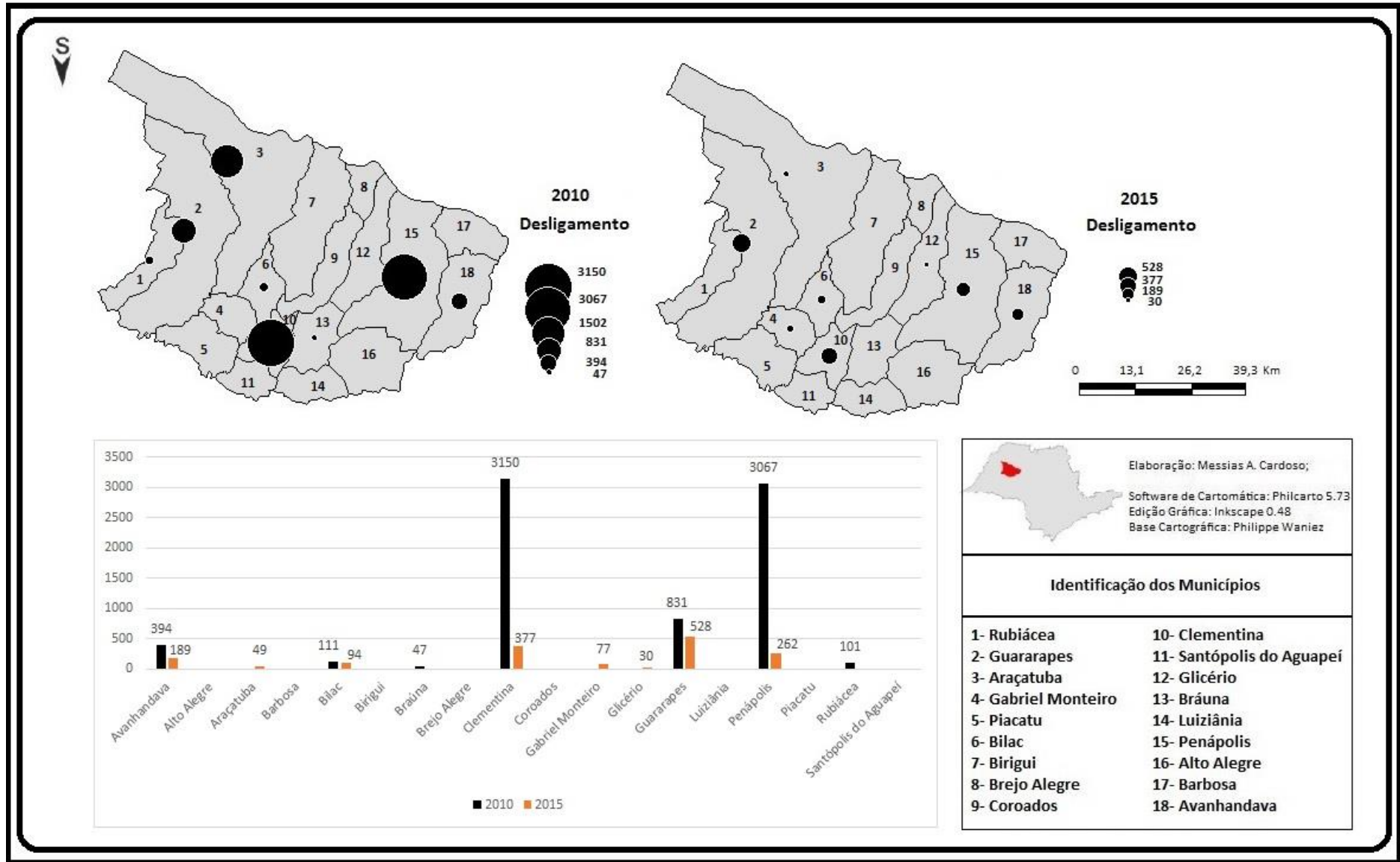
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – RAIS.

A nível de detalhamento em 2010 tivemos a admissão de 8.545 trabalhadores na cultura de cana-de-açúcar, entretanto em 2015 o número de empregados nesta ocupação despencou para somente 1.656 trabalhadores, ou seja, houve uma brutal redução de postos de trabalho à monta de 6.889 empregos. O que contabiliza uma retração das admissões na cultura de cana-de-açúcar do recorte em estudo na ordem de 406%. Nota-se ainda, que territorialmente a força de trabalho na cultura da cana-de-açúcar no EDR de Araçatuba está concentrada fundamentalmente em alguns municípios como: Araçatuba, Avanhadava, Clementina, Guararapes e Penápolis, onde se localizam as sedes das empresas canavieiras em atividade no EDR.

Na (Prancha 2), temos a complementação das informações da (Prancha 1), e nela podemos observar, que o ritmo dos desligamentos dos trabalhadores na cultura de cana-de-açúcar entre 2010/2015, fica claramente demonstrado, pois houve um profundo enxugamento da geração de emprego ao nível da ocupação de trabalhadores na cultura de cana-de-açúcar, sobretudo no que diz respeito aos cortadores de cana-de-açúcar manuais que estão contemplados nesta classificação da (CBO 2002). Ou seja, essas mudanças do mercado de trabalho formal no agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba-SP são consequências cabais da atual reestruturação produtiva do capital, pela qual este setor vem passando neste período, com a introdução de tecnologias, principalmente mecanizando o processo de corte. (OLIVEIRA, 2009; THOMAZ JUNIOR, 2009; BARRETO, 2012).

Ademais através da (Prancha 2), percebe-se que os empregos gerados pelo agrohidronegócio canavieiro são essencialmente vínculos temporários (safristas) que ao final da safra a grande maioria dos trabalhadores na cultura de cana-de-açúcar são desligados do setor. Nestes termos, a instabilidade do emprego gerado pelo agrohidronegócio canavieiro é uma das funestas marcas deste circuito produtivo. Pois, a lógica empregada não é a da valorização do trabalhador, de sua satisfação e seu reconhecimento. Ao contrário, a lógica em questão é da competitividade, da flexibilidade, da busca de maior produtividade com o menor número de trabalhadores, ou melhor, da redução do montante de salários, seguidas de aumento a produção, impondo aos trabalhadores que permanecem ritmos de trabalho alucinantes, promovendo assim, a intensificação do trabalho como forma de expansão de sua acumulação ampliada.

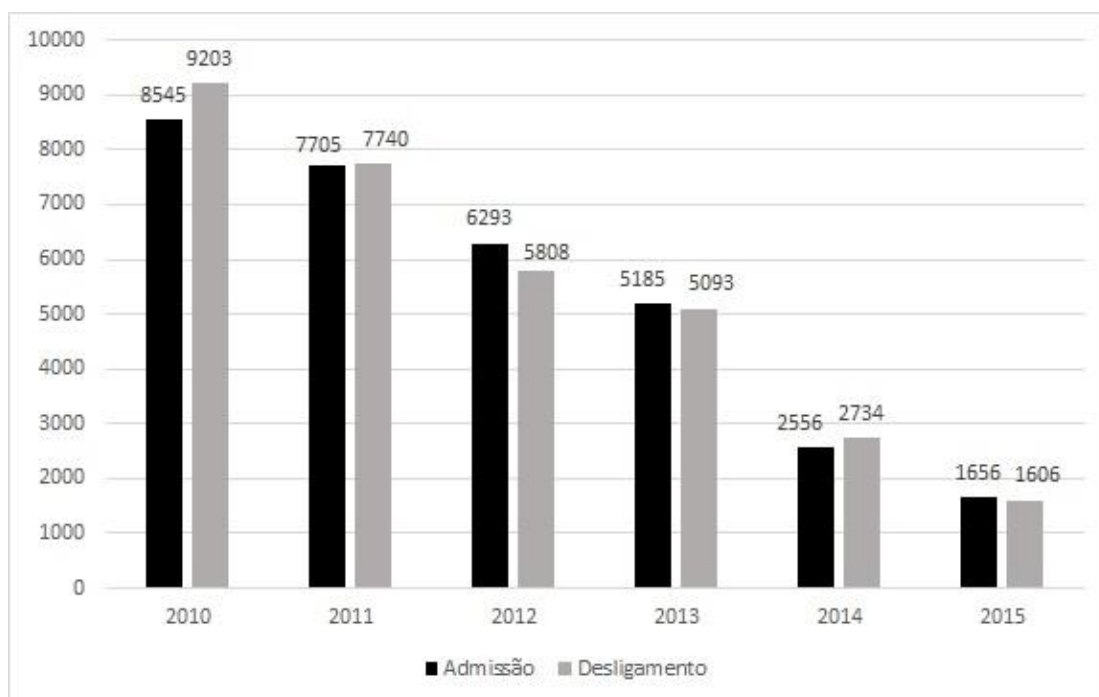
Prancha 2- Dinâmica Territorial dos Desligamentos de Trabalhadores na Cultura de Cana-de-Açúcar no EDR de Araçatuba-SP- 2010/2015



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Com efeito, fica cabalmente demonstrada que a dinâmica do mercado de trabalho no agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba, não vem correspondendo ao seu discurso vinculado de promotor do desenvolvimento regional mediante geração de empregos, isso que não estamos ainda, questionando as condições e formas degradantes de emprego que são geradas. O vigor do enxugamento dos postos de trabalho formais no agrohidronegócio canavieiro reforça novamente a tese que estamos defendendo, de que está em operação uma intensa reestruturação produtiva do capital que se ramifica por diversas atividades, e que tem desempregado milhares de trabalhadores e relegado aos que permanecem a intensificação do trabalho para se manterem empregados (Gráfico 2).

**Gráfico 2- Comparação de Admitidos e Desligados na Cultura de Cana-de-Açúcar no EDR de Araçatuba-SP- 2010/2015**



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – RAIS.

Em síntese, a análise comparativa proposta pelo (Gráfico 2) consubstancia nossa afirmação de que a reestruturação produtiva deste setor, alicerçada na mecanização do corte tem provocado uma retração dos postos de trabalho, fundamentalmente para os cortadores manuais de cana-de-açúcar. Ao longo da pesquisa nas visitas a campo, cotejamos informações empíricas

concretas de um grande número de trabalhadores locais e migrantes desempregados.

O agrohidronegócio canavieiro regido pelas leis do capital vai através da reestruturação produtiva, encetando uma mudança na composição orgânica do capital, ocorrendo constante acréscimo de sua parte constante às custas da parte variável. Na verdade, a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente (MARX, 1985). Por conseguinte, conclui-se que não é o crescimento natural da população que gera o desemprego, ora o que ocorre de fato é que o desemprego tem a sua raiz orquestrada pela estrutura do próprio metabolismo do capital, o desemprego e o descarte tem a sua gênese na lógica de ser do capital.

Neste contexto, constatamos a redução do fluxo de mobilidade territorial do trabalho, o número de trabalhadores migrantes empregados nos canaviais do EDR de Araçatuba apresentou significativa redução, embora os sujeitos migrantes que permanecem empregados para o corte nos relataram que a imposição de metas e intensificação do trabalho, têm como mote a equiparação ao desempenho das máquinas colheitadeiras, ou o trabalhador é produtivo e, nesse caso se “adapta” a imposição, ou então está fora, desligado da próxima safra.

Deste modo, a mecanização do corte e sua lógica de produtividade incessante da máquina são imputadas aos trabalhadores, ou seja, a máquina passa a determinar o ritmo não só de trabalho dos cortadores, como também do percentual de cana existente direcionado ao corte manual, e que os força, inclusive realizarem a colheita da cana na palha, o que impele um esforço físico e uma sujeição ainda maior destes.

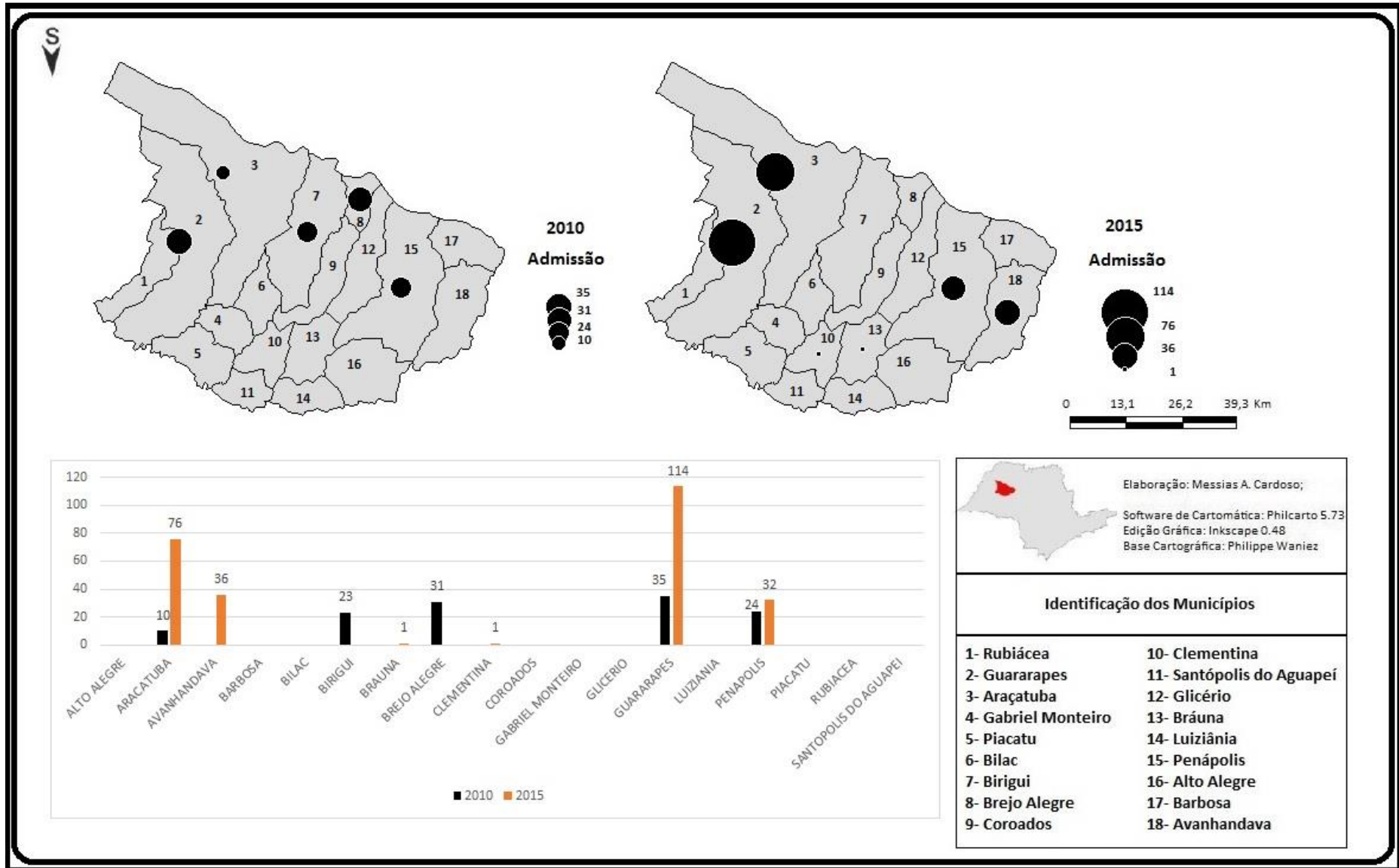
Além de ditar o ritmo de trabalho, a máquina com a supervisão de alguns operadores pode executar o trabalho que, antes, necessitava de dezenas de braços e mãos para ser feito. Os trabalhadores destituídos dos seus postos passam a engrossar as fileiras do desemprego estrutural, ou pior, muitos estão descartados do mercado de trabalho, tendo em vista que estão sendo demitidos adoecidos, vítimas deste processo de extenuante intensificação do

trabalho no agrohidronegócio canavieiro, retomaremos esse assunto no item 3.1 adiante.

Embora, o discurso das empresas canavieiras seja o da qualificação profissional, da oferta de empregos na mecanização agrícola estimulando a disputa por uma vaga de operador de colheitadeira entre os trabalhadores, a realidade vivenciada está distante deste engodo. Mediante a (Prancha 3) podemos ressaltar que a dinâmica territorial do mercado de trabalho dos operadores de colheitadeira no EDR em estudo apesar de sua expansão no período 2010/2015, restringe-se a um número limitado de trabalhadores.



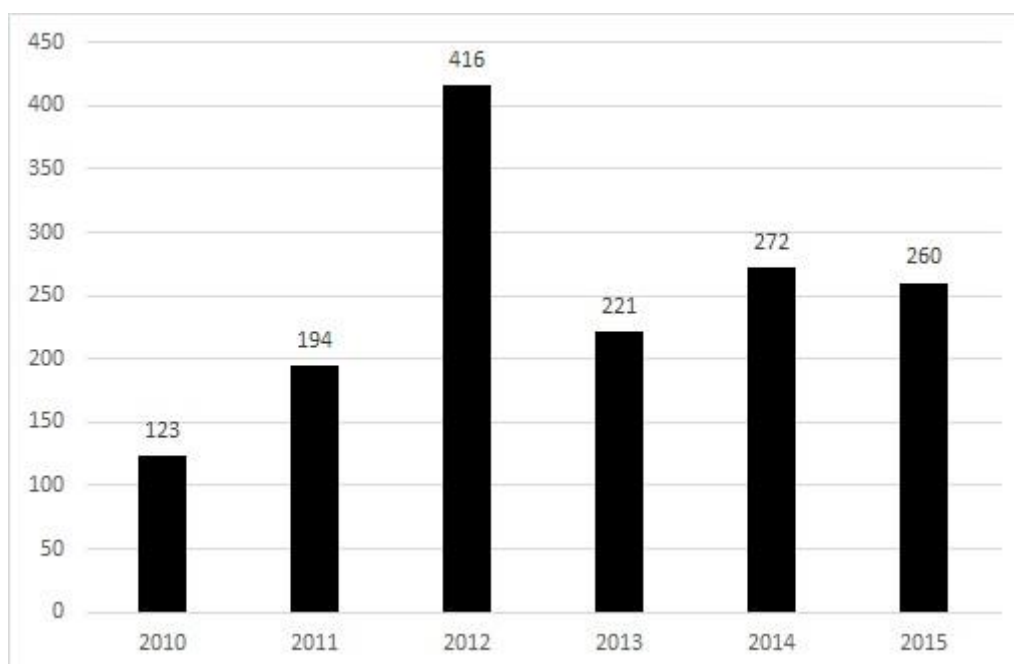
Prancha 3- Dinâmica Territorial da Admissão de Operador de Colheitadeira no EDR de Araçatuba-SP- 2010/2015



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

A interpretação da (Prancha 3), baseada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2002) no nível desagregado das ocupações, dos quais os dados quantitativos foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), destaca o crescimento do número de Admissões de Operadores de Colheitadeira no EDR de Araçatuba no período 2010/2015, acrescentamos para pormenorização dessa interpretação o (Gráfico 3).

**Gráfico 3- Admissões de Operadores de Colheitadeira no EDR de Araçatuba-SP 2010/2015**



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – RAIS.

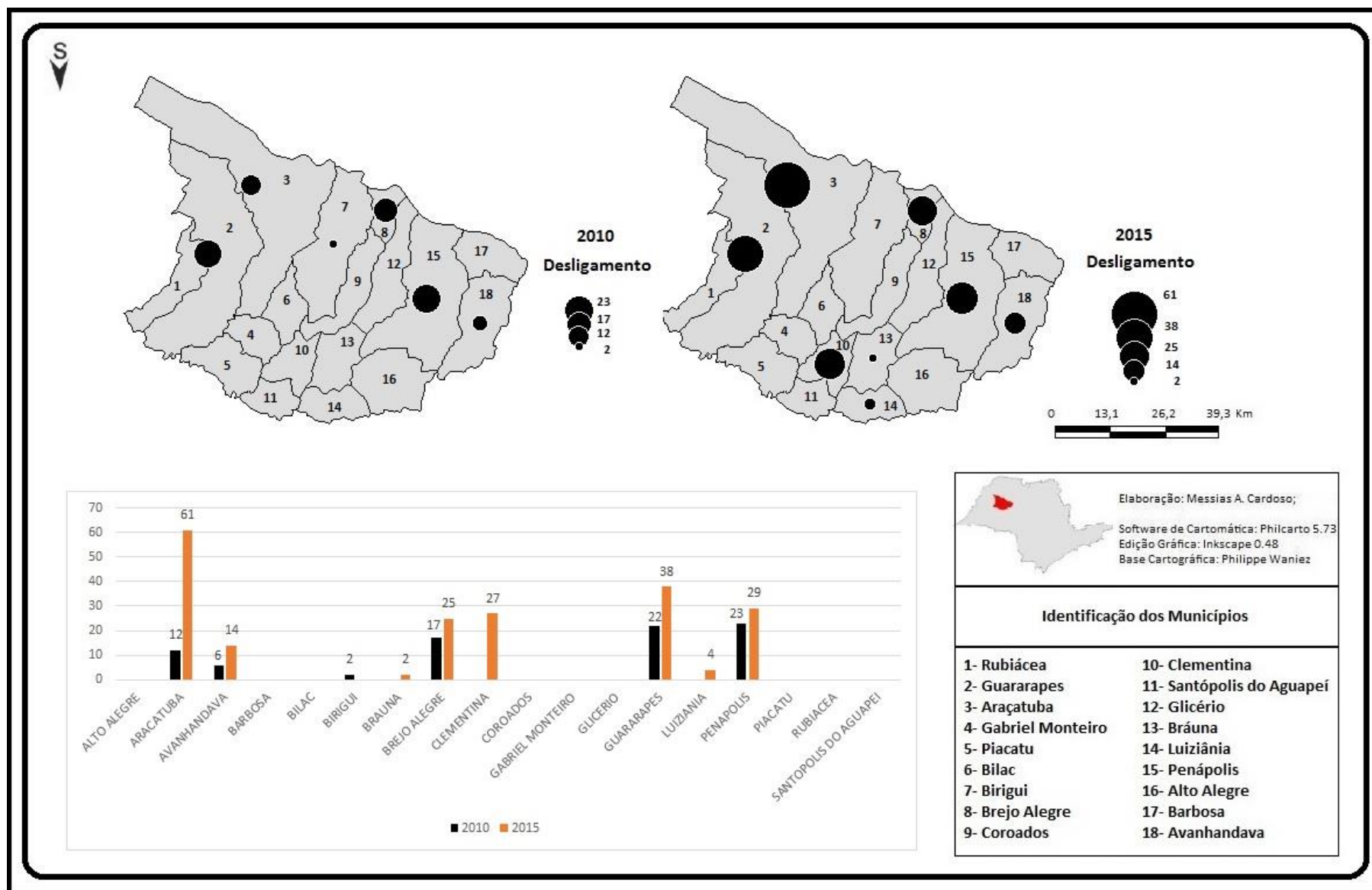
Em 2010 ocorreu a admissão de 123 operadores de colheitadeiras, ao passo que em 2015, o número de empregados nesta ocupação saltou para 260, ou seja, analisando o gráfico, podemos entender que houve um expressivo crescimento do número de operadores no recorte em estudo na ordem de 111%. Entretanto, como demonstrado, o potencial de admissões desta ocupação encontra-se limitado, não podendo ser considerada como supridora do déficit de empregos causada pela mecanização do corte de cana-de-açúcar, a qualificação profissional assim, aventada pelo setor é um mero discurso falacioso, que visa cooptar a população regional em prol da reificação da geração de emprego e desenvolvimento regional, conseguindo assim,

manter abertas as torneiras dos investimentos e financiamentos públicos do Estado brasileiro para o setor. Nota-se ainda, na (Prancha 3) que territorialmente a força de trabalho dos operadores de máquinas colheitadeiras no EDR de Araçatuba, também se encontra concentrada fundamentalmente em alguns municípios como: Araçatuba, Avanhadava, Guararapes e Penápolis, novamente municípios onde se localizam as sedes das empresas canavieiras mais tecnificadas em atividade no EDR.

Na (Prancha 4), temos a complementação das informações da (Prancha 3), nela podemos observar, o ritmo dos desligamentos dos operadores de colheitadeiras entre 2010/2015, fica claramente demonstrado por estes produtos cartográficos que está em operação uma crescente tendência à mecanização da colheita de cana-de-açúcar no recorte territorial em análise. Porém, não se sustentam os argumentos do “agro”, de que vem havendo um processo de qualificação dos sujeitos empregados no setor, que estão sendo preparados para ingresso em funções modernas e qualificadas. Na verdade, o que realmente estamos presenciando é um crescimento restrito do número de operadores no período 2010/2015 que não tende a abranger as centenas de milhares de homens e mulheres alvos do desemprego decorrente da reestruturação produtiva, das novas ordenações do processo de trabalho, no agrohidronegócio canavieiro.

Ademais através da (Prancha 4), observa-se que os empregos gerados pelo agrohidronegócio canavieiro no conjunto dos operadores de colheitadeira são essencialmente vínculos temporários que ao final da safra a grande maioria destes operadores são desligados do setor. Assim, aqueles que estão dentro do processo produtivo devem estar sempre aumentando a quantidade de valor produzida na sua jornada de trabalho para que, aqueles que compõem o exército industrial de reserva, não os substituam, dessa maneira, a lógica do capital força os trabalhadores no “agro” a intensificarem o seu ritmo de trabalho.

Prancha 4- Dinâmica Territorial dos Desligamentos de Operadores de Colheitadeira no EDR de Araçatuba-SP- 2010/2015

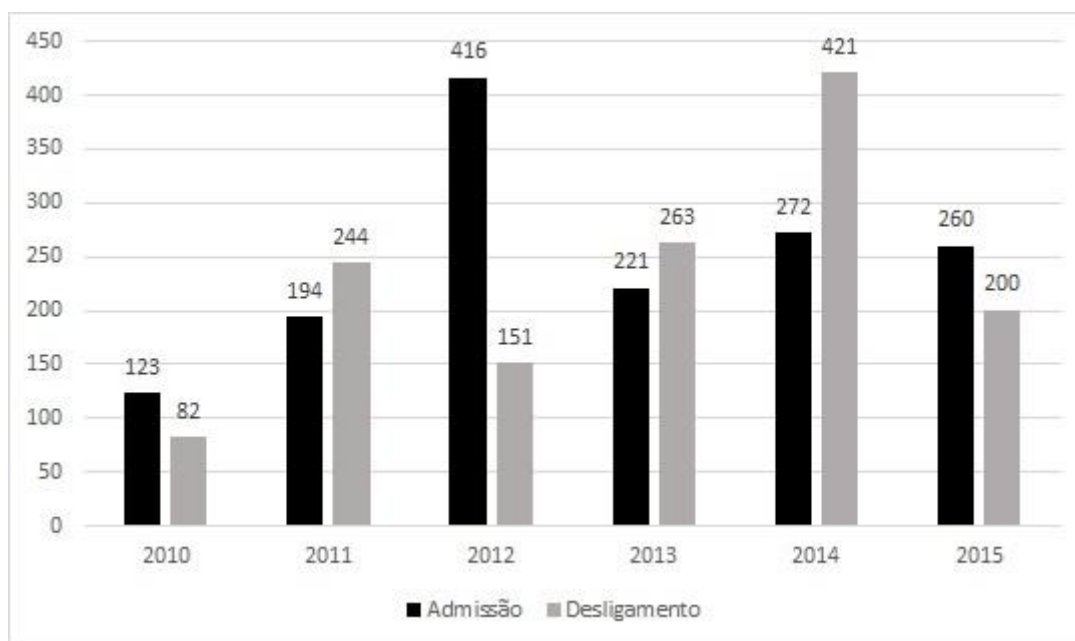


Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Cabe aqui enfatizar, que o trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto inversamente a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torne-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas (MARX, 1985).

Com efeito, no comparativo da dinâmica do mercado de trabalho entre admissões e desligamentos no tocante a ocupação de operador de colheitadeira no EDR de Araçatuba-SP, o caráter instável desta ocupação é marcado pelo alto número de desligamentos no período 2010/2015. (Gráfico 4).

**Gráfico 4- Comparação de Admitidos e Desligados na Ocupação de Operador de Colheitadeira no EDR de Araçatuba-SP- 2010/2015**



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – RAIS.

A instabilidade, o elevado número de trabalhadores desempregados com a reestruturação produtiva e os procedimentos técnicos e de gestão do trabalho, decorrentes, têm se configurado como fatores de pressão sobre os operadores de colheitadeiras para atingirem as metas de produtividade exigidas pelas agroindústrias canavieiras. Mediante entrevistas realizadas junto a operadores na colheita mecanizada, estes nos relataram que a permanência

no emprego, está atrelada ao suportar e atingir os patamares de produtividade impostos; quebras de máquinas não são toleradas nessas frentes de corte mecanizado, como uma mesma máquina colhedora chega a operar em 3 turnos diários, quebrá-la é inclusive impossibilitar os demais colegas de atingirem as metas estipuladas, por isso, a grande jogada do agrohidronegócio canavieiro nessa reestruturação produtiva é colocar o trabalhador contra o trabalhador, por meio de expedientes de auto-controle de si e do companheiro de trabalho.

Ora, do ponto de vista do capital, a eficácia dessa tática é garantida, pois cada um de seus funcionários é transformado em fiscal do outro, e isso não se limita às metas por produção, pois a mesma lógica perversa rege as metas de qualidade e segurança do trabalho. O trabalho em equipes, vale lembrar, como momento predominante da reestruturação produtiva de forma alguma se volta para a promoção da solidariedade entre os trabalhadores, sendo antes um expediente de controle e intensificação da exploração (PERPETUA, 2016). Ou seja, os ensinamentos *toyotistas* chegaram no agrohidronegócio canavieiro e não fica devendo para os demais setores de atividade, já que em todos, a lógica do capital opera de forma central a captura da subjetividade destes sujeitos que não mais se entendem como trabalhadores, companheiros de trabalho, antagonistas frente as empresas canavieiras, mas sim, como entes “colaboradores”.

Acrescenta-se, que ao contrário, dos apologistas do agrohidronegócio que afirmam, que a mecanização do corte de cana-de-açúcar resolveu todos os problemas deste setor, é preciso que nos atentemos para o fato, de que a utilização das máquinas colheitadeiras não significa a humanização do trabalho, tendo em vista que é nas jornadas de trabalho noturnas, que ocorrem mais acidentes relacionados ao corte mecanizado. Isso se dá pelo caráter flexível da jornada de trabalho desses trabalhadores, que além de não terem o domingo, enquanto dia de descanso, ainda são obrigados a trabalhar no período noturno, com mudanças constantes nos horários de trabalho, sob a perspectiva do rodízio realizado.

Isto posto, podemos concordar com Reis (2012), de que o uso hegemônico das ferramentas de gestão da administração da produção, está

assentada na concepção de que a criação do valor está relacionada com fatores diferentes do trabalho dos homens e que se baseiam em análises sistemáticas, e não sistêmicas, do processo produtivo. Esse modo de pensar a gestão e o próprio sistema produtivo tem o único objetivo de aumentar as taxas de lucro das empresas. Os diversos processos de "modernização" que se abatem periodicamente sobre estas em resposta aos avanços sindicais e à necessidade de adequação competitiva por meio da diminuição dos custos de produção visam sempre a valorização do capital, através do aumento de produtividade do trabalho mediante intensificação do trabalho.

Assim, as mudanças técnico-organizacionais quantitativas e qualitativas da relação entre matéria-prima, máquinas, equipamentos e instalações, por trabalhador, no processo produtivo, se pelo lado das empresas executam o aumento da extração de trabalho não pago, logo há o aumento da rentabilidade econômica, por sua vez, para os trabalhadores significa o oposto. Isto é, este processo intensifica o trabalho, logo degrada sistematicamente à saúde do trabalhador e sua capacidade vital ao longo do tempo.

Eis que um conceito chave dessa reflexão é o de intensidade do trabalho, podemos entendê-la pelas sinalizações de Cardoso (2013), como a magnitude do esforço físico, psíquico e mental dos trabalhadores, em vistas as exigências dos postos de trabalho, durante o tempo de trabalho. Nestes termos, há um investimento sempre crescente em tecnologias e novas formas de organização e gestão do trabalho que resultam no aumento da intensidade do tempo de trabalho. Como afirma oportunamente Reis (2012, p. 38-39).

A dificuldade de distinção entre produtividade e intensidade do trabalho acontece porque, geralmente, o aumento da produtividade através de investimentos em inovações tecnológicas e organizacionais modifica o processo de trabalho, podendo, inclusive, eliminar alguns postos de trabalho e atividades que exigem grande esforço físico, o que dá a impressão de que não houve intensificação do trabalho, ou, até, que o trabalho se tornou menos desgastante. Esta afirmação poderia ser verdadeira se a jornada de trabalho diminuísse a partir do momento em que o trabalho cientificamente organizado permitisse aumento da produtividade, sem, necessariamente, exigir aumento da produção. Acontece que o trabalho, ao ser racionalizado sem que haja diminuição na jornada, demanda mais energia do trabalhador, pois o aumento da produtividade alcançado exige uma maior intensidade do ritmo de trabalho ampliando assim a carga de trabalho dispendida pelo mesmo trabalhador.

De fato, a reestruturação produtiva, e seus desdobramentos técnicos no agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba têm como objetivo a valorização do capital, sendo a intensificação do trabalho sua consequência direta, e uma das formas existentes de expansão da mais-valia. Mas dentro desta relação existe uma confusão recorrente: a intensificação do trabalho é vista apenas como o aumento de produtividade, subestimando, assim, as consequências nefastas que esse processo tem acarretado aos trabalhadores. Pois, o aumento de produtividade é sempre aumento de produtividade do trabalho, ou seja, significa que o trabalho cria mais valor dentro de um mesmo período de tempo, configurando-se assim a intensificação do trabalho. Marx (1985, p.748) já nos alertava que:

[...] todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados às custas do trabalhador individual, todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo do seu trabalho transformado em tormento; tornam-lhe estranhas as potências intelectuais do processo de trabalho na medida em que a este se incorpora a ciência como força independente, desfiguram as condições em trabalho, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capital.

Ou seja, o grau de produtividade do trabalho, se expressa pelo volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, num tempo dado transforma em produto, com o mesmo dispêndio de força de trabalho. Sendo assim, a massa dos meios de produção que este transforma aumenta com a produtividade do seu trabalho. Ao aumentar a produtividade significa que este mesmo trabalhador terá que intensificar os seus movimentos e o seu gasto energético. E o pior, ao multiplicar o seu trabalho, o capital promove o decréscimo da força de trabalho alterando a composição técnica do capital.

Isto posto, podemos fundamentar nossa defesa cabal de que os ganhos em produtividade a partir reestruturação produtiva no agrohidronegócio canavieiro no EDR em estudo estão indissociavelmente vinculados à intensificação sistêmica do trabalho. Alguns elementos podem ser arrolados para estruturação desta assertiva, impõe-se pensar as seguintes constatações demonstradas: como mostraremos adiante, a área de produção de cana-de-



açúcar cresce, a produção em toneladas de cana apesar de leve retração no período 2010/2015 mantêm-se elevada, mas, o número de trabalhadores empregados no agrohidronegócio canavieiro diminui vertiginosamente como exposto, como isso é possível?

Fica latente que cada vez é maior a carga de trabalho realizada por um número inversamente, cada vez menor de trabalhadores. Só a título de detalhe quando confrontados os dados oficiais de produção de cana-de-açúcar em (t) 2010/2015 extraídos do IBGE- Produção Agrícola Municipal e das informações obtidas em campo nas unidades canavieiras sob os percentuais de cana-de-açúcar destinados ao corte mecanizado e manual, com os números de admissões de trabalhadores na cultura de cana-de-açúcar (manuais) e tratoristas e operadores de colheitadeiras (mecanizados) 2010/2015 disponível na (RAIS) (Tabela 1).

**Tabela 1- Intensificação do Trabalho no Agrohidronegócio Canavieiro do EDR de Araçatuba-SP 2010/2015**

<b>Intensidade do Corte Manual</b>	<b>2010</b>	<b>2015</b>
Quantidade de Cana-de-Açúcar Colhida Manualmente (t)	16.117.587	3.309.039
Percentual de Cana-de-Açúcar Colhida Manualmente (%)	70%	25%
Admissões de Trabalhadores na Cultura de Cana-de-Açúcar	8.545	1.656
Produtividade t/trabalhador	1.886,20	1.998,21
<b>Intensidade do Corte Mecanizado</b>	<b>2010</b>	<b>2015</b>
Quantidade de Cana-de-Açúcar Colhida Mecanicamente (t)	6.907.537	9.927.120
Percentual de Cana-de-Açúcar Colhida Mecanicamente (%)	30%	75%
Admissões de Trabalhadores em Atividades Mecanizadas <sup>11</sup>	1.365	1.067
Produtividade t/trabalhador	5.060,46	9.303,76

Fonte: IBGE/ RAIS/ TRABALHO DE CAMPO. Elaboração: CARDOSO, 2017.

Por fim, podemos afirmar através da (Tabela 1) que o aumento da produtividade do trabalho, se dá à custa da dupla intensificação do ato laborativo, tanto no sentido de aumentar o ritmo da produção, como no sentido de suprir a retração da força de trabalho dos seus pares desempregados neste processo e também com o prolongamento da jornada de trabalho. A magnitude da elevação da intensidade do trabalho atingiu de modo degradante tanto os

<sup>11</sup> Estamos considerando para este cálculo os trabalhadores mecanizados: Tratoristas Agrícolas e Operadores de Colheitadeiras- CBO-2002.

trabalhadores manuais quanto os trabalhadores em atividades mecanizadas. Os dados para os trabalhadores manuais apresentaram a elevação da produtividade do trabalho em 112 t/trabalhador no comparativo temporal 2010/2015, o que representa um crescimento percentual de 5,6% da produtividade t/trabalhador. No tocante, aos trabalhadores em atividades mecanizadas, temos a constatação de que não se tratam de atividades prazerosas e de fácil execução como corriqueiramente se imaginam, obtivemos para o período 2010/2015 o absurdo crescimento da produtividade do trabalho com o aumento de 4.243,3 t/trabalhador, representando em termos percentuais elevação de 45,6% da produtividade do trabalho.

Portanto, evidencia-se que a reestruturação produtiva do capital no “agro” vem agindo no sentido de aumentar o controle do processo produtivo, ou seja, diminuindo, assim, as porosidades do trabalho, efetuando a intensificação do trabalho visando a obtenção de mais valor extraído em forma de trabalho não pago no mesmo período de tempo da jornada normal de trabalho. Estabelece-se assim, uma contradição estrutural na qual a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. No entanto, se uma população excedente é produto da acumulação do sistema do capital, por sua vez, ela se torna a alavanca da acumulação capitalista:

Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado. (MARX, 1985, p.733-734).

Tomando por base a dinâmica territorial do agrohidronegócio canavieiro, percebemos momentos distintos e estratégias diferentes que buscaram a formação ou intensificação do exército industrial de reserva no EDR de Araçatuba: num primeiro momento a tática foi apostar na busca de trabalhadores maranhenses e alagoanos para o corte manual de cana-de-açúcar, ou seja, o incremento de trabalhadores excedentes foi advindo não de mudanças em sua base técnica de produção, mas sim, do uso da mobilidade territorial do trabalho. As justificativas do setor ancoravam-se no falacioso argumento da falta de braços para o trabalho. Na verdade, nunca houve a falta

de trabalhadores, haja vista uma grande parte da população local estar alijada e sofrer o drama do desemprego, o que se buscava era um “tipo específico de trabalhador”, resistente e que não oferece questionamento aos expedientes regressivos do processo de trabalho nos canaviais e do descumprimento constante das leis trabalhistas.

Nesse sentido, a ampliação do exército industrial de reserva no EDR via incremento de trabalhadores migrantes, perdurou por quase uma década, apresentando seus primeiros sinais de enfraquecimento e mudanças de estratégias do agrohidronegócio canavieiro a partir desta segunda década do século XXI. Ora, a migração esteve no centro do processo de acumulação do agrohidronegócio, a exploração do trabalho migrante foi durante anos a mola mestra dos pomposos lucros. E mais, o aumento do exército industrial de reserva na região proporcionado por essa estratégia do capital, permitiu com que o capital pudesse repetidamente aumentar e intensificar a meta mínima de corte para se empregar no setor.

Neste momento o agrohidronegócio vive um novo período, no qual sua principal estratégia de ampliação da acumulação está ligada a mudança técnica produtiva, sobretudo a mecanização do plantio e corte de cana-de-açúcar. O que se busca neste período não é a eliminação total dos trabalhadores, nem poderia ser. O que se processa neste território é a busca de intensificação do trabalho, a partir da elevação da composição orgânica do capital, e conseqüente enxugamento de trabalhadores e coerção aos que ainda continuam empregados para os seguidos cumprimentos de metas que a cada safra, tornam-se absurdas. Como nos lembra MARX (1985) o aumento do exército industrial de reserva, é criado pelo processo de “liberar” continuamente parte dos trabalhadores, com métodos que diminuem o número dos empregados em relação à produção aumentada, ou seja, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregada.

Infere-se, portanto, que na medida em que o agrohidronegócio canavieiro aumenta o grau de intensificação do trabalho, este condena ao trabalho em excesso os trabalhadores da ativa, e ao coagir o aumento de produtividade do trabalho tornam grande parte da classe trabalhadora desempregada forçadamente, esse é o modelo de desenvolvimento que o

capital advoga para o campo brasileiro, com direito a slogan do conglomerado midiático golpista: “o agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo”, ou seja, enquanto temos a acumulação de riqueza num polo, ao mesmo tempo se acumulam a miséria e degradação para a classe cujo produto do seu trabalho é de modo espúrio usurpado.

Na seção seguinte, voltaremos nossa atenção para outro caráter estrutural da recente fase de reestruturação produtiva do capital no agrohidronegócio canavieiro que ainda se mantém amparado no discurso do emprego e nas fragilidades empregatícias da região, concretizando assim, seus projetos de expansão, os quais estão cada vez mais direcionados para a territorialização do monopólio, se apropriando destrutivamente das terras agricultáveis e seus respectivos recursos hídricos disponíveis, seja via aquisição e/ou arrendamento das terras.

## ***2-2- Territorialização do Monopólio pelo Agrohidronegócio Canavieiro no EDR de Araçatuba-SP***

Podemos entender que o avanço do agrohidronegócio canavieiro no estado de São Paulo, está sendo viabilizado por conta da territorialização e expansão por parte do capital agroindustrial canavieiro para áreas não tradicionais no cultivo da gramínea. É nesse momento que se insere atrativamente as terras agricultáveis do EDR de Araçatuba ao desenfreado avanço da monocultura de cana-de-açúcar, com enormes possibilidades à mecanização dado as condições de relevo suavemente ondulado, e com significativa disponibilidade de apropriação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Cabe ressaltar que na região Oeste do estado de São Paulo, tradicional na pecuária de corte, a área cedida pela pastagem cultivada no período de 2001 a 2006, correspondeu a 62% do total no estado de São Paulo. Entre as culturas as que mais cederam áreas nesse período foram: o milho e os alimentos básicos como o feijão, com redução de cerca 55% na produção e, arroz de sequeiro, com redução de 61% (DANIEL et al, 2009).

A territorialização do monopólio pelo agrohidronegócio canavieiro vêm sendo expressa na dinâmica dos territórios em disputa. Para captarmos a

dinâmica territorial deste processo, nos valem do mapeamento na perspectiva de entendê-lo, como um instrumento de análise espacial e parte do discurso geográfico, no qual teoria crítica e técnica devem caminhar juntas. Na qual, a representação espacial, passa a ser um instrumento de desvendamento do discurso dominante do agrohidronegócio canavieiro e sua desconstrução, como demonstraremos adiante.

Baseado em Cubas (2012), estamos entendendo o estado de São Paulo como uma dimensão escalar multiterritorial, e por isso, no interior do sistema capitalista, um estado que reflete uma intensa disputa territorial em diversos âmbitos. Dessa forma, ao discutir a territorialização do capital na agricultura brasileira, Oliveira (2001, p.23-24) indica que está havendo territorialmente, “uma expansão violenta das culturas de produtos de exportação, quase sempre em detrimento daqueles produtos destinados ao mercado interno, para alimentar a população brasileira”. Podemos assim afirmar, que a expansão do agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba, pressupõe a incorporação de novos territórios à sua lógica de produção, o que resulta na territorialização do monopólio<sup>12</sup>. Indo além, este processo expressa, a desigual disputa por território, na qual figura de um lado a expansão territorial da cana-de-açúcar e a sua face monocultora e, de outro, a retração territorial dos demais cultivos.

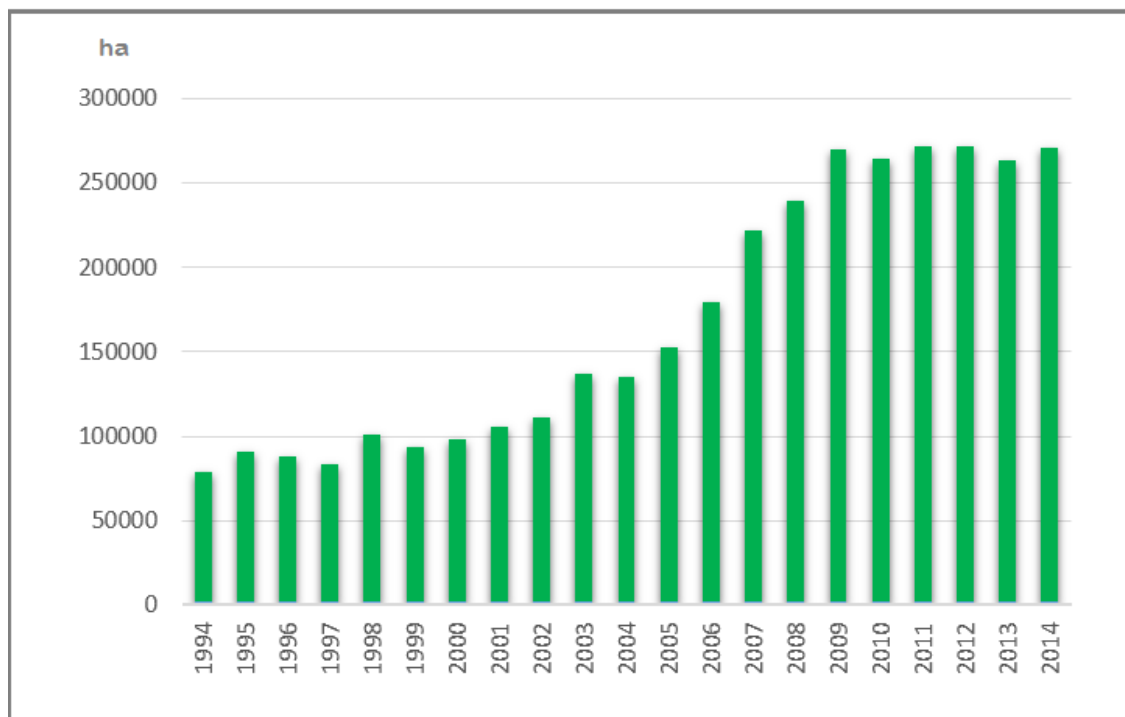
Segundo dados do IEA- Instituto de Economia Agrícola, a produção de cana-de-açúcar no EDR de Araçatuba-SP aumentou de 5.091.496 toneladas no ano de 1994, para 18.080.460 toneladas no ano de 2015, o que corresponde a um aumento intenso de 255% na produção de cana-de-açúcar no período considerado. Neste contexto, de intensa expansão da produção canavieira no âmbito do EDR de Araçatuba, podemos destacar que esta concomitante tendência, se aplica também para os dados referentes a área de cana-de-açúcar plantada (Gráfico 5), estando a região, inserida na rota de expansão do *polígono do agrohidronegócio*<sup>13</sup> canavieiro.

---

<sup>12</sup> Esse conceito, inicialmente elaborado por Thomaz Junior (1988), nos ilustra o processo com base nas ações do capital agroindustrial canavieiro, e não se limitando ao controle somente de terras próprias, mas sob domínio, que incluem arrendamento e contratos de parceria.

<sup>13</sup> Denominação tomada de empréstimo de Thomaz Junior, 2009.

**Gráfico 5- Área plantada de Cana-de-açúcar (ha) no EDR de Araçatuba-SP, 1994- 2014**



Fonte: IEA, 2016. Elaboração: Cardoso, 2016.

Com base no Gráfico 5, é possível confirmar a ideia de que o processo de apropriação do território pelo agrohidronegócio canavieiro vem se acentuando e controlando uma porção cada vez maior de terras antes destinadas para outras formas de uso. Como detalhamento da magnitude do avanço territorial deste processo, constata-se que entre 1994 a 2014, houve uma expansão da apropriação territorial destinada ao plantio de cana-de-açúcar de 192.058 hectares, representando um crescimento percentual da ordem de 249%, na ocupação das terras agricultáveis com plantio de cana-de-açúcar.

Dessa forma, notamos que está ocorrendo a ampliação da apropriação destrutiva do agrohidronegócio canavieiro sobre terras agricultáveis do EDR de Araçatuba, como pormenorização da latência deste processo nos municípios pesquisados, elaboramos a (Prancha 5) como junção de mapas em diferentes temporalidades.<sup>14</sup> A leitura crítica, dos mapas da (Prancha 5), elucidam

<sup>14</sup> Para pormenorização da dinâmica territorial da expansão canavieira por municípios do EDR de Araçatuba-SP, disponibilizamos no Anexo 3- Gráfico Síntese auxiliar das interpretações territoriais.

diferentes aspectos do processo de expansão territorial da cana-de-açúcar no território do EDR de Araçatuba. De modo geral, pode-se dizer que os mapas A, B e C em conjunto, expressam a variação territorial, temporal e quantitativa da área plantada de cana-de-açúcar. A intensidade desse processo de territorialização canavieira pode ser constatada, quando se percebe, que entre o período de 1994 a 2014, nos 18 municípios integrantes do EDR de Araçatuba, houve crescimento vertiginoso da área plantada com cana-de-açúcar, intensificando este processo de anexação de terras a partir de meados dos anos 2000.

Indo além, a leitura cartográfica comparativa dos mapas nos indica que em 2014, os municípios com maior área destinada a cana-de-açúcar eram os seguintes: Alto Alegre, Araçatuba, Avandava, Guararapes e Penápolis. É possível ainda, ressaltar a dinâmica territorial, através da comparação dos mapas da área plantada de cana em 1994, 2004 e 2014, com uma enfática tendência ao avanço dos canaviais para os demais municípios do EDR. Na (Prancha 5), o *mapa D*, destaca a evolução da área plantada percentual de cana-de-açúcar entre 1994-2014 em relação às lavouras temporárias. Com ele é possível reafirmar, o processo de intensa evolução da área plantada percentual de cana-de-açúcar no EDR de Araçatuba-SP em relação às demais lavouras temporárias, com destaque para evolução de área acima de 49% dos municípios de: Barbosa, Bilac, Braúna, Coroados, Glicério, Luiziana e Rubiácea. Ressalta-se ainda, os municípios de Gabriel Monteiro e Piacatu que obtiveram índices de evolução de área percentual acima de 76%.

---

Prancha 5- Expansão Territorial da Cana-de-Açúcar no EDR de Araçatuba-SP 1994/2014

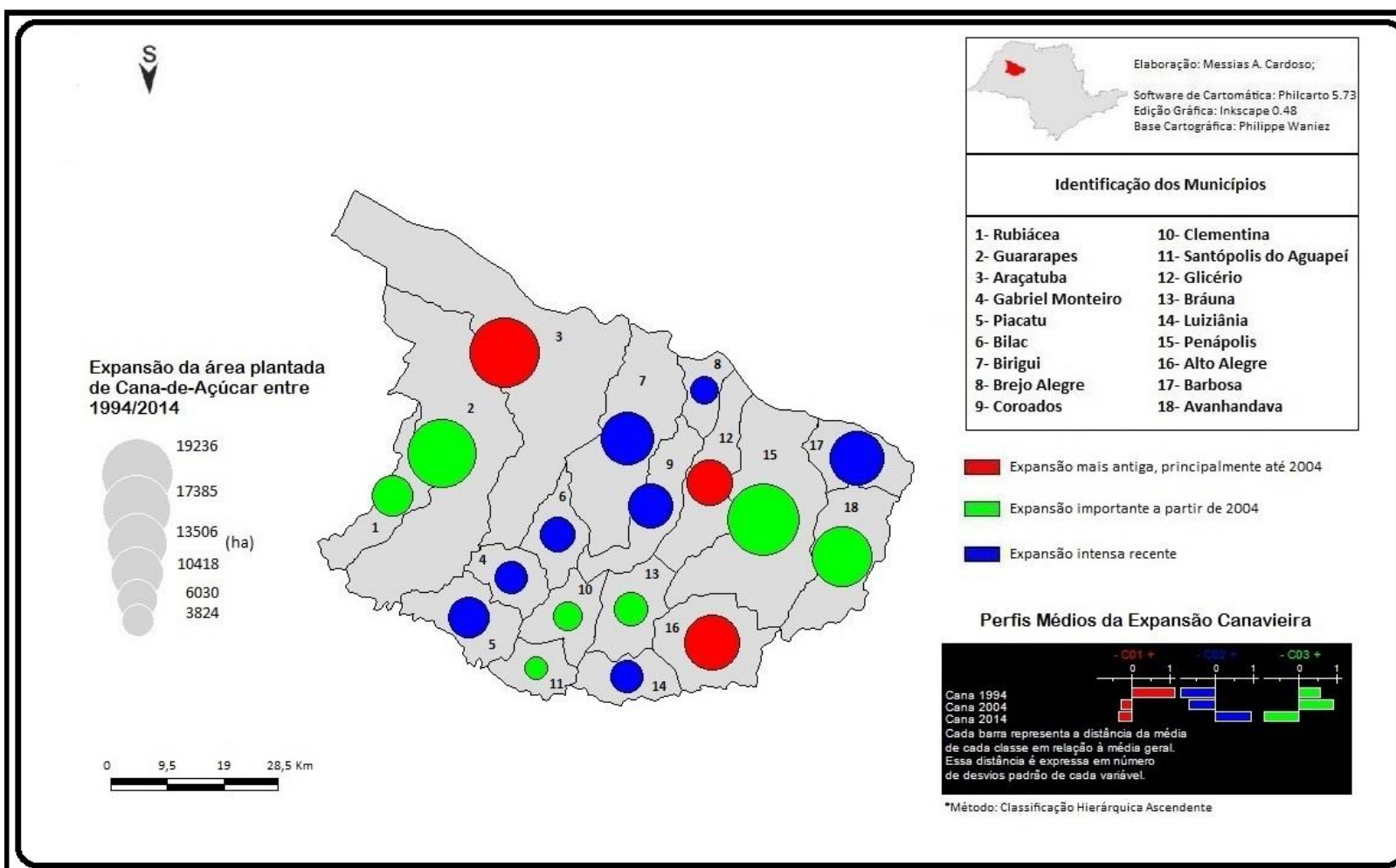


Fonte: SIDRA/IBGE, 2016. Elaboração: Cardoso, 2016.



O (Mapa 3), nos possibilita entendimento detalhado da temporalidade do processo de expansão territorial do agrohidronegócio canavieiro no EDR estudado.

**Mapa 3- Temporalidade da Expansão do Agrohidronegócio Canavieiro no EDR de Araçatuba-SP 1994/2014**



Fonte: SIDRA/IBGE, 2016. Elaboração: Cardoso, 2016.

O Mapa 3 expressa a expansão da área plantada com cana-de-açúcar entre 1994-2014, por meio da classificação hierárquica ascendente. Além da variação territorial e quantitativa, este indica a dinâmica e movimento da produção canavieira no EDR de Araçatuba, o que permite estabelecer uma temporalidade da expansão do agrohidronegócio canavieiro, em nível regional e a inserção diferenciada dos municípios, em relação ao circuito da produção de cana-de-açúcar. Em se tratando da temporalidade da expansão do agrohidronegócio canavieiro no EDR estudado, observa-se, que dos 18 municípios integrantes, 8 apresentaram áreas de expansão mais intensa recente, a partir de meados dos anos 2000, são estes: Barbosa, Bilac, Birigui, Brejo Alegre, Coroados, Gabriel Monteiro, Luiziânia e Piacatu. Em contrapartida, destacam-se apenas 3 municípios com áreas de expansão mais antiga até 2004 (áreas tradicionais) são eles: Alto Alegre, Araçatuba e Glicério. Corroborando para a ideia, de que o avanço do agrohidronegócio canavieiro neste EDR é recente, marcado pela intensificação da expansão territorial dos canaviais, a partir de meados dos anos 2000.

Ou seja, os canaviais avançam em marcha intensiva sobre as terras no EDR analisado, em contrapartida o processo é inverso e nocivo quando tratamos das terras destinadas para a produção de alimentos como as (Pranchas 6, 7, 8 e 9) demonstram.

Os mapas A, B e C da (Prancha 6) em conjunto, expressam a variação territorial, temporal e quantitativa da área plantada de arroz no EDR pesquisado. A intensidade nociva desse processo pode ser evidenciada, quando se percebe, segundo dados do IBGE/SIDRA que entre 1994-2014 a área plantada com Arroz (em casca), em hectares, no âmbito do EDR de Araçatuba-SP, reduziu 2911 hectares.<sup>15</sup> Ademais, percebemos, que a distribuição territorial deste cultivo em 1994, estava espalhada por 16 dos 18 municípios do EDR. Indo além, podemos perceber a dinâmica da retração territorial, através da comparação dos mapas da área plantada de Arroz em 1994, 2004 e 2014, com uma enfática tendência a diminuição da área plantada de Arroz, e a perda de territórios, restando apenas, a

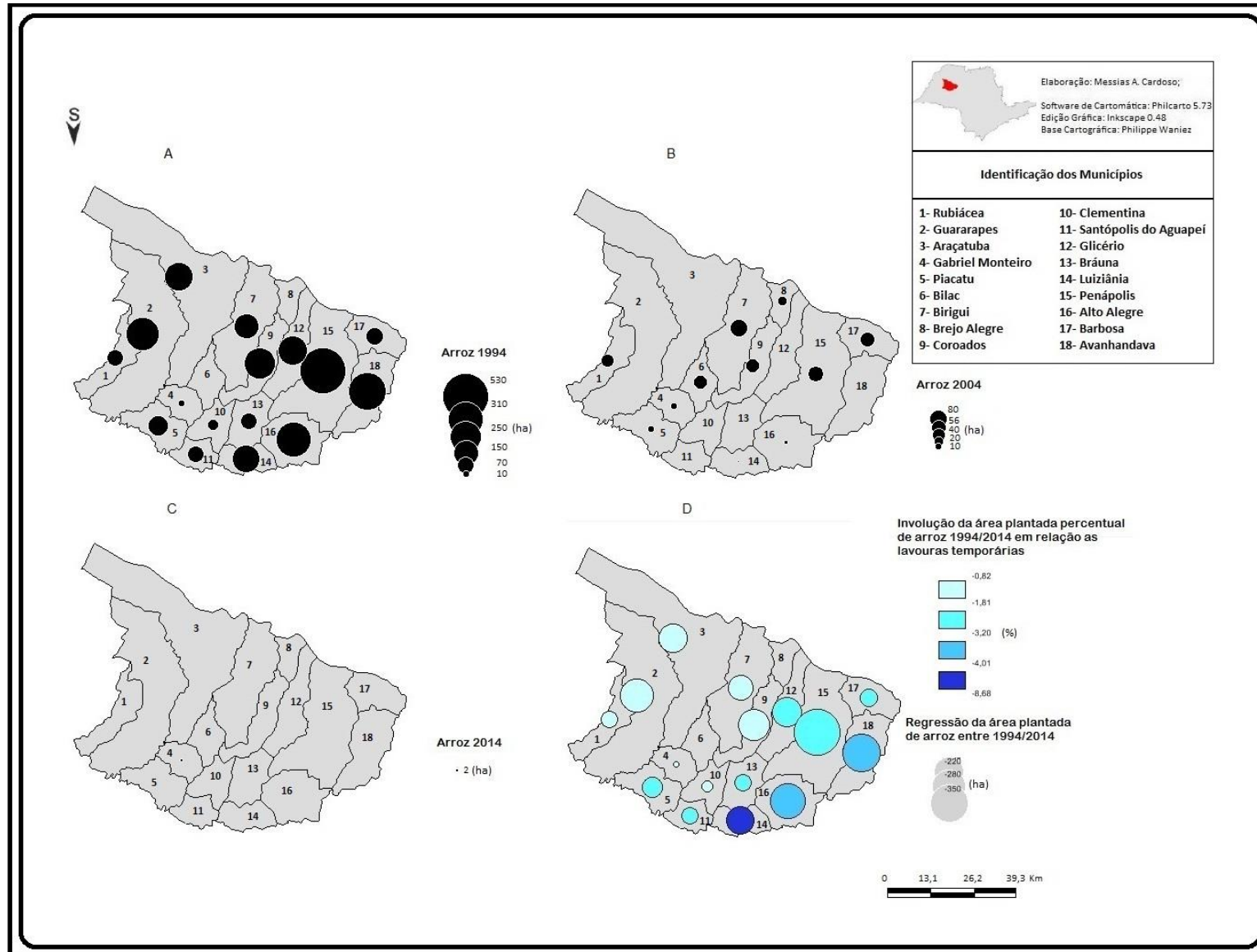
---

<sup>15</sup> Para pormenorização da dinâmica territorial de retração da área plantada de Arroz (em casca) por municípios do EDR de Araçatuba-SP, disponibilizamos no Anexo 4- Gráfico Síntese auxiliar das interpretações territoriais.

área de 2 hectares plantados no município de Gabriel Monteiro, ou seja, praticamente este cultivo alimentar foi extinto no recorte pesquisado.

Na (Prancha 6), o Mapa D, destaca e explora a involução percentual do cultivo de Arroz em relação às lavouras temporárias 1994-2014, e a regressão da área plantada. Com ele é possível perceber que todos os 18 municípios do EDR tiveram regressão e involução da área plantada de Arroz ao longo do período analisado. Além disso, a título de exemplo é possível frisar que o município de Penápolis apresentou maior regressão da área plantada, com redução da ordem de 530 hectares. No tocante a área plantada percentual de Arroz em relação às lavouras temporárias, a maior involução foi protagonizada pelo município de Luiziana.

Prancha 6- Retração Territorial do cultivo de Arroz no EDR de Araçatuba-SP 1994/2014



Fonte: SIDRA/IBGE, 2016. Elaboração: Cardoso, 2016.

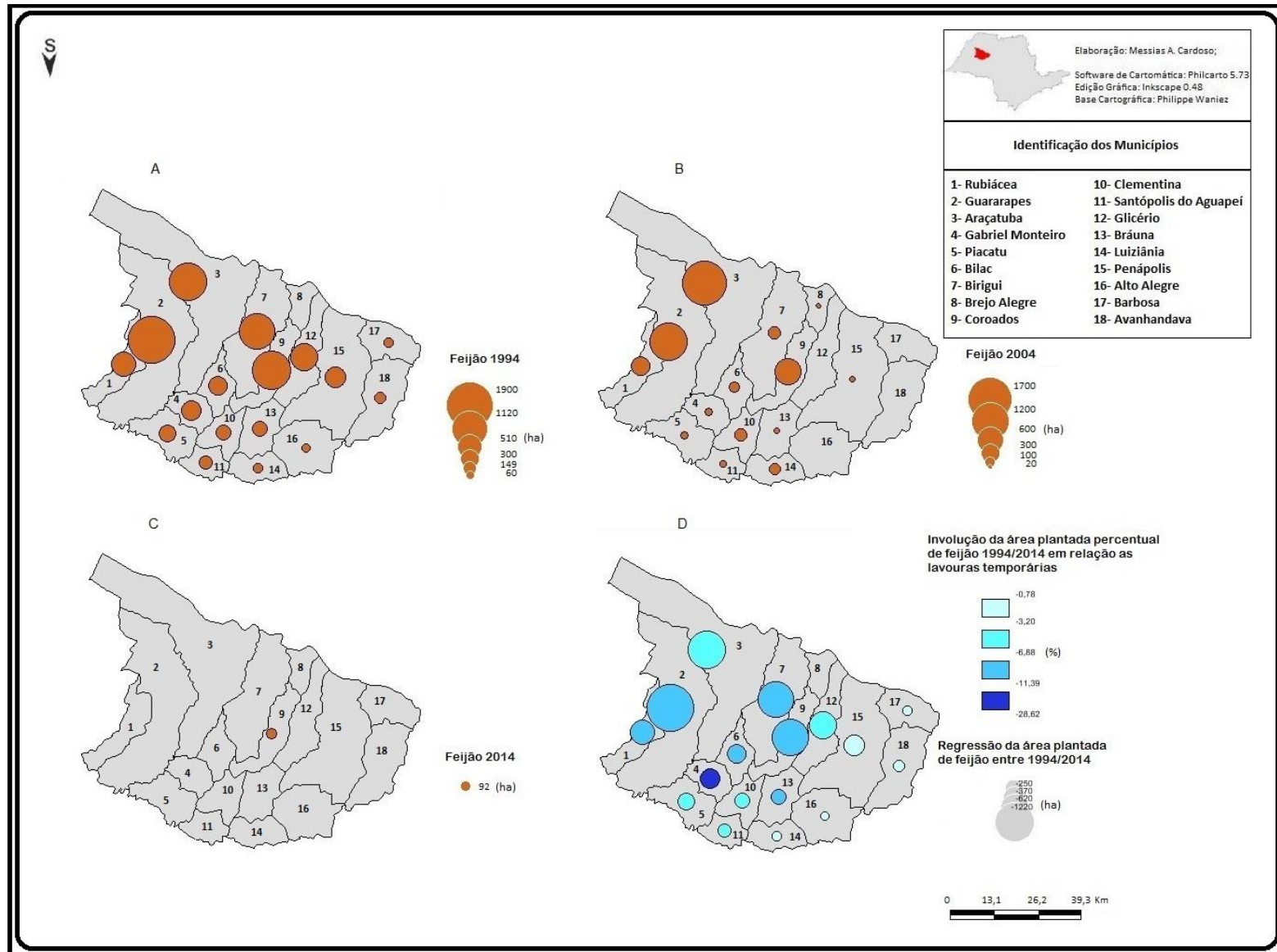
Situação semelhante se expressa para o cultivo de Feijão, com a redução territorial da área plantada como a (Prancha 7) apresenta. Os Mapas A, B e C da (Prancha 7), expressam a variação territorial, temporal e quantitativa da área plantada de Feijão no EDR. A intensidade nociva da retração territorial pode ser evidenciada, quando se percebe, segundo dados do IBGE/SIDRA que entre 1994-2014 a área plantada com Feijão, no âmbito do EDR de Araçatuba-SP, reduziu 8.642 hectares. Podemos perceber a dinâmica territorial, através da comparação dos mapas da área plantada com Feijão em 1994, 2004 e 2014, com uma enfática tendência a retração da área plantada, e a perda de territórios, restando apenas, a 92 hectares plantados no município de Coroados.<sup>16</sup>

Na (Prancha 7), o Mapa D, destaca e explora a involução percentual do cultivo de Feijão em relação às lavouras temporárias 1994-2014, e a regressão da área plantada. É possível perceber a intensa regressão e involução da área plantada com Feijão para todo o EDR. Além disso, a título de exemplo, é possível frisar que o município de Guararapes apresentou maior regressão da área plantada, à ordem de 1.900 hectares. No tocante a área plantada percentual de Feijão em relação às lavouras temporárias, a maior involução foi protagonizada pelo município de Gabriel Monteiro.

---

<sup>16</sup> O detalhamento da dinâmica territorial da redução de área plantada com Feijão por municípios do EDR de Araçatuba-SP, disponibilizamos no Anexo 5- Gráfico Síntese auxiliar das interpretações territoriais.

Prancha 7- Retração Territorial do cultivo de Feijão no EDR de Araçatuba-SP 1994/2014



Fonte: SIDRA/IBGE, 2016. Elaboração: Cardoso, 2016.

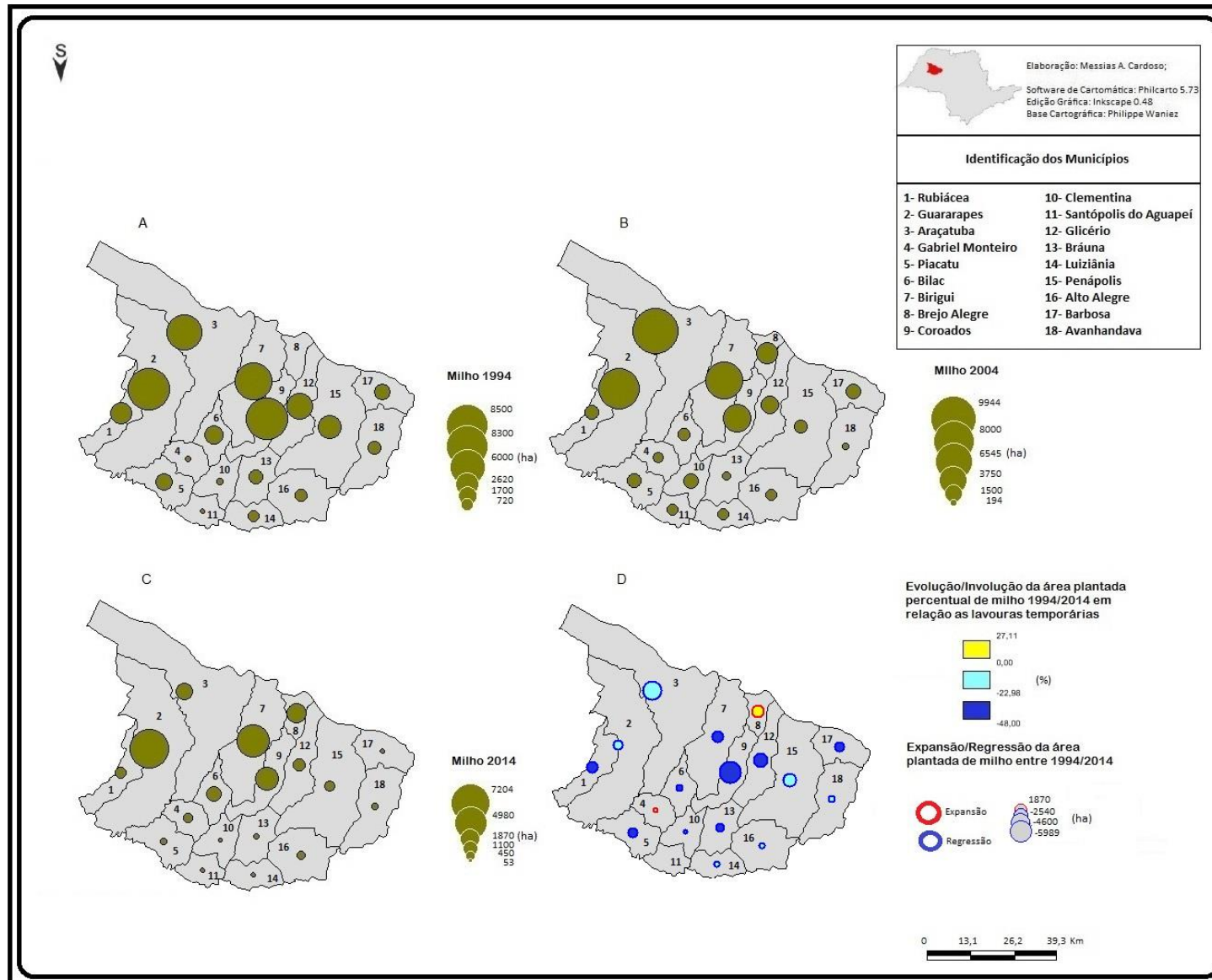
Na (Prancha 8) os Mapas A, B e C expressam a variação territorial, temporal e quantitativa da área plantada de milho no EDR. A intensidade desse processo pode ser evidenciada, quando se percebe, segundo dados do IBGE/SIDRA que entre 1994-2014 a área plantada com Milho no âmbito do EDR de Araçatuba-SP, reduziu 22.857 hectares, representando em termos percentuais retração de 50,7%. Ademais, podemos perceber a dinâmica da retração territorial, através da comparação dos Mapas A, B e C, que espacializam a área plantada de Milho em 1994, 2004 e 2014, com uma enfática tendência a diminuição da área plantada, e a perda de territórios.<sup>17</sup>

Na (Prancha 8), o Mapa D, enfatiza a evolução e involução percentual do cultivo de milho em relação às lavouras temporárias 1994-2014, e a expansão e regressão da área plantada. É possível perceber nítida tendência de regressão das áreas plantadas com Milho, enfatizando maior intensidade do processo de retração territorial nos municípios de: Barbosa, Bilac, Birigui, Braúna, Coroados, Glicério, Piacatu e Rubiácea. Nesse sentido, o município de Coroados, apresentou a maior redução em termos de área plantada de Milho, com perda no período de 5.989 hectares.

---

<sup>17</sup> O detalhamento da dinâmica territorial da retração da área plantada de Milho por municípios do EDR de Araçatuba-SP, disponibilizamos no Anexo 6- Gráfico Síntese auxiliar das interpretações territoriais.

### Prancha 8- Retração Territorial do cultivo de Milho no EDR de Araçatuba-SP 1994/2014



Fonte: SIDRA/IBGE, 2016. Elaboração: Cardoso, 2016.



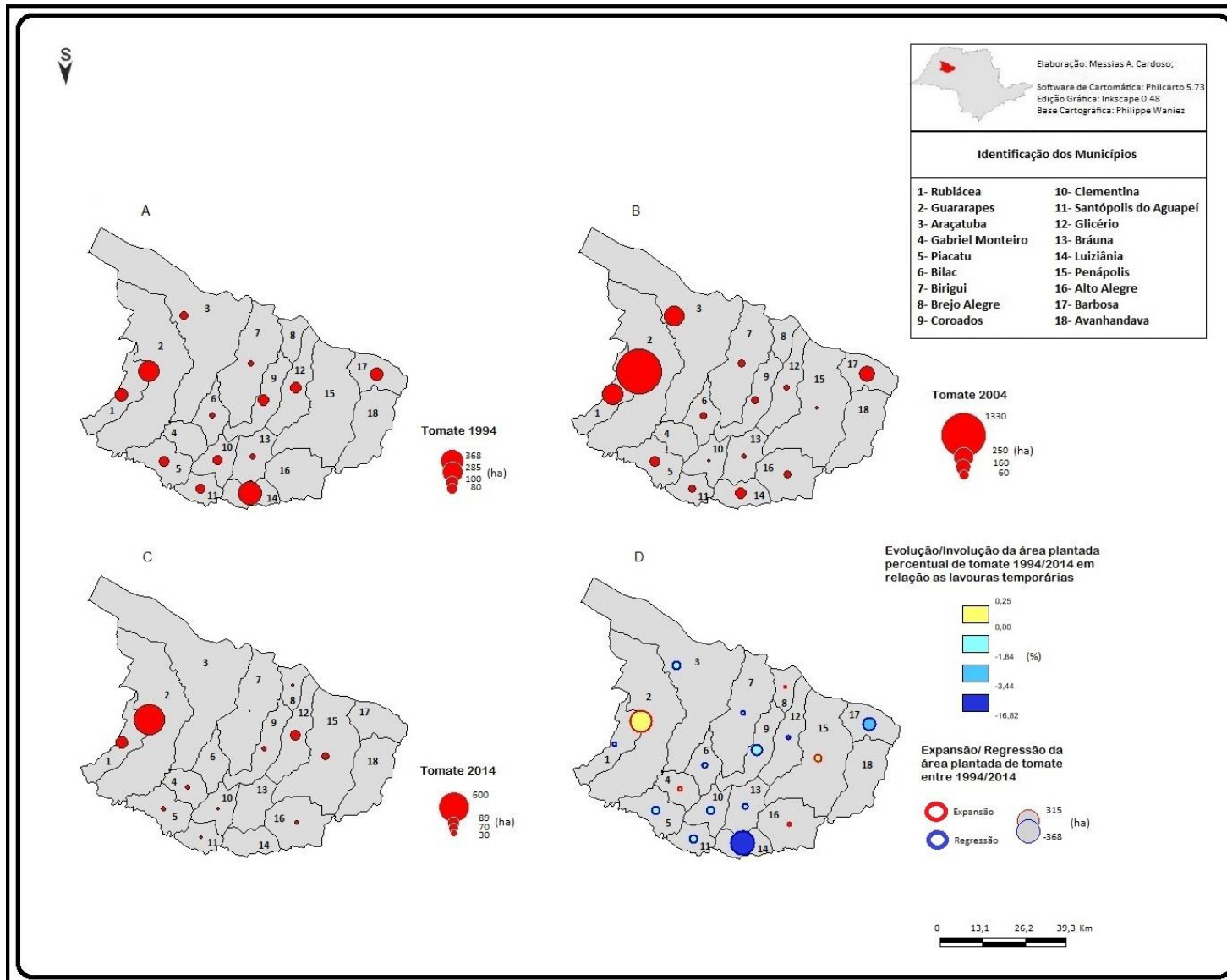
Outro cultivo que teve seus territórios ocupados pelo avanço do agrohidronegócio canavieiro, foi o tomate (Prancha 9). Os três primeiros Mapas A, B e C em conjunto, expressam a variação territorial, temporal e quantitativa da área plantada de tomate no EDR. A intensidade desse processo pode ser evidenciada, quando se percebe, segundo dados do IBGE/SIDRA que entre 1994-2014 a área plantada com tomate no âmbito do EDR de Araçatuba-SP, reduziu 420 hectares representando em termos percentuais uma redução na ordem de 33%. Isto é, há tendência a retração da área plantada absoluta e da área plantada relativa, em relação às lavouras temporárias.<sup>18</sup>

Na (Prancha 9), o Mapa D, explora a evolução percentual do cultivo de tomate em relação às lavouras temporárias 1994-2014, e a expansão e regressão da área plantada. É possível perceber nítida tendência de regressão e involução das áreas plantadas com o cultivo de tomate, enfatizando maior intensidade do processo de retração territorial nos municípios de: Araçatuba, Barbosa, Bilac, Birigui, Braúna, Clementina, Coroados, Glicério, Luiziânia, Piacatu, Rubiácea e Santópolis do Aguapeí. Nesse sentido, o município de Luiziânia, apresentou a maior redução em termos de área plantada absoluta e relativa de Tomate, com perda no período de 368 hectares, significando o desaparecendo deste cultivo neste município.

---

<sup>18</sup> A síntese da retração da área plantada de Tomate por municípios do EDR de Araçatuba-SP, disponibilizamos no Anexo 7- Gráfico Síntese auxiliar das interpretações territoriais.

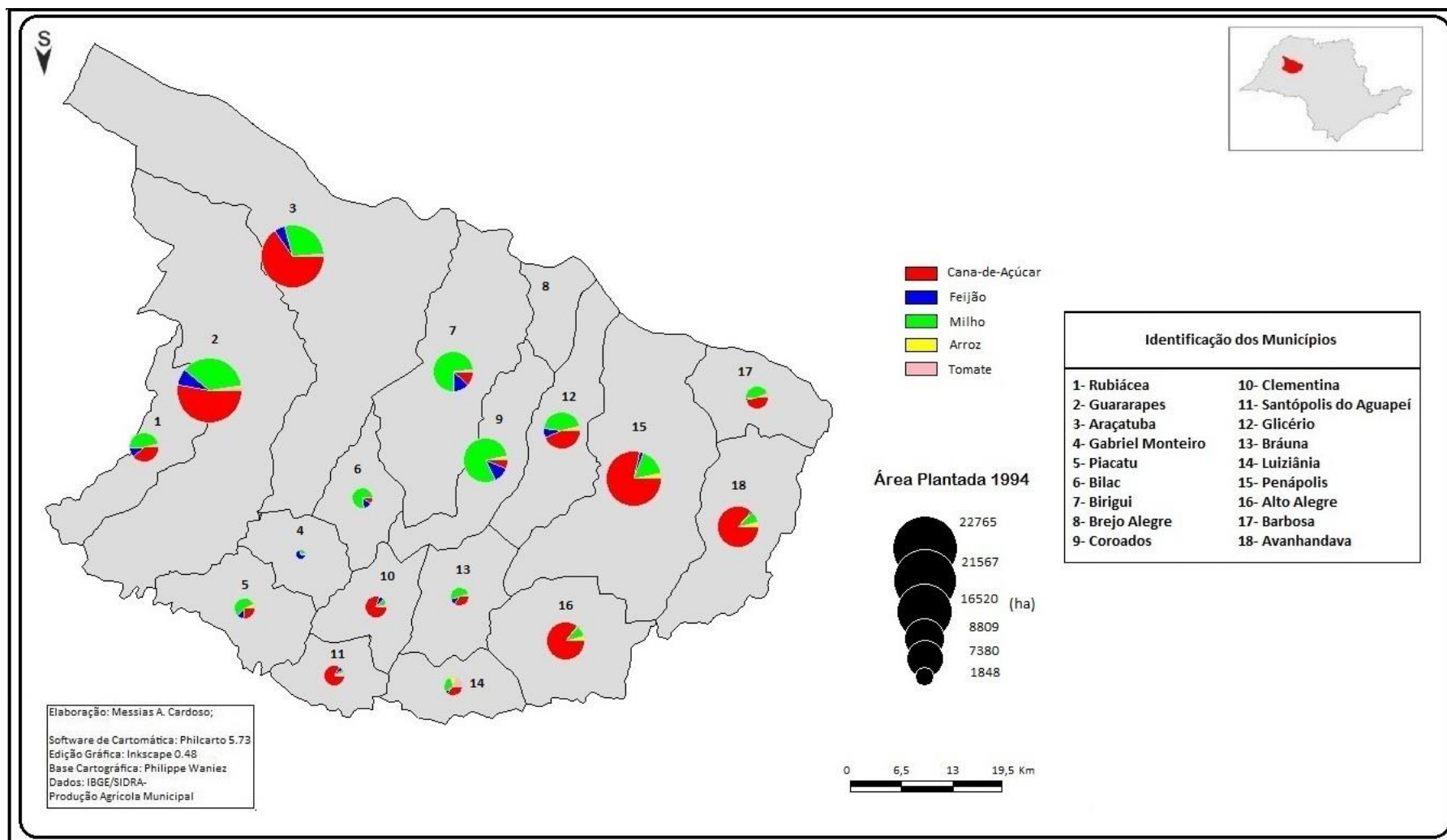
Prancha 9- Retração Territorial do cultivo de Tomate no EDR de Araçatuba-SP 1994/2014



Fonte: SIDRA/IBGE, 2016. Elaboração: Cardoso, 2016.

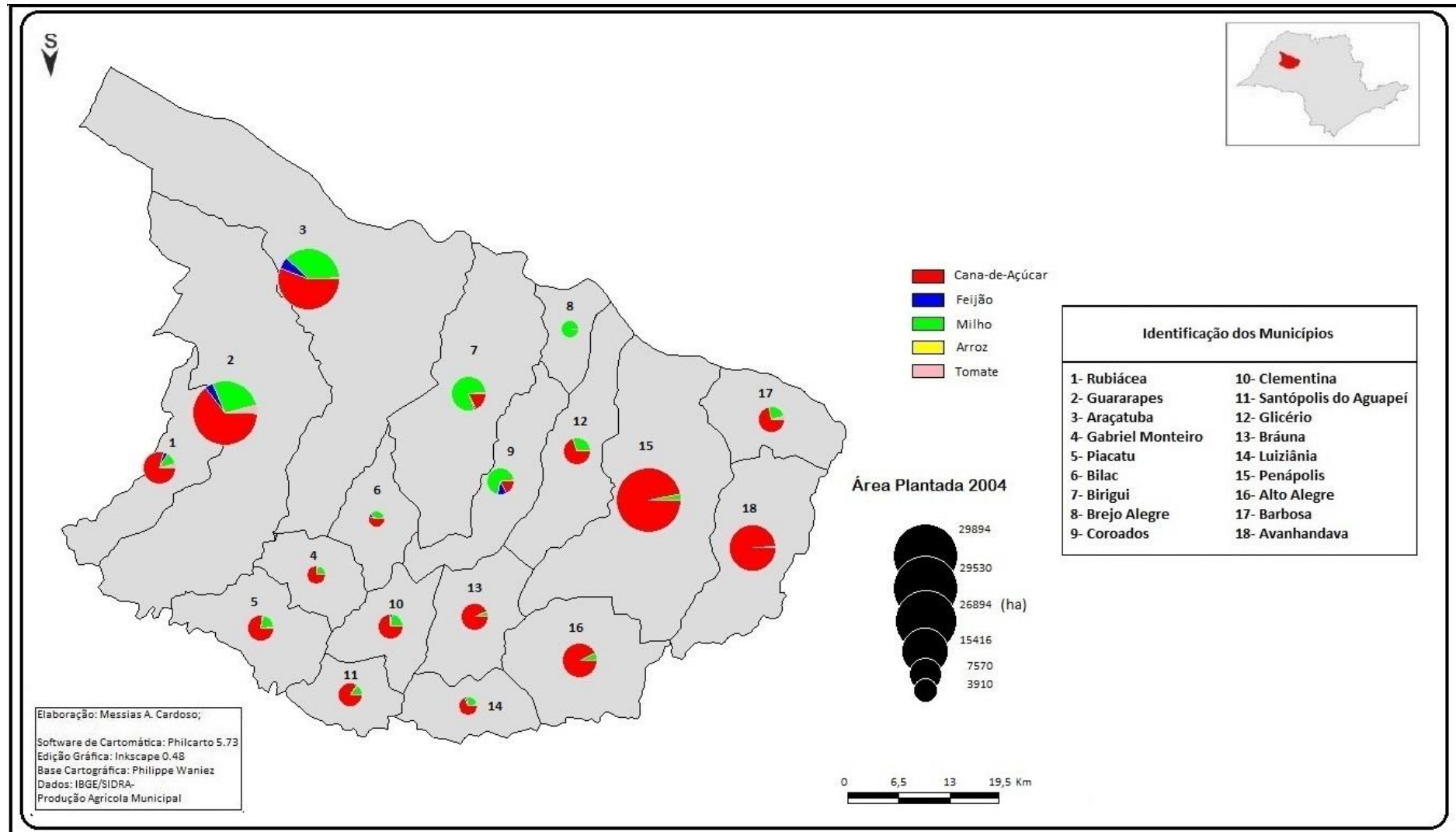
Nos (Mapas 4, 5 e 6) tentamos dimensionar e qualificar o entendimento em conjunto da expansão/retração territorial dos cultivos selecionados para este trabalho na dinâmica escalar do EDR de Araçatuba.

**Mapa 4- Distribuição e Comparação da Área Plantada (ha) de Cana-de-Açúcar, Milho, Arroz, Feijão e Tomate no EDR de Araçatuba-SP- 1994**



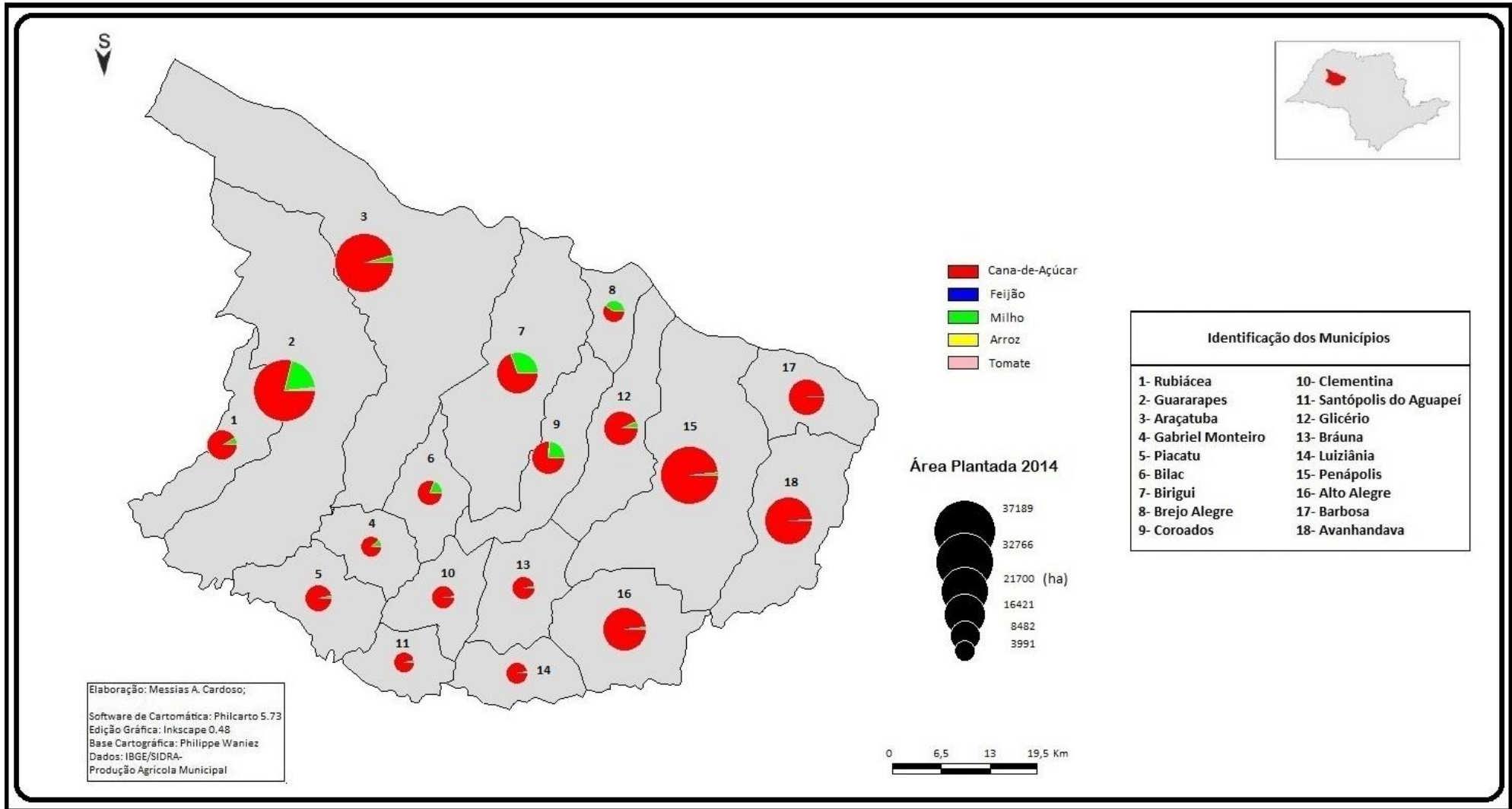
Fonte: SIDRA/IBGE, 2016. Elaboração: Cardoso, 2017.

Mapa 5- Distribuição e Comparação da Área Plantada (ha) de Cana-de-Açúcar, Milho, Arroz, Feijão e Tomate no EDR de Araçatuba-SP- 2004



Fonte: SIDRA/IBGE, 2016. Elaboração: Cardoso, 2017.

Mapa 6- Distribuição e Comparação da Área Plantada (ha) de Cana-de-Açúcar, Milho, Arroz, Feijão e Tomate no EDR de Araçatuba-SP- 2014



Fonte: SIDRA/IBGE, 2016. Elaboração: Cardoso, 2017.

Através dos Mapas 4, 5 e 6 é possível abordar criticamente o avanço territorial da cana-de-açúcar. Isto é, novos territórios foram incorporados ao cultivo de cana-de-açúcar no EDR. Para tanto, substituiu/retraiu os cultivos de arroz, feijão, milho e tomate, que praticamente desapareceram. Em outras palavras, a expansão canavieira, deixou um rastro de destrutividade perante os cultivos alimentares. Por trás do discurso ambientalmente correto, sustentável, produtor de energia limpa, gerador de empregos e responsável pelo desenvolvimento regional, o que se verifica de fato, é um desmonte gradual e intenso das formas de vida e produção camponesa. Porque, sob a lógica do capital no campo, a produção de alimentos não tem vez, não lhe interessa, pois, a “menina dos olhos” para o agrohidronegócio é produção de *commodities*, não necessariamente para sanar o problema mundial da *fome*, mas sim, para ampliação da sua taxa de lucro.

O que nos interessa evidenciar é que enquanto os dados das terras disponíveis para as culturas tradicionais alimentares, apontam queda, um declínio acentuado da área plantada, para o agrohidronegócio canavieiro tem-se o inverso. Assim sendo, gostaríamos de defender a ideia, de que a territorialização do monopólio orquestrada pelo agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba, vem se dando também sobre áreas de cultivo alimentares, portanto, a dinâmica territorial de inserção das terras, no circuito canavieiro vem desmitificando os discursos veiculados pela “grande imprensa”, mediatizados por campanhas midiáticas milionárias, que afirmam que a produção de alimentos não vem sendo afetada pela expansão do “mar-de-cana”.

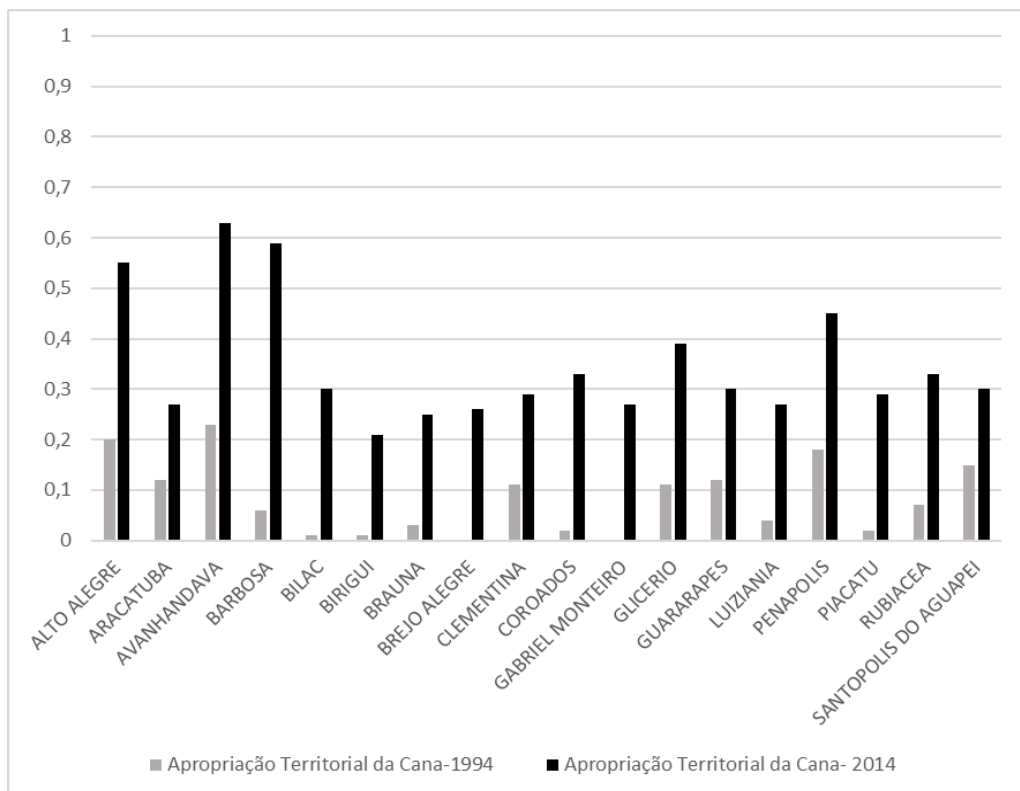
A defesa apologética do agrohidronegócio canavieiro, não resiste às constatações evidenciadas por meio da pesquisa que estamos realizando, pois a expansão territorial da cana-de-açúcar, no EDR analisado, não se resume a transferência de uma forma de uso para outra, esse processo, se deu mantendo territórios e controlando outros. Uma expansão territorial que exigiu, por um lado, o aumento da tecnologia de produção, mas principalmente, retração territorial e controle de outros territórios que pertenciam a outros cultivos, sobretudo alimentares, revelando assim, que o modelo de desenvolvimento do agrohidronegócio é incompatível, incongruente com a produção de alimentos.

Nestes termos, o modelo proposto pelo agrohidronegócio canavieiro não atende a segurança alimentar, muito pelo contrário, ataca a produção camponesa de alimentos, em outras palavras, seria o mesmo que dizer, que a apropriação do

território para produção de cana-de-açúcar encimada no modelo de desenvolvimento do agrohidronegócio em grande escala, não combina com a produção de alimentos. Fica claro então, que a apropriação destrutiva do território promovida pelo avanço do agrohidronegócio canavieiro, tende à homogeneização da paisagem e, a territorialização do monopólio, exercendo diretamente o controle dos usos e ocupações das terras.

Para compreendermos a expansão territorial do agrohidronegócio canavieiro inserimos no (Gráfico 6) o Índice de Apropriação Territorial da Cana-de-Açúcar, tomando como referência temporal os anos de 1994 e 2014, os cálculos produzidos envolveram a divisão da Área Plantada de Cana-de-Açúcar (Km<sup>2</sup>) pela Área Territorial Total (Km<sup>2</sup>) de cada município integrante do EDR de Araçatuba. Temos assim, um dado demonstrativo proporcional do avanço territorial canavieiro sob o conjunto das terras dos municípios do EDR estudado. Dessa forma, quanto mais próximo de 1 os índices apontam maior proporção de terras sob domínio do agrohidronegócio canavieiro.

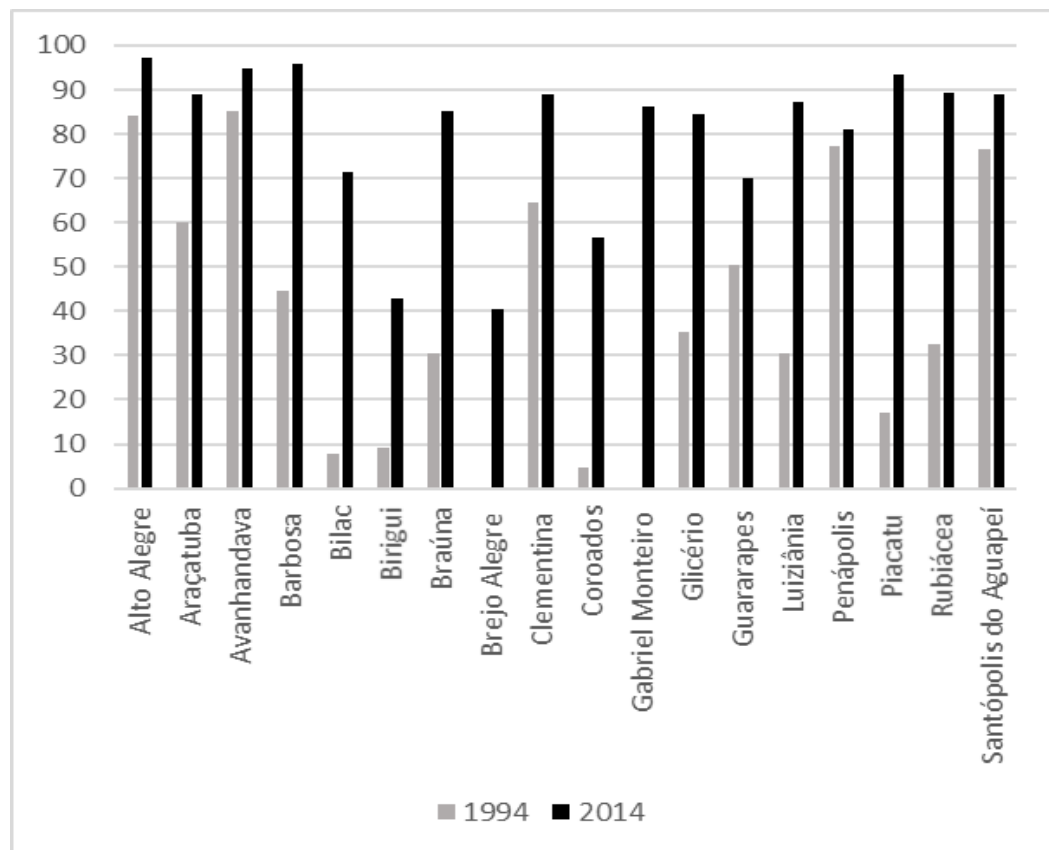
**Gráfico 6- Índice de Apropriação Territorial da Cana-de-Açúcar-  
EDR Araçatuba-SP- 1994/2014**



Fonte: IBGE/ Produção Agrícola Municipal. Elaboração: Cardoso, 2017.

É interessante notar que os 18 municípios analisados apresentaram no período 1994/2014, elevação do índice de apropriação territorial pela cana-de-açúcar, ou seja, o capital canavieiro tem a sua disposição cada vez mais terras, seja via aquisição ou arrendamento/parceria, para ampliação do avanço destrutivo do modelo pautado pelo agrohidronegócio. No município de Avanhandava ocorre o maior índice de apropriação territorial da cana sob o território municipal, ultrapassando a marca de 60% destinado à cana-de-açúcar. Ressaltamos ainda, da análise gráfica que nenhum dos 18 municípios apresenta índice inferior a 0,2 o que representa em termos percentuais, que a cana-de-açúcar está presente em todos os municípios do EDR valendo o domínio - nunca em proporção inferior - sob no mínimo 20% das terras municipais. Esses dados nos ajudam a qualificar a voracidade e os efeitos da expansão territorial canavieira sob os demais cultivos. Pois, como o (Gráfico 7) demonstra o conjunto das lavouras temporárias é hegemonizado pelo cultivo de cana-de-açúcar.

**Gráfico 7- Área Plantada Percentual de Cana-de-Açúcar em Relação às Lavouras Temporárias- EDR de Araçatuba- 1994/2014**



Fonte: IBGE/ Produção Agrícola Municipal. Elaboração: Cardoso, 2017.



Ao confrontarmos a área plantada percentual de cana-de-açúcar em relação as demais lavouras temporárias Gráfico 7, identifica-se forte tendência a monocultura implementada pela lógica do agrohidronegócio, constata-se que 13 dos 18 municípios do EDR de Araçatuba em 2014, apresentavam mais de 80% da área plantada com lavouras temporárias dominadas pelo cultivo da cana-de-açúcar. Ou seja, a expansão territorial canavieira não busca apenas se expandir pelo território, mas procura controlar e eliminar os demais cultivos, ou resistências que não se enquadram em seu *modus operandis*.

Não se trata apenas de uma inofensiva apropriação territorial, mas sim, de uma apropriação territorial destrutiva, que ataca as relações que não se encaixam no seu jogo. Conforme Thomaz Junior (1988), a territorialização do monopólio canavieiro, se evidencia por meio da apropriação crescente da renda fundiária pelos grupos usineiros, no qual este processo não se desenrola uniformemente, mas sim de forma diferenciada, porque não necessariamente os grupos usineiros compram terras, utilizam em alguns casos a prática do arrendamento. Corroborando com essa sinalização, Backes (2008) indica que, o processo de “homogeneização” do território através da agroindústria canavieira, vem atingindo o pequeno agricultor, arrendatários e o trabalhador assalariado no campo, se apropriando e expandindo-se pelo território afora. Indo além, é interessante destacar a participação da terra como mercadoria nesse processo. Como afirma (MARTINS, 1983, p. 159-160).

A terra não é produto nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho. É um bem natural, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho [...] a terra não é a materialização do trabalho humano, mas se transforma em mercadoria.

Como destaca (IANNI, 1981, p.154), “a terra torna-se mercadoria, ganha preço, passa a ser objeto e meio de produção de valores de troca, estando ela inserida nas relações capitalistas de produção”. Via de regra, defendemos a assertiva, de que o grande motivador quando da tomada de decisão pelo arrendamento da terra para o capital, encontra-se no fator econômico que, no início do processo, em razão da dificuldade em conseguir crédito e assistência rural para o cultivo agrícola tradicional, acabam sendo “atraídos”, pelo ilusório preço pago nos momentos de euforia do setor canavieiro.

Quando no final do prazo de arrendamento da terra para o agrohidronegócio, diante da inexistência de recursos para o restabelecimento das atividades

anteriormente praticadas, impossibilidade de recomposição de cercas, casas e toda a infraestrutura retirada pela formação das grandes áreas de plantio/cultivo monocultor, somado ao fato do sucateamento e/ou venda de máquinas e implementos agrícolas, em decorrência, de não mais serem usados, dá-se aí, o “*pulo do gato*”, onde o proprietário vê-se refém do capital.

Dessa forma, fragilizado na relação desigual com o grande capital, o agricultor/proprietário acaba por ter duas alternativas igualmente desfavoráveis, ou renova o contrato de arrendamento, por uma remuneração bem menor. Ou, o outro caminho, leva o proprietário a ceder de vez ao cortejo do capital canavieiro, vendendo suas terras por valores muito abaixo do que valiam antes do referido arrendamento, vindo a proletarizar-se constituindo mão-de-obra para a expansão canvieira.

Na verdade, estamos partindo da premissa que a mercantilização da terra, da água e do trabalho em conjunto, são pilares responsáveis pela expansão do capital no campo atualmente. A monopolização da propriedade privada da terra se apresenta como essencial estrutura para garantir a posse da água, seja ela subterrânea ou superficial, e para submissão do trabalhador (CUNHA; CARVALHAL, 2014). É por isso, que o conceito de agrohidronegócio vem ganhando amplitude analítica para compreensão dos conflitos territoriais que não envolvem apenas o domínio da terra, mas indissociavelmente o controle das reservas hídricas superficiais ou subterrâneas que são exauridas para concretização da *commoditização* do campo.

O conceito de agrohidronegócio vai além do neologismo, não é apenas uma adjetivação barata, faz parte de um esforço teórico de aprofundamento da leitura dos conflitos territoriais que sempre foram vistos somente pelo viés da terra, mas que indiretamente visavam também o domínio da água. Terra e água assim, formam um par dialético indissociável para a reprodução da agricultura. É por isso, que o capital personificado pela sanha do agrohidronegócio busca a expansão e o controle territorial, pois ao controlar o território multidimensionalmente se fartam do uso da terra e da água, mas também do ponto de vista geográfico, as bacias hidrográficas, os cursos d'água estão diretamente envolvidos na malha territorial da cana-de-açúcar e, portanto veiculam livremente toda carga de agroquímicos que são aplicados, para as populações, animais, plantações, coberturas vegetais, da área *core*, e à jusante, para todos indistintamente.

O modelo de desenvolvimento erigido sob os auspícios do agrohidronegócio expressa-se no campo à base de tensionamento, no qual o metabolismo do capital busca de qualquer maneira, via de regra truculenta, obter a gestão e o controle da água nos territórios, enquanto instrumento de poder político-econômico e social (TORRES, 2007). Assim sendo, terra e água passam a ser, de forma conjunta, apropriadas para se transformarem em mercadorias, ao invés de serem consideradas bens públicos, conforme as necessidades humanas (MENDONÇA, 2015).

Para esclarecer melhor, o papel vital que a água desempenha no seio do agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba, devemos focar a apropriação dos recursos hídricos no circuito produtivo, desse modo, o conceito de água virtual, nos auxilia na leitura da intensificação da apropriação de água pelo capital canavieiro. O conceito de água virtual ou “virtual water” foi uma expressão cunhada pelo geógrafo John Anthony Allan, professor da University of London, no início da década de 1990. Em sua essência, água virtual diz respeito ao comércio indireto da água que está embutida em certos produtos, especialmente as *commodities* agrícolas, enquanto matéria-prima intrínseca desses produtos. Ou seja, toda água envolvida no processo produtivo de qualquer bem industrial ou agrícola passa a ser denominada água virtual (HOEKSTRA; CHAPAGAIN, 2007; CARMO et al., 2007).

Os cálculos envolvidos nas estimativas do volume de água virtual por cultivo, no entanto, são complexos. Para estimar estes valores, deve-se considerar a água envolvida em toda a cadeia de produção, assim como, as características específicas de cada região produtora, além das características ambientais e tecnológicas. Um indicador útil para expressar o uso da água para a produção de *commodities* é a Water Footprint (WF) ou “Pegada Hídrica”, como introduzido por Hoekstra (2002). O WF de uma mercadoria é definido como o volume total de água doce que é usado durante o processo de produção. Para *commodities* agrícolas, o uso de água consiste principalmente no consumo de água por culturas durante o período de crescimento e a água cinza, que é o volume de água necessário para diluir uma certa quantidade de poluição, de modo que atenda aos padrões de qualidade da água ambiente (SCHOLTEN, 2009, tradução nossa)<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Cf. Texto original em inglês SCHOLTEN, 2009, p.11: A useful indicator to express the water use for the production of commodities is the Water Footprint (WF) as introduced by Hoekstra (2002). The WF of a commodity is defined as the total volume of freshwater that is used during the production process.

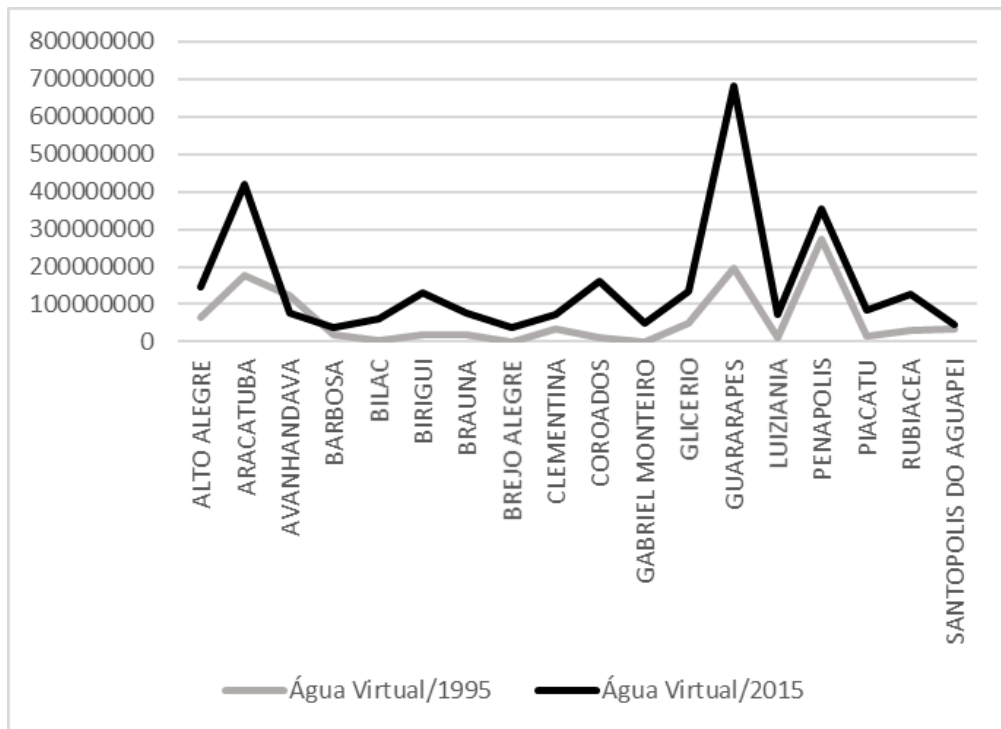
A metodologia da Pegada Hídrica fornece um indicador do consumo de água, que inclui usos diretos e indiretos, utilização de água superficial ou subterrânea, utilização da água da chuva e poluição gerada. Mas, apesar de ser uma metodologia abrangente, e muito aceita no meio científico, no Brasil ainda são poucos os estudos realizados nesta área. (BLENINGER; KOTSUKA, 2015). Assim, para identificar a quantidade de água utilizada pelo agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba na produção da cana-de-açúcar, a metodologia de cálculo empregada neste trabalho foi obtida através dos levantamentos de Hoekstra; Hung (2002) que discriminam a quantidade de água necessária em cada país, em média, para produzir um conjunto de *commodities*. As estimativas apresentadas neste trabalho, se baseiam no coeficiente médio geral de 209 m<sup>3</sup>/t para a cultura da cana-de-açúcar no Brasil.

Em posse dos dados da quantidade produzida de toneladas de cana-de-açúcar por município, disponibilizados pelo IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal e do coeficiente médio da demanda específica de água do cultivo de cana-de-açúcar examinamos o volume de água (m<sup>3</sup>) apropriado pelo agrohidronegócio canavieiro em uma comparação temporal para os anos de 1995 e 2015 referente aos 18 municípios integrantes do EDR em estudo (Gráfico 8).

---

For agricultural commodities water use mainly consists of water consumption by crops during growing period and grey water which is the volume of water needed to dilute a certain amount of pollution such that it meets ambient water quality standards.

**Gráfico 8- Apropriação de Água Virtual (m³) pelo Agrohidronegócio Canavieiro por Municípios do EDR de Araçatuba- 1995/2015**

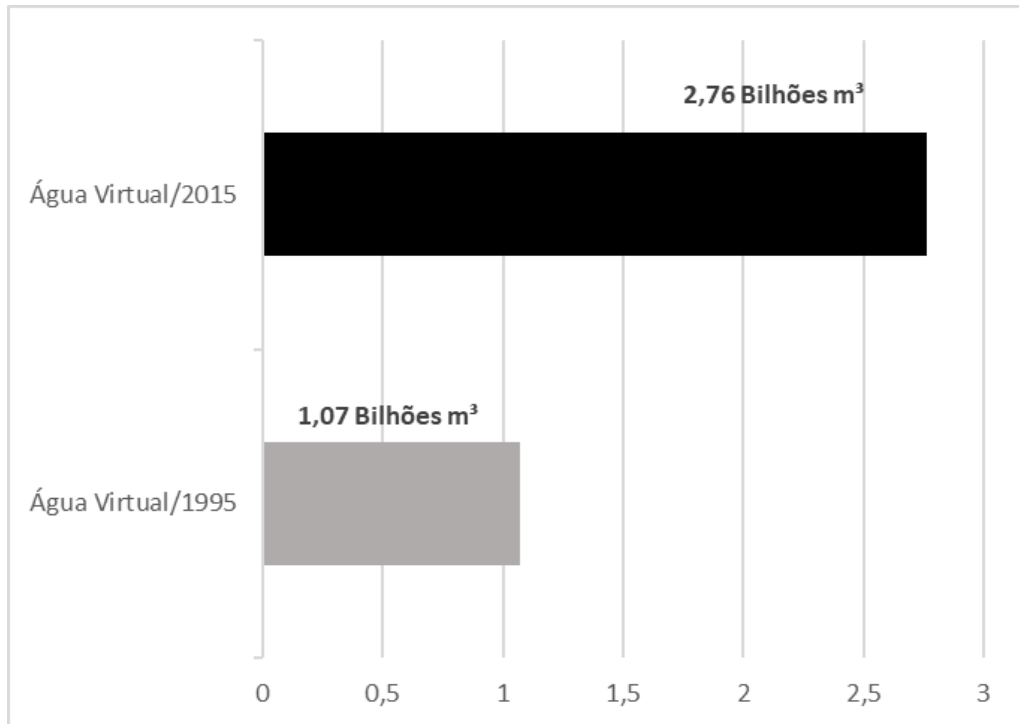


Fonte: IBGE/Produção Agrícola Municipal; Hoekstra; Hung (2002). Elaboração: Cardoso, 2017.

Ao analisarmos o Gráfico 8 verificamos a quantidade elevada de água virtual utilizada na cultura de cana-de-açúcar pelo agrohidronegócio. No comparativo temporal entre os anos de 1995 e 2015, percebemos que 17 dos 18 municípios analisados apresentaram elevação da quantidade de água virtual destinada a produção de cana-de-açúcar. Ao revelarmos a quantidade de água virtual incorporada na produção da cana-de-açúcar, fica bem fácil entender porque o controle territorial do agrohidronegócio não se restringe a terra. Os números astronômicos do uso de água na produção do agrohidronegócio são raramente revelados ao conjunto da sociedade, para termos uma ideia somente no município de Guararapes em 2015, o agrohidronegócio apropriou-se de 681.187.430 m³ de água virtual incorporada em seu circuito de produção.

Ao agregarmos os dados municipais da apropriação de água virtual na produção de cana-de-açúcar, obtemos o (Gráfico 9) que ilustra a realidade regional de incorporação da água a produção canavieira do EDR de Araçatuba.

**Gráfico 9- Apropriação de Água Virtual (m<sup>3</sup>) pelo Agrohidronegócio Canavieiro no EDR de Araçatuba- 1995/2015**



Fonte: IBGE/Produção Agrícola Municipal; Hoekstra; Hung (2002). Elaboração: Cardoso, 2017.

Vemos assim, com o Gráfico 9 que apropriação de água virtual pelo agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba, ultrapassa a marca de quase três bilhões de m<sup>3</sup>. Em termos comparativos, nos anos de 1995 e 2015, o aumento de utilização e incorporação de água virtual ao circuito da produção canavieira galgou o desmensurado valor de 1.686.536.786 m<sup>3</sup>, o que representa em termos percentuais um crescimento de apropriação de água virtual da ordem de 156,18%. O volume de água virtual apropriado pelo metabolismo destrutivo do agrohidronegócio canavieiro é tão extremo, que os valores alcançados dificultam imaginá-los. Para isso elaboramos a (Tabela 2) que traz o volume de água consumido pela população dos municípios do EDR de Araçatuba em 2015.

Tabela 2- Consumo Populacional de Água (m<sup>3</sup>) por Municípios do EDR de Araçatuba- 2015

<b>Municípios EDR de Araçatuba</b>	<b>Consumo de Água (m<sup>3</sup>) - 2015</b>
ALTO ALEGRE	196.440
ARACATUBA	13.294.930
AVANHANDAVA	500.760
BARBOSA	289.000
BILAC	510.000
BIRIGUI	9.932.720
BRAÚNA	272.000
BREJO ALEGRE	140.440
CLEMENTINA	388.680
COROADOS	277.440
GABRIEL MONTEIRO	148.510
GLICÉRIO	248.580
GUARARAPES	1.811.990
LUIZIÂNIA	246.440
PENÁPOLIS	4.457.000
PIACATU	283.160
RUBIÁCEA	130.630
SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ	217.080
<b>Consumo Total- EDR Araçatuba</b>	<b>33.345.800</b>

Fonte: SNIS- Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.  
Elaboração: Cardoso, 2017.

Constata-se pela Tabela 2 que o volume de água consumido pela população dos 18 municípios analisados em 2015 gira em torno de 33.345.800 m<sup>3</sup>. Realizando o exercício comparativo entre o volume de água virtual apropriada pelo agrohidronegócio canavieiro em sua produção de cana-de-açúcar e o volume de água consumida anualmente pela população do EDR de Araçatuba, obtemos as seguintes conclusões: o volume de água anual consumido pela população regional representa em termos percentuais a insignificante cifra de 0,12% da quantidade de água que o agrohidronegócio se apropria em seu circuito de produção da cana-de-açúcar. Em outras palavras, o montante de água virtual utilizado pelo agrohidronegócio canavieiro ao longo de 2015 em sua produção canavieira, seria suficiente para abastecer o consumo populacional do EDR de Araçatuba- referente a 2015- em 82,9 vezes, ou seja, 1 ano de água virtual apropriada pelo capital canavieiro seria capaz de abastecer o consumo populacional dos 18 municípios do EDR por 82 anos. Fica assim, demonstrado cabalmente que os recursos hídricos são intensamente sugados pela pilhagem territorial efetuada pelo capital (PERPETUA, 2016).

Entretanto, diriam os apologistas do “agro” que este volume de recursos hídricos carreados para a produção, gera divisas e riquezas para o país. Argumentos manipulatórios que ao leve aperto de tinta crítica podemos remove-los, que riqueza é essa que se apropria destrutivamente de um recurso natural finito para convertê-los em meros valores de troca? E o mais alarmante, para onde vai toda essa água metamorfoseada em *commodities* no circuito do agrohídronegócio canavieiro?

Para respondermos essas indagações buscamos informações a respeito do principal produto exportado pelo agrohídronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba: o Açúcar VHP. Os dados de produção de Açúcar VHP, foram extraídos da Secretaria de Comércio Exterior/SECEX para o ano de 2016, com base nesses dados e na indicação de Scholten (2009) que descreve o coeficiente médio de água incorporada ao longo do processo produtivo do Açúcar VHP em 1284 m<sup>3</sup>/t para o Brasil, elaboramos a (Tabela 3).

**Tabela 3- Exportação de Açúcar VHP (t) e Água Virtual Exportada (m<sup>3</sup>)  
EDR de Araçatuba- 2016.**

<b>Unidades Canavieiras<sup>20</sup></b>	<b>Exportação Açúcar VHP (t)</b>	<b>Água Virtual Exportada (m<sup>3</sup>)</b>
Clealco- Penápolis	4.922,7	6.320.746,8
Revati- Brejo Alegre	18.250,7	23.433.898,8
Diana- Avanhandava	34.997,6	44.936.918,4
Unialco- Guararapes	124.576,2	159.955.840,8
Clealco- Clementina	488.467,3	627.192.013,2
<b>Total</b>	<b>671.214,5</b>	<b>861.839.418</b>

Fonte: SECEX- Secretaria de Comércio Exterior, 2016. Scholten (2009).  
Elaboração: Cardoso, 2017.

Nota-se na Tabela 3, que a maior exportadora de Açúcar VHP no EDR é a unidade Clealco-Clementina, ressalta-se ainda, que em conjunto as exportações de Açúcar VHP perfizeram um montante de 671.214,5 t que representaram em termos de água virtual a saída e transferência de recursos hídricos regionais da ordem de 861.839.418 m<sup>3</sup>. Desse modo, não estamos falando somente da apropriação e metamorfose destrutiva de recursos naturais em mercadorias, pois a situação fica

<sup>20</sup> Na Tabela 3 fazemos referência somente as 5 unidades canavieiras que realizaram em 2016 exportação de Açúcar VHP.



ainda pior, quando descobrimos que os recursos naturais regionais estão sendo saqueados e transferidos para outros países (Tabela 4).

**Tabela 4- Principais Países Importadores de Açúcar VHP-  
EDR de Araçatuba- 2016**

<b>Países Importadores</b>	<b>Valor US\$</b>
1- ÍNDIA	33.556.670
2- BANGLADESH	23.633.721
3- ARGÉLIA	22.889.155
4- CHINA	20.409.933
5- MALÁSIA	12.348.937
6- EGITO	8.603.634
7- HONG KONG	6.559.015
8- IRAQUE	2.529.025
9- LITUÂNIA	1.697.846
10- ARÁBIA SAUDITA	1.056.896
<b>Total</b>	<b>133.284.832</b>

Fonte: SECEX- Secretaria de Comércio Exterior, 2016.  
Elaboração: Cardoso, 2017.

Na Tabela 4 podemos entender que os principais países importadores de Açúcar VHP produzido no EDR de Araçatuba são países da periferia do sistema, sobretudo do Sudeste Asiático, Oriente Médio e do Norte da África, alguns muito populosos, como a China e a Índia, e outros com dificuldades em reservas hídricas como a Argélia, Arábia Saudita e Iraque, países com grandes porções de seus territórios sob clima semiárido e desértico, mas potências em reservas e extração de combustíveis fósseis e membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo- OPEP. Com efeito, sob a lógica do sociometabolismo do capital, a natureza é convertida em valor de troca, forma-se assim um mercado internacional dos recursos naturais metamorfoseados pelo eufemismo da *commoditização*. Significa dizer, que se forma um mecanismo espúrio de transferência de recursos naturais consubstanciada no dinheiro, em que a forma de utilização e preservação do ambiente sequer é aventada, o agrohidronegócio como “defensor da propriedade privada” toma para si os bens naturais, com um só objetivo a concretização de sua acumulação ampliada a qualquer custo.

Sob a lógica do capital, os acessos aos recursos existentes na natureza passam por relações mercantis, visto que sua apropriação pelo capital implica a eliminação de sua “gratuidade natural” (OLIVEIRA, 2002). Melhor dizendo, a

incorporação da natureza e do próprio homem ao circuito produtivo é a base para que o capital se expanda. No processo de acumulação do capital, o trabalhador tem sido despojado do conjunto dos meios de reprodução de sua existência e forçado a transformar sua força de trabalho em mercadoria, a serviço do próprio capital, em troca de um salário. Fica nítido que ao longo do processo histórico, o capital procura separar os homens da natureza, em seu processo de produção/reprodução e impõe que o ritmo de trabalho do homem não seja mais o ritmo da natureza, mas o ritmo do próprio mecanismo de acumulação.

Marx em sua concepção materialista histórica dialética nos deixa o legado do entendimento de que a natureza não pode ser concebida como algo exterior à sociedade, visto que esta relação é um produto histórico. Existe um intercâmbio metabólico de mediação da sociedade com a natureza que é ontológico- cuja força motivadora dessa interação é o processo de trabalho. Nestes termos, a pretensa dicotomia entre sociedade e natureza é fruto da lógica do capital, no qual procura afastar o elo de intercâmbio do trabalho desterrando o ser social de seus recursos naturais e meios de produção, e sobretudo apartando a natureza como ente externo a humanidade, como passível de ser apropriada em propriedade privada e não mais como um bem natural, coletivo e inerente a todos os homens e mulheres.

A separação, no interior das forças produtivas, da propriedade da força de trabalho e da natureza, separa os homens e a natureza, pois a dinâmica do processo de produção-reprodução da lógica totalizadora do capital tem por motor as contradições que antepõem as classes fundamentais que derivam das relações capitalistas de propriedade: a burguesia – detentora dos meios de produção, incluindo a natureza – e o proletariado – dono de sua força humana (MOREIRA, 1982). São os termos da relação homem-homem que se repetem na relação homem-meio. Ou seja, a separação da propriedade da força de trabalho e da natureza separa os homens e a natureza. Nasce a dicotomia que a ideologia burguesa se incumbirá de tornar natural na consciência dos homens.

Dominadores da natureza com seu trabalho, os trabalhadores não são seus dominadores para si. São transformadores da natureza em mercadoria. Quando com ela se identificam no plano mais alto da consciência, encontram, nos termos concretos do capital, o limite real da identidade: a natureza é propriedade privada, assim como os frutos de seus esforços não lhes pertencem, a natureza que eles trabalham é para outro homem (CAMPOS, 2001). Assim, através da alienação do

trabalho, homem e meio tornam-se cativos do capital. Despersonalizados, chamam-se capital variável e capital constante. Essa subversão das mediações de primeira ordem pelo metabolismo do capital, está indissolúvelmente articulada ao processo de degradação ambiental, pois o fruto do trabalho deve ser direcionado para um mundo de sentido para quem pratica a atividade laborativa e não para gerar valor de troca.

O “agro” amparado sob os ditames do capital, conjuga a natureza como fonte de recursos a serem apropriados e transformados em propriedade privada à serviço da produção de mercadorias. Seu processo social de produção, cuja referência está na produção de valores de troca, submete a força de trabalho e os meios de produção- indissociavelmente terra e água- aos seus desígnios, impulsionando a utilização irracional dos recursos naturais, o desperdício de matérias-primas, de energia, provocando assim, a degradação ambiental e do trabalho.

Ao final desta seção balizada por nossas ações de pesquisa, proponho a reflexão, de que a apologia ao agrohidronegócio canavieiro, realizada pela mídia, pelas empresas e pelo Estado, é uma forma de blindar esse modelo, procurando invisibilizar sua conflitualidade imanente.

Pois, o desenvolvimento da agricultura acontece também pela conflitualidade perene das classes sociais, que se enfrentam e disputam a política e o território. Esse desenvolvimento pela conflitualidade é caracterizado pela contradição e pelo paradoxo insolúveis, que vem sendo registrados na história moderna, predominantemente, por meio da territorialização do capital e da desterritorialização e reterritorialização do campesinato (FERNANDES, 2004, p. 9).

Isto posto, sustentamos a argumentação, de que o agrohidronegócio canavieiro tenta silenciar os seus impactos, colocando-se como espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada, sequer questionada. Como Oliveira (2016) nos lembra o agronegócio vivendo sua fase midiática, procura apenas manter-se como beneficiário dos recursos do fundo público. Ou seja, o agronegócio continua sendo a reprodução do passado. Um passado, que vem desde o período colonial, e que não trouxe benefício algum às regiões onde se desenvolveu. O agrohidronegócio salvo engano das comparações, é um novo tipo de latifúndio<sup>21</sup>, é ainda mais amplo e perverso, concentra e domina terra e água,

---

<sup>21</sup> Cf. FERNANDES, 2004.

mas também a tecnologia de produção e as políticas de “desenvolvimento” consorciadas com o aval do Estado brasileiro.

Com efeito, se determos atenção à participação nas exportações brasileiras, podemos perceber que o agrohidronegócio é muito mais discurso midiático, do que geração de divisas, como demonstra (OLIVEIRA, 2016, p. 116):

Cabe esclarecer que o total geral exportado pelo Brasil em 2014 foi de US\$225,101 bilhões, e, as 250 maiores empresas (1,1%) representavam US\$174,651 bilhões (77,588%), enquanto que as 119 empresas do agronegócio (0,5%) exportaram US\$72,584 bilhões (32,245%). As outras 131 (0,6%) empresas de outros setores de atividades exportaram US\$102,067 bilhões (45,343%), revelando que o agronegócio não é o responsável pelos maiores indicadores de divisas comerciais do país. Trata-se, portanto, de um discurso ideológico midiático, de modo a criar no imaginário social a não necessidade da reforma agrária no Brasil.

Nestes termos, essa dinâmica representa a materialização de todos os ideais das políticas públicas de valorização do agrohidronegócio, em detrimento da agricultura de base camponesa e ligada à produção de alimentos. Dessa forma, o agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba-SP, revela o sentido e a magnitude da territorialização do capital no campo, ou seja, estamos diante de uma composição de forças, que monopoliza o uso e assegura o acesso às melhores terras, disponibilidade hídrica, logística, enfim os tributos que contam na constituição do agrohidronegócio, pelo capital. Produção de alimentos, soberania e segurança alimentar passam longe das relações capitalistas estabelecidas no campo, pois o que está em pauta é a apropriação da terra, dos recursos hídricos e a exploração do trabalho fundamentada na monocultura para geração de lucro as empresas do setor.

Portanto, mudam-se destrutivamente as paisagens e os componentes que dão sentido ao território, no intuito de promover a reprodução ampliada do capital, assim a apropriação destrutiva do território pelo agrohidronegócio canavieiro, dá-se mediante a homogeneização da monocultura da cana-de-açúcar, que instaura como paisagem do capital um “deserto verde”, que aprisiona a paisagem e subtrai-lhe o significado para a humanidade. Este problema é criado pela lógica da reprodução ampliada do capital, que provoca o desenvolvimento desigual, por meio da concentração de poder expresso em diferentes formas: propriedade da terra, controle de recursos hídricos, dinheiro, poder e tecnologia.

Esta lógica produz a concentração de poder, reproduzindo-se irracionalmente. A reprodução irracional, é da natureza do sistema do capital, portanto, para garantir sua existência, o capital busca territorializar-se sem limites, tendo em vista, ser um

sistema incorrigível e incontrolável, que busca acima de tudo a acumulação, a reprodução ampliada e o controle sobre o trabalho e a sociedade em geral. E, nesta ânsia de territorialização, o capital tenta se infiltrar e, se estabelecer como determinante das relações do metabolismo social, objetivando destruir e avançar sobre os territórios.

### **3- Mobilidade Territorial do Trabalho Migrante no Agrohidronegócio Canavieiro do EDR de Araçatuba-SP**

Perscrutar as ações operadas pelo agrohidronegócio canavieiro na construção de territórios de produção de *commodities* nos leva a considerar a forma como a força de trabalho é arregimentada e explorada. Dessa forma, o sistema do capital utiliza como trunfo territorial, o processo de mobilidade territorial do trabalho, tendo em vista fazer uso da força de trabalho nos territórios mais rentáveis ao capital. Este uso possibilitado pela mobilidade do trabalho, que está na origem da produção de mais-valia e, portanto, da acumulação de capital.

A mobilidade foi sempre, em qualquer período e em todas as sociedades, uma característica inerente à vida humana. Por motivos os mais diversos, em todos os modos de produção pretéritos os homens foram compelidos a deslocar-se sobre o espaço geográfico; em nenhum deles, no entanto, tal mobilidade assumiu centralidade e tamanha importância como no capitalismo. Podemos dizer que a mobilidade territorial do trabalho sob a lógica destrutiva do capital está atrelada estruturalmente ao funcionamento do modo de produção capitalista que para gerar mais valor, exige o trabalho do ser humano e o engendramento de um ordenamento territorial da força de trabalho, e, se preciso for o seu reordenamento territorial.

Podemos resgatar que esse ordenamento territorial da força de trabalho no Brasil, mediante o processo de mobilidade territorial do trabalho, esteve e está ligado aos importantes ciclos econômicos (a exemplo da borracha, do café, do período de consolidação do setor industrial, da cana-de-açúcar etc.), e inclusive com o processo de “modernização”/mecanização da agricultura, que provocou saída expressiva do homem do campo para os centros urbanos, quer expropriado de suas terras, quer pela sua substituição pela máquina. A pesquisa tem nos revelado que a Geografia da cana-de-açúcar, está mudando em nosso país e, sobretudo está provocando mudanças decisivas na Geografia do trabalho. Conforme Oliveira (2007), neste contexto em que o capital agroindustrial canavieiro se desterritorializa parcialmente, e se (re)territorializa em novos locais, este processo também conduz à desterritorialização e à (re)territorialização dos trabalhadores, ou seja, a mobilidade do trabalho está acompanhando o movimento do próprio capital.

É preciso entender que a lógica de desenvolvimento desigual do capital, destacada por Smith (1988) opera um movimento de vaivém entre os lugares, buscando sempre a contínua produção, reprodução e acumulação capitalista. Na medida em que o capital não pode encontrar um fixo espacial na produção de um ambiente imóvel para a produção, ele recorre à completa mobilidade como um fixo espacial. Nesse desenrolar de seus movimentos o capital condiciona e subordinada à mobilidade dos trabalhadores, que são forçados a acompanhar os fluxos da mobilidade do capital.

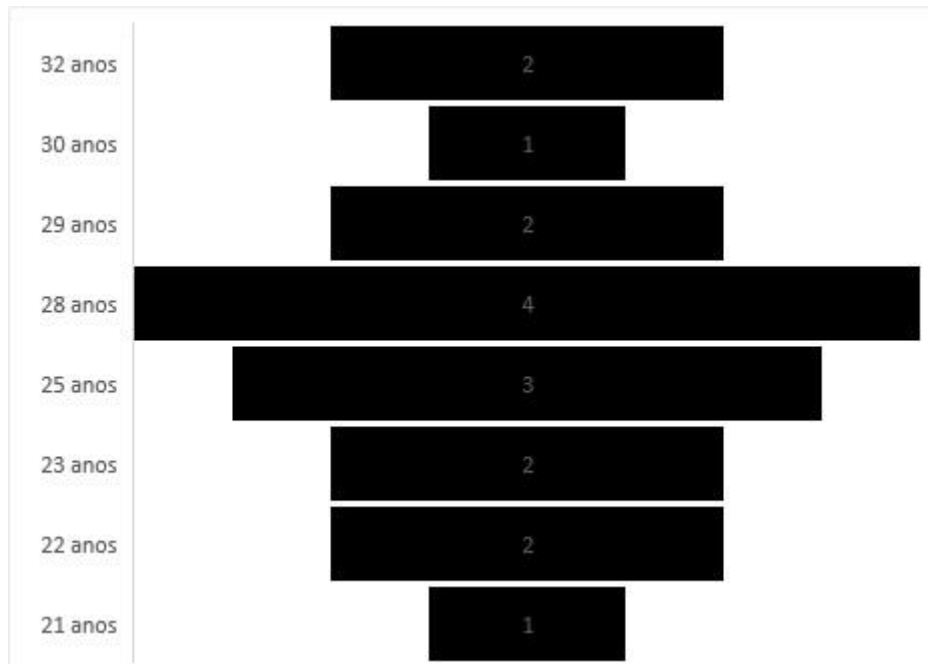
O capital movimenta-se, por meio das decisões de seus agentes econômicos e políticos, procurando territórios, articulando os pontos das redes e aprofundando as desigualdades das escalas locais às supranacionais. Do mesmo modo, a força de trabalho tem tido que se deslocar em escalas cada vez mais abrangentes em busca de trabalho. É desse modo, que o agrohidronegócio canavieiro, vem se valendo da busca e exploração de força de trabalho migrante para alcançar seus elevados índices de lucratividade.

As incursões a campo nos municípios de Alto Alegre, Araçatuba, Avanhandava, Braúna, Clementina, Guararapes, Luiziânia, Penápolis e Piacatu, partícipes do EDR de Araçatuba-SP, nos revelaram que o setor canavieiro atravessa um período de reestruturação técnica, produtiva e gestonária, que está impondo novos desafios para os trabalhadores em geral e para o trabalho migrante em especial. Isto é, diminuição dos postos de trabalho, redução do fluxo migratório, desemprego, intensificação do ritmo de trabalho no corte manual de cana-de-açúcar para aqueles que permanecem, em virtude da equiparação à performance técnica das colheitadeiras, e conseqüentes repercussões de agravos à saúde dos trabalhadores. Tudo isso, nos têm despertado novas frentes de investigação e reafirmado a importância de se compreender as contradições da mobilidade territorial do trabalho no agrohidronegócio canavieiro, inserindo atenções para com a saúde dos trabalhadores diante da intensificação do desenvolvimento destrutivo das forças produtivas.

O processo de pesquisa nos permitiu revelar a essência desse fluxo migratório, ou melhor, entender de onde vem, por que migram, e o quê procuram alcançar estes trabalhadores migrantes em solo paulista. Para compreensão das contradições deste processo de mobilidade territorial do trabalho, realizamos nos municípios acima citados, 17 entrevistas com trabalhadores migrantes, inseridos no

corde e plantio manuais de cana-de-açúcar. Isso se deu através do contato direto com a realidade do trabalhador migrante, pudemos assim avançar no processo de pesquisa e propormos algumas reflexões. Com base nas entrevistas de trabalhadores migrantes produzimos o (Gráfico 10) neste é possível notar a faixa etária da população migrante que tem sido recrutada para o trabalho nos canaviais.

**Gráfico 10- Faixa Etária dos Trabalhadores Migrantes Entrevistados**



Fonte: Dados Trabalho de Campo, 2017. Elaboração: Cardoso, 2017.

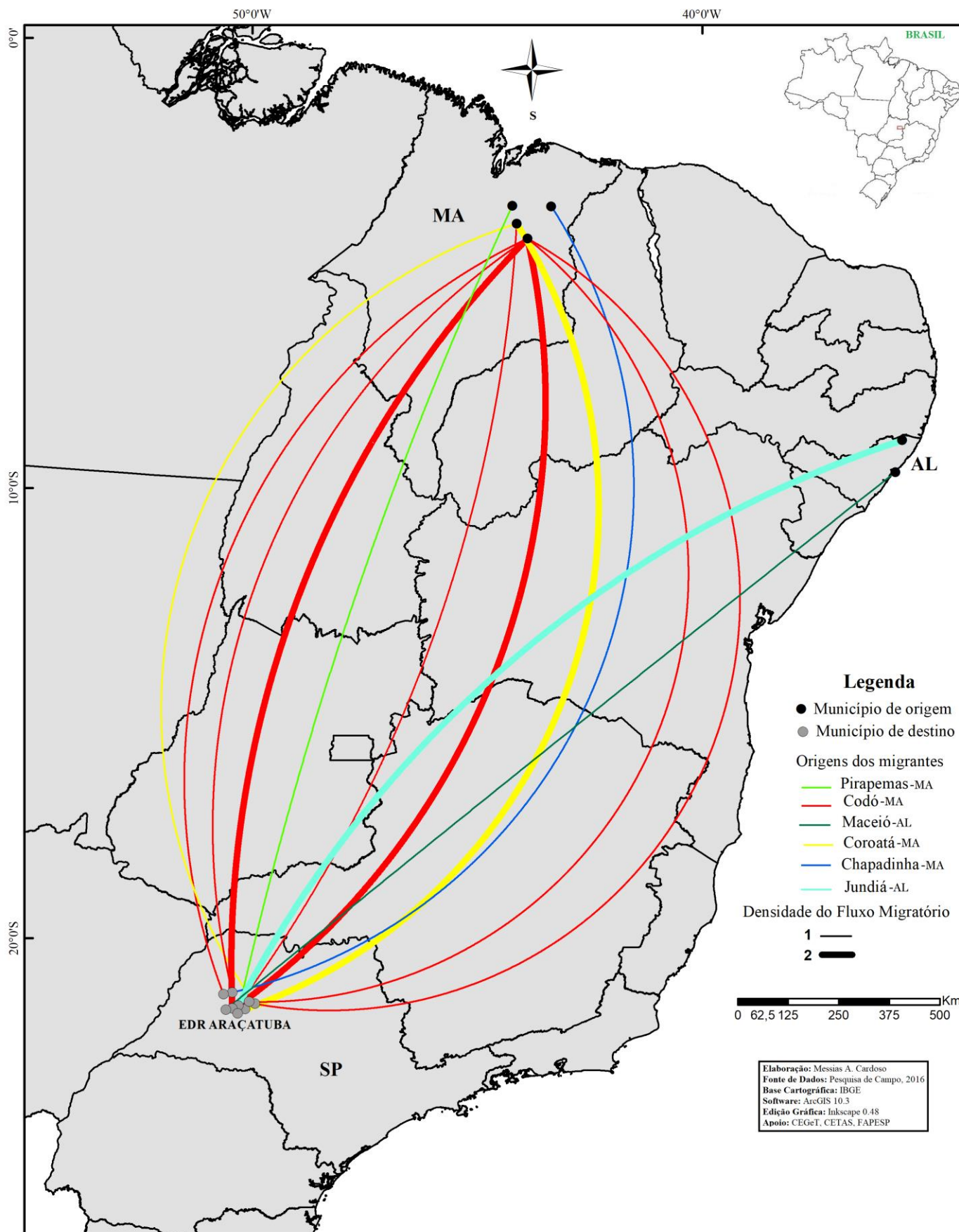
Com base na análise do Gráfico 10, podemos perceber que a força de trabalho requerida pelo agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba é de jovens e adultos, que se encontram em condições físicas e musculares de maior resistência ao trabalho repetitivo e intenso, requerido pelos setor canavieiro; a média de idade desse conjunto de migrantes analisados, situa-se em 26 anos, o que nos revela que as agroindústrias canavieiras estão à procura daqueles trabalhadores mais resistentes fisicamente e que durante as safras não lhes apresentem interrupção de trabalho, tendo em vista que as empresas não querem arcar com trabalhadores “encostados”. Alves (2006) nos indica que os trabalhadores com maior produtividade não são necessariamente os que têm maior massa muscular, são os que têm maior resistência física para a realização de uma atividade repetitiva e exaustiva, realizada a céu aberto, sob o sol, na presença de fuligem, poeira e



fumaça, em alguns casos, e por um período que varia entre 8 a 12 horas de trabalho diário.

Em linhas gerais, os principais municípios mobilizados e que compõem os principais fluxos fornecedores de força de trabalho migrante para o agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba são: Chapadinha-MA, Codó-MA, Coroatá-MA, Pirapemas-MA, Jundiá-AL e Maceió-AL; ou seja, até o momento as pesquisas sinalizam dois principais corredores dos fluxos migratórios predominantes no recorte territorial em estudo. No (Mapa 7) temos a espacialização desses fluxos migratórios, demonstrando a intensidade da mobilização de migrantes oriundos dos estados do Maranhão e Alagoas, que são arregimentados e trazidos para o EDR de Araçatuba.

**Mapa 7- Fluxos da Mobilidade Territorial do Trabalho para o Corte de Cana-de-Açúcar – EDR de Araçatuba- SP/ 2017**



Fonte: Dados Trabalho de Campo, 2017. Elaboração Cardoso, 2017.

Como podemos observar no Mapa 7, são nítidos dois corredores da mobilidade territorial do trabalho para o agrohidronegócio em estudo. É possível ainda, visualizar que as intensidades dos fluxos migratórios, se alteram de acordo com o município destacado, sendo os migrantes de Codó-MA, os mais recorrentes, seguidos pelos migrantes de Coroatá-MA.

Nestas condições não é possível se falar em coincidências, pois o que se destaca é a forma como o sistema do capital, se vale da mobilidade territorial dos sujeitos do trabalho para extração de quantidade cada vez maior de trabalho não pago; ora os mesmos processos que geram migrantes nas áreas periféricas da divisão inter-regional do trabalho, os atraem para áreas que comandam essa divisão ou onde os capitais são investidos.

Dito isto, é possível resgatar o que Silva (2008a) revela em seu estudo, ou seja, enquanto no Centro-Sul os canaviais se alastram e as áreas de pastagem sofrem redução, só a título de exemplo, 15% no período de 1995 a 2006, na região Norte do país, há um enorme avanço da pecuária na Amazônia Legal, o número de bovinos passou de 34,7 milhões para mais de 73 milhões no período de 1994 a 2006. Esse processo tem sido responsável pela conversão de camponeses em migrantes para o trabalho no corte de cana-de-açúcar no Sudeste e no Centro-Oeste, ou ainda para o trabalho de devastação da Amazônia na abertura de fazendas, plantação de capim para o desenvolvimento da pecuária. Podemos resumir esse processo, assim como faz Silva (2008a, p.8) “Geograficamente, pode-se dizer que há uma estrada com duas direções opostas: enquanto os homens descem (do Norte e Nordeste para o Sudeste), os capitais (bois sobem do Sudeste para o Norte)”.

Dessa forma, o capital promove no campo brasileiro, um reordenamento territorial imposto para atender às demandas auto expansivas de seu metabolismo. Quando abordamos o reordenamento territorial do capital, estamos chamando atenção para sua face relacionada não apenas à expropriação do trabalhador no campo, mas da própria mudança empreendida no território, na qual os cultivos são substituídos pelo agrohidronegócio, que em seu movimento territorializante, reordena o território, assim como reordena as formas de uso da terra, e a inserção do trabalho, promovendo assim a mobilidade territorial do trabalho para o capital.

Como resultante muitos migrantes eram camponeses com terras, que acabaram sendo expropriados pelo avanço da fronteira agrícola do capital, como

afirma Silva (2006), a mudança da cartografia migratória para os canaviais paulistas, por meio da presença de maranhenses e piauienses vem ocorrendo em razão do avanço do agronegócio da sojicultura e pecuária, responsáveis pelo processo de expropriação do campesinato dessa região, de um lado, e, do outro, do sucroalcooleiro paulista, demandante de grandes contingentes de força de trabalho.

No processo de pesquisa constatamos que dentre os migrantes, há aqueles que sofreram definitivamente o processo de expropriação e vivem na periferia das cidades e também há os que ainda estão nas áreas rurais, na condição de moradores e parceiros, pagando renda em produto, proveniente da agricultura de alimentos e da castanha do babaçu, aos donos da terra, grandes latifundiários. Ou seja, durante as entrevistas, foi possível notar, que grande parte dos migrantes têm em comum sua origem vinculada à terra nos seus locais de origem. Nessas localidades, com significativo percentual de população rural, as características da estrutura fundiária expressam o grau de concentração extrema da propriedade da terra, o que impulsiona a roda viva das migrações. (Tabela 5).

**Tabela 5- Estrutura Fundiária dos Municípios de Origem: Distribuição Relativa do número de estabelecimentos agropecuários e área ocupada - 2006**

Área em Hectares	Codó- MA		Coroatá- MA		Jundiá- AL	
	Estab	% Área	Estab	% Área	Estab	% Área
<b>Até 5</b>	63,55	3,69	30,86	0,93	19,59	0,70
<b>5 a 10</b>	1,41	0,48	0,79	0,18	12,59	1,30
<b>10 a 50</b>	2,38	3,09	19,29	16,97	41,24	13,17
<b>50 a 100</b>	1,64	5,38	4,14	9,93	9,79	10,11
<b>100 a 500</b>	2,40	26,71	6,49	45,65	15,39	41,27
<b>500 a 1000</b>	0,56	18,81	0,40	9,09	0,70	sem dados
<b>Mais de 1000</b>	0,38	41,82	0,23	17,25	0,70	sem dados
<b>Produtor sem área</b>	27,68	0,00	37,80	0,00	0,00	0,00

Fonte: IBGE/SIDRA- Censo Agropecuário, 2006. Elaboração: Cardoso, 2016.

Na tabela 5, estão elencados os dados da estrutura fundiária, obtidos do Censo Agropecuário Brasileiro de 2006, dos três principais municípios de origem dos trabalhadores migrantes ligados à terra. Com base nesses dados e nos relatos obtidos em campo, é possível perceber uma elevada concentração de terra nos estratos de área maior, enquanto o maior número de estabelecimentos se concentram nas pequenas propriedades rurais. Só a título de exemplo, no município de Codó-MA, 0,38% dos estabelecimentos com mais de 1000 ha, concentram 41,82% das terras agricultáveis do município.

Outra questão relevante diz respeito, ao número elevado de produtores sem área nos municípios maranhenses de Codó e Coroatá. Esses números nos mostram, que a realidade de origem desses migrantes é marcada pela posse de pequenas áreas de terra, sem a titulação definitiva, o que frequentemente facilita a expulsão destes, e perda do território para o agrohidronegócio, que conta com o apoio do Estado para legitimar o movimento territorial dos trabalhadores migrantes, expressando-se até na desterração<sup>22</sup>. Com relação ao município alagoano de Jundiá, é possível identificar a omissão de dados no tocante aos estratos de área acima de 500 hectares, todavia de posse dos demais dados, é possível sim, verificar que a concentração fundiária é um imperativo da realidade deste município.

Diante deste cenário, tem chamado atenção as mais inúmeras formas de precarização do trabalho criadas, recriadas/reformadas no âmbito da voracidade expansionista do capital encimada na apropriação do trabalho excedente. O sistema do capital não mede esforços para subjugar e subordinar o trabalhador ao seu metabolismo. Em uma de suas falas, “Raimundo” trabalhador migrante em Braúna-SP, nos dá o panorama de como o capital desterreia o trabalhador, e lhe impõe a mobilidade como única forma de continuar sobrevivendo.

Então, vim pra cá porque perdi minhas terras lá. Foi o seguinte: eu tinha umas terrinhas lá, mas não tava no meu nome, eu não tinha no papel, daí então apareceu um fazendeiro dizendo que as terras eram dele. Eu já tava endividado, não tinha dinheiro pra advogado, acabei aceitando um acordo “micharia” para sair de lá, hoje as terras são dele, tudo virou pasto. Mas, é claro que eu queria estar lá até hoje, aquele chão me sustentou muito tempo. [Lágrimas nos olhos]. (Raimundo, 28 anos, migrante de Codó- MA).

---

<sup>22</sup> Cf. THOMAZ JUNIOR, 2015. A Desterração: a desterritorialização do Trabalho no limite (Ensaio crítico; primeiras impressões)

Como se percebe neste relato, o trabalhador migrante, posseiro, foi expropriado e expulso de sua terra, da terra de trabalho, sem que houvesse qualquer comprovação jurídica, de que as mesmas terras eram do requerente latifundiário, potencialmente grileiro. Diante da perda da terra, do seu território de existência/trabalho, que hoje faz parte do agrohidronegócio pecuário, o trabalhador migrante não teve escolhas e ingressou no circuito sistêmico da mobilidade territorial do trabalho em direção ao corte de cana-de-açúcar no Sudeste. Sua terra é lembrada na memória com saudade, tendo em vista, que este território consorciado ao trabalho familiar, lhe permitia existência e autonomia na terra. Por esse motivo, os resultados destas incursões do capital têm se revelado de forma dramática nas mais distintas formas de expropriação/expulsão do trabalhador da posse da terra, da condição de posseiro/camponês. Por seguinte a exploração do trabalhador que já foi expropriado, a exemplo da insolvência que se abate sobre o campesinato, vítima dos rearranjos territoriais promovidos pelo capital.

Para o migrante a chegada no EDR de Araçatuba não significa a ele a possibilidade de encontrar um novo território e poder cultivá-lo, pois, a estrutura agrária regional também é marcada pela concentração de terras, fato que pode ser identificado pela (Tabela 6).

**Tabela 6- Estrutura Fundiária dos Municípios de Destino: Distribuição Relativa do número de estabelecimentos agropecuários e área ocupada - 2006**

Área em Hectares	Avanhandava-SP		Braúna-SP		Clementina-SP	
	Estab	% Área	Estab	% Área	Estab	% Área
<b>Até 5</b>	7,93	0,07	13,96	1,03	12,56	0,56
<b>5 a 10</b>	5,12	0,26	12,66	1,98	16,59	1,71
<b>10 a 50</b>	43,72	7,29	54,22	24,98	52,02	16,98
<b>50 a 100</b>	17,21	7,53	11,04	14,26	11,66	11,00
<b>100 a 500</b>	21,39	27,92	6,17	22,05	4,48	13,54
<b>500 a 1000</b>	2,79	12,06	1,3	15,83	1,79	21,50
<b>Mais de 1000</b>	1,84	sem dados	0,35	sem dados	0,9	sem dados
<b>Produtor sem área</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: IBGE/SIDRA- Censo Agropecuário, 2006. Elaboração: Cardoso, 2017.

Na tabela 6, estão listados os dados da estrutura fundiária, obtidos do Censo Agropecuário Brasileiro de 2006, dos três principais municípios de destino dos trabalhadores migrantes entrevistados. Com base nesses dados, é possível perceber que a estrutura agrária dos municípios do EDR de Araçatuba é altamente concentra, podemos confirmar essa afirmação observando a elevada concentração de terra nos estratos de área maior, enquanto o maior número de estabelecimentos se concentram nas pequenas propriedades rurais. Como exemplo, no município de Clementina-SP, temos 0,9% dos estabelecimentos identificados com mais de 1000 ha, nos dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário de 2006 a metodologia utilizada não disponibiliza o valor dos dados, quando menos de 3 propriedades rurais são fonte de informações, mas indiretamente podemos através dos cálculos dos estratos inferiores estimar que a área das propriedades rurais com mais de 1000 ha neste município concentra 34,71% das terras agricultáveis. Já, para o município de Avanhandava-SP, podemos ressaltar que em conjunto os estratos inferiores a 50 ha representam 56,77% dos estabelecimentos rurais, entretanto suas áreas em conjunto significam apenas 7,62% do total das terras agricultáveis.

Como vimos, o EDR apresenta a marca da concentração da propriedade da terra, e tende ao longo do processo de expansão territorial do agrohidronegócio canavieiro ao aprofundamento. Neste contexto, os sujeitos migrantes frutos de um processo de desterração forçada pelo capital, em seus territórios de origem, são trazidos e já em suas chegadas percebem que este novo território não lhe oferecerá o (re)nraizamento, pois a propriedade da terra nos territórios de destino também está concentra nas mãos de latifundiários, pecuaristas e grandes acionistas das empresas canavieiras da região.

Neste momento da análise podemos dizer que são as dinâmicas da divisão territorial do trabalho, encimadas pelo sistema do capital, em seu movimento contínuo, que primam pela acumulação de capital, que reordenam o território, lhe dispendo uma configuração territorial para atender os objetivos dos agentes econômicos, definindo pontos do território, que serão fontes de mão-de-obra precarizada e pontos do território de centralização e concentração de capital que farão a potencial extração de trabalho não pago destes sujeitos do trabalho, tornando-se fonte de produção de valor e riqueza para o capital, a razão de ser de sua acumulação.

Nesse sentido, o processo de mobilidade territorial do trabalho revela o caráter forçado assumido pelos deslocamentos espaciais dos trabalhadores migrantes para o capital, pois este não migra porque quer, havendo toda uma construção relacionada à estrutura social, econômica e política que permite que se apreenda o migrar enquanto um processo socioespacial.

Nesse momento, nosso interlocutor já está ciente das correntes migratórias que são mobilizadas para o trabalho no agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba. Sabemos então, de onde os trabalhadores vêm. Mas, falta responder o por quê de suas vindas? O que procuram obter? Isso nos leva a questionar qual o sentido dessa mobilidade? Quais os interesses do capital por trás desse processo? E, de que, forma ocorre o controle social destes trabalhadores?

É necessário deixarmos claro, que entendemos as migrações do trabalho para o capital, como parte de um processo mais abrangente, que envolve a relação e uso da força de trabalho pelas personificações do capital, que é a mobilidade do trabalho. Nesse sentido, o processo migratório trata-se de uma das faces desse processo, pensando aqui a circulação das forças de trabalho. Nessa perspectiva Becker (1997), assevera que a mobilidade promovida pelos movimentos do capital, traduzem-se na mobilidade do trabalho, tendo em vista que a produção da mobilidade do capital produz também a mobilidade do trabalho.

Como afirma Alves (2007), é um movimento determinado pela expulsão, isto é, os trabalhadores migram quando as condições de reprodução nos seus locais de origem encontram-se comprometidas. Portanto, as migrações em qualquer dimensão espacial são, via de regra um processo determinado, sobretudo pelos aspectos econômicos e políticos, essa afirmação ganha corpo quando estudamos a mobilidade humana no sistema metabólico do capital.

Para Singer (1979), em sua análise sobre as migrações, os fatores centrais são de duas ordens: fatores de mudança, que decorrem, num segundo momento, da expansão das relações capitalistas para porções do território não consolidadas nessa economia, gerando expropriação de camponeses, posseiros, agregados, parceiros e outras formas de agricultura familiar e/ou vínculo precário com a terra; e fatores de estagnação, segundo ele, resultante da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de aumentarem a produtividade do trabalho na terra. Segundo Andrade (1981, p. 12), “as migrações estão associadas a um desnível



econômico entre pontos do espaço geográfico ou a existência de uma área nova que se supõe oferecer maiores oportunidades econômicas”.

A nosso ver, essas interpretações oferecem parte das explicações sobre as migrações, porém elas pecam quando focam sua centralidade nas desigualdades regionais e nos problemas pontuais da origem e destino dos migrantes. Temos que considerar o que, está por trás destes fatores, que geram as desigualdades regionais. Ou seja, qual o verdadeiro motor propulsor das migrações? Defendemos a ideia de que as migrações fazem parte do processo de mobilidade do trabalho instaurada pelo sistema do capital, como forma de possibilitar a extração de trabalho excedente, não pago, sendo assim, partilhamos da defesa teórica e dos postulados do economista francês Jean-Paul de Gaudemar, publicado originalmente em 1975, em sua obra seminal, *“Mobilité du travail et accumulation du capital”*, no qual o autor formula o conceito central de mobilidade do trabalho. O que é esse conceito? Esse conceito, em linhas gerais, trata das formas como o capital produz, explora, faz circular e controla, tanto pelo lado da oferta como pela demanda, a força de trabalho como mercadoria essencial ao processo de acumulação capitalista.

Para Gaudemar (1977, p.194), o conceito de mobilidade do trabalho designa a natureza específica da mercadoria força de trabalho, que permite o uso capitalista das disponibilidades dos homens e a subordinação do trabalhador ao capital, e pode ser definido como “[...] a capacidade que permite a força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos sempre crescentes de uma divisão do trabalho cada vez maior”. A preocupação do autor é desenvolver uma análise sobre como a própria acumulação de capital determina tanto as condições de demanda quanto de oferta de trabalho, demonstrando que o trabalhador também constitui uma produção capitalista, pois somente tem a força de trabalho para vender em troca da sua própria sobrevivência e de seus dependentes.

Ora, a formação social capitalista, ao gerar trabalhadores excedentes, separados de seu meio de existência, cria a necessidade de deslocamentos em busca do trabalho. A disponibilidade de tais trabalhadores, como reserva de mercado, nos mais diversos pontos do território, torna-se, por sua vez, condição necessária para a própria existência da acumulação do capital. Esse é o cenário que se constata nos deslocamentos espaciais impulsionadas pelo agrohídronegócio

canavieiro. Através de conversas com os trabalhadores migrantes, detectamos núcleos comuns em suas falas sobre os motivadores de sua partida.

Vim em busca de emprego, lá é difícil encontrar serviço todos os dias, e quando encontra é por uma diária bem baixinha, uns R\$ 25,00 reais. Aqui pelo menos, a gente tem a esperança de guardar um dinheiro, “pra” construir um negocinho lá. (Vitor, 21 anos, migrante de Coroatá- MA).

Venho “pra” cá, porque preciso de emprego, a família precisa comer, se ficar lá não tem jeito, alguém tem que sair e buscar o sustento. (Denílson, 25 anos, migrante de Coroatá- MA).

Como afirma Oliveira (2009), a despossessão dos meios de sobrevivência instiga o trabalhador à mobilização e lhe impõe a condição de mercadoria, por não lhe restar alternativa a não ser colocar à venda no mercado capitalista a sua força de trabalho. A mobilização é o processo que atribui ao trabalhador mobilidade, sendo, pois, a mobilidade da força de trabalho um elemento indispensável para a exploração capitalista. Nesse sentido, como o próprio migrante descreve em sua fala, seu deslocamento espacial é motivado pela necessidade, pela busca de continuar vivendo, alimentando sua família. Não se trata de um mero exercício de sua vontade, o deslocamento espacial em questão, não é um fluxo turístico, a mobilidade territorial do trabalho, não tem nada a ver com liberdade, ou melhor, tem a ver com a perda de liberdade, ou até à condição de tornar-se cativo.

Como assertiva Silva (2006) esses sujeitos não possuem outra alternativa de sobrevivência, senão esta. Portanto, a migração, assim como este trabalho, é resultante do sistema econômico social vigente, que se traduz pela imposição, pelo atrelamento de milhares de pessoas a um processo de trabalho, que não pode ser definido como livre, que possui as características da escravidão, porém com novas correntes, invisíveis, sob a capa do salário em dinheiro, do contrato e do chamado direito de ir e vir. Qualquer forma de recusa, de resistência, individual ou coletiva, é traduzida em ameaças, dispensas, medo e perseguições. O capataz dos confins deste país é substituído pelos feitores, fiscais e gatos. As armas são substituídas pelas listas negras e rescisões de contratos.

No entanto, os apologistas do sistema do capital, defendem que a mobilidade é um fator de ajustamento positivo para o trabalhador. Utilizam-se dos postulados do geógrafo inglês Ernst Georg Ravenstein, que em 1885, formulou a obra “*The Laws of Migration*”, na qual analisa os Censos de 1871 e 1881 com as atenções sob os

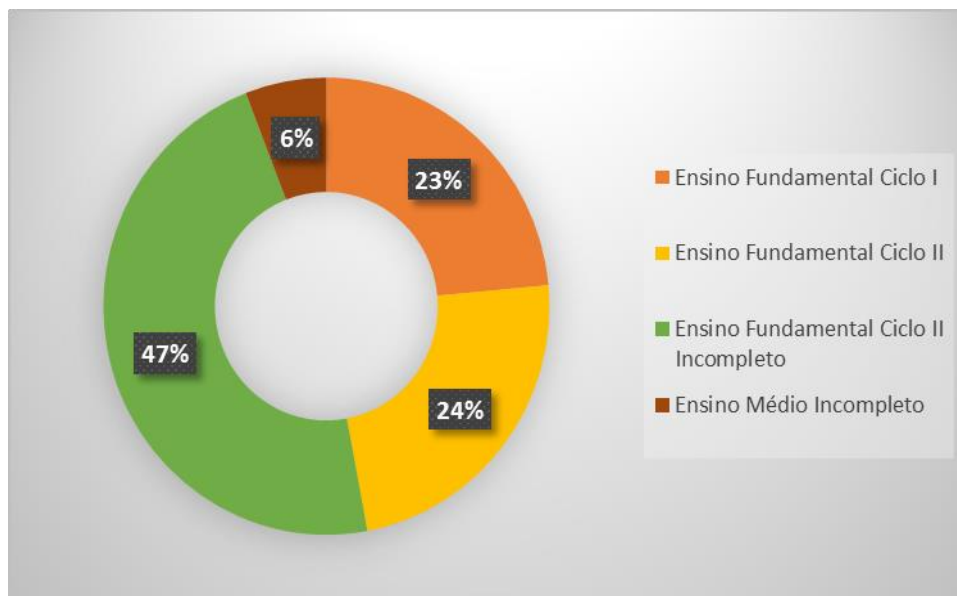
dados da migração interna ao Reino Unido, e propõe 7 leis gerais que regulariam o processo migratório, tornando-se referência para os estudos de mobilidade humana.

Para Ravenstein (1980), a mobilidade seria algo natural ao sistema capitalista, seria um mecanismo de equilíbrio de mercado, marcado por fatores de atração e repulsão.

Portanto, se aludirmos um tanto pretensiosamente às “leis da migração”, estaremos apenas tratando do modo pelo qual falta de braços existentes em certas partes do país é suprida por outras partes onde a população é abundante (p.64).

Dessa forma, a mobilidade é vista como fator de ajustamento, sinal de progresso econômico. Os defensores desse referencial analítico consideram que, no centro dos processos migratórios, se encontra a decisão de um agente racional que, na posse de informação sobre as características relativas das regiões A e B, se decide pela permanência ou pela mobilidade.

Discordamos destes postulados, e entendemos que os trabalhadores migrantes, não gozam de plena autonomia e autodeterminação para produzirem suas escolhas, estas encontram prontas para atender as demandas do capital, a aceitação da mobilidade é uma subordinação do trabalhador para continuar sobrevivendo. Podemos perceber ainda, que migrar para o trabalho no corte da cana não apenas é estratégia, mas sim necessidade, tendo em vista o fato desses trabalhadores em sua maior parte, não terem tido acesso e oportunidades, a um grau elevado de escolaridade, ou mesmo, nem terminado o Ensino Fundamental Ciclo I e II (Gráfico 11).

**Gráfico 11- Escolaridade dos Trabalhadores Migrantes Entrevistados no EDR de Araçatuba- SP**

Fonte: Dados Trabalho de Campo, 2016. Elaboração: Cardoso, 2016.

Essa é uma questão importante, pois nos indica outro sentido para o grau de subordinação a que os trabalhadores se põem nos canaviais paulistas, tendo em vista as perspectivas em torno da “mudança de vida” se encimarem no corte da cana, sendo para alguns inclusive o capital agroindustrial canavieiro visto com bons olhos, por causa da oportunidade de trabalho existente. Dessa forma, pudemos ao longo da pesquisa perceber que dentre os trabalhadores entrevistados, 23% tinham somente cursado o Ensino Fundamental Ciclo I. Essa perversidade fica mais evidente quando constatamos que 47% dos trabalhadores migrantes entrevistados não tinham completado o Ensino Fundamental Ciclo II, portanto, poucos são os que chegaram ao Ensino Médio e ainda de maneira incompleta: 6%. Esses dados revelam a triste realidade de milhões de trabalhadores migrantes, que deixaram os estudos para ter que ajudar no complemento da renda familiar.

No Brasil, apesar da melhora na democratização do acesso ao ensino básico nas últimas décadas, ainda se registram desigualdades socioespaciais gritantes. É recorrente encontrarmos sujeitos de localidades no interior do Nordeste que abandonaram os estudos para ingressarem no trabalho, via de regra, precarizado, como única forma de complementar a renda familiar. Esses trabalhadores puderam nos relatar, que não puderam completar os estudos, por conta da escola localizar-se na cidade, distante do local de residência/trabalho, o que lhes forçaram interromper com o Ensino Fundamental Ciclo I. Ou então, porque a necessidade do trabalho,

lhes impuseram a saída da escola. Menezes (2012), considera que para os trabalhadores migrantes o estudo é um investimento caro e incerto, tendo em vista ser um tempo que os trabalhadores migrantes não têm, devido, ao fato de terem que ajudar a família, ou mesmo alcançar seus objetivos a curto prazo.

Nesse sentido, quem ingressa no circuito sistêmico da mobilidade, dificilmente encontra a saída. Passando assim, a vida *de cá para lá*, realizando deslocamentos migratórios praticamente todos os anos. Ingressar nesse circuito é ser forçado a deixar os estudos, é reafirmar a subordinação junto aos ditames do capital. Por isso, não podemos tratar a mobilidade territorial do trabalho, somente como quantificação do número de migrantes. É preciso qualificar os argumentos que levam a apontar a estrutura da lógica do capital como o motor propulsor dos deslocamentos territoriais do trabalho para o capital.

Todavia, os apologistas do sistema do capital não deixam de defender que a mobilidade nada mais é do que um investimento que o trabalhador faz em seu capital humano. Como indica Sjaastad (1962, p. 83), a migração pode ser tratada “[...] como um investimento que aumenta a produtividade dos recursos humanos, um investimento que possui custos, mas que também envolve retornos”.

O essencial dos seus argumentos é afirmar que a mobilidade, envolve um investimento do agente no seu próprio potencial produtivo, ou no da sua unidade familiar, cujos resultados só podem ser atingidos a prazo. Por outras palavras, o migrante aposta na capacidade que possui de gerar maiores rendimentos no futuro (utilizando melhor as suas qualificações), mesmo que para tal seja necessário incorrer em custos importantes no curto prazo.

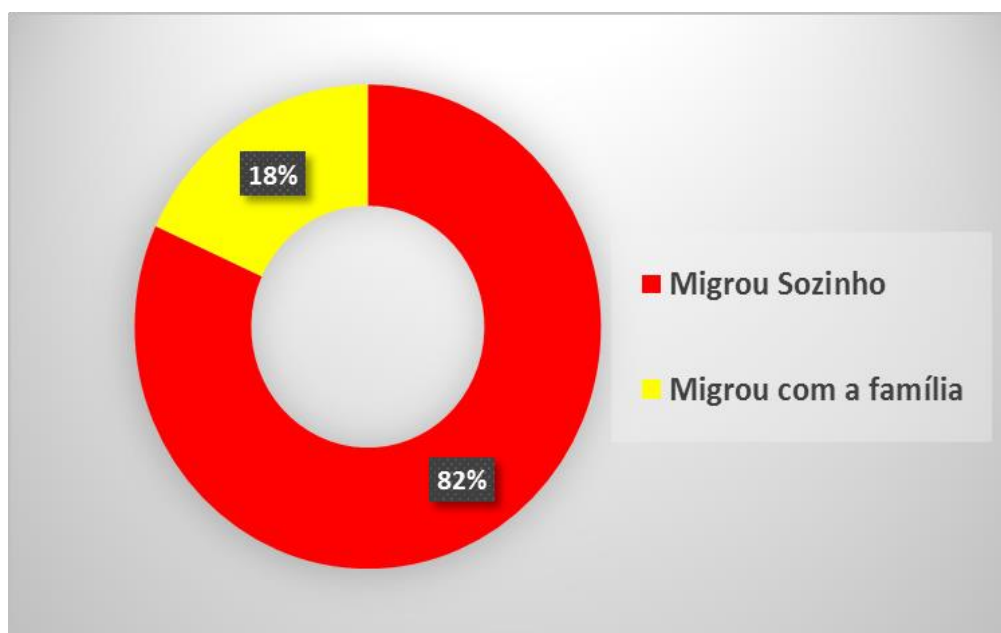
Nestes termos, a mobilidade é vista como a grande chance do “capital humano” de se investir, onde seu valor for máximo, proporcionando assim, uma satisfação máxima ao trabalhador. As perspectivas estão nas possibilidades de se tornarem unidades do sistema, regulados pelo mercado, na lei da oferta e da procura. Sob este referencial liberal, a mobilidade territorial seria um investimento do trabalhador em si, tendo em vista que cabe ao trabalhador se integrar ao mercado de trabalho capitalista, onde quer que ele esteja.

Ao contrário da visão liberal, defendemos que a mobilidade territorial do trabalho tem sua origem na estrutura do sistema capitalista. Nossos esforços convergem para entender a mobilidade, através das contradições estruturais do processo de acumulação capitalista. Não se sustenta o construto teórico liberal, de

que a mobilidade levaria à satisfação máxima do trabalhador, amparado pelos discursos dos trabalhadores migrantes ao longo da pesquisa, podemos dizer que, a situação não é difícil apenas para quem vai, mas igualmente para quem fica.

É o caso das mulheres e crianças, pois com a saída dos respectivos maridos ou pais, são elas que vivem mais de perto o drama da escassez e da fome, principalmente quando o migrante não consegue enviar dinheiro para a casa. A expressão “viúvas de maridos vivos”, demonstra a forte ruptura provocada pela mobilidade territorial do trabalho no seio das famílias<sup>23</sup>. Do total de entrevistados, aproximadamente 82% vieram para o corte da cana-de-açúcar sem suas famílias, deixando esposa, filhos, mãe e pai em seus locais de origem (Gráfico 12).

**Gráfico 12- Distribuição dos Trabalhadores Migrantes Entrevistados no EDR de Araçatuba-SP, em Relação à Situação Individual ou Familiar dos Deslocamentos Espaciais**



Fonte: Dados Trabalho de Campo, 2016. Elaboração: Cardoso, 2016.

23 Cf. MIGRANTES TEMPORÁRIOS, 1991; Debate: Migração e Cidadania, da Pastoral Migratória de Guariba, 1997.

Apenas 18% dos entrevistados realizaram os deslocamentos espaciais, trazendo consigo seus familiares. Destaca-se que estes são trabalhadores que já realizaram diversas safras longe de casa, e que dessa forma, buscam esposa e filhos para lhes fortalecerem da solidão e sofrimento do trabalho extenuante como o corte de cana. Assim, a migração divide a vida das pessoas no tempo e no espaço, esta é a lógica do território migratório, ao mesmo tempo em que é o determinante do conjunto destas vidas, imprimindo-lhes o elo unificador entre os que partem e os que ficam, reproduz permanentemente a transitoriedade e a divisão espacial e social; são vidas transitórias, marcadas pelo eterno partir e chegar (SILVA, 2011b).

Para a maioria do conjunto de migrantes, a mobilidade não é uma exceção, e sim a regra, realizando safras e deslocamentos diferenciados a cada ano, inviabilizando assim, o desejo de trazer suas famílias para junto de si, a este respeito seus depoimentos são carregados de tristeza e saudade de seus entes queridos e da sua terra.

Minha mãe, esposa e filhos ficaram lá, a gente não podia trazer né, o dinheiro é curto, a passagem é cara, não sabia como que seria aqui, a gente tem que enfrentar, mas eles não precisam passar esse sofrimento. Eu sinto saudade deles, mas não tem o que fazer né, preciso ganhar o sustento de todos. (José, 32 anos, migrante de Codó- MA).

Minha mulher e os filhos ficaram lá no Maranhão, não dava pra trazer, quando a gente vem, é dar um tiro no escuro, não sabe o que vai acontecer, todo mês tento economizar para mandar o dinheiro pra família, a gente tem saudade do povo de lá, da nossa casa, dos filhos que estão crescendo e a gente fica daqui de longe. (Luiz, 29 anos, migrante de Coroatá- MA).

Os trabalhadores migrantes evocam em suas falas o desejo de retorno, o sentimento de saudade, mas para estes próprios sujeitos não existe retorno antes do término da safra. Não existe possibilidade da volta sem dinheiro, a dor e os sofrimentos são vividos e silenciados diariamente, ou seja, há que suportar o calvário, em seus pensamentos voltar sem nada é como se atestassem que são fracos. E, mais que isso, é sentenciar os dependentes familiares à miséria, à privação das necessidades para se reproduzirem. Isto é, a mobilidade mesmo quando é efetivada por um membro da família não é individual, mas faz parte de um quadro conjunto que envolve as distintas estratégias familiares e o processo social envolto.

Pudemos perceber que a vinda de mulheres, filhos, família adjunta a esses trabalhadores, que migram por conta própria, se dá após o migrante estar estabelecido, tendo o intuito de minorar seu sofrimento, bem como representa uma

estratégia dos mesmos para resistir às dificuldades, não apenas do processo migratório, como da própria atividade desempenhada, o que nos permite entender o que Silva (2011a), postula enquanto uma apropriação do afeto e não apenas uma diminuição do desgaste físico, tendo em vista as mulheres os auxiliarem. Entretanto, a estratégia de trazer suas mulheres para os locais de destino é vedada pelas empresas canavieiras, que proíbe tal prática em seus alojamentos, buscando assim mecanismos de controle rigoroso sobre os trabalhadores, a começar pelo processo de trabalho e a vida fora do trabalho, ou seja, no âmbito da sociabilidade, da subjetividade.

O agrohidronegócio canavieiro estruturou o seu funcionamento, segundo a lógica do capital, e nesse sentido trata o trabalhador enquanto trabalhador individual, desconsiderando que ele tem família. O capital aparta o sujeito do trabalho da sua família, pois não importa para o sistema metabólico do capital se este tem história, culturas, sentimentos. Importa apenas sua capacidade de produzir e continuar produzindo, seus valores e sentimentos são desconsiderados pelo sistema do capital. Dessa maneira, a lógica do capital impede com que estes sujeitos do trabalho tenham afeto, forçando-os a enclausurarem seus sentimentos, e se comportarem como máquinas de produção.

Outro aspecto a considerar tem a ver com os contatos entre trabalhadores da mesma origem e com organizadores de turmas, que trabalham diretamente para as empresas canavieiras, já que constituem dimensão fundamental nas narrativas dos trabalhadores migrantes entrevistados. Destaca-se que o caráter da descoberta de emprego por estes, é realizada, através dos contatos deixados ou mesmo de parentes e amigos que se tornaram migrantes estabelecidos na região.

Eu vim por indicação de um primo meu, que veio de lá pra cá alguns anos antes de mim. Disse que era puxado, mas que dava pra tirar um “dinheiro bom”. Vim então aqui para casa do meu primo, ele me deu uma força, sabe como é difícil vir pela primeira vez, você chegar num lugar diferente, sem conhecer ninguém. (André, 22 anos, migrante de Jundiá- AL).

Por meio da nossa pesquisa, temos percebido que o papel das redes sociais, que se estabelecem entre os trabalhadores migrantes, que compartilham uma mesma territorialidade, se dão em distintos significados, dependendo do caráter das relações sociais estabelecidas, no relato acima, a conformação dessa rede social teve como sentido objetivo, os laços de solidariedade na tentativa de amenizar as



dores e sofrimentos, não só do trabalho degradante nos canaviais, mas também da solidão em um território distante e desconhecido. Mas, também presenciamos o inverso, redes sociais que são estabelecidas tendo como figura central, o migrante estabelecido, que após cooptação pela empresa canvieira, acaba realizando as funções de “gato” no agenciamento da força de trabalho, arregimentando trabalhadores do seu local de origem para as empresas canvieiras.

Percebemos mediante as conversas/entrevistas com os trabalhadores migrantes, que suas chegadas nos municípios de Alto Alegre, Araçatuba, Avanhandava, Braúna, Clementina, Guararapes, Luiziânia, Penápolis e Piacatu partícipes do EDR de Araçatuba se dão basicamente em meados de março de cada ano, intensificando-se em abril e permanecem até o término da safra, no final de novembro, início de dezembro. Notamos que a partir da reestruturação produtiva e adoção da mecanização do corte, o número de migrantes no EDR em estudo vem diminuindo ano a ano. Na dinâmica deste processo de mobilidade territorial do trabalho, em fins de novembro, início de dezembro, dá-se o regresso de uma parte importante da força de trabalho migrante às suas regiões de origem, para reencontrar suas famílias.

Na verdade, trata-se de uma migração permanentemente temporária, pois a grande maioria destes migram todos os anos tendo suas vidas divididas no espaço e no tempo. No entanto, pode-se retornar ao espaço, mas não ao tempo. As roças de subsistência estão em vias de desaparecimento, as atividades extrativistas relacionadas ao coco babaçu estão cada vez mais rarefeitas, muitos parentes e amigos já se foram. Considerando que espaço-tempo formam uma simbiose, conclui-se que o espaço também não é mais o mesmo. O retorno se faz em busca de algo imaginado (SILVA, 2011b).

Constatamos ainda, ao longo da pesquisa, que nesses períodos são frequentes o transitar de distintos ônibus fretados, que fazem o transporte dos trabalhadores para as suas cidades de origem. Com grande frequência, no percurso da viagem esses ônibus são saqueados por assaltantes já conhecedores das rotas dos fluxos migratórios, levando assim, o pouco que estes conseguiram guardar ao longo da safra com muito sacrifício. Outro fator, que carece de destaque, é que inúmeras vezes, as empresas que oferecem este serviço são apelidadas pelos trabalhadores de “clandestinas”, pois oferecem serviço de transporte com custos reduzidos, e com qualidade e segurança debilitadas.

A gente vem e vai muitas vezes pra casa lá no Maranhão, de “clandestino”, porque o preço da passagem é menor, e ainda, a gente pode levar uma grande quantidade de presentes e objetos embaixo no bagageiro ou em cima mesmo no ônibus. [...] o pessoal chega a levar até moto desmontada lá em baixo, bicicleta, tanquinhos de lavar roupa. [...] também o tempo de viagem é menor, uma viagem que num ônibus normal você faria em 3, 4 dias, de clandestino você faz em 2 dias. (Vitor, 21 anos, migrante de Coroa- MA)

Como se denota, a clandestinidade do transporte migrante é uma das dimensões da condição de precariedade, a que estes sujeitos estão submetidos, não somente no trabalho, mas também fora dele. Podemos ainda, destacar que o retorno para casa, passa pelo fetiche operado pelas mercadorias, isto é, muitos trabalhadores migrantes procuram o transporte clandestino, pela disponibilidade de carregarem o bagageiro com mercadorias, muitas vezes motocicletas, com o intuito de imprimir a sensação de vitória em seu retorno, o que fortalece a ilusão dos que ainda não vieram, do sonho da liberdade de “mudança de vida”, através da mobilidade territorial do trabalho para o agrohidronegócio canavieiro.

Com relação a arregimentação de trabalhadores migrantes para o agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba, pudemos perceber ao longo da pesquisa, que essa se faz, através dos “gatos”<sup>24</sup>. A sistemática transcorre da seguinte forma: o “gato” residente no município paulista, liga pessoalmente ou encarrega um “subgato” na maioria das vezes um próprio migrante estabelecido, respeitado pelos outros migrantes, para que este reúna o número de trabalhadores requisitado pelo primeiro. Em conversa com um “subgato migrante”, encontramos a pormenorização deste processo de arregimentação precária da força de trabalho para o corte de cana.

A gente conhece muita gente de lá né, eu vim pra cá já faz um bom tempo, hoje eu tento ajudar, o pessoal da minha terra, sei como é difícil ficar sem trabalho. [Pensativo] Então, ou a gente vai lá pessoalmente escolher o pessoal pra trazer, ou então eu ligo pra uns camaradas de lá, que arrumam sempre “peão bom”, ter que ser “peão bom”. (Pedro, 30 anos, migrante de Jundiá- AL).

Como se percebe pelo relato, o “subgato” presta serviço informal para as empresas canavieiras, tendo em vista que arregimentação passa pelos critérios

---

<sup>24</sup> Gatos são agenciadores informais de força de trabalho, que buscam trabalhadores em outras regiões do Brasil, sobretudo no Nordeste para trabalho, quase sempre precarizado nos canaviais. Vale lembrar que o aliciamento de trabalhadores, é prescrito como crime no Código Penal Brasileiro, art. 207.

estabelecidos por essas, o “peão bom” como mencionado no discurso, na visão empresarial é aquele trabalhador que se submete à todos os ditames e exigências das empresas, é aquele trabalhador que é resistente, produtivo e, sobretudo que não oferece resistência aos seus patrões, é esse o perfil requisitado pelas empresas canavieiras na arregimentação de trabalhadores migrantes.

Assim sendo, o “gato” realiza um criterioso processo de seleção que segundo os trabalhadores, começa ainda nos locais de origem, em bares, nas casas ou nas ruas, por meio de conversas informais, bem como o ato de investigar se esse trabalhador não tem seu nome nas “listas negras da usina”, valendo ressaltar que só os trabalhadores de confiança do gato é que serão selecionados.

Ainda sobre a arregimentação, destaca-se o fato de que é no momento da partida para o corte de cana que se inicia a saga de precarização desses migrantes, pois para realizarem este deslocamento, só lhes restam o endividamento. Soa quase como ironia, se não fosse a gravidade deste problema, o trabalhador migrante, além de ser explorado no processo de trabalho, fora dele, ainda no momento da partida, tem de precarizar ainda mais sua condição social, desfazer-se de seus bens adquiridos, para comprarem a passagem que poderá levar-lhes à solidão, ao sofrimento, aos agravos à perda da saúde e até mesmo à morte.

Outro gritante elemento de perversidade revelado pela pesquisa é o fato de que a vinda desses trabalhadores, que já se inicia com o endividamento, não lhes têm assegurado no momento da partida a sua contratação, por parte das empresas canavieiras, como está prescrito no artigo 29 da CLT, que disciplina as anotações e registros na carteira de trabalho, indicando que a empresa tem até 48 horas para assinar e devolver a carteira de trabalho com as anotações referentes à data de admissão, remuneração e dados relativos à duração do trabalho, exame médico admissional.

Vários trabalhadores entrevistados nos relataram que é comum o migrante sair de seu município e estado, ficando até semanas, sem a contratação formal em carteira de trabalho, sem a realização de exames admissionais no local de origem; nos relatos dos migrantes, a mobilidade territorial do trabalho é “*um tiro no escuro*”. Ou pior, configura-se mediante esses relatos situação de aliciamento de trabalhadores, pois como prescreve o Código Penal Brasileiro, o simples ato de persuadir determinado número de trabalhadores a se transferir para outro local do país, configura crime de aliciamento (art. 207, CP), não se exigindo dolo específico

do agente, no sentido de afastar os trabalhadores definitivamente de sua região de origem.

Assim, significa dizer que essa estratégia é adotada para quando as irregularidades relacionadas ao agenciamento, contratação e manutenção da mão-de-obra em condições precárias forem descobertas, de sorte que as empresas agroindustriais canavieiras fiquem isentas de qualquer culpa. É fácil responsabilizar terceiros, especialmente quando se trata do “gato”, porque este vive se escondendo da fiscalização devido sua prática ser considerado ilegal e criminosa. Ademais, a tragédia social se inicia e está sob a responsabilidade exclusiva do capital agroindustrial canavieiro. Assim, a competência territorial quanto ao ingresso de reclamações trabalhistas no Brasil, segue o disposto, no art. 651, da Consolidação das Leis do Trabalho:

Art. 651. A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento é determinado pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutra local ou no estrangeiro.

Com todas as “venhas” é descabido a qualificação jurídica deste artigo, pois impossibilita os sujeitos migrantes de realizarem reclamações e de futuramente ingressarem na Justiça do Trabalho, obrigar o trabalhador migrante a ingressar com reclamação trabalhista no local da prestação de serviço é o mesmo que impedi-lo de ter acesso à justiça. Não é possível obrigar que um empregado contratado em um local muito distante de seu domicílio seja obrigado a propor ação trabalhista no local da prestação de serviços por mera formalidade legal.

No contexto atual de valorização do capital, que, ao se realizar revela a face da civilização da barbárie do capital, a degradação do trabalho se expressa com maior intensidade no conjunto dos trabalhadores migrantes no seio do agrohidronegócio canavieiro. Nesse cenário, o Ministério Público do Trabalho tem detectado inúmeros casos de irregularidades do ponto de vista dos contratos de trabalho e, especialmente, das condições materiais de sobrevivência dos trabalhadores, que são essenciais para revitalização da sua força de trabalho e um direito garantido por lei. Ilustramos essa situação com uma reportagem da ONG Repórter Brasil, na qual denuncia as condições de moradia e situações análogas à escravidão no município de Piacatu-SP, integrante do EDR estudado.

Um grupo de 40 trabalhadores, aliciados no Maranhão para trabalhar na safra da cana das usinas paulistas, foi encontrado vivendo em condições subumanas na cidade de Piacatu, na região de Araçatuba. Ontem, avisado pela prefeitura de Piacatu, o procurador Gustavo Filipe Garcia, do Ministério Público do Trabalho, flagrou as condições dos trabalhadores. “É difícil acreditar que em pleno século XXI, no estado mais rico da nação, ainda aconteça esse tipo de situação. É revoltante”, afirmou. O grupo foi trazido por José Siqueira da Rocha com a promessa de emprego com carteira assinada, mas, quando chegou, no domingo passado, não havia trabalho nem casas. Dez trabalhadores foram alojados numa pequena casa de madeira e 30, em um imóvel de cinco cômodos sem energia elétrica, móveis e condições de higiene. Segundo a Polícia Civil, as casas não comportam mais de 12 pessoas. O grupo dormia no chão e se alimentava de comida entregue pela vizinha de uma das casas. “Pagamos R\$ 190,00 para trabalhar em São Paulo, mas não encontramos emprego nem casa decente para morar”, disse José Raimundo Ribeiro, de 35 anos, que saiu de Itapecurumim.

(Reportagem da ONG Repórter Brasil- 24/05/2007).

Como percebemos, o migrante é tratado pelo agrohidronegócio como um animal, brutalizado, devendo ser acomodado em qualquer espaço precário, não importa a qualidade da alocação desses trabalhadores, aliás, a recomposição de energias do trabalhador se pudesse o capital desconsideraria. O metabolismo social do capital, promove uma dupla degradação ao ser que trabalha, tanto nos ambientes de trabalho, como fora. Na verdade, o capital procura estender seus expedientes coercivos a subjetividade do trabalhador com o intuito de controle e dominação dos trabalhadores mesmo à distância do espaço da produção. A sanha irracional do destrutivismo de forças produtivas ao sabor da acumulação ampliada tinge como normalidade ao empresário canavieiro abrigar 30 trabalhadores em um cúbico, sem energia elétrica, e condições de saneamento e higiene. Afinal, como são de “fora”, sujeitos desterreados, na lógica capitalista deveriam aceitar de bom grado a oportunidade oferecida.

Pudemos ao longo da jornada de pesquisa conhecer as condições de moradia nos locais de reprodução dos trabalhadores migrantes entrevistados. Visitamos casebres e barracões que servem de abrigo para estes sujeitos, em linhas gerais, estes imóveis são alugados em nome do “gato” responsável por cada turma, este fica ainda encarregado por disponibilizar e arranjar colchões, camas, um refrigerador e um fogão e botijão de gás, quase sempre tudo usado. Em contrapartida, os migrantes se comprometem ao bel prazer do gato, a comprarem alimentos e produtos diversos na loja, no “mercado” do próprio “gato”, do “filho do gato” ou de quaisquer outros parentes. Assim a relação de dominação e controle destes

trabalhadores se evidencia numa escala assustadora, como podemos notar em suas narrativas:

Então eu “to” acostumado comprar no mercadinho ali da esquina, o dono é filho do motorista da turma, como a gente desde que chegou já foi por lá comprando, estamos até hoje fazendo compras lá. E também, porque é bem pertinho de casa, daí já chega do serviço e vai buscar do lado o que “tá faltando”, “uma mistura”, uma banana, vai comer um espetinho e tomar uma cervejinha com o pessoal. [...] A gente deixa “pra” fazer o pagamento de uma vez só, “acerta” quando sai o pagamento. Tem vez que fica um pouco mais caro, “mais” deve ser o jeito que é anotado as coisas, “mais” também tudo sobe todo dia né. (Márcio, 25 anos, migrante de Codó-MA).

O conteúdo da narrativa migrante, nos evidencia os diversos mecanismos de controle e dominação sobre a força de trabalho. O vínculo mercantil ao estabelecimento do “gato” nos revela a estratégia de imobilização e dependência para com o trabalhador migrante. Como é reiterado nas falas, sempre o valor listado das compras ultrapassa aquilo que os migrantes julgavam ser o correto, quase sempre, não há o controle e anotação do migrante dos seus gastos, o que proporciona ao “gato comerciante”, a fraude das despesas mensais. Devemos ressaltar, que não há regresso para os lugares de origem, sem antes o “acerto das contas no mercadinho”. Assim, o migrante explorado nos ambientes de trabalho, sugado pelo sistema de pagamento por produção, fora do trabalho continua refém do controle da lógica do capital.

Ao nosso interlocutor cabe o esclarecimento, de que não utilizamos o recurso visual e gráfico das fotografias, por questões de privacidade e respeito para com os trabalhadores migrantes entrevistados, que nos relataram o medo de perseguição por eventual descoberta das casas pelas fotos, tendo em vista a disponibilização de ordem pública deste texto, e o contexto do recorte territorial de estudos abranger em sua maioria pequenos municípios, o que facilitaria uma eventual descoberta dos imóveis fotografados, chegando-se assim ao trabalhador entrevistado, optei como escolha, o trabalho ainda mais árduo de trazer a miséria dos espaços de reprodução dos migrantes mediante as narrativas, reconhecendo a voz dos sujeitos e suas visões para a leitura territorial da degradação dentro e fora do trabalho.

Nesse sentido, fomos testemunha ocular da inadequação dos alojamentos (casas e barracões) alugados por turmeiros- “gato” - a serviço das empresas canavieiras, no qual muitos não tinham instalações adequadas para os trabalhadores dormirem, guardarem seus pertences, se alimentarem ou terem algum

tipo de lazer, quando não estão trabalhando. Ainda, sobre as condições de moradia dos migrantes, especialmente as casas são na maioria dos casos pequenas, contendo 2 ou 3 quartos, onde se amontoam precariamente até 4 pessoas por cômodo. A miséria, é um fator marcante estampado no semblante das “casas dos de fora”, apesar de toda a exploração exercida pelo capital, leia-se agrohidronegócio canavieiro no ambiente de trabalho, nos próprios espaços de reprodução e regeneração da vida, a exploração do capital sobre o trabalho continua sendo uma constante na vida do migrante, condenando-o a uma vida tão subumana mesmo fora dos espaços de trabalho.

Bom, a gente fica pouco tempo “dentro da casa”, ou tamo no trabalho, ou “tamo” dormindo, mas é isso aqui, que você está vendo, não tem luxo não, não é como na casa da gente, dividir com tantas pessoas um lugar pequeno é complicado, tem que ser forte, e pensar que “tu vai” retornar com alguma coisa “pro” teu pessoal lá.  
[cabisbaixo]. (Luiz, 29 anos, migrante de Coroa- MA).

O relato acima, é emblemático para o entendimento das condições dos locais de reprodução da força de trabalho migrante em seus destinos, o lugar de moradia precário não é reconhecido, como uma fuga pessoal, o migrante afirma: “dentro da casa”, nunca da minha casa, da nossa casa, este ambiente hostil, somente visto como “ponto de dormir”, é uma das estratégias subjetivas dos sujeitos migrantes para suportarem as aflições impostas pela lógica irreduzivelmente macabra da acumulação de capital. Novamente os migrantes destacam o “ser forte”, evidenciando o drama do desterreamento, que não implica somente, na mudança geográfica de localização dos sujeitos, o conteúdo dos lugares não é o mesmo nos diferentes territórios, há todo um enraizamento nos lugares que o capital procura rompê-los, dizimá-los, mas a resistência do trabalho se impõe pelo conteúdo da subjetividade da classe trabalhadora, pela memória, pelo desejo de não continuar para sempre “cativo” do capital. Assim, como indica Silva e Menezes (2000), o alojamento é o prolongamento daquilo que se observa no eito dos canaviais. Amontoados em quartos escuros, mal ventilados, sujos, esses homens sentem o peso de serem mercadoria barata num mundo em que os direitos apenas existem no papel.

A constatação desses fatos contribui para corroborar a tese de que o capital se alimenta de formas modernas de produção e gestão do processo produtivo e de trabalho, porém mantém as formas precarizadas de trabalho, muitas vezes

mascaradas pelo discurso da adoção de práticas economicamente viáveis, ambientalmente corretas e socialmente justas. Indo além, ao longo das pesquisas constatamos, que o fato de estarem distantes das famílias e isolados das práticas sociais desenvolvidas pelo conjunto da população das cidades onde ficam alojados, esses trabalhadores não tem opção de lazer nos dias de folga e, sobretudo nos finais de semana, restando-lhes duas opções: os que gostam vão tomar bebida alcoólica no bar (ou levam para tomar em casa) e os demais apenas assistem televisão. Faz-se importante, porém enfatizar que quando fazemos referência ao uso de bebida alcoólica por esses trabalhadores não temos a pretensão de denegrir a imagem dos mesmos, mas ressaltar que isto é mais um desdobramento da condição social, da desterração que esses trabalhadores sofrem e da situação precária de vida para onde migram.

Assim, distantes da família, isolados da comunidade local, sob pressão no trabalho e controle das empresas contratantes e sem opção de lazer, esses trabalhadores ficam vulneráveis e encontram na bebida alcoólica uma forma de “descarregar” suas insatisfações (OLIVEIRA, 2009, p. 439).

Vê-se, pois, que de um modo geral, a precariedade e a degradação prevalecem, tanto nas condições de trabalho como de vida, o capital submete e controla tanto os espaços de trabalho, como de regeneração e reprodução da força de trabalho. Como tivemos a oportunidade de conferir em campo, são diversos os casos em que os trabalhadores migrantes vivem praticamente amontoados em pequenos espaços, em condições de higiene extremamente precárias. Nestes termos, podemos entender que o processo de mobilidade territorial do trabalho para o agrohidronegócio canavieiro em estudo, envolve uma imbricada série de contradições estruturalmente ligadas à natureza do metabolismo do sistema do capital, como também, nos permite enxergar as táticas dos trabalhadores, bem como seus anseios, medos, esperanças, dúvidas e incertezas, que eles trazem, e que também os forçam adentrarem o circuito sistêmico da mobilidade do trabalho.

Para Gaudemar (1977, p. 172), “toda estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada”. Assim, a migração de trabalhadores nordestinos para o corte de cana-de-açúcar no agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba, revela ser um processo de mobilidade territorial do trabalho forçada, pela necessidade que o homem desprovido dos meios de produção, tem de vender para o capital sua força de trabalho. Dependente do emprego, do salário e da



moradia, portanto de condições básicas para garantir a reprodução da vida e da família, o trabalhador é levado “no extremo a desfazer-se de tudo que o havia territorializado” (MOREIRA, 2008, p. 137). Ou, como nos indica Vainer (1984), o que aparece como livre deslocamento de homens livres no espaço, não é senão a dimensão espacial da subordinação do trabalho ao capital. Dessa maneira, o deslocamento territorial em questão, não tem nada a ver com liberdade espacial, ou melhor, tem a ver com sua perda.

De antemão, o que é importante ser enfatizado é a forma pela qual a sociedade burguesa é encoberta pela ideologia da liberdade e da igualdade. A Revolução Francesa foi o marco político e social por meio do qual estes princípios foram disseminados. Assim foi sendo gestado, em nível de representações, um conjunto de abstrações, de ideias invertidas sobre a nova ordem social prestes a ser implantada. De acordo com Silva (2008b), estes dois princípios, na verdade, foram sendo erigidos desde o século XVIII pelos iluministas, princípios estes que vislumbravam a construção de outra sociedade, diferente daquela existente. O primeiro passo era a garantia de homens livres para o trabalho, sem as marcas da escravidão e servidão; o segundo, a garantia de uma igualdade para mascarar as profundas desigualdades. A igualdade, como princípio, fundamentava-se na equalização das mercadorias enquanto valores de troca. Como foi dito acima, estes princípios instituíram direitos, que não foram dados de fato, mas seriam apenas um ideal a perseguir.

Este fato consiste em que, na sociedade de direito burguesa, a “desigualdade substantiva”, desigualdade real de condições materiais entre as pessoas, é encoberta por uma “igualdade formal”, dada pelo princípio jurídico da isonomia como requisito para a celebração do contrato de trabalho (MÉSZÁROS, 2007) – que está presente na própria Constituição Federal Brasileira de 1988 quando, no art. 5º, afirma que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. À luz da teoria, a exploração capitalista aparenta ser um fato claro como o dia. Na prática, entretanto, sua existência reveste-se de um denso véu mistificador que as invisibiliza e interverte, fazendo-as aparecer ante os próprios seres humanos que trabalham como condição máxima de igualdade e liberdade (PERPETUA, 2016).

Com efeito, a mitificação da exploração dada pela igualdade formal é o cerne de fundamentação e escamoteamento da dominação impingida ao trabalhador migrante pelo capitalista, que o leva a enxergar o deslocamento forçado como ato de

liberdade, prezo a concepção capitalista de liberdade, o ato singular dos sujeitos de iniciar o deslocamento não significa controlar os roteiros, nem mesmo os destinos de chegada, sair não significa sob a lógica do capital escolher onde se quer chegar, ou melhor, não se é livre simplesmente pelo ato singular de iniciar o migrar.

Nestes termos, a liberdade capitalista pensada pelo viés do sistema do capital, seria alcançada pelo tão propalado “crescimento” econômico, expansão da economia de mercado e do trabalho assalariado, como afirma Sen (2000, p. 21), “a rejeição da liberdade de participar do mercado de trabalho é uma das maneiras de manter a sujeição e o cativo do trabalho”. Nesta afirmação, fica clara a concepção de liberdade que o sistema do capital propõe, ou seja, uma *liberdade às avessas*, na qual seu conteúdo e sentido garantem apenas a construção de um mercado de trabalho, baseado na compra e venda de força de trabalho, mecanismo fundamental para reprodução ampliada do mais valor. Sendo assim, a liberdade capitalista resume-se ao realizar da mais-valia. O ser social é dito “livre” enquanto apenas uma mercadoria para venda de sua força de trabalho.

Para Prado Júnior (1986), a liberdade capitalista consiste no estabelecimento e aceitação de acordos com outros indivíduos, é até aí que vai a liberdade no regime burguês, entretanto, essa igualdade dos indivíduos na liberdade, de se acordarem entre si é, contudo, uma igualdade jurídica, isto é, uma liberdade de direito e não de fato. Pois, a realidade é que os indivíduos são muito desiguais, e são particularmente naquilo que mais contribui na fixação dos limites e do alcance da sua ação, a saber, na sua posição dentro da estrutura social, decorre daí que a liberdade de cada um variará muito, em função da desigualdade real criada pelo sistema do capital.

Nesse sentido, a liberdade burguesa não passa de ilusão, pois outorga ao indivíduo uma faculdade que as contingências da vida coletiva lhe subtraem logo em seguida. Ou subtraem, na maior parte dos casos, da maioria dos indivíduos. O indivíduo é “livre” de escolher e determinar sua ação, mas quando procura realizar e tornar efetiva essa sua escolha, verifica que as contingências da vida social determinadas pela “livre” escolha de outros indivíduos mais bem situados que ele, lhe vão afunilando a “ilimitada” liberdade inicial, e tolhendo sua ação até reduzi- lá a uma esfera mínima a que ele se verá inapelavelmente restringido e condenado (PRADO JÚNIOR, 1986, p. 59).

Conforme Caudwell (1968), as relações sociais capitalistas é que dão igualmente origem a esses dois extremos, a liberdade do capital e a não-liberdade do trabalhador, fato que só pode ser mudado, mudando-se a causa estrutural, a

ação do capital. Desse modo, podemos sustentar que essas duas concepções de liberdade, são irreconciliáveis, não tendo como buscar uma terceira via conciliatória com o sistema do capital, ou seja, somente a ruptura com a estrutura de mando e poder do capital pode levar a liberdade de fato do trabalhador.

Enfim, a liberdade do capital é mantida e nutrida em decorrência da não-liberdade do trabalhador, assim a liberdade de poucos é sob a lógica do capital erguida sobre a não-liberdade de muitos, sendo que essas duas noções estão em perpétuo antagonismo de classe. No que diz respeito à natureza da liberdade espacial, essa questão não se resume em ter ou não ter livre-arbítrio, poder simplesmente escolher entre opções predefinidas. O problema fundamental da liberdade espacial sob o sistema do capital vai além, pois a liberdade de fato deve contemplar os sujeitos serem cômnicos de sua tomada de posição e produção do conteúdo e sentido de suas próprias opções de escolha. Nesse sentido, não podemos cair no penoso equívoco de pensar a liberdade, apenas como dimensão subjetiva ou mental. É preciso conjugá-la com o movimento da materialidade histórica em curso e, precisar a interpretação do modo como o sistema do capital opera na definição da liberdade espacial dos sujeitos do trabalho.

No que tange ao contrato de trabalho, há dois aspectos a serem considerados. O primeiro deles é a relação jurídica estabelecida entre compradores e vendedores da força de trabalho. Neste momento, capitalistas e trabalhadores, são tidos como agentes portadores de “direitos iguais”, legalmente reconhecidos, uma vez que a operação envolve um ato de compra e venda de força de trabalho, concretizada entre indivíduos livres, isto é, nenhuma corrente visível obriga, pelo uso da força física, a assinatura do contrato. No entanto, o segundo aspecto, menos visível, porém não menos importante, é a aceitação forçada e involuntária deste contrato jurídico. Como afirmam Silva e Martins (2010, p.216):

Neste momento, vale a pena refletir sobre uma possível escolha de não aceitação do contrato de trabalho por parte dos trabalhadores. No tocante aos migrantes, que já chegam, em sua maioria, endividados, eles não teriam condições financeiras de regressar aos seus lugares de origem, distantes a milhares de quilômetros. Além disso, o regresso sem dinheiro para o sustento da família significa, antes de tudo, a violação das normas de comportamento vigentes no interior do grupo ao qual pertence. Portanto, é difícil afirmar que há liberdade no momento da aceitação do contrato de trabalho. É difícil não pensar na vergonha do provedor fracassado.

Não estamos defendendo a ideia de que vivemos em uma sociedade escravista ou feudal, a formação socioespacial capitalista experimentou sim, um processo de assalariamento, no qual a força humana que trabalha foi destituída, desterrada dos seus meios de produção. Todavia, estamos indicando a densa névoa ideológica confusamente percebida, que cobre o sentido de ser “livre” na sociedade capitalista e que rebate sobre a mobilidade territorial do trabalho. Sem nenhum rodeio, podemos afirmar, que a liberdade espacial de fato, não se expressa no processo de mobilidade territorial do trabalho para o agrohídronegócio canavieiro, o poder de definição e decisão, para quais escalas migrar, quais conteúdos espaciais construir, não estão centrados nos sujeitos do trabalho, e sim, na estratégia do capital de ativar seu ciclo reprodutivo, no qual, predominam interações espaciais ancoradas na exploração do trabalho fonte de toda riqueza existente.

Pensar o processo de mobilidade territorial do trabalho, o deslocamento espacial de trabalhadores migrantes nordestinos para os canaviais do EDR de Araçatuba, nos levam a afirmar estes movimentos, como não-livres, ou melhor, movimentos condicionados pela dinâmica do sistema do capital, haja vista, como vimos, não se apresentarem outras alternativas para os sujeitos migrantes do trabalho.

Durante a pesquisa de campo, quando indagados se percebiam este movimento de migração como livre? As respostas nos remetem ao entendimento da liberdade vinculada à concepção capitalista, ou seja, reduzida a mera capacidade de escolha, entre situações de conteúdo determinadas pelo sistema do capital.

Eu acho que sou livre, eu que decidi vim pra cá, mas vim porque as condições não davam pra ficar lá. A gente tem que trabalhar né, enfrentar a situação, porque não dá pra deixar a família precisando das coisas, o filho pedindo um pão, um leite e você não ter pra dar. Então, se tivesse condição da gente viver na nossa terra, nunca que tinha vindo pra cá, um lugar longe, que a gente não conhece ninguém, ainda a gente fica longe da família, da mulher, dos filhos, da mãe, se tivesse como eu ficar lá, nunca que tinha vindo. (Márcio, 25 anos, migrante de Codó-MA).

A partir deste depoimento, é possível perceber instaurada uma relação contraditória, no tocante à questão da liberdade espacial perante a mobilidade territorial do trabalho. O sujeito migrante se denomina “livre”, entretanto, sua alegação está ancorada na concepção capitalista vigente, que trata a liberdade espacial, como uma mera escolha, ou melhor, como simples capacidade de decisão na realização dos seus deslocamentos. Quando voltamos nossas atenções em relação ao discurso migrante exposto, constata-se que na maior parte o migrante

reiterou que as condições sociais não lhes deixaram alternativa, a não ser migrar. Dessa maneira, contradizendo sua alegação inicial de liberdade espacial na realização do deslocamento, o sujeito migrante ratifica o sentimento e o desejo de ficar e vivenciar em seu território. O ir neste caso, significa somente a busca de recursos financeiros, para continuar se perpetuando no seu território e não um desejo autêntico, soberano, representativo de liberdade. Pois, como enfatizado pelo discurso migrante, se as condições sociais lhe oferecessem a oportunidade de ficar, o exercer da liberdade espacial optaria pela permanência em seu território.

Decifrando o discurso dos trabalhadores migrantes, é possível notar, que na verdade é o sistema do capital em sua ação irracional e sistêmica que impele e, portanto, forçar os sujeitos do trabalho a mobilidade territorial forçada. O ato de partir, não significa liberdade espacial, no sentido, de que a partida é condicionada e direcionada para lugares de extração de trabalho não pago e reprodução ampliada do capital. Ora, a natureza fundamental da liberdade espacial, não está presente no ato de decidir entre a ou b como opções predefinidas e selecionadas por outrem, mas sim em poder construir o conteúdo e sentido das escolhas.

Contudo, as vozes apologéticas da lógica do capital não hesitam em desconsiderar as contradições que emanam por todos os territórios, e reiteram com a maior naturalidade, que as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são problemas conjunturais, que podem ser superados por meio da mobilidade da força de trabalho, de um território x para y possibilitando a “integração” dos trabalhadores ao mercado capitalista. Nessa lógica, trabalhadores e capital são colocados do mesmo lado, fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia.

Diante das contradições estruturais do processo de mobilidade territorial do trabalho reveladas ao longo da pesquisa, não hesitamos em afirmar, que os postulados apologéticos do capital, não se sustentam, não encontram sustentação na realidade socioespacial vivenciada pelos sujeitos do trabalho. Isto posto, é preciso que compreendamos a mobilidade territorial do trabalho, não com as lentes da lógica do capital, mas a partir da *centralidade política do trabalho*. Sendo assim, é preciso reconhecer uma questão migratória do trabalho, ou seja, uma problemática do sistema do capital, que se utiliza da mobilidade territorial para sua reprodução ampliada, de tal forma, que a mobilidade não deve ser vista como fator de

ajustamento e de decisão individual e sim, como um deslocamento espacial forçado, uma contradição socioespacial/estrutural do processo de acumulação capitalista.

### ***3.1- Degradação Programada do Trabalhador Migrante: condições de trabalho e vida nos canaviais do EDR de Araçatuba-SP***

O processo de degradação dos trabalhadores migrantes nos canaviais do EDR de Araçatuba, nos remete a compreendermos a real situação enfrentada por aqueles que diariamente veem subsumidos de si sua força de trabalho e submetidos a condições degradantes, não só nos ambientes de trabalho, mas também no cotidiano de suas vivências fora do trabalho, o que Thomaz Junior (2017) denomina de degradação sistêmica do trabalho. Por degradação do trabalho estamos compreendendo o processo que afeta negativamente a saúde e o bem-estar físico e mental do trabalhador decorrente, direta ou indiretamente, da atividade laboral na qual esse se encontra inserido. Para desencadeá-lo, obviamente, contribuem de maneira decisiva a natureza dos vínculos entre trabalhador e empresa, as formas de organização e controle da produção e do trabalho e as condições e o ambiente de trabalho (PERPETUA, 2016).

Assim, a precarização das relações de trabalho e degradação dos sujeitos que trabalham são marcas históricas da condição de subsunção do trabalho ao metabolismo do sistema do capital, ou seja, são estruturais e sistêmicas.

O capital do agrohidronegócio canavieiro tenta impor discurso falacioso de modernidade e riqueza, porém sua cadeia de produção destrutiva, está estruturalmente organizada sob a base da extração de trabalho não pago, e sobretudo encimada para obter lucros e superávits cada vez maiores à custa da intensificação da exploração e, conseqüente, precarização das relações de trabalho nos canaviais. Sendo assim, precariedade e degradação são princípios basilares, que compõem de ponta a ponta, a cadeia de produção destrutiva do agrohidronegócio canavieiro. Nesse momento voltaremos a atenção para o processo laboral do corte de cana-de-açúcar, por ser uma das etapas do processo de trabalho, onde mais se evidenciam os expedientes regressivos das relações de trabalho.

Para melhor entendermos o universo complexo de precarização e degradação do trabalho, a que estão submetidos os trabalhadores migrantes no corte de cana-de-açúcar; é preciso que compreendamos este processo de trabalho de ponta a ponta, pois somente assim poderemos captar os embates que estão sendo travados no bojo da relação capital x trabalho. Ou seja, assim poderemos entender o por quê adoecem, sofrem e morrem os trabalhadores migrantes no corte de cana?

Alves (2007), Silva (2007), Thomaz Junior (2007), fazem indicações importantes a respeito das relações de trabalho nos canaviais, sendo cada qual com seus direcionamentos específicos, centralizam as atenções para a intensificação dos mecanismos de exploração e a piora da qualidade de vida dos trabalhadores.

A começar pelo processo de trabalho no corte de cana-de-açúcar, notamos a partir dos relatos dos trabalhadores migrantes entrevistados, que este consiste em cortar toda a cana de um retângulo – denominado pelos trabalhadores de eito e que está contido no talhão – que só tem previamente definido sua largura, já que o comprimento depende da capacidade de corte de cada trabalhador e, portanto, só será observado ao final da jornada de trabalho, quando será medido pelo apontador (fiscal). Assim, a intensidade do trabalho é predeterminada consoante a potencialidade da força e destreza do trabalhador, mas que por sua vez, é pré-definida pela empresa.

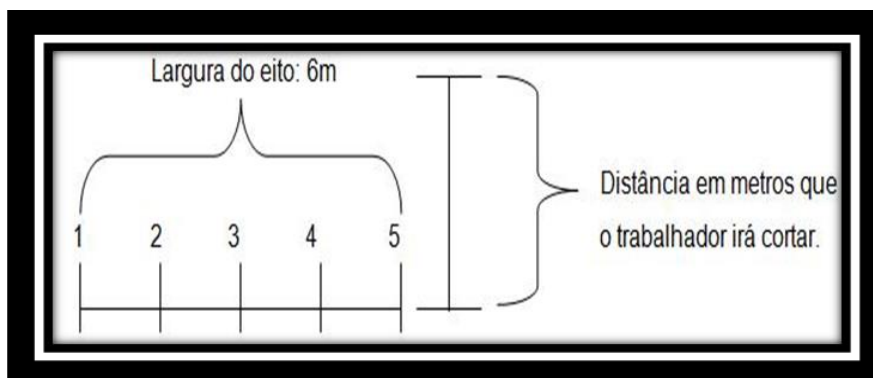
A largura do eito prevalecente no estado de São Paulo é de cinco ruas<sup>25</sup>, o equivalente a 6 metros de distância entre as linhas da extremidade, tendo como espaçamento entre uma linha e outra a distância de 1,5 m, sendo que o corte se inicia pela linha central do eito (3ª linha), na qual será depositada a cana-de-açúcar cortada de todo eito<sup>26</sup>. (Figura 1).

---

25 Porém, nem sempre essa largura foi assim, sendo, pois, essa configuração uma conquista dos trabalhadores durante a Greve de Guariba, em 1984. Mais detalhes ver: Revista Proposta, nº42, 1989; Thomaz Junior, 2002.

26 Importante notar que em cada metro de uma linha de cana, em São Paulo, em plantação de primeiro corte, há entre 9 e 18 pés de cana.

**Figura 1- Processo Laboral do Corte de Cana-de-Açúcar**



Elaboração: Cardoso, 2017.

Depois de cortadas todas as canas do feixe na base, o trabalhador corta a ponta, ou seja, a parte de cima da cana-de-açúcar, onde estão as folhas que via de regra não são eliminadas pelo fogo. Segundo os trabalhadores migrantes as empresas exigem o padrão técnico do corte da ponta no ar, e sua deposição esteirada na linha central do eito. Segundo levantamentos de Alves (2006, p.94-95), podemos compreender a real magnitude da carga de trabalho no corte de cana-de-açúcar:

Um trabalhador que corte 6 toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento por 6 metros de largura, caminha durante o dia uma distância de aproximadamente 4.400 metros e despense aproximadamente 20 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 66.666 golpes por dia (considerando uma cana em pé, de primeiro corte, não caída e não enrolada, que tenha uma densidade de 10 canas a cada 30 cm.). Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem de, a cada 30 cm, abaixar-se e torcer-se para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpeá-la em cima. Além disso, ele ainda amontoa vários feixes de cana cortados em uma linha e os transporta até a linha central. Isso significa que ele não apenas anda 4.400 metros por dia como transporta nos braços 6 toneladas de cana.

Nesse sentido, podemos compreender a partir dos depoimentos dos trabalhadores migrantes cortadores de cana, que estes não detêm as decisões sobre o que fazer, onde trabalhar e como realizar a atividade laboral, ou seja, os requisitos técnicos e o processo de trabalho, no corte, são imposições das agroindústrias canavieiras, que forçam os trabalhadores a integração inautêntica ao seu modo de operar.



Funciona assim, a gente tem que cortar como a empresa pede. Tem que ser bem rente ao chão, não “deixa” toco alto, nem cortar a raiz pra não atrapalhar a “brota”. Nós cortamos a ponta, as folhas das “canas” no ar, a empresa pede assim, diz que é pra não sujar tanto a cana, mas aí quem sustenta o peso pra cortar no alto é “a gente”. Também a ponta tem que ser bem tiradinha, pra não desperdiçar. A gente faz como a empresa pede, senão é advertido, pode tomar gancho e fica com fama de peão ruim, os fiscais tão sempre de olho no jeito que a gente “tá” cortando.  
(José, 32 anos, migrante de Codó- MA).

Em síntese, os cortadores de cana não detêm o controle sobre o conteúdo de seu trabalho, visto que quando começam a trabalhar já são partes de um mecanismo global da produção que lhes é externo. Dessa forma, o trabalho no corte da cana-de-açúcar não se limita apenas ao exercício da atividade de cortar cana, ou seja, retirá-la (cortá-la) do chão, usando o facão (ou podão). O trabalho no corte de cana envolve um conjunto de outras atividades: a) limpeza da cana com eliminação de sua ponta; b) transporte da cana até a linha central do eito e; c) arrumação da cana, depositada na terceira linha, para carregamento mecânico.

Sendo assim, para os trabalhadores, a execução dessas tarefas adicionais, não significam correlatamente o ganho adicional, significam sim, dispêndio adicional de energia e redução do tempo que poderia estar sendo utilizado para cortar cana e obtenção de maior renda. E o pior, revela a perda da capacidade de autodeterminação das formas de (des)realização do trabalho desempenhado pelos sujeitos do trabalho. Na verdade, a determinação de formas, conteúdos e apropriação dos resultados do trabalho, se dão no agrohídronegócio canavieiro presididos pela lógica destrutiva do capital, em detrimento dos interesses dos sujeitos do trabalho.

A vivência do trabalho no corte de cana do agrohídronegócio canavieiro tem sido presidida por uma dupla característica. De um lado, as longas jornadas de trabalho e, por outro, a máxima intensificação do trabalho, estimulada pelo pagamento à base de produção, isto é, da quantidade diária de cana cortada, este duplo mecanismo, encontra-se na base do sofrimento do trabalho. Estão presentes nas falas dos trabalhadores migrantes o prolongamento da jornada de trabalho, através da viagem até o canavial não paga, e os riscos do transporte até o eito.

A gente levanta pra arrumar a marmitta bem cedo, lá pelas 4h da madrugada, dai arruma a mochila, coloca água gelada na garrafa e vai para o ponto esperar o ônibus passar. Lá pelas 5h 30 min, o ônibus passa, eu entro e dai vamos pra roça, pro canavial, a viagem tem vez que dura mais que uma hora, é solavanco pra cá, solavanco pra lá. Quando chega, eu vou logo comendo um pouco da marmitta pra dar força no trabalho. Como é por

produção, a gente ganha o quanto corta, às vezes eu e muita gente nem para direito pra comer, fica trabalhando. Lá pelas 14h 30 min a gente termina, o apontador vem e mede nosso eito com o compasso. Daí pegamos o ônibus de volta pra casa e chegamos por volta de 16h 30 min. Esse tempo dentro do ônibus a gente não ganha nada. (José, 32 anos, migrante de Codó- MA).

Então, o transporte pro trabalho é meio complicado, tem que ter coragem, o ônibus é antigo, com os bancos duros, alguns quebrados, tem “vidro” que nem abre. Eu já vi que o velocímetro não marca mais, tem vez que o pneu “tá” bem “careca” [Pensativo]. (Vitor, 21 anos, migrante de Coroatá- MA)

Conforme os relatos dos migrantes entrevistados, a jornada de trabalho, incluindo o tempo de deslocamento para os canaviais e o tempo de preparo de suas refeições e espera do transporte, atinge em média 12 horas. Isso faz com que o trabalhador passe a relacionar a maior parte de seu tempo de vida, como um tempo que não lhe pertence, dedicado ao trabalho para outrem e, o pior é que grande parte deste tempo, não lhe retorna em forma de salário. Como consta no depoimento: as horas de viagem (*in itinere*) não estão sendo remuneradas. Podemos ainda interpretar dos relatos a situação de máximo aproveitamento do tempo de trabalho, dedicando apenas alguns instantes para suas refeições, realizadas muitas vezes, durante o transporte ou ao chegarem aos canaviais, mais que um hábito cultural, a rotina de almoçar mais cedo expressa uma sabedoria, extraída da experiência laboral, na qual a refeição fornece as energias necessárias para encararem este trabalho altamente extenuante.

Aos defensores do agrohidronegócio canavieiro a degradação dos sujeitos do trabalho, se devem ao próprio trabalhador, que muitas vezes não realiza parada para se alimentar, argumento terminalmente frágil, que facilmente podemos demover nos atendo ao fato de que é o sistema de pagamento por produção, presidido pela lógica do sistema do capital, o responsável pela perversidade de imputar aos trabalhadores a lógica do esforço máximo, a qualquer custo, inclusive da própria vida para alcançarem alguma renda.

Se não fosse o bastante, os trabalhadores ainda convivem com a insegurança nos seus deslocamentos diários para os locais de trabalho, a frota de ônibus que realiza o transporte destes trabalhadores encontra-se em condições precárias de uso. Para disfarçar os motoristas tentam efetuar maquiagem dos seus veículos pintando suas fachadas, por fora a sensação é agradável, por dentro a realidade é precária.

Nestes termos, o processo de trabalho no corte manual de cana, encimado sob o fundamento do pagamento por produção, oferece uma série de riscos, que afetam intensamente o princípio de segurança no trabalho. Sob este aspecto, podemos destacar a rejeição desses trabalhadores, para com os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), tendo em vista, que os mesmos atrapalham os trabalhadores, e na maioria das vezes, são equipamentos inapropriados para com esta atividade laboral, e de qualidade duvidosa, que ao invés de oferecer segurança no trabalho, acaba atrapalhando e intensificando os riscos de ocorrências de “acidentes”. Por isso, os acidentes/doenças do trabalho estão mais relacionados à imposição de um modelo de sociedade emergido historicamente, do que com predisposições biológicas, ou “atos falhos” que “culpabilizam” os trabalhadores (HECK e THOMAZ JUNIOR, 2012).

É importante notar que os riscos são elevados devido ao sistema de pagamento por produção, que força os trabalhadores à intensificação do ritmo de trabalho, levando-os a exaustão, propiciando assim, uma conjugação de fatores, que levam a ocorrência não de “acidentes” imprevistos, mas sim a *degradação programada material e subjetiva do trabalhador*. Sendo, que dentre os equipamentos utilizados, os óculos são os mais rejeitados pelos trabalhadores migrantes, dado que sob as altas temperaturas do EDR de Araçatuba, que podem chegar até os 39°C em dias mais quentes, fazem com que o olho fique embaçado, e o trabalhador tenha sua visualização do eito comprometida.

Para entender completamente o processo de trabalho a que os trabalhadores migrantes estão submetidos no corte, é necessário entender a forma de pagamento, isto é entender o porquê, o ritmo de trabalho é acelerado e intensificado?

Ou seja, este ritmo é acelerado e intensificado, em decorrência de um elemento externo ao processo de produção, que é o pagamento por produção. Esta forma de pagamento, age sobre o psíquico do trabalhador, e o impele ao aumento da produtividade do trabalho, ou seja, a sua intensificação. É assim que, Iamamoto (2003), destaca que essa forma de pagamento, estimula a competição entre os trabalhadores, e reforça o individualismo; pois “no eito é cada um por si e Deus por todos”, apesar da colheita manual, só se realizar com o trabalho de muitos trabalhadores, a atividade do corte é estimulada a ser vivida de forma individual e solitária. E ainda, sob esse sistema e diante da desmobilização dos trabalhadores e ineficiência das entidades sindicais, em geral os trabalhadores só sabem quanto

ganharam num determinado dia, quando recebem o *hollerit* do mês, ou da quinzena, ou da semana. Sem contar, que só sabem quantos metros de cana cortaram num dia, mas não sabem, o valor que será atribuído ao metro de cana naquele eito; pois a determinação deste valor, só será feita nas empresas canavieiras, através de uma conversão.

Nestas condições as unidades agroindustriais canavieiras pesam a cana cortada pelos trabalhadores e atribuem o valor do metro linear, através da relação entre peso da cana, valor da cana e metros que foram cortados, tudo, claro, sem a participação dos trabalhadores, possibilitando então as tão recorrentes práticas de fraudes e roubos contra o trabalhador<sup>27</sup>. Durante as entrevistas junto aos trabalhadores migrantes, todos afirmaram que preferem o pagamento por produção para atingir maior salário, só que entendem também que poderiam ganhar muito mais, se não fossem as falcatruas das empresas, para burlá-los no pagamento, vejamos a fala de um trabalhador migrante, a respeito deste assunto.

Ter certeza e provar a gente não pode né, mas que eu acho que existe roubo na hora da pesagem e atribuição do valor da cana, isso eu acho. Porque, não tem nenhum acompanhante dos trabalhadores lá, quem faz é a própria empresa. E também, porque a gente tem experiência de anos né, às vezes a gente corta, corta e aí o apontador mede uma quantidade, que a gente sabe que é menor, mas não dá pra reclamar, senão é gancho, é fichado e na próxima safra, ninguém quer “pegar” a gente pra cortar cana. [Conformado] (Paulo, 32 anos, migrante de Maceió- AL).

O pagamento por produção no corte da cana-de-açúcar é um dos artifícios nefastos que o agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba utiliza para controle social da força de trabalho migrante no território. Os sujeitos do trabalho migrante são coagidos a não contestarem os pagamentos, tendo em vista, que sua eventual contratação na próxima safra passa pelo crivo das empresas, que estabelecem “listas negras”, com o nome dos trabalhadores tidos como rebeldes.

Além disso, a forma salário torna invisível toda divisão entre trabalho pago e não-pago, aparecendo como se todo o trabalho realizado fosse pago, o que leva o trabalhador, a crer, que o salário remunera a totalidade do trabalho realizado, dependendo exclusivamente de seu empenho. Nas palavras de Marx (1985, p. 617)

---

27 Cf. A esse respeito ver o documentário “Quadra Fechada”, sob a direção de José Roberto Novaes, 2006.

“na superfície da sociedade burguesa, o salário do trabalhador aparece como preço do trabalho, determinada quantidade de dinheiro com que se paga determinada quantidade de trabalho”. Ou seja, o fetichismo da forma salário é reforçado pelo pagamento por produção, isto é, o pagamento por produção hierarquizada e divide os trabalhadores, ao modo que para conseguir fazer com que os trabalhadores compitam com seus pares e consista no aumento da produção, é necessário introjetar nos trabalhadores os valores da ideologia burguesa, como o individualismo, a meritocracia, crença na justiça, lealdade, liberdade.

Nesse contexto, enquanto o discurso do agrohidronegócio se fortalece e o processo de reestruturação produtiva se intensifica no país, a precarização do trabalho nos canaviais atinge níveis impressionantes, não nos esquecendo de que se consolida neste contexto, o que Thomaz Junior (2002), constatou nos anos 1990, ou seja, os trabalhadores são forçados a seguirem os patamares de produtividade imposto pela colheitadeira.

As denúncias dos trabalhadores migrantes e diversas pesquisas de diferentes áreas<sup>28</sup> estão revelando ao conjunto da sociedade, a existência e a imposição por parte do capital canavieiro, de ousadas metas de corte manual a serem cumpridas pelos trabalhadores.

Tem sim, uma quantidade mínima que “tem” que cortar por dia, se a gente não alcança o mínimo durante essa safra o peão fica, mas na próxima safra a “usina” não pega mais, o peão fica com fama de “borrado”, fraco e não consegue emprego. Eu chego “tira” umas 11 toneladas, mas tem gente na turma que chega a cortar muita cana umas 15, 16 toneladas por dia. Como as máquinas vão acabando com o corte de cana, a gente tá cortando muito mais, pra ver se não perde o emprego, tem muita gente que já foi mandado embora. Tem vez que os braços batem sozinho o facão, que a gente nem mais sente o braço.

(Alex, 23 anos, migrante de Pirapemas- MA).

A produtividade dos trabalhadores é um poderoso instrumento de controle da força de trabalho migrante nas mãos do capital agroindustrial canavieiro, tanto no momento da contratação (quando inicia a safra) como durante a safra (THOMAZ JUNIOR, 2009). Conforme os relatos dos migrantes entrevistados, o não cumprimento dessas metas, se volta contra o próprio trabalhador, tornando-se um empecilho para sua contratação na safra seguinte. Dessa forma, as empresas canavieiras estão aviltantemente coagindo os trabalhadores a intensificarem o ritmo

28 Cf. THOMAZ JR, 2007; ALVES, 2008; GUANAIS, 2008.

de trabalho, tendo que se equipararem as colheitadeiras, para terem a expectativa de emprego na próxima safra.

Em outras palavras, a degradação e a precariedade estão estruturalmente impostas aos trabalhadores migrantes, ao contrário, dos argumentos defensivos do agrohidronegócio canavieiro, que ressaltam, que o sistema de pagamento por produção é justo, por favorecer o mérito do trabalhador. Estes mesmos argumentos são facilmente desmoronados quando invertemos o raciocínio e percebemos que este sistema leva o trabalho, além dos limites da exaustão, impondo agravantes à segurança no trabalho e à saúde do trabalhador, pois como o relato migrante ressalta acima, o ritmo de trabalho intensivo imposto, acaba fazendo com que o trabalhador não sinta os seus membros superiores, acarretando os recorrentes, cortes, mutilações, e com o tempo, a *degradação programada material e subjetiva do trabalhador*.

Ou seja, a degradação dos sujeitos do trabalho não é um mero acaso, um acidente, uma exceção, sob o sistema metabólico do capital no agrohidronegócio canavieiro. A degradação do trabalhador é uma regra, é pressuposto, por isso degradação sistêmica<sup>29</sup>, que espaço-temporalmente programa o trabalhador para sua destruição dentro e fora do trabalho. Vale retermos atenção nos imperativos subjetivos desta degradação do ser migrante que trabalha, que silenciosamente e invisivelmente vão inculcando nos pensamentos dos trabalhadores, a aceitação da condição de subalternidade e precariedade das relações trabalhistas e a formação de um perfil de trabalhador que omite a dor, o sofrimento e o entende como natural do trabalho. Ora, nenhum trabalhador quer ser tratado como “borrado”, fraco, por isso a degradação programada do trabalhador, se externaliza materialmente, mas seus imperativos vão muito além da materialidade.

Sendo assim, a imposição de uma produtividade mínima no corte, pode ser vista como uma espécie de coerção moral, consistindo numa das formas possíveis da atual reinvenção da exploração do trabalho pelo agrohidronegócio canavieiro, o que Thomaz Junior (2002), denominou de *padrão de corte no corte*, e denominou o processo que fetichiza a competição entre os trabalhadores de "bingo da morte". O mesmo se observa com a produtividade do trabalho, pois se na década de 1960 era, em média, de 3 toneladas/homem/dia, na década de 1980 passou para 6

---

<sup>29</sup> Cf. THOMAZ JUNIOR, 2017.

toneladas/homem/dia, já na década de 1990 subiu ainda mais, para 9 a 10 toneladas/homem/dia, e atualmente a média está girando em torno de 15 toneladas/homem/dia. (THOMAZ JUNIOR, 2015). Portanto, a produtividade média quintuplicou, entre a década de 1960 e o início do século XXI.

Mas, além do aumento na produtividade do trabalho, houve em paralelo, brutal redução dos salários pagos aos cortadores. Conforme os levantamentos de Alves (2007), na década de 1980, a partir do ciclo de greves iniciadas em Guariba-SP, em 1984, os trabalhadores conquistaram o piso salarial da categoria de 2 salários mínimos e meio. Esse montante seria equivalente nos dias atuais a R\$ 2.342,50 (considerando o salário mínimo nacional vigente a partir de 2017). Porém, de acordo com os dados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP), o piso salarial mensal-regional dos cortadores de cana, varia entre R\$775,00 a R\$840,00. Ou seja, isto significa que o piso salarial praticado atualmente, é 2,7 vezes menor, que o praticado na década de 1980.

Nos municípios de Alto Alegre, Araçatuba, Avandava, Braúna, Clementina, Guararapes, Luiziânia, Penápolis e Piacatu integrantes do EDR de Araçatuba, a média salarial dos trabalhadores migrantes, gira em torno de R\$ 1.200,00, como pudemos constatar durante as entrevistas, ou seja, valor abaixo do piso acordado, ainda em 1984. Portanto, fica absolutamente claro que houve, entre as décadas de 1980 e os anos 2000, forte arrocho salarial na categoria dos cortadores de cana e, em contrapartida, intensificação e aumento da produtividade do trabalho. Ou, como diz Marx (1985, p. 613) “o segredo da auto expansão ou valorização do capital se reduz ao seu poder de dispor de uma quantidade determinada de trabalho alheio não pago”.

Essas constatações da pesquisa, expressam o ambiente de precariedade das relações de trabalho no agrohidronegócio canavieiro. Ficam assim dirimidas as alegações dos apologistas do agrohidronegócio canavieiro, de que este é rentável e proporcionador de oportunidades de crescimento para o trabalhador, tendo em vista, que, ao invés da melhoria em termos salariais reais, houve na verdade uma maquiagem e forte diminuição do poder de compra do trabalhador migrante no corte de cana ao longo do tempo. Para tentar maquiar essa imagem historicamente manchada da precariedade e degradação do trabalho nos canaviais, o agrohidronegócio canavieiro, tenta através de modernos métodos de *marketing* e propaganda inculcar nos pensamentos dos sujeitos do trabalho, a noção de que não

são trabalhadores, mas sim “colaboradores”. Tenta promover uma integração às avessas, com o intuito de controlar socialmente a classe do trabalho e arrefecer a tensão do antagonismo de classe entre trabalho x capital.

O que ocorre é que o modo de operar do complexo de atividades do agrohidronegócio está organizado conforme a lógica do capital, que para continuar seu ciclo reprodutivo e expansivo de produção destrutiva, utiliza-se das técnicas modernizadas de produção enquanto, ou formas espectrais, ao mesmo tempo recorre às formas extremamente regressivas, precarizadas de exploração do trabalho, como a manutenção da remuneração ser feita por produção, antes, porém, os trabalhadores são literalmente roubados - na medição em metros lineares e depois convertidas em peso -, à faixa de 25% a 30% do que efetivamente cortam.

Podemos dizer que, embora o discurso frequente dos empresários do setor, bem como dos representantes do poder público, seja de que a expansão da atividade canavieira trará benefícios para região, como, por exemplo, geração de empregos, valorização das terras e o aquecimento da economia local/regional, levando, conseqüentemente, a um maior crescimento econômico regional, faz-se necessário atentar para as circunstâncias nas quais esses empregos são gerados, quais as condições de trabalho para aqueles que já estão empregados, bem como para aqueles que serão inseridos neste processo.

Sendo assim, ao longo do processo de pesquisa, nos deparamos com vários relatos de trabalhadores migrantes, que reiteram a precariedade das relações de trabalho nos canaviais, o desrespeito à legislação trabalhista brasileira vigente, no tocante ao cumprimento da Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde do Trabalho na Agricultura/ NR-31, bem como a NR 7 e 9<sup>30</sup>. Em específico, é marcante as reclamações em relação a cobrança indevida das ferramentas de trabalho no corte de cana.

Aqui a “usina” dá só 1 facões por mês, e são bem fraquinhos, entortam à toa, fazem dente com pouco tempo de uso. Aí tem também, o cabo que é bem curtinho e a madeira racha com algumas batidas. É só 1 por mês, se precisar de mais, o trabalhador tem que tirar do seu bolso, do seu pagamento pelo facão, e a mesma coisa com a lima também.  
(Márcio, 25 anos, migrante de Codó- MA).

---

<sup>30</sup> NR- 7 diz respeito ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.  
NR- 9 diz respeito ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.



Essa cobrança de ferramentas para uso no corte de cana e desconto nos pagamentos dos migrantes é ilegal e indevida, por isso desrespeita a regulamentação jurídica disciplinada pela NR- 31, que em seu dispositivo de lei no item 31.11, versa sobre disposição de ferramentas manuais aos trabalhadores, e declara que o empregador é quem deve disponibilizar gratuitamente ferramentas adequadas ao trabalho e as características físicas do trabalhador, substituindo-as sempre que necessário. Ou seja, essa cobrança abusiva não se sustenta juridicamente, trata-se na verdade de uma prática recorrente no setor, que precariza ainda mais, a já precária situação de vida do trabalhador migrante, nos revelando, o quão perversas são as práticas das empresas do agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba perante seus trabalhadores.

Além disso, como citado acima, as ferramentas devêm ser adequadas às características físicas dos diferentes trabalhadores, situação que não é respeitada pelas empresas canavieiras do EDR de Araçatuba, que desconsideram essa prerrogativa e homogenizam os diferentes sujeitos do trabalho, fornecendo segundo relatos colhidos em pesquisa de campo, “facões com o cabo curto”, que dificultam o trabalho do corte da cana-de-açúcar, e impõem ao trabalhador maior flexão dos joelhos, pernas, coluna, levando-os a fadiga rapidamente e comprometendo-os com o passar das safras a agravos.

Quando o facão tem o cabo curto, é pior pra gente, pois tem que fazer mais força, tem que abaixar mais pra cortar. Ai a coluna, já começa a doer logo no começo do dia. Mas, não dá pra parar a gente continua, e trabalha o dia todo. Quando o sangue tá quente doe, mas a gente aguenta. O problema é quando a gente para, ai a dor “pega” forte. A gente até tenta diminuir esse sacrifício, enrola borracha no cabo, tem uns que trocam o cabo, colocam um cabo maior, a gente entorta a ponta do facão pra facilitar o corte rente na cana, mas mesmo assim é um trabalho pesado.

(Márcio, 25 anos, migrante de Codó- MA).

Ora, como o próprio discurso migrante enfatiza, o processo de trabalho no corte de cana-de-açúcar é um “trabalho pesado”, que exige o esforço físico e mental à exaustão do trabalhador. E, torna-se mais degradante e precário, tendo em vista que sob a lógica do capital, o sistema de pagamento por produção, impele o trabalhador migrante a ir consumindo cronicamente sua vida. Como podemos notar, os trabalhadores migrantes não hesitam em buscar táticas para amenizar o sofrimento e penosidade desta atividade laboral, sendo assim, diante dos descumprimentos e inobservância da NR- 31 por parte das empresas, procuram

adaptar seus instrumentos de trabalho, para lhe poupar energia e aumentar sua produtividade.

Dessa maneira, os trabalhadores com maior produtividade não são necessariamente os que têm maior massa muscular, mas sim são os que têm maior resistência física para suportar a intensidade desta atividade repetitiva e exaustiva, realizada sob o sol, na presença de fuligem, poeira, animais peçonhentos, e como vimos uma jornada laboral, incluindo os deslocamentos para o trabalho de até 12 horas. Nesse cenário, o migrante se apresenta como trabalhador extremamente produtivo se comparado aos trabalhadores regionais-locais. Por conta de questões históricas, culturais, econômicas, sociais ou mesmo religiosas e uma trajetória de experiências de trabalho ou de sociabilidade laborativa marcada por altos níveis de precariedade, dificilmente recusam o trabalho degradante e precário nos canaviais.

Não podemos desconsiderar nessa análise, as indicações de Silva e Martins (2010) que nos mostram que dentro da divisão social e sexual do trabalho colocada pela sociedade capitalista e reforçada pelo ideário burguês/cristão (estrutura patriarcal), o homem tem um papel bem definido como o pai-provedor e chefe da família. No cotidiano dos trabalhadores migrantes, o medo de falhar no cumprimento desse papel e das punições advindas do meio social são objetividades decisivas para a construção de formas de subjetividade do silêncio do trabalhador, por isso há certa rigidez no autodisciplinamento para suportar “mais trabalho” sob piores condições. Por serem migrantes de regiões distantes e por serem resultado de um processo de expulsão em suas regiões de origem, não lhes é esperada qualquer manifestação de desacordo diante das exigências nocivas requeridas pela agroindústria canvieira.

Como no relato transcrito acima, o trabalhador desde o início do processo laboral no corte de cana-de-açúcar, já sente dores no corpo, porém suporta e silencia este flagelo até o fim de sua jornada diária de trabalho, retornando para os locais de reprodução de sua força de trabalho, esgotado e exaurido de sua força física e mental, tendo que suportar fortes dores articulares e musculares que acometem a lombar, os membros inferiores e superiores.

Nesse sentido, podemos perceber que o trabalho nos canaviais é cercado pela dimensão do medo, este que não se apresenta apenas com a perda do emprego, como também medo de fracassar, de tomar gancho<sup>15</sup>, que significaria no fim do mês um menor rendimento, além do medo de adoecer, que os faz inclusive

aceitar enquanto normais uma série de patologias que os acometem, pois, pedir atestado médico é visto como sinal de fraqueza por esses sujeitos migrantes para o capital. Com relação às diversas patologias que acometem os trabalhadores migrantes, as mais comuns estão relacionadas, a uma série de sintomas que são considerados enquanto normais perante o trabalhador, mas que sabemos são sinais de alerta dos malefícios e degradação, que podem comprometer e convergir para agravos crônicos da saúde do trabalhador.

Desse modo, as dores de cabeça, na coluna, câimbras, dentre outros sintomas são vistos enquanto normais pelos trabalhadores, pois admiti-las enquanto problema, implica em questionar a própria força e capacidade de seu trabalho, pois a doença é sinal de vergonha de ter de parar de trabalhar (DEJOURS, 1988). Assim, parar de trabalhar além de significar falhar no sentido da mobilidade territorial realizada, põe também em xeque o padrão de virilidade, que cerca esses trabalhadores, e que inibe os mesmos, a sequer postular suas dificuldades em torno da atividade laboral realizada, sendo testemunhas assim da sua própria autodestruição nos canaviais.

Laat (2010) em seus estudos e testes sobre o processo de trabalho no corte manual de cana-de-açúcar aponta dados relevantes da magnitude da intensidade deste trabalho à saúde do trabalhador tendo a carga cardiovascular elevação de seu ritmo normal de batimentos, acima de 40% em média nos trabalhadores avaliados, já em momentos de pico, os batimentos cardíacos chegam a 200 por minuto. Além disso, destaca-se ainda que a temperatura do cérebro de um cortador de cana, após às 13 horas em dias de muito calor pode chegar a 44 graus, isso tudo mantendo uma postura flexionada em 62% do tempo total de trabalho. Enfim, pela média da carga cardiovascular de cada trabalhador, consagrado como parâmetro na literatura médica, já se pode confirmar a existência do risco e desgaste na colheita manual de cana-de-açúcar.

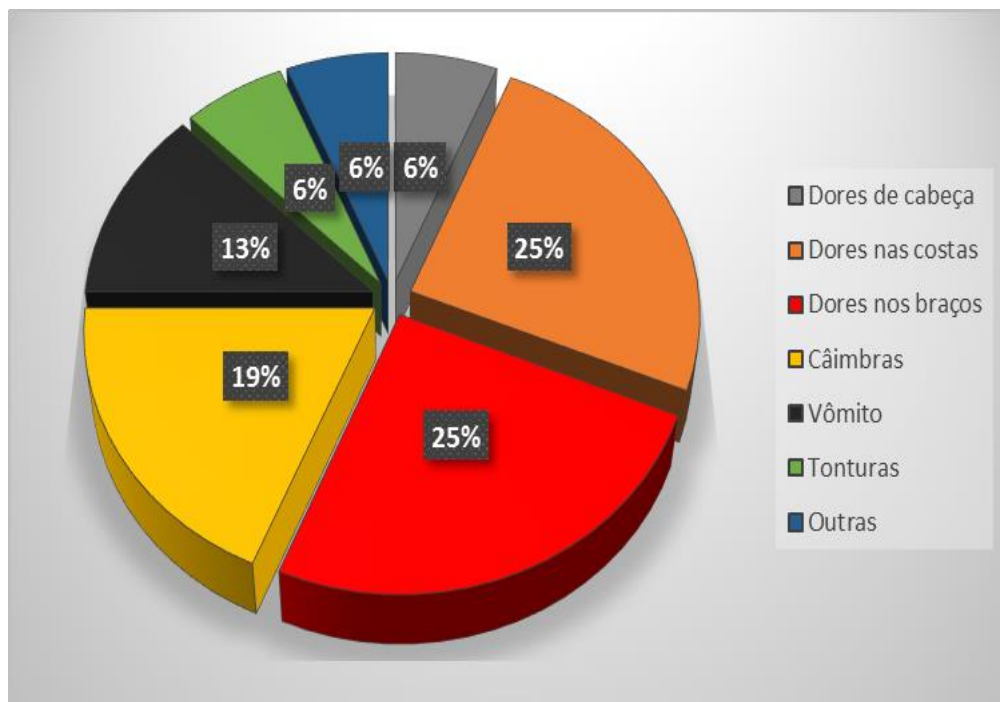
Para Verçoza e Silva (2016) a frequência cardíaca é um importante indicador para avaliar o dispêndio de energia do trabalho, o autor em testes com 22 trabalhadores alagoanos no corte de cana-de-açúcar constatou que 81,82% destes ultrapassaram o limite da carga física de trabalho, esse dado tenebroso, revela que esses trabalhadores extrapolaram a carga cardiovascular limite de 33% em relação a frequência cardíaca de repouso. Além disso, todos trabalhadores analisados tiveram a diferença entre a frequência cardíaca média e a frequência cardíaca de

repouso, bem acima da prescrita pela literatura como aceitável, por volta de 35 batimentos por minuto. A média da amostra de trabalhadores foi de 49,77 batimentos por minuto de diferença.

Em outras palavras, esse altíssimo nível de esforço, realizado em calor inimaginável e com movimentos repetitivos em posições flexionadas, resulta em gasto calórico médio diário de 3.517,95 kg cal, ingestão de 8,9 litros de água e fortes dores no corpo (VERÇOZA; SILVA, 2016). Indicando que esse dispêndio de energia extremo acarreta desgaste prematuro das energias “físicas e psíquicas” do trabalhador. Levando assim a degradação programada material e subjetiva do trabalhador, ou seja, a degradação destes sujeitos que laboram e sofrem nos canaviais não é algo que possa ser descrita como acidental, na verdade trata-se de um efeito pelo modo como o processo de trabalho é intensificado pelo sistema do capital, dessa forma, a degradação do trabalhador, está estruturalmente programada pela lógica do capital, em palavras mais palatáveis, não é algo furtivo, muito menos acidente, o circuito produtivo do agrohidronegócio canavieiro, se utiliza dos sujeitos, como mera mercadoria, que tem uma programação para se degradar, e ao se degradar é descartada e imediatamente repostada por novos sujeitos que darão suas forças para realimentar a roda viva da extração de trabalho alheio não pago, motor da acumulação deste setor.

Por meio do (Gráfico 13), podemos perceber alguns dos sintomas descritos pelos trabalhadores nas entrevistas, embora os mesmos de maneira alguma cogitem a hipótese que foram adquiridos nos canaviais, valendo-se destacar ainda que o fato de jamais ter passado mal, pedido atestado médico ou ficar afastado por problemas de saúde, é tido enquanto motivo de orgulho por esses trabalhadores migrantes.

**Gráfico 13- Sintomas Patológicos que Acometem os Trabalhadores Migrantes Entrevistados nos Canaviais do EDR de Araçatuba- SP**



Fonte: Dados Trabalho de Campo, 2017. Elaboração: Cardoso, 2017.

Embora silenciadas as dores e sintomas patológicos, são frequentes no cotidiano de vida dos trabalhadores migrantes, decorrentes de atividade laboral altamente degradante e exaustiva que exige do trabalhador meta mínima de corte para se manter no emprego. Muitos relatam que utilizam medicação constante, tais como relaxante muscular e analgésicos, sem prescrição médica para continuar suportando as dores advindas do processo de trabalho.

Entre os principais sintomas patológicos destacados pelos migrantes no (Gráfico 13), sobressaltam as referências as dores nos braços 25%, dores nas costas 25%, e as tão temidas cãimbras 19%, que são descritas como insuportáveis, acometendo todos os membros do corpo, ocasionando na maioria das vezes, o “ganguri”<sup>31</sup>, quando o trabalhador apresenta cãimbras em sequência, que fazem com que seus membros inferiores e superiores se contraíam e contorção, sem domínio do sistema nervoso central.

<sup>31</sup> Ganguri ou Ganguru, termo popular referente aos espasmos e cãimbras frequentes sem controle do sistema nervoso central, denominação que varia regionalmente. Termo usado popularmente em menção ao animal saltitante marsupial.

E, o que é mais trágico esses sintomas patológicos acometem o trabalhador não só durante a jornada diária de trabalho, mas também nos ambientes de existência fora do trabalho. A degradação no trabalho é tamanha, que mesmo em repouso em seus momentos fora do trabalho, leva consigo as marcas e dores do perverso modo de operar do processo de trabalho no agrohidronegócio canavieiro.

Dessa forma, os relatos orais e trajetórias vida dos sujeitos migrantes, nos ajudam confirmar que a saúde do trabalhador, é determinada pelo modo como os sujeitos do trabalho se apropriam da natureza, mediante processo de trabalho, que via de regra, na contemporaneidade, é baseado em relações sociais de produção encimadas sob a lógica do capital, ou da sua irracionalidade sistêmica. Ou, como Thomaz Junior (2011) aponta, as doenças ocupacionais relacionam-se menos com as disposições biológicas e anormalidades orgânicas, que têm incidência isolada sobre os trabalhadores, que, fundamentalmente com a organização e a realização e o ambiente da atividade laboral. Nesse sentido, para se entender a saúde do trabalhador é necessário sintonizá-la à totalidade do processo social de trabalho e ao conjunto das relações sociais que os homens estabelecem entre si. (THOMAZ JUNIOR et al, 2016).

Podemos entender que os agravos à saúde dos trabalhadores não são problemas particulares desta ou daquela pessoa, obviamente que são vividos singularmente, mas são problemas sociais frutos da organização e relações sociais de trabalho mais gerais, mediado por várias partes que compõem a totalidade do mundo do trabalho (LOURENÇO, 2009).

Deste modo é preciso compreender que o metabolismo social do capital (MÉSZÁROS, 2007) nasce da imposição de mediações de segunda ordem que reduzem o trabalho a mera mercadoria vendável. Em outras palavras, o trabalho sob a lógica do capital, enquanto trabalho abstrato, torna-se um instrumento da aquisição de mais valia por parte daquele que compra a força de trabalho, no outro extremo da relação para o trabalhador é fonte de sofrimento, desgaste e degradação. A degradação, portanto, é infligida ao corpo e à mente do trabalhador pelas forças objetivas materiais da produção capitalista, intensificadas pela destrutividade endêmica da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2007), como algo natural e em plena conformidade como o modo de ser do capital. Assim, o trabalho se torna a negação do humano sob o domínio das mediações alienantes do

capital, por isso que não há consideração pela saúde e vida dos trabalhadores (MARX, 2013 p. 432).

O capital, que tem tão “boas razões” para negar os sofrimentos das gerações de trabalhadores que o circundam, é, em seu movimento prático, tão pouco condicionado pela perspectiva do apodrecimento futuro da humanidade e seu irrefreável despovoamento final [...] O capital não tem, por isso, a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração. Às queixas sobre a degradação física e mental, a morte prematura, a tortura do sobretrabalho, ele responde: deveria esse martírio nos martirizar, ele que aumenta nosso gozo (o lucro)?

Queremos também dar visibilidade a essa realidade de adoecimento dos trabalhadores no seio agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba, que assegura lucros para as empresas canavieiras à custa de mutilações, “acidentes” e agravos à saúde para a classe trabalhadora. No (Mapa 8) compilamos os registros de Comunicações de Acidentes de Trabalho (CAT) no Agrohidronegócio Canavieiro para o recorte estudado no período 2012-2016 dados disponibilizados em plataforma digital através do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho vinculado ao Ministério Público do Trabalho (MPT).

A partir destes dados, podemos afirmar que o agrohidronegócio canavieiro mediante reestruturação produtiva e dos desdobramentos técnicos, gerenciais e de controle do trabalho, vem impondo a intensificação do ritmo do trabalho e deixando assim, seu rastro funesto de agravos à saúde do trabalhador. Destaca-se da análise territorial das CAT's, que suas maiores amplitudes de ocorrências estão vinculadas aos municípios sedes de empresas canavieiras, como por exemplo: Araçatuba (277 CAT's), Avanhandava (107 CAT's), Brejo Alegre (423 CAT's), Clementina (198 CAT's), Guararapes (405 CAT's) e Penápolis (348 CAT's). Os demais 12 municípios integrantes do EDR de Araçatuba somam juntos apenas 206 CAT's, o que representa em termos percentuais 11, 71% das comunicações. De fato, estes 6 municípios com sedes de empresas canavieiras e com maior contingente de força de trabalho admitida concentra 88, 29% das CAT's do EDR estudado.

O que reforça a assertiva de que o processo de trabalho no “agro” não privilegia a dimensão humana, pois o trabalhador é comparado a um mero fator de produção, algo inanimado, como as máquinas que são utilizadas à exaustão e

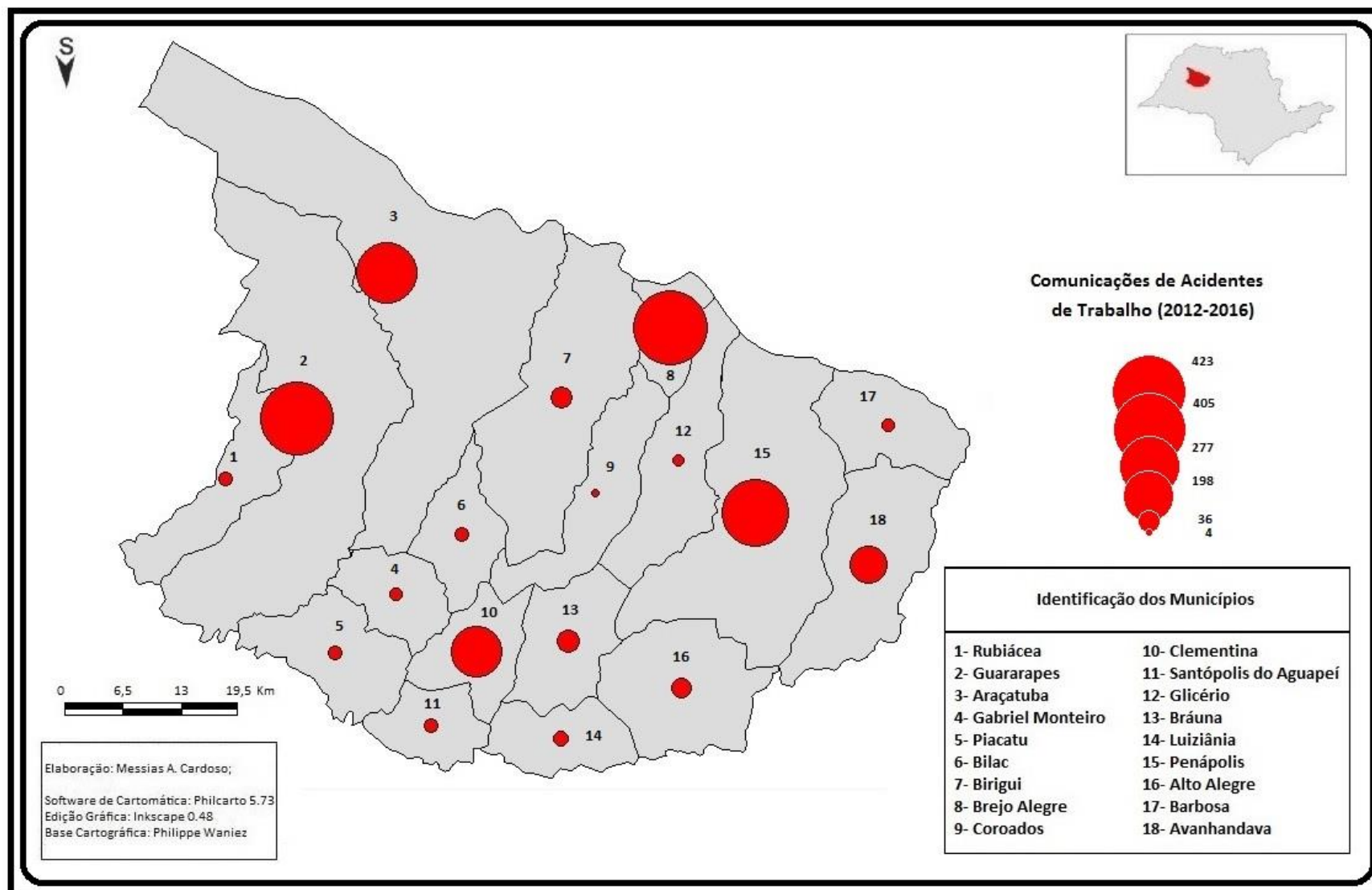
obsolescência, tendo em vista, que a reposição no contexto de desemprego estrutural é facilitada (Mapa 8)<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> O Mapa 8 é resultado da compilação e somatória das Comunicações de Acidentes e Trabalho (CAT's) no agrohidronegócio canavieiro- EDR Araçatuba-SP para as seguintes subclasses da CNAE 2.2: Trabalhadores na Fabricação de Álcool, Trabalhadores na Fabricação de Açúcar Bruto e Trabalhadores no Cultivo de Cana, no período de disponibilidade dos dados 2012-2016, no qual o MPT se baseia.



**Mapa 8- Dinâmica Territorial das Comunicações de Acidentes de Trabalho no Agrohidronegócio Canaveiro-  
EDR de Araçatuba-SP (2012-2016)**



Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho- Ministério Público do Trabalho- MPT.

Os mecanismos de controle e dominação da sociedade e do território sob os ditames da lógica do capital manifestas no agrohidronegócio canavieiro estão radicados na essência do desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, ou seja, a modernização tecnológica e gerencial que desrespeita as condições salubres prescritas faz-se valer do aumento da produtividade, da diminuição dos custos de produção e, com isso, o rebaixamento dos salários e a eliminação de força de trabalho. Prova cabal das estratégias empresariais para extrair ao máximo mais valor dos trabalhadores são as constatações quanto aos agravos, acidentes, mutilações etc. A subnotificação é a tônica do desconhecimento dessa realidade, à razão de 50 por 1, fundamentada na não emissão das CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), por parte das empresas, tendo evidente objetivação de nublar os agravos a saúde dos trabalhadores, obstaculizando a comprovação de nexos causais dos óbitos e doenças ocupacionais que possivelmente acometeram seus trabalhadores, invisibilizando a degradação do trabalhador (THOMAZ JUNIOR, 2017).

A propósito todas as mercadorias compradas são desgastadas à medida que são utilizadas, inclusive a força-de-trabalho, contudo, essa é a única mercadoria que mesmo sendo desgastada diariamente tem que intensificar o seu trabalho, e produzir mais valor do que aquele que consome. Como frisa Heck e Thomaz Junior (2012), as doenças que acometem os trabalhadores nos territórios de degradação do trabalho, não são meros frutos do acaso, mas sim, das imposições hierárquicas surgidas no decorrer da história, que reduziram o trabalho a mera mercadoria vendável. Disso, decorrem os inúmeros adoecimentos, pois o trabalho que é condição ontológica do ser social, foi reduzido a mera mercadoria, que precisa empregar os braços e mentes para assegurar a reprodução do capital, não importando se isso impactará na saúde de um conjunto de homens e mulheres.

Exploramos ainda no (Mapa 9), os dados de Afastamentos Previdenciários “Acidentais” B-91 no Agrohidronegócio Canavieiro<sup>33</sup> (2012-2016) disponibilizados pelo MPT e chegamos a concluir que o montante de Afastamentos comparado com as CATs é relativamente menor, o que indica a dificuldade dos trabalhadores mesmo

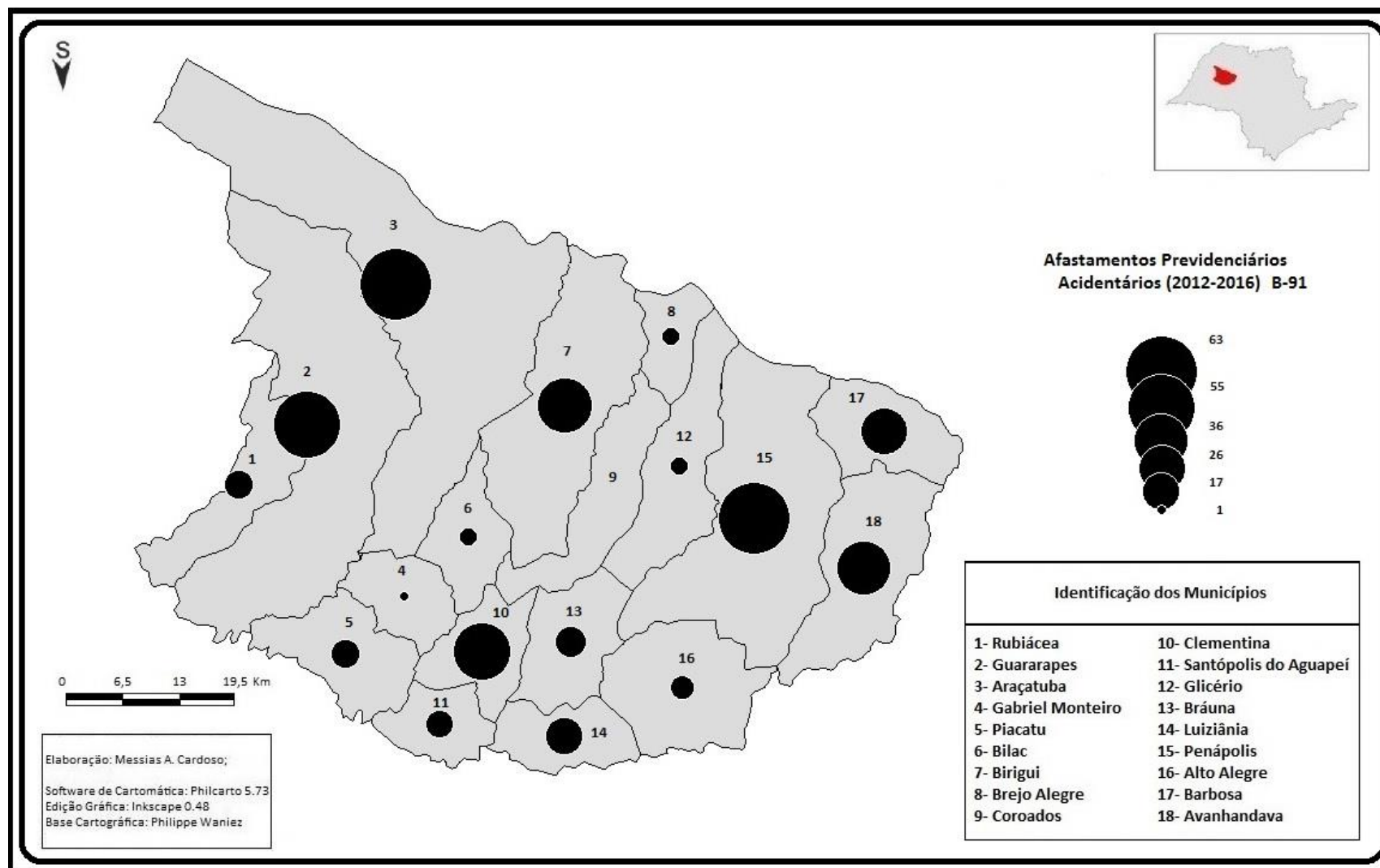
---

<sup>33</sup> O Mapa 9 é resultado da compilação e somatória dos Afastamentos Previdenciários “Acidentais” B-91 para as seguintes subclasses da CNAE 2.2: Trabalhadores na Fabricação de Alcool, Trabalhadores na Fabricação de Açúcar Bruto e Trabalhadores no Cultivo de Cana, no período de disponibilidade dos dados 2012-2016, no qual o MPT se baseia.

adoecidos conseguirem os auxílios social do INSS. Durante os trabalhos de campo foram recorrentes as lembranças de trabalhadores locais e migrantes que tiveram seus auxílios negados mesmo estando adoecidos e sem condições de retornarem aos seus empregos. Novamente, os municípios com maior participação em Afastamentos Previdenciários “Acidentais” B-91 são aqueles que apresentam alguma unidade canavieira em operação são estes: Araçatuba, Avanhandava, Brejo Alegre, Clementina, Guararapes e Penápolis.

A partir das narrativas dos trabalhadores locais e migrantes, percebe-se a imposição de um ritmo de trabalho desumano que adoce muitos destes. Mas, o trabalho que adoce físico-mentalmente, muitas vezes não tem seu nexos reconhecido por peritos do INSS, como também pelos médicos da empresas, supervisores e gerentes. Todavia, os trabalhadores entrevistados relatam que, mesmo que o nexos causal não reconhecido, o fato é que eles sentem dores e afirmam que isso ocorreu depois de trabalharem no agrohidronegócio canavieiro, pois antes não sentia nenhum incômodo em seus corpos.

**Mapa 9- Dinâmica Territorial dos Afastamentos Previdenciários Acidentários B-91 no Agrohidronegócio Canavieiro-EDR de Araçatuba-SP (2012-2016)**



Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho- Ministério Público do Trabalho- MPT.

Dessa forma, a gênese e o desenvolvimento de muitas doenças têm conexão com o trabalho (ocupacional) e relações sociais subjacentes (LOURENÇO, 2013), muito embora haja uma tendência nos serviços de saúde e previdenciários, mediada pela ideologia capitalista, que identifica essas manifestações de modo a-histórico, como se adoecer e morrer antes do tempo não tivessem ligação com a realidade material e subjetiva de trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2017).

Cabe aqui resgatar uma dessas passagens registradas no decurso da pesquisa:

Então antes de vir “pra” cá trabalhar no corte, eu não sentia nada, nenhuma dor no corpo, eu já me cortei muitas vezes com o facão, aquilo é um “trem” afiado que se você não tiver jeito você acaba se dando mal. A gente tem que trabalhar, se a gente não cortar não ganha, então não tem jeito da gente ficar devagar, os cortes, alguma coisa vai ter, mais o jeito de trabalhar é assim. Hoje, eu já nem mexo mais esses dois dedos da mão direita, o “nervo endureceu” (Leandro, 29 anos, migrante de Codó- MA).

Constatamos, através da pesquisa mediante as narrativas dos sujeitos do trabalho, que de fato, o adoecimento é a marca de um trabalho que cobra dos seus trabalhadores movimentos extremamente repetitivos sob uma exacerbada pressão para o cumprimento de metas de produção em ritmos de trabalho e produtividade alucinantes. Simples tarefas habituais como abaixar, levantar, dobrar os joelhos, erguer os braços, lavar roupa, hoje já não são mais possíveis devido aos agravos que acometem muitos trabalhadores entrevistados.

Disso extraímos que abstrair as doenças como vinculadas unicamente à subjetividade humana, ou até mesmo o acidente, como causa da vontade própria – como se o trabalhador pudesse premeditá-los –, é uma análise simplista e irreal, a qual desconsidera as relações sociais de trabalho e de produção encimadas na estrutura social/metabólica do capital, da sua reprodução via exploração do trabalho e da captura da mais-valia, portanto, características estruturantes da degradação sistêmica (THOMAZ JUNIOR, 2017). Em síntese, não se trata somente da periculosidade dos ambientes e das condições de trabalho, contudo, de fato, igualmente das relações de trabalho que controlam e submetem os trabalhadores a diferentes modalidades/intensidades de barbárie, incluindo não apenas os acidentes, lesões, com suas sequelas, mas também o descarte, as restrições de liberdade e autonomia, “[...] determinantes no processo do saque da vida/saúde.” (LOURENÇO, 2013).

Nestes termos, a saúde do ser social depende, portanto, da capacidade de mediação da sociedade em gerir suas articulações socioterritoriais entre homem/homem, homem/ambiente, entretanto sob o sistema do capital, o desenvolvimento das forças produtivas, tem se convertido sob a lógica da acumulação ampliada em forças de destruição, do ambiente e da própria saúde humana. Indo além, é preciso que se diga que a degradação da saúde, ou então sua exposição aos riscos não é homogeneizante perante os sujeitos da sociedade, existe sim, uma distribuição de classes, no qual os trabalhadores estão mais expostos a degradação de sua saúde em virtude das relações sociais funestas de trabalho desenvolvidas pelo metabolismo social do capital, tendo como o resultado dessas condições sistematicamente nocivas de trabalho a (des)capacitação dos trabalhadores para o ato de trabalhar.

Com efeito, o trabalhador é apenas um “número”, é apenas uma mercadoria que deve ser trocada sistematicamente para o bom funcionamento do processo de produção, assegurando sempre a eficiência e a magnitude ampliada da produtividade do trabalho. O trabalhador nestes termos, é uma mercadoria descartável, que ao participar do processo de trabalho orquestrado sob o signo do capital, consome sua vitalidade e capacidade de trabalho ao modo que põem em exercício e ação suas faculdades físicas e mentais, por isso estamos chamando de degradação programada do trabalhador. O empregador capitalista, não vê em seu trabalhador, um ser humano que necessita da reposição orgânica adequada, para no amanhecer do novo dia reproduzir sua força de trabalho diária e, enfrentar novamente a extenuante jornada de trabalho. Disso, advém que, quanto mais se trabalha nos territórios da degradação do trabalho no seio da lógica capitalista, menos se vive, e conseqüentemente mais enfática se torna a degradação sistematicamente programada da saúde do trabalhador.

O atrelamento entre trabalho e saúde que estamos realizando, neste texto, nos possibilita apreender os significados atuais da degradação imanente ao agrohídronegócio canavieiro, a qual concordamos com Thomaz Junior (2017) se trata de uma degradação sistêmica do trabalho. Isto é, a degradação que recobre tanto as relações sociais de trabalho e de produção, como rebate diretamente sobre o ambiente, repercutindo na saúde ambiental que se impõem no fenecimento dos trabalhadores, decretando em vida a partir do trabalho abstrato a degradação programada da saúde do trabalhador. Assim sendo, os agravos à saúde do

trabalhador, devem ser encarados como parte da irracionalidade da lógica do capital, que ao se materializar no processo de trabalho, agride, degrada e descarta os sujeitos responsáveis pela produção de todo valor e riqueza. Nestes termos, não adianta apenas, diagnosticar as doenças e tratá-las, é preciso que enxerguemos o que está por trás da engrenagem que consome a vida dos trabalhadores no processo produtivo.

Pois, o modo de operar do agrohidronegócio canavieiro, organiza o trabalho para ser sugado e tragado, e nestes termos, a própria saúde dos sujeitos que trabalham, fica à mercê da destrutividade do processo de trabalho operado sob a lógica do capital. O intercâmbio de força e energia entre o homem e natureza sob o jugo historicamente imposto do capital, adquire um rastro funesto, no qual a força de trabalho que alimenta o processo de produção acaba sendo consumida à exaustão, submetida à situação de riscos latentes, tendo como resultado dessa exposição ao risco, agravos agudos ou crônicos que silenciosamente decretam em vida à morte.

Com efeito, o capital agroindustrial canavieiro se apropria hoje dos anos futuros do cortador de cana por meio dos mecanismos de intensificação e extensão do trabalho – podendo desencadear até a morte súbita. É necessário lutar pelo direito de não morrer em decorrência do excesso de trabalho. A luta pelo reconhecimento do nexos causal se faz urgente, não tendo como essa luta ser vitoriosa sem mudanças profundas na forma de trabalho que gera o adoecimento (VERÇOZA e SILVA, 2016).

Diante disso, defendemos a argumentação que para as empresas do agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba-SP, o trabalhador consiste em apenas mais um número, que é positivo enquanto produtivo, quando decai de produtividade, passa a ser negativo e, portanto, a empresa simplesmente o subtrai e substitui por outro número positivo produtivo. Dessa forma, o trabalhador migrante é tido pelos representantes empresariais do setor, enquanto verdadeiras células vivas de seu sistema de dominação, exploração e extração de trabalho não pago, que depois de consumidas são dispensadas, essa é a dimensão do descarte do trabalhador migrante no seio do “agro”.

Todavia, pensar as dimensões de degradação e precariedade que acometem e acompanham o processo de mobilidade territorial do trabalho para os canaviais, não estaria completo se não considerássemos o circuito de mobilidade sistêmica e transitoriedade territorial do trabalho sob o jugo do capital, principalmente por

destacar que os deslocamentos desta força de trabalho migrante são marcados pela plasticidade do trabalho<sup>34</sup>. Isto posto, vale indagarmos a denominação de “migrantes temporários”, sendo que temporário é atividade laboral específica que estes executam em um dado território, via de regra, trata-se de uma migração permanentemente temporária, neste caso é preciso perceber que a mobilidade territorial do trabalho é uma constante nas suas experiências e trajetórias de vida, por isso, o processo de mobilidade territorial do trabalho é indissociável da plasticidade do trabalho. Para ser fiel ao título da dissertação está-se diante da farsa da liberdade espacial na mobilidade territorial do trabalho para o agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba, que nos possibilita situar criticamente a degradação programada do trabalhador migrante.

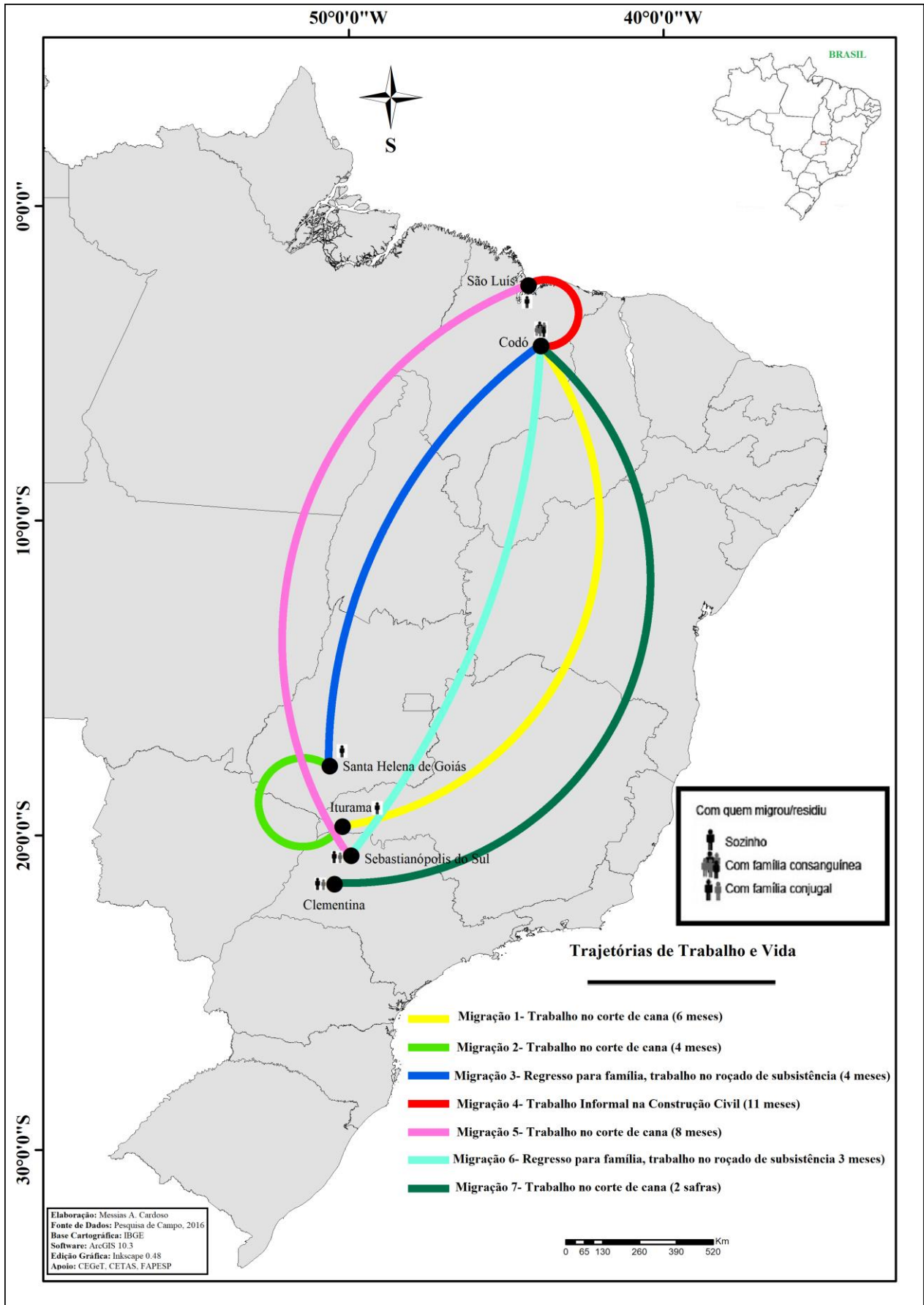
Nesse sentido, a compreensão das contradições deste processo de mobilidade forçada do trabalho para o agrohidronegócio canavieiro, do EDR de Araçatuba, nos coloca diante do desafio e atenção às trajetórias e experiências de vida, daqueles que se engajam nesses deslocamentos. Mediante o processo de pesquisa nos deparamos com histórias de vida marcadas pela constante migração e plasticidade do trabalho, ressaltamos a trajetória e experiência de trabalho e vida do trabalhador migrante Francisco entrevistado no município de Clementina-SP. (Mapa 10).

---

<sup>34</sup> Cf. THOMAZ JUNIOR, 2009.



**Mapa 10- Geografia da Mobilidade e Plasticidade do Trabalho Migrante:  
Trajetória de Trabalho e Vida do Trabalhador Francisco**



Fonte: Dados Trabalho de Campo, 2016. Elaboração Cardoso, 2017.

Por meio do Mapa 10 é possível compreendermos a leitura geográfica da mobilidade e plasticidade do trabalho. O estudo de caso, do migrante maranhense Francisco, 28 anos, que ao longo dos últimos 5 anos esteve inserido no circuito de mobilidade sistêmica e territorial do trabalho, possibilita entendimento da constante mudança de atividade laboral e, o concomitante deslocamento pelo território. Neste desafio de cartografar o movimento territorial do trabalho é possível notar pelas linhas de fluxo indicadas, que neste emaranhado da malha da trajetória do trabalhador migrante, as mesmas convergem para um “ponto-nó” do território, no caso o município de Codó-MA, território de origem deste trabalhador.

Precipuamente, podemos destacar, a intensa plasticidade do trabalho, a que este trabalhador está submetido nos últimos anos, sendo reveladora da precariedade e (des)realização efetivada pelo conjunto das relações trabalhistas sob o sistema metabólico do capital. Ou, como Thomaz Junior (2009) indica, o processo de mudança da forma de seu trabalho, também está associado à amplificação dos conflitos, que se materializam conforme as contradições existentes para com o trabalho, daí chamarmos de *trabalho mutante*, dada as constantes mudanças que afetam não apenas o trabalho, como os sujeitos que o desempenham, produzindo não apenas as migrações do trabalho para o capital, como a própria mudança de funções, que nos remete a um processo de plasticidade do trabalho. Nos chama atenção ainda, o grau de instabilidade e variabilidade, em torno da mobilidade territorial do trabalho estabelecidas por esses trabalhadores, tendo em vista o grau de plasticidade do trabalho, pois esses trabalhadores, se caracterizam pela constante mudança de lavra, de acordo com a rota migratória traçada. (THOMAZ JUNIOR, 2011).

Como exposto no mapa 10, por período curto de 3 meses, o migrante Francisco deixou seu território de origem Codó-MA, para trabalhar no corte de cana-de-açúcar em Iturama-MG. Na sequência foi forçado pelo descumprimento de acordos trabalhistas e atraso no pagamento, a deslocar-se para Santa Helena de Goiás-GO, para novamente enfrentar o trabalho nos canaviais. Ao fim da safra, este sujeito migrante retorna, a Codó-MA sua terra natal, reencontra sua família consanguínea, mas as condições sociais, não lhe deixam muito tempo neste território, novamente em busca da sobrevivência individual e familiar, migra dentro do mesmo estado e tenta melhores condições em outro ramo e atividade laboral, a construção civil. Neste momento Francisco experimenta a degradação da

informalidade, pois permanece por 11 meses na construção civil sem registro em carteira, e em seguida migra para o corte de cana-de-açúcar, desta vez em Sebastianópolis do Sul-SP, trazendo consigo sua família conjugal, permanecendo 8 meses e retornando a Codó-MA durante estação chuvosa, no mês de janeiro, para plantio de cultivos alimentares. Por fim, é impelido mais uma vez, a adentrar ao circuito de mobilidade e transitoriedade territorial do trabalho, deslocando-se com família conjugal para Clementina-SP, para desempenhar o corte manual de cana-de-açúcar, área do recorte territorial em estudo.

Essa descrição da trajetória de trabalho e vida do trabalhador migrante Francisco, nos pareceu fundamental para caracterizarmos a intensa mudança de funções atrelada aos deslocamentos entre distintos territórios, que nos remete à indissociável marca da mobilidade territorial do trabalho conjugada em torno da plasticidade do trabalho sob o sistema do capital. Desse modo, podemos perceber que o trabalhador migrante é conhecido também, pelas mais diferentes formas que submete sua força de trabalho, não motivado por vontade própria, mas porque é obrigado, para buscar meios para a subsistência. Durante o movimento do trabalho pelo território, o caráter de descartabilidade acompanha esses trabalhadores, ilustrando a percepção dos mesmos, não apenas enquanto exército de reserva de força de trabalho, como também a constante mudança de lavra e seus rebatimentos para com o trabalho nas mais diversas instâncias, dado o caráter móvel desses trabalhadores pelo território nacional, ou seja, revelando a forma nociva como o sistema do capital trata os trabalhadores, suas células vitais da produção de valor.

Os sujeitos migrantes ao descreverem sobre a própria história, se transformam em narradores que expõem o sentimento de saudades. Suas narrativas, não são de um passado longínquo distante, mas de um passado-presente, vivido em dois espaços e dois mundos. Como nos lembra Silva (2011b) para o migrante, espaços, mundos e tempos unem-se quando os narradores se acham separados, e, ao contrário, separam-se quando os narradores se unem, esta é a dialética dos territórios migratórios. Quando voltam aos seus lugares de origem, esperam o momento da partida, pois lá não podem ficar.

Isto posto, podemos afirmar que, os trabalhadores migrantes expropriados de suas terras ou privados de condições básicas de subsistência junto de suas famílias, ao se inserirem no circuito da mobilidade sistêmica e territorial do trabalho, são transformados em sujeitos, cuja condição humana lhes é negada. De modo geral, a

precariedade prevalece, tanto nas condições de trabalho como de vida. Portanto, cabe ressaltarmos que uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida cheia de sentido dentro do trabalho. Não sendo possível compatibilizar trabalho assalariado e alienado com tempo verdadeiramente livre, ou mesmo com a liberdade de fato. Pois, uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Ora, analisando as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores migrantes inseridos no agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba, podemos afirmar que, sob a lógica do capital, o trabalhador não se satisfaz no trabalho, ao contrário se degrada, não se reconhece, se desrealiza.

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si (quando) fora do trabalho fora de si (quando) no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (MARX, 2010, p. 83).

Para tanto, ficou evidente nas entrevistas o próprio caráter de desgosto em relação ao retorno da atividade desempenhada, tendo em vista que apesar de enxergarem na colheita da cana-de-açúcar a oportunidade de mudança de vida e de aferir melhoras para sua família, a mesma não lhes é satisfatória, o que nos remete não apenas à precariedade em torno da atividade desempenhada, como à própria insatisfação com um trabalho que não lhes acrescenta sentido. Tal insatisfação é uma marca da desrealização, porque passam esses trabalhadores nos canaviais, afinal, diante desse processo de alienação e subordinação do trabalho promovido pelo capital, o trabalhador migrante é forçado a migrar, deixar seu território em direção ao desconhecido, na tentativa de sobrevivência individual e familiar, à custa da degradação programada da sua pessoa enquanto trabalhador.

#### ***4- Fragmentação Categorical/Territorial e (Des)pertencimento de Classe no Agrohidronegócio Canavieiro do EDR de Araçatuba-SP: por uma unidade política de classe do trabalho***

No capítulo anterior, discutimos a mobilidade territorial do trabalho migrante para o circuito da produção do agrohidronegócio canavieiro, e que a mesma se alicerça sob a lógica destrutiva do capital, contradizendo o discurso do “agro” que se vangloria de ser o agente da geração de emprego e renda, ou melhor dizendo, portador da “fórmula mágica do desenvolvimento”. Na verdade, está-se diante de negação dos direitos, e de um processo de trabalho que impõem agravos presumidos e contundentes à saúde dos trabalhadores, não acrescentando sentido aos homens e mulheres da classe trabalhadora.

Nesse momento, introduzimos um conceito chave à presente reflexão e que se faz vital seu entendimento para compreensão da dinâmica do conflito entre capital x trabalho, no seio do processo produtivo do agrohidronegócio canavieiro, ou seja: conceito de classe, ou melhor, de classe trabalhadora. Objetivamos nesta seção perspectivar, o que ocorre com o movimento da classe trabalhadora no século XXI, diante das disputas territoriais de classe, com a personificação da lógica do “agro”. Como os sujeitos migrantes do trabalho no agrohidronegócio canavieiro são entendidos e representados diante da estrutura sindical? Como se organizam trabalhadores locais e migrantes diante da noção do pertencimento de classe? Quais os desafios do movimento sindical no setor canavieiro para soldar os laços de solidariedade e (re)existência entre os sujeitos do trabalho?

Essas indagações, guiam nossa reflexão e nos impõe o desafio de focar as disputas territoriais de classe que compõem a totalidade das relações de trabalho no circuito do agrohidronegócio canavieiro. No momento, em que o patamar de produtividade, se intensifica lastreado no progresso técnico, mas que se objetiva praticamente sob a superexploração dos trabalhadores com a extração, cada vez mais intensa de mais-valia relativa, substancialmente incorporada com a intensificação do tempo de trabalho excedente.

Nesse cenário, o “agro” tenta se colocar através de seu aparato midiático-discursivo como essência da totalidade regional, difundindo a reificada ideologia da

“moderna integração empresa-colaboradores”, obscurecendo os caminhos da luta de classe e, da própria construção histórica do pertencimento de classe do trabalho.

Se projetam no seio do agrohidronegócio canavieiro, os espectros da lógica do capital, que intentam a desqualificação, ou melhor, imputam diante da espaço-temporalidade vigente a obsolescência da luta de classes, e da própria aversão a posição antagônica da classe do trabalho frente a lógica do capital. O que se quer de fato, diante dessa premissa, é a invisibilização dos conflitos territoriais provocados pelo agrohidronegócio canavieiro. Para isso, os representantes e apologistas do “agro”, precisam ratificar o fim da luta de classes no século XXI, via a farsa da “integração e conciliação empresa-colaboradores” e, sobretudo, esmeram-se na negação da classe trabalhadora declamando desta feita, um adeus ao trabalho e o fim de sua centralidade política.

No pensamento contemporâneo, tornou-se quase comum falar em “desaparecimento do trabalho”, ou que a categoria do trabalho não é mais transcendente, tampouco dotada do estatuto de centralidade para a entendimento da práxis humana nesta fase do capitalismo. Deste modo, o trabalho não mais será, para lembrar as sinalizações de Lukács, *protoforma* da atividade dos seres sociais e, contudo, estaríamos vivenciando a negação daquilo que Marx (1985) nos diz da necessidade natural e eterna da efetivação do intercâmbio material entre o homem e natureza? Mediante as evidências cotejadas ao longo do processo de pesquisa demonstraremos que não. Isto é a dimensão histórico-ontológica não foi extirpada, apenas subsumida às diferentes situações sócio-históricas, como a vigente, sob o modo de produção capitalista.

Para iniciarmos essa reflexão, podemos indicar que Kurz (1999) talvez seja um dos mais entusiastas da tese do fim da centralidade política do trabalho, na qual expõe não haver sujeitos aptos a conduzir a emancipação da sociedade. Isto é, a tese da crise da sociedade do trabalho, ao negar a centralidade política do trabalho, não vislumbra nenhuma possibilidade emancipatória, ou seja, se algo tiver que ocorrer para abalar e romper com o metabolismo do capital, não se dará nas trincheiras do trabalho.

Na linha do descentramento da categoria trabalho, temos o ideário de Habermas (1989) com a teoria da ação comunicativa, o autor estrutura sua compreensão da totalidade, sinalizando que a dualidade entre sistema (razão instrumental) e mundo da vida (espaço intersubjetivo, esfera da liberdade) é a base

do entendimento, de que o trabalho vai sendo deslocado progressivamente pela ciência e pela técnica, secundarizando e esvaziando o argumento marxiano do valor-trabalho, já que a ciência passa a ser a principal força produtiva. Pois, para este, as condições capazes de emancipação do ser, não mais emergem diretamente de uma revolucionarização das condições de trabalho, isto posto, a centralidade da vida teria se transferido da esfera do trabalho para a esfera da ação comunicativa.

Em algumas circunstâncias, o debate sobre a própria centralidade do trabalho assume a identificação redutora do trabalho com o operariado (assalariado) e, por conseguinte, se estabelece, a confusão trabalho-emprego<sup>35</sup>, tal como enraíza toda a formulação de Gorz, ao afirmar que o proletário não mais sujeito histórico e que restou é uma não classe de não trabalhadores quando, de fato, não é o trabalho que acabou ou está acabando, mas o *emprego que está moribundo*. Ou, então, o capital que está utilizando força de trabalho de forma diferenciada, pois, se no passado prevalecia a forma de assalariamento direto, hoje é possível observar que, por meio da terceirização, se incentiva o trabalho por conta própria e o empreendedorismo, neste ponto, o que devemos considerar é que “a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part time*, terceirizado[...].” (ANTUNES, 2009, p.119).

O que Kurz, Gorz e Habermas não aceitam, é que o trabalho está envolto num movimento dialético da “negatividade-positividade” e que, portanto, o trabalho não é só fonte de alienação, porém é igualmente superação, emancipação, revolução. Como afirma Vasapollo (2007), o trabalho não acabou, está se modificando no interior das novas regras da sociedade salarial da era pós-fordista. Não é o fim do trabalho, nem tampouco, o fim da centralidade ontológica do trabalho, o mundo do trabalho continua sendo esteio fundante da protoforma de desenvolvimento do ser social. E, mesmo aturdida a centralidade política do trabalho diante das reestruturações impostas pela lógica do capital, continua sendo vital para

---

<sup>35</sup> Cf. Thomaz Junior (2009)- este autor nos sinaliza que enquanto o *emprego* expressa um conjunto de relações que se definem pela objetivação contratual, jurídica, marcada intensamente no imaginário popular como colocação, o *trabalho* não se restringe à dimensão econômica, salarial, contratual, mas tem a ver com a existência social do ser que trabalha e os papéis políticos que ocupa, no ambiente conflituoso da dinâmica contraditória do metabolismo do capital e da luta de classes.

o movimento territorial de classe, com vistas a emancipação, revolução dos sujeitos do trabalho.

Quando falamos em crise da sociedade do trabalho, parece-nos decisivo atentar e recuperar a distinção original marxiana feita entre trabalho concreto e abstrato. Creemos que sem a devida distinção, quando se decreta o fim do trabalho no seio da sociabilidade humana, incorre-se num grave equívoco, pois considera-se de maneira una e rasa, um fenômeno complexo de dupla dimensão analítica. Marx (1985), sinaliza a raiz dessa distinção fundamental:

Todo trabalho é de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim e, nessa qualidade de trabalho útil ou concreto, produz valores-de-uso (p. 54).

Ou seja, avaliamos ser essencial considerar o trabalho em suas dimensões, particularmente quando tratamos da crise da sociedade do trabalho. Esse assunto requer que explicitemos de que dimensão se trata: se é uma crise do trabalho abstrato ou do trabalho, na sua dimensão concreta, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza.

Como indica Antunes (2000), no universo da sociabilidade produtora de mercadorias, cuja finalidade básica é a criação de valores de troca, o valor de uso das coisas é minimizado, reduzido e subsumido ao seu valor de troca. Com relação a essa questão, Mészáros (2002, p.660), pondera enfaticamente que: “o capital não trata meramente como separados *valor de uso* (que corresponde diretamente à necessidade) e *valor de troca*, mas o faz de modo a subordinar radicalmente o primeiro ao último”. Portanto, podemos afirmar, que a crise do trabalho está, por conseguinte, ligada à crise do trabalho abstrato, ou à forma de ser do trabalho sob o reino das mercadorias e que assume um caráter estranhado sob a vigência da lógica do capital.

Diante disso não podemos concordar com a tese do fim do trabalho ou da perda de sua centralidade no cerne da totalidade social. Por isso, jugamos necessário afirmar, que se trata de uma tolice imensa, prever ou anunciar o fim da centralidade do trabalho; vale lembrar que, no tocante à satisfação das necessidades humanas, a apropriação da natureza é crucial para a vida em qualquer sociedade, sendo antes comum a todas as formas sociais. Pois, se é possível visualizar, para além da lógica do capital, a extinção do trabalho abstrato e



alienado, supõe-se ontologicamente distinto, conceber o adeus ao trabalho nos moldes concreto, como atividade útil e vital, estruturante da protoforma da atividade humana. Efetivamente, o que se tem não é o fim do trabalho, mas sim o aperfeiçoamento desmedido das estratégias de exploração do trabalho, sob as novas exigências do mercado movida pela reestruturação produtiva do capital.

Diante desta monta de fortes evidências teóricas e práticas, cotejadas ao longo da pesquisa, gostaríamos de defender o primado da centralidade do trabalho no limiar do século XXI, evidentemente essa defesa, não significa dizer, que sua morfologia não tenha se alterado profundamente, na sociedade contemporânea (ANTUNES, 2009). Trata-se, é claro, de apreender essas alterações, entretanto, é preciso que não percamos de vista, entre outras coisas, que o abandono da centralidade do trabalho para a explicação da sociedade contemporânea implica igualmente o abandono da teoria do valor-trabalho.

Por suposto, seria impossível imaginar a eliminação do trabalho ou, até em certo limite, da classe trabalhadora, enquanto vigorarem os elementos constitutivos da estrutura societária do capital. Diante disso, concordamos com Thomaz Junior (2009), de que aceitar a não centralidade do trabalho é a mesma medida que esquecer a realidade penosa dos sujeitos da classe trabalhadora.

Podemos dizer que apostar na infertilidade da não centralidade do trabalho, ainda que dois terços da humanidade vivam o flagelo da precarização, da marginalização/exclusão e de todas as formas de subordinação/dominação/expropriação/sujeição, do desemprego, é o mesmo que não conseguir ir além do visível, ou apostar na incapacidade de apreender as contradições objetivas e subjetivas da estrutura social vigente. (p.112).

Vivemos um momento de metamorfoses do trabalho que se espraiam pela inteireza do espaço-temporalidade, mas essas mudanças não destituíram o motor da sociedade do capital que é a extração de trabalho não pago. Na verdade, ao invés de um adeus ao trabalho, nunca a sociedade trabalhou tanto como agora. Porém, o que tem ocorrido é que se trabalha mediante as mais vis formas e relações degradantes de trabalho.

O conjunto desses elementos acima indicados, configuram na essência da totalidade social do trabalho, um imbricamento de metamorfoses do mundo do trabalho e sua heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora (ANTUNES, 2009). Essa fragmentação da classe trabalhadora está ligada, a lógica de produção socioespacial subordinada ao capital, pois, o processo

de produção baseado na “fragmentação sistêmica” do circuito de produção de mercadorias, seja intrafirma, seja entre empresas, está conduzido pela reestruturação produtiva, que nesse momento da totalidade socioespacial volta-se para os expedientes da acumulação flexível, impondo uma série de efeitos decisivos na estrutura e na organização territorial de classe. Isto posto, Alves (2000) afirma, que estamos diante de um processo de fragmentação da classe trabalhadora, cujos principais aspectos sociais são o desenvolvimento, por um lado, de uma “subproletarização tardia” e, por outro, do desemprego estrutural.

Para Bihl (1998), o processo de “fragmentação do proletariado ocidental” vem ocorrendo desde o final da década de 1970, tendendo a paralisá-lo como força social. Vale recuperar das ideias do autor que, no espectro atual das imagens proletárias, três grandes conjuntos se delineiam no seio desta fragmentação: os trabalhadores estáveis e com garantias, os proletários excluídos do trabalho e entre esses dois polos, uma massa flutuante de trabalhadores instáveis. Essas transformações nos dão a monta do poder totalizante do capital mundializado, e que ironicamente se apregoam como modernização da relação salarial de trabalho.

O percurso da pesquisa, nos potenciou formular a compreensão de que essas transformações gerais da lógica do sistema do capital estão atualmente promovendo uma reestruturação produtiva, com repercussões técnicas e gerenciais do trabalho no agrohidronegócio canavieiro territorializado no EDR de Araçatuba, que ao se materializar amparada pelo mote da mecanização do corte de cana-de-açúcar à custa do desemprego, redução dos salários, intensificação da exploração do trabalho e novas formas de controle social da força de trabalho, recoloca na ordem dos desafios, novos elementos para a organização e ação territorial dos trabalhadores e das entidades sindicais.

Nesse cenário, os desafios colocados para os trabalhadores do agrohidronegócio canavieiro, frente às redefinições do capital tanto no âmbito técnico, gerencial, quanto no político-organizacional, se fazem sentir. Uma vez que o capital, ao hegemonizar o processo produtivo, submete ao seu controle a totalidade produtiva, e faz do trabalho o principal instrumento da dominação de classe, tornando o trabalho real ou formalmente subordinado nesse processo (OLIVEIRA, 2001; THOMAZ JUNIOR, 2002).

Em outras palavras, o exercício do poder do capital sobre o trabalho dá-se pela alienação do segundo, e neste movimento dialético e conflituoso da relação

capital x trabalho, a alienação do trabalho torna-se elemento fundante da hegemonia de classe, há que se dizer que essa hegemonização não ocorre apenas no plano social, mas também permeia a essência da organização territorial e de sua própria gestão. Ao longo da pesquisa, pudemos investigar e, estamos compreendendo que o agrohidronegócio canavieiro logrou fortalecer sua hegemonia no processo produtivo, “apostando” no fracionamento do trabalho, a partir da adoção e intensificação da mecanização do corte da cana-de-açúcar.

Essa nova dinâmica, como afirma Thomaz Junior (2002), diferencia e segmenta a força de trabalho entre trabalhadores permanentes e temporários, sendo, pois, estes safristas (contrato de trabalho por tempo determinado) e volantes (na maioria dos casos sem contrato formal, arregimentados, quase que exclusivamente por intermediários, os “gatos”). Podemos acrescentar, que os trabalhadores do agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba, são ainda diferenciados e fragmentados pela clivagem da divisão técnica do trabalho, entre trabalhadores “qualificados” (operadores de colheitadeira, tratoristas, motoristas, majoritariamente permanentes) e “não qualificados” (cortadores de cana, bituqueiros, predominantemente temporários).

Esse processo de cisão dos trabalhadores, tem levado a perda do poder reivindicatório enquanto classe, e nesse sentido, acentuado a marca da precariedade do trabalho como regra. É de acordo, com esta lógica, que a maioria dos trabalhadores do “agro”, são forçados a se contentar com as péssimas condições de trabalho e vida, tendo que trabalhar sempre mais por menos salário, isto se encontrarem emprego, ou então, buscarem empregar-se em atividades ainda mais precárias para garantir a sua sobrevivência.

Isso ocorre, porque o capital usa o seu poder de classe e impõe a sua gestão territorial sob o trabalho, desta maneira, a lógica do capital promove o deslocamento do entendimento das contradições do processo de produção, do espaço da produção para o espaço do mercado, resultando assim, na captura da subjetividade do trabalho, já que do ponto de vista do trabalhador, o que permite sua sobrevivência não é o trabalho como tal, mas o salário dele resultante. Como indica Thomaz Junior (2002), assim, enquanto o capital “lê” o processo social da produção, na sua totalidade, tendo como referência a extração de mais valor, baseado na realização do circuito D- M- D’, e se unifica baseado na unicidade técnica na gestão do processo produtivo. O trabalho o faz pela via da circulação (D’), sob a forma

alienada, este vive uma coisa e lê outra, se fragmentando no processo de gestão produtiva e política.

Assim, o capital do agrohidronegócio canavieiro produz e exerce no território do EDR de Araçatuba, uma gestão totalizante, pois, enquanto este se espalha pelo território, se materializando em forma de área plantada com cana-de-açúcar e de empresas canavieiras, ultrapassando e subvertendo os limites territoriais impostos pelo Estado (a fronteira município), o trabalho (já na forma corporativa, portanto como sindicato) tem sua abrangência territorial (de)limitada pelas fronteiras municipais, conforme as instruções legais prescritas na Consolidação das Leis do Trabalho- CLT em seu artigo 516 e, que foi recepcionada pelo artigo 8, inciso II da Constituição Federal do Brasil de 1988:

CLT. Art. 516- Não será reconhecido mais de um Sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em uma dada base territorial. (BRASIL, 2016).

CF. Art. 8- É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município. (BRASIL, 2012, p.19).

Disso podemos entender que a gestão do capital sobre o território do agrohidronegócio canavieiro, pode ser vista como sendo sua própria autogestão territorial, pois, sua atuação espraia-se pela inteireza de sua abrangência escalar, traduzida na materialização da produção, que se reconhece como tal e não nos limites engessados municipais, deste modo, o “agro” tem seu *modus operandi*, pautado pela unicidade técnica e sua gestão territorial como totalidade do circuito produtivo via ações interescares. Pudemos compreender melhor essas interações espaciais do “agro”, mediante entrevistas com representantes do setor, e destacamos o seguinte depoimento:

A lógica do agronegócio, é o controle integrado de toda a cadeia produtiva, a empresa está organizada para o acompanhamento de todas as etapas e atividades. Além do acompanhamento, realizamos análises dos resultados, em prol dos ganhos com produtividade, as unidades da empresa estão interligadas e temos a disposição todos os dados das demais unidades, a eficiente interação é a chave do sucesso [...].  
(Caio, 42 anos - Gerente administrativo de empresa canavieira).

Como vimos, se denota que a gestão territorial do “agro” focaliza sua atenção no controle territorial integrado das etapas e ações orquestradas no seio do circuito

produtivo canavieiro. Não basta somente, o controle do conhecimento local, pontual, o capital canavieiro busca o controle simultâneo da cadeia produtiva e para isto, subordina e controla o trabalho sob sua lógica, impondo um controle interescolar do trabalho que não se restringe às fronteiras municipais, fortalecendo de tal forma, o poder persuasivo e a gestão territorial de classe operada sob a hegemonia do capital.

Se por um lado, o agrohidronegócio canavieiro, exerce sua hegemonia pela sua gestão totalizante e alienada do trabalho e do território, do outro lado do conflito, tanto os trabalhadores, como os sindicatos, se veem e se leem na razão fragmentária da divisão territorial e técnica do trabalho. Por isso, a expressão da alienação do trabalho e sua fragmentação enquanto classe se dá com a vinculação do trabalhador às amarras enrijecidas do binômio (categoria, território) imposta pelo Estado brasileiro limitando a ação política do trabalho.

Sob estes marcos jurídicos a ação política dos trabalhadores segundo Thomaz Junior (2002), se limita à especialização técnica do trabalho e a divisão técnica e territorial do trabalho, lastreando sua ação ao entendimento fracionário e parcelar de categoria, ou melhor de profissões definidas a partir do processo de produção. Ademais, no plano territorial, se engessa a ação dos trabalhadores ao domínio restrito do entendimento de território circunscrito à concepção de limite municipal delimitada pelo Estado. O esgarçamento deste binômio engessado (categoria-território) se manifesta, concretamente, na desagregação da unidade das ações do mundo do trabalho, sobre a base da reiteração da divisão técnico/territorial como trabalho capitalista subsumido ao controle estatal.

O caminhar do processo de pesquisa, nos possibilitou melhor compreender a fragmentação da solidariedade de classe, e suas clivagens categoriais e territoriais que o regramento jurídico constitucional e seu espelhamento de representatividade lastrada na divisão técnica e territorial do trabalho sob a lógica do capital impuseram ao trabalho.

Então a situação “tá” difícil né, se a gente nem “tá” conseguindo defender o nosso emprego, o nosso salário, como que a gente vai ajudar os outros. [...] Ah, e tem mais, “tem vez”, que as coisas acontecem que a gente nem sabe como foi, quem foi, daí a gente só fica sabendo das injustiças. É bem difícil né, porque a gente é operador, é outro trabalho, e daí o pessoal que corta, tem outras queixas diferente. [...] E, também, que se a gente junta com eles, daí nós que “tamo” de operador, “vamo” demitido e, tem um monte de gente querendo esse “trampo”. (Gilberto, 29 anos, operador de colheitadeira).

A entrevista concedida por Gilberto, operador de colheitadeira do corte mecanizado de cana-de-açúcar nos traduz o ambiente de cisão entre os trabalhadores do circuito produtivo do agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba. Além disso, conseguimos captar no interior deste discurso, que a interação, a articulação entre categorias do mundo do trabalho no “agro” não se opera com a mesma instantaneidade de informações e tomada de decisões em tempo real em posse do comando territorial da totalidade produtiva, como se verifica com o capital em sua autogestão territorial, mencionada anteriormente. Dito isso, percebe-se, a fissura da solidariedade inter-categorial dos trabalhadores, denota-se o grave erro do lastreamento dos vínculos de representatividade político-organizacionais ancorados no binômio (categoria-território).

Ou seja, os trabalhadores do “agro”, não se sentem pertencentes a uma “classe do trabalho”, suas representações políticas estão situadas no nível das ocupações, deste modo, não se vislumbram a luta de classes contra o capital. Na verdade, o capital nem sequer é entendido como classe antagônica, as lutas categoriais destes trabalhadores estão marcadas pela incompreensão da totalidade do sistema. Nota-se no depoimento do trabalhador Gilberto, que suas queixas estão marcadas por reivindicações salariais, ou melhor, pela manutenção dos empregos. Percebemos que este sujeito (operador de colheitadeira), tem a consciência de que a situação ideal de luta, deriva da união com os demais trabalhadores do “agro”, como os cortadores de cana; mas a insegurança e a coação pelo sistema do capital diante da possibilidade da perda de seu emprego, inviabiliza esses laços de pertencimento e a concretude da luta de classes, para além da dimensão da circulação (D’), diante do controle territorial da totalidade do circuito produtivo pelo capital.

Por conseguinte, presenciamos ao longo da pesquisa, o desenvolvimento de compreensões de identidade vinculada ao elo das categorias-profissionais, circunscritas à impositiva divisão técnica e territorial do trabalho sob comando da lógica do capital. Bihl (1998), nos lembra, que essas reações corporativas, tendem a afastar ainda mais, os diferentes trabalhadores estáveis, dos instáveis e dos desempregados, sendo reações decorrentes, muito mais, da vontade de preservar seus empregos em detrimento da unidade de classe.

Ou seja, os diferentes sujeitos do trabalho no agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba (cortadores manuais de cana, operadores de colheitadeira,

tratoristas, migrantes etc.) estruturam seu plano de referência organizativo-territorial e política, se enxergando como categoria e não como trabalhador pertencente a única classe do trabalho, apesar de suas bases objetivas de produção atuarem no mesmo circuito produtivo. Como sintetiza Thomaz Junior (2002), depois de o trabalhador ter percorrido toda uma trajetória de alienação no processo produtivo, no plano da identidade coletiva, vê-se como corporação, ou seja, identifica-se como parte desta ou daquela categoria e não como classe trabalhadora.

Então, o trabalho se vê mediante a fragmentação corporativa das especializações e das profissões/atividades, e se lê, já no plano da subjetividade através dos filtros do ordenamento territorial hegemônico pela gestão da lógica do capital que prescreve os limites da compreensão ampliada da classe trabalhadora. Diante essas sinalizações que a pesquisa, nos propiciou ao longo do processo de desvendamento da realidade dos sujeitos do trabalho no “agro”, é pertinente nos perguntarmos: qual a dimensão territorial da luta de classes no agrohidronegócio canavieiro com vistas ao recorte territorial do EDR de Araçatuba? Como se manifesta em sua essência os vínculos de pertencimento e laços de classe conjugados com a territorialidade dos trabalhadores locais e migrantes?

Podemos começar dizendo, que se, em termos de categorias profissionais esses trabalhadores estão fragmentados, quando focamos o território, as relações territoriais desenvolvidas, percebemos que a lógica do capital, captura a subjetividade do trabalhador se utilizando da gestão do ordenamento territorial e jurídico ratificado pelo Estado, para dissimular a disputa e não reconhecimento entre trabalhadores locais e migrantes. O território é base estratégica do metabolismo social do capital, para romper os laços de sociabilidade e assim, colocar em lados opostos sujeitos pertencentes ao mundo do trabalho, sujeitos que mesmo explorados e degradados ao longo do processo produtivo, não se reconhecem como pares, como classe, nem mesmo o grau de exploração é suficientemente forte para extravasar o poder de “(des)pertencimento de classe” operado pelo capital.

De fato, a compreensão territorial da classe trabalhadora é um dilema profundo, e observá-la na prática, na realidade objetiva, tem sido confusamente percebida, mas se faz necessário, se quisermos entender a totalidade viva do trabalho. Percebemos através das entrevistas com os trabalhadores migrantes no corte de cana-de-açúcar, que a construção da identidade de classe do trabalho, para o ser migrante que trabalha, é fragmentada, não há a consciência de uma unidade

de classe, os sujeitos se reconhecem e vinculam-se mediante a profissão que desenvolvem, nestes termos, há uma confusão entre emprego e trabalho.

Assim, eu sou cortador de cana, a maior parte da minha vida, foi cortando cana no canavial “pra” fora. A gente é cortador de fora, como o pessoal daqui sempre diz. [...] E lá, na nossa terra, a gente tem nossa “rocinha”, daí a gente planta “pra” sobreviver. [Pensativo]. (Francisco, 28 anos, migrante de Codó- MA).

No trecho transcrito acima, podemos identificar que a identidade de classe é completamente esvaziada, o sujeito se reconhece pela atividade que desempenha, à questão territorial sob a ordem de regência do metabolismo do capital, se apresenta como um empecilho a mais para unidade da luta. Ou seja, como o próprio ser migrante se define, “cortador de cana de fora”, essa é sua identidade, os vínculos de construção de uma pauta comum de reivindicações entre os trabalhadores migrantes e locais nessas condições são praticamente esfacelados. É, importante destacar também, o caráter da plasticidade do trabalho que coaduna a territorialidade do migrante Francisco, pois, se no território do “agro”, o sujeito se identifica pela relação salarial, como “cortador de cana de fora”, em seu território, na sua terra, este mesmo sujeito, planta os seus alimentos que lhe garantem sua existência.

Dessa forma, precisamos lembrar que, para o agrohídronegócio canavieiro não importa quem são seus trabalhadores, se camponês ou operários, e que tipo de trabalho realizam. Desde que, num primeiro momento, seja possível a extração de mais valia ou subordinação do trabalhador para a captura da renda da terra, e num segundo momento, sua transmutação em lucro. É por isso, que neste estudo estamos procurando entender o trabalho nas suas múltiplas formas de externalização/precarização, e as metamorfoses que recaem sobre seu universo, as quais atingem em cheio a dinâmica territorial do ser migrante que trabalha, redimensionando a configuração geográfica da territorialização, da desterritorialização e da reterritorialização, além das diferentes formas de expressão (material e/ou subjetiva) que conformam a classe trabalhadora no “agro” do EDR de Araçatuba.

Enquanto, a lógica do capital busca a extração de trabalho não pago, do excedente, independente do território de origem do trabalhador, submetendo trabalhadores locais e migrantes ao seu modo e ritmo de produção degradante das forças produtivas, o trabalho, se aliena territorialmente e as distintas territorialidades



são usadas para ruptura dos laços de classe e fragmentação da luta dos trabalhadores. Como afirma Oliveira (2009), os trabalhadores migrantes imersos nessa confusão ou *transe territorial* sob os fetiches e alienações, mediadas pelo metabolismo social do capital, expressam formas identitárias distanciadas do seu pertencimento de classe, encimadas nas nomenclaturas categoriais correlatas à divisão técnica do trabalho.

Contudo, o (des)pertencimento de classe não se efetiva apenas para o ser migrante, este também, se consubstancia no ideário do trabalhador local, seja operador de colheitadeira ou cortador manual de cana. Ilustra bem essa situação, a fala de Rodrigo, 25 anos, trabalhador local do corte manual que se diz reconhecer enquanto: “Eu me reconheço, como cortador de cana local, sou daqui mesmo”. Neste caso, novamente tem-se a confusão entre emprego e trabalho, e apenas o reconhecimento identitário com aquilo que se faz, mas o elemento novo nessa equação, reside no fato de que o “trabalhador local”, apresenta uma certa aversão, e de forma enfática ratifica que não é um trabalhador migrante, como se ser migrante fosse algo vergonhoso, reiterando a sua primeira fala nos dizendo que se trata de um sujeito “daqui mesmo”, ou seja, proveniente e pertencente àquele território.

Ademais, Silva (2011b) sinaliza que as diferenças regionais favorecem as empresas na medida em que elas incrementam a segmentação dos trabalhadores, segundo suas origens geográficas, esse fato dificulta a união política destes trabalhadores. Em outra entrevista, com o operador de colheitadeira Manuel, obtivemos mais detalhes dos nuances desse processo de (des)pertencimento de classe no seio do agrohidronegócio canavieiro.

Eu sou operador, eu “tô” no setor da mecanização do corte, eu sou daqui mesmo da região, mas antes tinha bastante gente de fora, acho que eram de outros estados, mas o pessoal chamava de “baianos”, esse pessoal cortava muita cana, daí o pessoal daqui, ficou meio com medo de perder os empregos. [...] Mas, agora o pessoal daqui “tá” de tratorista, operador, borracheiro com essa mecanização.

(Manuel, 27 anos, operador de colheitadeira).

Vimos então, que a noção de (des)pertencimento de classe está erigida sob o binômio (categoria-território), sob maneira equivocada e imputada aos trabalhadores pela lógica do capital, a solidariedade e a unicidade de classe do trabalho são fragmentadas, diminuindo, portanto, o poder de luta e reivindicação destes trabalhadores. Seja a cisão categorial mecanizados/manuais, ou então trabalhadores locais e migrantes, estas formas de reconhecimento sediadas

inicialmente, na divisão técnica/territorial do trabalho e na sequência, no entendimento/aceitação enquanto de dentro e de fora, somente enfraquecem a classe trabalhadora, que se divide em suas lutas, enquanto o capital do agrohidronegócio canavieiro unifica suas pautas em termos de unidade política para explorar e repelir os movimentos territoriais de classe dos trabalhadores.

Assim, o capital como controla a totalidade do circuito produtivo, se utiliza da fragmentação categorial/territorial e do (des)pertencimento de classe para inverter o curso do conflito histórico entre capital x trabalho, e jogar a disputa pela dimensão da circulação (D') entre trabalhadores contra trabalhadores, entre qualificados e desqualificados, entre mecanizados e manuais, entre os locais e os migrantes, e com isso, mantêm-se hegemonzando o controle socioterritorial da produção.

É importante ressaltar, como demonstrado no trecho da entrevista acima, que uma parcela considerável da população dos municípios integrantes do EDR de Araçatuba, veem a chegada de trabalhadores migrantes como um “entrave” para o município, como se fossem portadores de um efeito negativo no mercado de trabalho local, como se quem os traz, entenda-se o agrohidronegócio canavieiro, não tivesse nada a ver com tal situação. A própria linguagem utilizada demonstra o desprazer, de se relacionar com o diferente, em quadro geral, toda territorialidade dos migrantes é homogeneizada, e na visão de uma parcela local se transformam nos “baianos”, se referindo para qualquer migrante que for.

No que tange aos migrantes, eles são considerados “estrangeiros”, “gente de fora”, gente que vem para tomar os empregos dos paulistas, portanto, recai sobre eles, a marca do preconceito, dos estigmas. (SILVA, 2006). Ou seja, o fato de as pessoas do lugar identificarem os migrantes, de maneira generalizada e banal pelas definições *toponímicas* da origem desses trabalhadores, além de expressar o preconceito quanto às características físicas e étnico/raciais desses grupos que são facilmente identificados pelos locais, representa também certo “saudosismo” (ou um regionalismo ufanista) de uma pretensa superioridade da região Sudeste sobre o Nordeste. Portanto, mesmo os sujeitos do trabalho estando a mercê do poder aterrador do capital, uma parcela destes imbuídos neste processo de alienação, não reconhecem o outro, nem se identificam com o parceiro de trabalho e sua degradante condição de trabalho e vida.

É preciso que entendamos que o capital não apenas se limita em *materialmente* explorar a força de trabalho para extração de mais-valia. O sistema

metabólico do capital requer mais; e sutilmente como estratégia de subordinação e controle tenta captar a subjetividade do trabalhador, ou melhor, controlar mediante relação de poder hegemônica, o território da consciência do trabalhador e convertê-lo em território de alienação do trabalho. Seus reflexos podem ser percebidos, pela internalização das práticas e discurso do capital nas ações dos trabalhadores. E, o que é mais crítico, o afastamento do pertencimento de classe do trabalho, e seu entendimento fetichizado como um “colaborador do capital”.

Nestes termos, como afirma Ranieri (2001) o trabalho passa ser percebido como um componente do capital, ocorrendo uma transmutação genética do trabalho em capital. Nesse sentido, o controle da subjetividade do trabalhador é uma poderosa estratégia, que tem o intuito de invisibilizar o antagonismo da relação capital-trabalho, garantir sua reprodução ampliada, colocar-se como promotor do desenvolvimento e obscurecer a sua lógica destrutiva impossibilitando os sujeitos de vislumbrarem condições históricas de postularem outro modelo de sociedade.

No espaço-temporalidade do capitalismo manipulatório<sup>36</sup> vigente, a disputa pela produção, apropriação e reprodução ampliada do valor exige além das formas materiais de dominação e exploração do trabalho pelo capital, a captura da subjetividade do trabalho vivo. Não podemos desconsiderar a dimensão subjetiva, imaterial da subordinação estrutural do trabalho ao capital, materialidade e imaterialidade são indissociáveis ambas se interpenetram e se relacionam dialeticamente exigindo para leitura geográfica do trabalho a compreensão material e imaterial dos nexos dialéticos do trabalho.

Sendo assim, compreendemos através das entrevistas com trabalhadores migrantes e regionais que atuam no agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba, que os vínculos de pertencimento de classe encontram-se esfacelados, as mediações estabelecidas sob o aval do capital não oferecem a construção da unidade da luta, dificultam que os sujeitos, reconheçam no outro a identidade de classe do trabalho. O outro é visto apenas como o outro, nada de familiar, é visto apenas como um ser territorialmente estranho, com o qual durante um certo tempo dividiremos o mesmo território.

---

<sup>36</sup> Expressão tomada de empréstimo de Giovanni Alves (2010) do artigo: “Trabalho, capitalismo global e captura da subjetividade: uma perspectiva crítica”.

Eis, que cabe acrescentar, mais um elemento à nossa reflexão, os sindicatos. Como estas instituições de luta, historicamente vitais para os trabalhadores, têm atuado diante dos interesses do agrohidronegócio canavieiro? O que os trabalhadores pensam de sua atuação? Como os sindicatos estão se organizando frente a atual fase de reestruturação do capital agroindustrial canavieiro?

Para Antunes (2000), os sindicatos como organismos de representação da classe trabalhadora, assim como o mundo do trabalho, foram atingidos por uma grave crise, o que os têm forçado assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais atada à imediatidade, à contingência, regredindo sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital, o que para este autor, tem fortalecido o “sindicalismo de participação” em “substituição ao sindicalismo de classe”. Essa “participação”, significa, não questione o mercado, a legitimidade do lucro, o que e para quem se produz, a propriedade privada, enfim não questione a lógica do capital em ação.

Sendo assim, é preciso indicar que o sindicato, instância coletivo-corporativa do trabalho alienado, expressa-se territorialmente como ordenação territorial resultante do fracionamento do trabalho em categorias, assentado por fora do embate da relação capital x trabalho, quando se limita ao cenário do conflito visto e imposto pelo Estado. Como afirma Thomaz Junior (2002, p. 234).

A identidade do sindicato é marcada pela ruptura, ao ver-se apenas como parte específica da divisão técnica do trabalho que, ao se territorializar transcodifica-se numa leitura alienada, restrita ao plano meramente aparente da relação capital x trabalho. “Seu” território (base territorial) só aparentemente é “seu”, pois, fracionado corporativamente como representação (alienado no binômio sindicato-território) e enraizado na delimitação do empreendimento capitalista, move-se, portanto, no território do capital- legitimado pelo Estado, condição e pressuposto para o controle e subordinação do trabalho ao capital.

Ou seja, a alienação do trabalho encimado nos sindicatos, também se expressa como uma ação desagregadora da unidade de ação do mundo do trabalho, restringindo sua atuação a vinculação trabalhador-território, ou seja, “representam” uma específica categoria com identidade corporativa de uma específica base territorial, delimitada pelo Estado.

Heck (2017) nos chama a atenção, para o fato da estrutura sindical ser um elemento que limita a ação mais radical dos sindicatos, já que pré-define, pela via do Estado, seu território de atuação (unicidade sindical), a fragmentação corporativa e

até mesmo os limites das reivindicações em campanhas salariais, etc. Por mais importante que seja ter legislações rígidas e conquistar bons salários, esse é um limite imposto ao movimento sindical que se estrutura por dentro da via estatal, pois é o ponto máximo que conseguem chegar. Limitando-se à esfera da circulação e quase nunca colocando em xeque o controle do processo de produção.

Se no plano teórico, os sindicatos estão conceitualmente na defensiva, voltamos nossas atenções a materialidade empírica do EDR de Araçatuba, balizados por nossa metodologia de pesquisa a campo, mediada pelas entrevistas com os trabalhadores e representantes sindicais regionais, obtivemos encontrar uma situação de profundo esgarçamento da representatividade e do poder de combatividade dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) do recorte em estudo. Quando indagamos o representante sindical do STR de Araçatuba-SP, sob como se dá a atuação do sindicato junto aos trabalhadores de sua base territorial, destacamos as seguintes falas:

A atuação do sindicato procura assegurar os direitos dos trabalhadores. No caso o STR de Araçatuba-SP, engloba os trabalhadores manuais na colheita de cana tanto locais como os migrantes e os trabalhadores pertencente ao quadro de funcionários lotados em atividades de colheita mecanizada e operação de máquinas e veículos agrícolas. [...] recebíamos na região uma grande quantidade de migrantes nordestinos, mas com a mudança para o corte mecanizado, esse número de trabalhadores vem diminuindo ano a ano. [...] temos mais contato com os trabalhadores locais, mas procuramos representar a todos, participando da formulação do Acordo Coletivo de Trabalho da Safra, buscando sempre o cumprimento do piso salarial e correlação salarial.

(Representante Sindical - STR de Araçatuba-SP).

Em seu discurso, transparece a dificuldade de unificação das pautas de lutas dessas diferentes categorias representadas pelo STR de Araçatuba, além do que, percebe-se que a atuação junto à recepção e acolhida dos trabalhadores migrantes fica em segundo plano, como o representante nos informa implicitamente, o sindicato tem atuação mais próximas dos trabalhadores locais de sua base territorial. Podemos ressaltar ainda, o que vimos defendendo ao longo desta reflexão que diante a reestruturação produtiva técnica do agrohidronegócio canavieiro nos municípios do EDR de Araçatuba, o trabalho migrante vem sofrendo um enxugamento, a mecanização do corte nos canaviais vem impondo o descarte da força de trabalho migrante. As empresas canavieiras têm ofertado o “trabalho mecanizado” aos trabalhadores locais como fator de promoção do seu discurso do desenvolvimento regional pela modernidade do “agro”.

Ao fim dos trechos transcritos acima, podemos compreender que a atuação do STR de Araçatuba está vinculada aos aparatos da legalidade jurídica, suas lutas estão voltadas para a esfera salarial, ao acompanhamento do Acordo Coletivo de Trabalho e à busca por correção salarial, essas são as principais bandeiras de defesa deste sindicato. Embora, estes instrumentos de luta sejam importantes para a defesa dos direitos da classe trabalhadora, limitar-se a estes é ceder diante do controle da totalidade produtiva efetuado pelo capital. Essa é uma referência fundamental, para o entendimento dos limites impostos pelo regramento jurídico e que influenciam na postura assistencialista e de colaboração de classes dos sindicatos.

É a partir dessa construção histórica do sindicalismo de Estado que temos percebido a ação assistencialista, conciliadora, de negociação, limitada às campanhas salariais e por dentro da lei. Conforme indica Thomaz Junior (2002), apesar de o trabalho apresentar como sua raiz o *locus* da produção, suas ações se dão fundamentalmente na esfera da circulação, isto é, o sindicato atua no terreno da repartição da riqueza social, em particular, as lutas salariais. Acrescenta-se que as dinâmicas específicas com que capital e o trabalho se territorializam, se diferenciam em termos de velocidade e de ordenamento, circunscrevendo-se às limitações que o movimento sindical possui para responder às investidas do capital. Em outras palavras, diríamos que o movimento sindical encontra dificuldades para superar os desafios impostos, frente a versatilidade operacional e organizativa do capital em sua trajetória hegemônica (OLIVEIRA, 2001).

De tal modo, percebemos que os STRs do EDR de Araçatuba, além de se pautarem nas lutas basicamente restritas às campanhas salariais e por dentro da ideologia legalista, representam restritamente trabalhadores assalariados, deixando um vácuo de representação política às centenas de trabalhadores migrantes e locais desempregados atualmente pelo agrohidronegócio canavieiro. Os discursos tanto de trabalhadores migrantes, como locais vão em desacordo ao modo de atuação do sindicato.

Não vejo à atuação do sindicato, “pra” mim o sindicato não tem ajudado quem trabalha, eles deveriam lutar por melhorias né. Porque cada vez a gente trabalha mais e o dinheiro nem “tá” dando no fim do mês. A gente nem vê eles, mas o desconto no pagamento todo mês vem né.  
(Ezequiel, 28 anos, migrante de Codó- MA).

Bom, eu não vejo o trabalho do sindicato, nunca vi esse pessoal presente no canavial. Mas, tem lá um desconto né, no salário do trabalhador, se tem negociação trabalhador nem sabe, eles negociam lá com as usinas [...]. Então, “pra” você ver, hoje eu “tô” desempregado, fui mandado embora, já vai “pra” 7 meses, terminou o seguro, cadê agora o pessoal de lá “pra” ajudar a gente agora.

(Gustavo, 29 anos, trabalhador desempregado ex-tratorista regional no setor canavieiro).

Fica cabalmente demonstrado, um forte caráter de descontentamento tanto de trabalhadores locais, como migrantes, em relação ao modo de atuação do STR de Araçatuba. Os trabalhadores não vislumbram o sindicato como sua instância de representação, sendo que, muitos deles desconhecem quem são seus representantes sindicais. Ocorre, portanto, no plano de representação da subjetividade destes trabalhadores um processo de (des)identidade sindical. Embora, as ações de defesa não sejam percebidas, esses trabalhadores têm consciência de que o Imposto Sindical lhes é deduzido de sua folha de pagamento. Ao interpretar profundamente os significados das falas destes trabalhadores, podemos compreender que estes também pautam suas lutas pelo horizonte de atuação norteado na mera esfera salarial, categorial e territorialmente restrita escala municipal.

Ademais, como destacado no segundo trecho transcrito acima, a representatividade sindical dos trabalhadores desempregados é inexistente no enquadramento sindical dos STRs do EDR de Araçatuba, conformando-se como grave equívoco - garantido em lei - e fator de cisão entre os trabalhadores assalariados e desempregados. No relato do ex-tratorista Gustavo que a 7 meses foi demitido sem justa causa e se encontra desempregado, sem auxílio do Seguro Desemprego, percebemos que este sujeito sem perceber questiona e indaga um dos pontos mais discutíveis da relação sindical brasileira que é a exclusão do contingente de trabalhadores desempregados da representação política da classe trabalhadora. Soa como ironia, mas é cada vez maior a parcela de trabalhadores desempregada pela reestruturação produtiva, técnica e do trabalho no agrohidronegócio canavieiro, a ironia reside na seguinte proposição, ao deixar de ser assalariado é como se o trabalhador, se metamorfoseasse em outro ser inteligível que, portanto, deixa de receber guarida dos órgãos de representação sindical.

Rígidos e petrificados no âmbito da legalidade, tanto no que tange à realidade da dinâmica econômica-tecnológica do processo produtivo e os efeitos sobre os

níveis de emprego (ou desemprego), quanto à “mudança de categoria”, quando o trabalhador deixa de ser “rural” (assalariado) e passa a ser desempregado, os STRs colocam-se fora da “linha de combate”, pois apenas se “interessam” pelos trabalhadores que ainda continuam empregados e com carteira assinada. Em outras palavras, a “nova categoria” de trabalhadores desempregados, está fora das prescrições oficiais, base de sustentação do álibi apresentado pelos sindicatos, banindo das suas preocupações os descartados (THOMAZ JUNIOR, 2002).

Desse modo, o esforço se coloca, na mudança da estrutura sindical, que privilegia a organização por categoria profissional, eliminando, desta forma, a possibilidade de organizar os trabalhadores instáveis e mesmo os trabalhadores estáveis numa base política mais ampla, conforme aponta Bihl (1998, p. 101):

O sindicalismo vertical, que privilegia a dimensão de categoria profissional, herdada do período fordista, encontra-se aqui totalmente inadaptado. Somente um sindicalismo com estrutura horizontal, que privilegia a dimensão interprofissional, é adequado para organizar ao mesmo tempo trabalhadores permanentes, instáveis e desempregados.

Em tal cenário, as dificuldades do movimento sindical em constituir-se enquanto sujeito coletivo da ação contra hegemônica está em sua própria concepção segmentada do mundo do trabalho, pois sendo organizador dos trabalhadores estáveis e formalizados, teria sua eficiência, enquanto sujeito coletivo, restrita a este núcleo e tal restrição, por outro lado, atua como segregacionista em relação a grande massa de trabalhadores precariamente empregados, fragmentando ainda mais os trabalhadores e a luta de classe. Nesse ponto, vale a sugestão de Carvalho (2001), a qual o desafio do movimento sindical seria articular e organizar sujeitos distantes socialmente no processo produtivo, pois ao se privilegiar apenas os trabalhadores assalariados, os sindicatos estariam perdendo a centralidade enquanto agentes da luta anticapitalista.

Neste contexto, os trabalhadores do agrohidronegócio canavieiro, ao se defrontarem diretamente com os desdobramentos e consequências da reestruturação produtiva do capital, mesmo não as aceitando passivamente, encontram-se na grande maioria dos casos, numa clara e inequívoca ausência de referência político-organizativa nas suas entidades de representação, como também de propostas alternativas para enfrentarem o desemprego crescente e o agravamento do estado de miserabilidade que os atinge.



Vive-se, portanto, uma crise de representatividade política no seio das organizações sindicais de classe dos trabalhadores, na qual suas origens remontam aos seus referenciais cristalizados, ou melhor, apriorísticos de compreensão, do que é a classe trabalhadora e dos sujeitos que a constituem. Nesses termos, podemos lembrar, que é cada vez mais recorrente a exclusão de levadas incontáveis de sujeitos do trabalho sejam migrantes, informais, instáveis, desempregados, da própria condição de lhes pertencerem e serem representados como classe trabalhadora. O apego dos órgãos de representação dos trabalhadores as definições, *a priori*, preestabelecidas lastreadas somente no vínculo da relação salarial/categorial fomenta a grave crise de representatividade por qual estes passam.

Surgem então, indagações centrais que o caminho de pesquisa nos levou a considerar em sua raiz, estamos diante do polêmico e complexo debate político em relação à questão de quais os sujeitos do mundo do trabalho que conformam a classe trabalhadora no século XXI? Ou melhor, o que, e como se unificam os diferentes sujeitos do trabalho em prol da luta de classe?

Neste sentido, acreditamos ser importante adiantar que, sem uma compreensão ampliada de classe trabalhadora, não conseguiremos entender os mecanismos de dominação e controle do trabalho operado pelas personificações do capital em seus diferentes circuitos produtivos, como por exemplo, no agrohidronegócio canavieiro. Refletir sobre classe trabalhadora no agrohidronegócio canavieiro nos aponta, necessariamente, ir além dos *apriorismos* e engessamentos teóricos, circunscritos somente à legalidade dos trabalhadores assalariados. Tal motivação é importante, posto que o capital, nesse caso específico, garante a continuidade do seu processo de acumulação ampliada subordinando o trabalho de uma série de sujeitos sociais distintos (camponeses migrantes, migrantes assalariados, trabalhadores locais, informais avulsos, desempregados, etc.).

A compreensão ampliada da classe trabalhadora que defenderemos adiante, nessa reflexão, potencializa a cimentação dos laços de unidade orgânica dos trabalhadores rompidos pela divisão técnica e territorial do trabalho sob jugo do capital, fomentando assim, a indissociabilidade da centralidade política do trabalho e sua unidade política da classe trabalhadora. Pois, seja no campo, ou nas cidades, nos centros, ou nas periferias, o tecido social do trabalho vem se complexificando, heterogeneizando e fragmentando assumindo uma nova morfologia, que não pode ser negada. Ou seja, o mundo do trabalho não é mais o mesmo do século XIX, e

nem o mesmo do começo do século XX, isto requer que repensemos as formas apriorísticas de compreensão do trabalho. Ou seja, não podemos apenas enxergar como classe trabalhadora somente o operariado fabril, ou então os assalariados, é preciso ir além e entender que a condição de subordinação estrutural do trabalho ao capital, se espalha por diferentes formas e relações sociais atingindo e subordinando aos imperativos do capital um amplo leque de segmentos como os camponeses, os trabalhadores informais e até mesmo os desempregados.

A esse respeito uma primeira demarcação de discordância pode ser observada através da posição defendida por Lessa (2007), em várias passagens do texto “Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo”, na qual expressa uma interpretação ortodoxa às formulações originais de Marx, particularmente ao Livro I e, nesse caso, edifica sua tese argumentando que a origem de toda riqueza que circula na sociedade é o trabalho, mais exatamente, o trabalho proletário, sendo este, o único que produz um novo *quantum* do conteúdo material da riqueza social, que será acrescido ao montante do capital social global, portanto, a única classe que exerce a função social de converter a natureza em meios de produção e de subsistência. Em resumo, para autor, a compreensão de classe trabalhadora está circunscrita somente ao proletariado.

Para Antunes (2009), a prerrogativa de os trabalhadores improdutivos estarem vinculados aos mesmos processos de exploração/controle, que valem para os trabalhadores inseridos diretamente no processo de produção/valorização do capital, portanto, que os juntam na equação da exploração da força de trabalho, é o que identifica a ampla modalidade dos serviços que compõe a noção de classe trabalhadora. Indica o autor:

Considerando, portanto, que todo trabalhador produtivo é assalariado e nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora, vista de modo ampliado, deve em nosso entendimento, incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados. [...] há uma crescente imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo no capitalismo contemporâneo e como a classe trabalhadora incorpora essas duas dimensões básicas do trabalho sob o capitalismo, essa noção ampliada nos parece fundamental para a compreensão do que é a classe trabalhadora hoje. (ANTUNES, 2009, p.102-103).

Lessa (2007), contra-argumenta que a circunstância de os assalariados não proletários viverem da riqueza que a burguesia expropria dos proletários os estimula a manter a defesa e a manutenção do capitalismo, pois atuam predominantemente como força auxiliar na reprodução do capital, particularmente com o apego à

propriedade privada, fato historicamente registrado sempre que esta foi objeto de ameaça pela luta de classe. Para o autor:

[...] os assalariados não-proletários possuem, portanto, identidades e contradições tanto com a burguesia como com o proletariado. Sua função social, de um modo geral, é auxiliar na reprodução das relações sociais burguesas. (LESSA, 2007, p.180).

Thomaz Junior (2009, p. 124), rebate essa argumentação ponderando que:

Cabem duas lembranças da história. Em primeiro lugar, se os exemplos que comprovam essa afirmativa ocorrem, assim como abundam aqueles que a negam, por que o autor não os considera, particularmente levando em conta a realidade atual, nos diversos cantos do planeta? A essa pergunta não nos cabe responder, todavia ponderamos que as definições *a priori*, que tanto nos têm atormentado, mais uma vez comparecem – e também pela via de avaliações apressadas, mutila-se o próprio conteúdo dinâmico da dialética marxista, ao desconhecer a negatividade e a positividade do trabalho. Em segundo lugar, a limitação do conceito de classe trabalhadora à identidade do trabalhador manual, assalariado, produtor de mais-valia, ou ainda o entendimento mais amplo que reconhece o conjunto dos assalariados (produtivos e improdutivos) não contemplam contingentes cada vez mais expressivos de homens e de mulheres que não se enquadram nessas premissas, situando-se na *franja* da exclusão suprema, ou seja, os sem emprego, sem trabalho, sem profissão, sem casa, sem-terra.

Ou seja, a divisão entre trabalhador produtivo e improdutivo, ainda que válida para compreensão dos mecanismos de acumulação do capital, não revela *a priori*, quem são os homens e mulheres que cabem o legado revolucionário da resistência ao capital. Somente uma compreensão ampliada de classe trabalhadora, nos poderá fornecer os subsídios teóricos e fomentar a práxis concreta da unidade da luta de classes em meio ao processo de fragmentação categorial/territorial, (des)pertencimento de classe e (des)identidade sindical dos diferentes sujeitos que trabalham no agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba.

Ou seja, a dificuldade em aceitar qualquer argumento que indica a limitação explicativa obstrui o debate, de sorte que essa miopia intelectual menospreza o necessário repensar da realidade objetiva e as mudanças que impõem novas contradições e redefinem os significados ontológicos dos sujeitos sociais e, conseqüentemente, os embates de classe. O que está em relevo é a necessidade inequívoca de repensarmos, por dentro da dinâmica territorial do trabalho, quais são as condições em que o conflito de classe se expressa, na sociedade, retrato, necessariamente, dos conflitos e da realidade da centralidade do trabalho, no século XXI.

Sem esse entendimento, não conseguiremos compreender a totalidade da subordinação estrutural do trabalho ao capital, menos ainda, decifrar interpretações que expliquem a plasticidade do trabalho, por exemplo, os casos concretos que visualizamos durante o processo de pesquisa a campo, de trabalhadores migrantes maranhenses camponeses, que durante um período de meses se assalariam como trabalhadores temporários admitidos para o corte de cana-de-açúcar no EDR de Araçatuba e ao fim de safra retornar para lavrar sua terra e assim resistem em seus territórios pela manutenção de sua terra, diante às investidas e disputa do capital na apropriação deste território. Como poderíamos entender este mesmo sujeito que na visão *a priori*, como camponês está deslocado de pertencer ao mundo trabalho e da classe trabalhadora, será que um mesmo sujeito pode pertencer e mudar em questão de meses, diante da relação salarial de uma classe à outra? Será que esse sujeito migrante é antagonista ou parasitário da classe trabalhadora? Cremos que não! Portanto, rejeitamos, os *apriorismos* teóricos cristalizados que não conseguem admitir os conflitos territoriais de classe do século XXI e nos filiamos a defesa da concepção ampliada de classe trabalhadora.

Dito isso, podemos resgatar a afirmação de Thompson (2012), na qual, a classe é entendida como uma “categoria histórica”, que se constitui derivada de processos sociais através do tempo, contudo, esta não se traduz como categoria estática e imutável. Acrescenta ainda, que com excessiva frequência, a teoria prevalece sobre o fenômeno histórico que se propõe teorizar, levando-se ao uso abstrato do conceito de classe, e não o seu concreto entendimento no quadro dos processos históricos em decorrência. Nas palavras de Thompson (2012, p. 271-272):

Seja como for restou bem claro nos últimos anos que classe como categoria estática tem conquistado peso em setores muito relevantes de todo o pensamento marxista. [...] De um modelo estático de relações capitalistas de produção são extraídas as classes que lhes devem corresponder e a “consciência” que deve corresponder às classes e à sua respectiva inserção.

Em palavras mais palatáveis, as classes não são estabelecidas *a priori*, estas são forjadas ao longo da espaço-temporalidade, então determinar e restringir o agente social da mudança revolucionária ao proletariado, é desconsiderar as mutações e os processos de luta de classes em curso. Novamente Thompson (2012) nos indica que “classe e consciência de classe são sempre o último e não o

primeiro degrau de um processo histórico real”. Ou seja, é no processo de luta, que as classes vão se forjando como entes potencialmente antagônicos, desse modo devemos ressaltar que o apego aos *apriorismos* nublam a essência ou as contradições da totalidade viva da classe trabalhadora no século XXI.

Não é possível compreender a totalidade do circuito produtivo do agrohidronegócio, a essência dos expedientes de superexploração do trabalho que são a fonte de produção do valor, o cerne do processo de acumulação ampliada deste setor, se deixamos de lado e fora de nosso campo de visão uma parcela significativa de trabalhadores migrantes camponeses, “avulsos informais”, ex-funcionários desempregados, simplesmente porque o entendimento ortodoxo da teoria *a priori*, não se encaixa nas relações socioterritoriais desenvolvidas por estes sujeitos. É como se, fechássemos os olhos para o conteúdo material da realidade, e ambicionássemos uma ilação ficcional do espaço-temporalidade para que esta se encaixe em nossa teoria.

Com efeito, restringir o agente social da mudança aos trabalhadores manuais, somente aos proletários, não é obviamente a posição do próprio Marx. É suficiente recorrer a rica indicação de Mészáros (2007) quando afirma que a questão vital e decisiva não é a relação historicamente mutável entre trabalhadores de “macacão” e de “gravata”, mas o confronto fundamental e socialmente intransponível entre capital e trabalho, em outras palavras, “este confronto não se restringe a esta ou àquela parcela particular do trabalho, mas abarca a totalidade do trabalho como antagonista do capital” (MÉSZÁROS, 2007, p.71).

A conformação da classe trabalhadora enquanto expressão histórica do legado revolucionário da centralidade política do trabalho, deve ser impulsionada e vislumbrada, pelo horizonte da resistência e conflito do seres que trabalham contra as personificações do capital, e não definida *a priori*, como se somente, os trabalhadores produtivos assalariados fizessem parte do legado e da missão histórica de revolucionar as relações sociais de trabalho, na verdade diante das metamorfoses da classe trabalhadora nos últimos séculos, precisamos enxergar que os dramas da exploração, exclusão e descarte se estendem para um vasta parcela de sujeitos que aprioristicamente não são tido como pertencentes a classe do trabalho, mas que potencialmente resistem e realizam ações contestatórias do sistema do capital.

Sob essas sinalizações, entendemos que não cabe a uma parcela dos sujeitos do trabalho, ser único portador ou agente social da mudança, nem mesmo essa possibilidade unilateral seria viável, pois o conflito capital x trabalho exige a unidade política da classe trabalhadora, como totalidade viva do trabalho em antagonismo ao capital. Ou seja, voltando ao circuito produtivo do agrohidronegócio canavieiro, os distintos órgãos de representação política dos trabalhadores, incorrem no grosseiro equívoco da luta lastreada pela via categorial/territorial, seus resultados têm sido cada vez menores, e suas bases dissolvidas pela letargia da ineficiência da representação, se impõe a ruptura dos limites da estrutura sindical brasileira, extravasar os limites e fissuras impostas à unidade política dos trabalhadores desta cadeia produtiva. (THOMAZ JUNIOR, 2002).

Faz-se necessário, pois a necessidade de se pensar a imbricação das lutas dos trabalhadores no agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba para um caminhar no sentido da superação, da fragmentação categoria-território, ultrapassando assim as fronteiras da divisão técnica e territorial do trabalho, não se restringindo aos limites do urbano e do rural, essa confrontação só poderá surgir, se estiver lastreada na centralidade política do trabalho, nos vínculos de solidariedade e pertencimento a classe trabalhadora. Por isso, é preciso que os consideremos, na busca do horizonte da unidade política de classe do trabalho e de suas lutas, pois, a fragmentação dos trabalhadores, serve antes aos interesses do capital, prestando assim um desserviço à resistência e luta dos sujeitos do trabalho.

Enfim, urge agir na mesma escala territorial de ação do capital, priorizando, portanto, o enraizamento de toda a atividade econômica, unificando organicamente as entidades sindicais, na escala de abrangência do conjunto dos trabalhadores da cadeia produtiva. Ou seja, a centralidade política do trabalho e seu poder de resistência e de oposição a lógica do capital somente se colocará como bastião das lutas revolucionárias, se conseguir aliar sua centralidade política, com a unidade política da classe trabalhadora reposicionando a classe do trabalho para a luta emancipatória do jugo corrosivo do capital.

A nosso ver, o horizonte nebuloso, conflituoso e de dificuldades, não serve de desculpas, para abandonar um projeto de superação e emancipação do metabolismo do capital. As pistas e o caminho estão sendo apontadas, não podemos mais, aceitar o conforto e conveniência das reformas que, de nada alteram a estrutura do sistema metabólico do capital. Muito menos, é tempo de apriorismos

teóricos, que não condizem com a realidade vivenciada, que fraciona e desmobiliza a classe do trabalho. Diante deste contexto, de acirramento da destrutividade do sistema do capital e do esgarçamento das condições reais de existência dos trabalhadores em escala global, o grande desafio que temos pela frente, se quisermos apostar na emancipação radical dos imperativos da barbárie sistêmica do capital, será necessário soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho.

## **5- Considerações Finais**

Compreender a espacialidade das distintas expressões do trabalho, nos leva a um esforço de enxergarmos, por dentro da totalidade social e suas relações, as disputas territoriais, que se dão mediante o conflito e o antagonismo estrutural entre capital-trabalho. Como resposta aos desavisados, que insistem suas leituras geográficas restritas aos conjuntos técnicos, precisamos por meio da Geografia do trabalho, nos posicionarmos na defesa de classe da centralidade política do trabalho, reafirmando seu poder de compreensão da produção, resistência e emancipação dos territórios do conflito capital-trabalho.

A compreensão da produção do espaço e sua diferenciação espacial, pelo viés da centralidade do trabalho. Nos leva a considerar a afirmação de Santos (2011, p. 129) na qual “a divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial”. Partilhamos da premissa, de que o *Trabalho* não só é um tema da Geografia, mas sim, o motor decisivo da diferencialidade espacial, por isso muito além, da defesa da Geografia do trabalho ser mais uma sigla, um subcampo da Geografia, o que nos deve interessar em Geografia do trabalho é defendermos a emancipação radical dos homens e das mulheres que vivem aterrorizados pela prevalência da lógica do capital e do seu metabolismo de reprodução. Isto é, fundamentados teórico-epistemologicamente situamos a emancipação humana como ação intrínseca no horizonte da luta de classes e da centralidade política do trabalho.

É pelo caminho da Geografia do trabalho, que estamos encontrando aportes teóricos para compreensão dos desdobramentos territoriais orquestrados pela dinâmica geográfica do agrohídronegócio canavieiro. Pois, no Brasil tem se orquestrado nos últimos anos, o fortalecimento de um pacto de classes em torno de um modelo de desenvolvimento sustentado no agrohídronegócio exportador com aval do Estado brasileiro. Os sujeitos do trabalho nunca tiveram (e não têm) retorno das vantagens que o Estado fornece ao setor canavieiro. Embora, esses benefícios estejam ancorados no discurso do emprego, os argumentos são frágeis, e essa fragilidade está expressa, pelo tipo de emprego e condições de trabalho que oferecem.



Nesse quesito, precisamos entender que, o Estado capturado pela lógica do capital, cumpre o papel de instrumento político legal para tomada de decisão a favor deste, através, das “políticas de Estado”, encapuzadas pela legalidade institucional, que seguidas vezes, prometem solucionar a fome, a miséria e a desigualdade, mas que na verdade têm reforçado a crueldade desses fenômenos. Como assegura Mészáros (2015) sob as condições do aprofundamento da crise estrutural do sistema do capital, os problemas do Estado tornam-se, inevitavelmente, cada vez maiores, e pelo contrário, as tentativas de medidas corretivas do Estado parecem agravar ainda mais os problemas. Como enfatiza Mészáros (2015):

A função *corretiva vital* das formações estatais historicamente constituídas do capital sempre foi a manutenção e também o fortalecimento dos irreprimíveis imperativos materiais de auto expansão do sistema, e elas continuam as mesmas, inclusive em nossa época (p.16).

Essa situação ocorre, porque as medidas implantadas pelo Estado se dão por dentro da estrutura do metabolismo social do capital, não há interesse em romper com a lógica da acumulação ampliada à custa da extração de trabalho não pago. Nestes termos, a *opção de Estado* vem sendo, permanecer com o modelo de sociedade desigual e estruturalmente falida, sendo que a cada nova erupção da crise estrutural, responsabiliza-se por desembolsar viabilização política, econômica e jurídica para as reformas que o capital solicita, tendo como intuito reativar o ciclo de reprodução ampliada do capital.

Isto posto, é cabível a assertiva de que o Estado, não é um agente neutro na produção e definição das políticas de desenvolvimento, no caso específico do agrohidronegócio canavieiro, o que estamos presenciando é articulação interescolar, em rede de interesses entre diferentes grupos do setor canavieiro local, conglomerados transnacionais agro-químico-alimentar-financeiro em parceria com os programas e linhas de crédito oferecidas pelo Estado brasileiro.

Mediante o incentivo ao “agro” e seu alçamento pelo Estado brasileiro como solução de desenvolvimento territorial da economia, o setor vem se fortalecendo, procurando reorganizar a equação tecnologia x trabalho, gestando novas formas de gerir e controlar a força de trabalho empregada, visando fundamentalmente o aumento de produtividade à base da intensificação do trabalho, fato que vem sendo alcançado a largos passos. Todavia, o discurso dos apologistas do agrohidronegócio canavieiro, se posicionam no sentido de que o incremento na produtividade está

sendo executado com a implantação dos sistemas técnicos, ou melhor, a tecnologia estaria executando as tarefas mais intensas deste processo de trabalho, sendo portando benéfico ao trabalhador.

A sustentação desta argumentação soa intrepidamente descabida, não se mantém a um mero exame de sua análise, portanto, podemos afirmar de modo cabal, com base em nossos resultados de pesquisa, nos trabalhos de campo, nas conversas com os diferentes sujeitos do trabalho, que não se trata de um deslocamento da centralidade do poder de produção do trabalho humano diante das técnicas, o que vem ocorrendo no plano da totalidade produtiva do agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba é resultado de um processo de reestruturação produtiva, técnica e do trabalho, no qual os diferentes trabalhadores estão sendo coagidos mediante a introdução de novas tecnologias de produção a aceitarem patamares de produtividade cada vez mais degradantes. Em outras palavras, o objetivo crucial da mecanização deste setor é a intensificação sistêmica do trabalho, a redução do tempo de trabalho necessário e o corresponde aumento do tempo de trabalho excedente, disponibilizando a sanha do capital quantidades sempre maiores de extração de trabalho não pago.

Constata-se que o impressionante crescimento da produtividade do trabalho sob o jugo da lógica do capital, não tem promovido melhorias concretas às condições de trabalho e vida dos trabalhadores, estes não vêm conseguindo à redução de suas jornadas de trabalho, ao contrário, são imputados a produzir cada vez mais em menos tempo. Como sabiamente afirmou Marx (1985, p. 607) “na sociedade capitalista, consegue-se tempo livre para uma classe, transformando a vida inteira das massas em tempo de trabalho”.

Ou seja, este aumento de produtividade somente interessa aos empresários do setor que se abastecem e se fartam em abundância de trabalho alheio não pago. Aos verdadeiros executores, os reais “mártires” do aumento de produtividade do trabalho sob a vigência do trabalho estranhado, lhes é oferecido ônus do esforço contínuo e repetido do trabalho estafante nos canaviais, lhes é imposto um ritmo de trabalho alucinante em ultrajante desacordo com as disposições físicas e psíquicas do ser humano. Pois, diante da sanha do capital, não existe limite, a produtividade do trabalho, essa pode se estender ilimitadamente, não importando quantos trabalhadores sejam mutilados, degradados, descartados ao longo deste processo, afinal à lógica do capital os sacrossantos fins do lucro justificam seus meios

utilizados no processo de trabalho. Em contrapartida, aos trabalhadores os meios, a forma como vem se realizando o processo de trabalho no agrohidronegócio canavieiro vem decretando o seu fim, vem decretando em vida sua degradação programada.

Diante deste cenário, que prima pela expansão territorial do agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba, que consubstancia seu modelo de produção destrutiva, sob o avanço e apropriação de novas terras e da água, devemos levar em consideração, o fato de que, a força humana que trabalha vive sob constante mobilidade territorial, impulsionada e condicionada pela dinâmica auto expansionista e desterritorializante do capital.

La versatilidad y movilidad geográfica de la fuerza de trabajo, así como la “indiferencia” de los trabajadores al contenido de su trabajo son esenciales para la “fluidez del capital”. [...]La libre movilidad geográfica de la fuerza de trabajo parece ser una condición necesaria para la acumulación del capital (HARVEY, 1990, p. 384).

Deste modo, a mobilidade territorial do trabalho representa a ação que o capital exerce sobre a força de trabalho, de acordo com seus anseios e necessidades produtivas e expansivas. Logo, a mobilidade territorial do trabalho representa o controle do capital sobre a força de trabalho. Portanto, é possível dizer, que ao invés de uma decisão livre, o direito de migrar se converte em obrigação compulsória pela sobrevivência: “ir e vir”, longe de ser um ato de liberdade, acaba sendo, a revelação do desespero, de quem se vê pressionado pela necessidade de sobreviver.

O processo de pesquisa nos proporcionou compreender e indagar um dos pilares clássicos do metabolismo social do capital, a natureza da liberdade espacial capitalista sob o escopo da desterração forçada no ato da mobilidade territorial do trabalho. Como escreveu a poetisa Cecília Meireles alguns decênios atrás: “a liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, não há ninguém que explique e ninguém que não entenda”. Podemos inverter o raciocínio e dizer que, a liberdade espacial às avessas os sonhos humanos rejeitam, é possível explicar e muitos não aceitam.

Dito isto, é preciso deixar claro que as escolhas, o ato de decisão pela mobilidade, não significa e não implica em liberdade espacial de fato. Ou seja, o livre-arbítrio não é suficiente para garantir a liberdade. É preciso mais, é necessário autonomia na elaboração e construção das escolhas, o que se torna impossível mediante a lógica do sistema do capital, já que de maneira totalizante subjuga as

vozes dissonantes e toma para si a definição dos princípios constituintes das escolhas em movimento.

Podemos assim, dizer, que a cultura de desigualdade sistêmica orquestrada pelo sistema do capital é a gênese de toda mobilidade territorial do trabalho, contudo não são todos os fluxos migratórios que são requeridos pelo sistema, haja vista, a situação dos refugiados Sírios e de nacionalidades do Norte da África, que estão sendo barrados nos países centrais do continente europeu. Ou seja, o sistema do capital produz mobilidade territorial em excesso e, chancela como legítimas de expressão da liberdade e exercer do direito de ir e vir, somente aquelas que irão ativar o ciclo reprodutivo do capital, mediante extração de trabalho não pago. Ademais, toda apologia do sistema, ao direito à liberdade espacial, desmorona-se e se mostra insustentável teoricamente, pois a liberdade espacial, sob o jugo da lógica do capital é, apenas uma noção fantasiosa, um mero termo do discurso burguês.

A grande sacada nociva que a lógica do capital opera na subjetividade do trabalhador migrante, é tornar o capital e suas personificações invisíveis e, portanto, não responsáveis das desgraças causadas. Ao contrário, ironicamente esse mecanismo imaterial de manipulação, imputa às vítimas, aos trabalhadores à culpa pelas escolhas constrangidas. As frustrações são introjetadas e culpabilizadas pelo eu pessoal, é comum nas falas dos trabalhadores, se referirem aos seus dissabores como culpa de não terem estudado, se qualificado, por isso então devem aguentar o sofrimento e a dureza do trabalho. Como se na verdade, sob o sistema do capital, o poder de escolha livremente construída estivesse ao alcance do trabalhador, quando de fato, se tratam de relações sociais de produção nefastas que a lógica do capital impõe a força humana que trabalha.

Isto posto, gostaríamos de demarcar o sentido em que entendemos a liberdade espacial, como uma relação de poder que propicia a construção sócio-espacio-temporal do conteúdo e significado das escolhas de mobilidade territorial. Desta maneira, a liberdade espacial, não é apenas um poder de decisão diante de prerrogativas construídas e oferecidas aos sujeitos pela relação metabólica do capital, como advoga a concepção burguesa, na qual cria um instrumento coercitivo e alienante que transfere para os trabalhadores a culpa e responsabilidade pelos dissabores da realização dos deslocamentos espaciais. A grande maioria da população, especialmente os setores condenados à exclusão social, deixam suas

terras e sua família não por um ato livre, mas por motivos de vida ou morte. Está em jogo a própria sobrevivência.

Daí nossa insistência em que ao direito de ir e vir corresponde o direito de “ficar” e poder vivenciar seus territórios e escolhas de maneira digna. Não concebemos ser possível pensar em liberdade espacial, por dentro do sistema do capital, somente, por meio da luta de classes, a partir da centralidade política do trabalho, será possível, transformar a sociedade e espaço, para além do capital, postulando uma nova base sociometabólica para ação de tomada de decisão e vivência espacial livre e emancipada.

Finalmente me atrevo a concluir dizendo, forçando a tinta de ataque contumaz ao modelo de desenvolvimento amparado no agrohidronegócio canavieiro que:

I- Devemos colocar em xeque, os postulados do “agro” para o campo. Como demonstrado ao longo do estudo seus reais desdobramentos apontam para o ataque a natureza concebendo-a somente como mera quantidade apropriável de recursos a serem extraídos até sua exaustão, terra e água nesse jogo de forças são fatores de produção indissociáveis a gestão e controle do agrohidronegócio canavieiro. Em prol da acumulação os bens naturais coletivos da humanidade são vendidos, transferidos e exauridos pelos detentores do capital.

II- Aos trabalhadores, o “agro” reserva distintas estratégias para ativar seu mecanismo de extração de trabalho não pago, num primeiro momento no EDR de Araçatuba optou-se pela mobilidade territorial do trabalho, com a vinda de um “tipo específico” de trabalhador resistente e fruto do desterroamento em seus territórios no Maranhão e Alagoas, do qual se objetivou o não questionamento da exploração exercida.

III- Ao aprofundar seu ciclo reprodutivo e visando ampliar sua margem de acumulação, sob a lógica do capital entra em ação a reestruturação produtiva, fundamentada na transição tecnológica substancialmente manifesta na mecanização do corte e plantio da cana-de-açúcar. Seus intentos, não estavam voltados para a melhoria das condições de trabalho, pela facilitação do processo de trabalho aos sujeitos que diariamente deixam um pouco de suas vidas sugadas pelo “moedor do capital”. Seu alvo era outro, ao invés das técnicas estarem a serviço da redução do dispêndio energia ao trabalhador, sob o comando do capital, se tornam instrumentos de intensificação do trabalho, levando, portanto, ao aumento do exército industrial de

reserva, ao drama do desemprego e ao descarte da força de trabalho através da degradação programada do trabalhador.

IV- Ao examinarmos as três conclusões anteriores, advindas do esforço de pesquisa, chegamos ao seguinte impasse: esse modelo de desenvolvimento lastreado no agrohidronegócio canavieiro tem “cheiro de morte”, morte da natureza, da sociedade e do trabalho, sem tergiversarmos este não é o modelo socioterritorial que queremos, pois não acrescenta sentido a existência dos trabalhadores. Vale a lembrança, de que hoje a inflexível alternativa é o “*Socialismo ou a Barbárie*”, como sinalizado por Mészáros (2003). Em palavras mais palatáveis: a barbárie já estamos vivenciando, tem nome e sobrenome, ou seja, seu nome é capitalismo, sua assinatura é capital. Assim sendo, só há um caminho para esse dilema histórico: o do Socialismo! Todo controle e poder aos trabalhadores livremente associados produzindo sua existência!

### **Referências**

- ALVES, F. J. A nova dinâmica do complexo agroindustrial canavieiro: precarização dos direitos, concentração e exclusão social. In: NOVAES, J. & ALVES, F. **No eito da cana**: Exploração do trabalho e luta por direitos na região de Ribeirão Preto, São Carlos: Rima Editora, 2003. p. 78-81.
- \_\_\_\_\_. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**. v. 15, p. 90-98, 2006.
- \_\_\_\_\_. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: Será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: NOVAES, R. & ALVES, F. (Orgs.). **Migrantes: Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**, São Carlos: EDUFSCar, 2007. p. 21-54.
- ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANDRADE, B. Coord. **Migrações Sazonais no Nordeste** (relatório de pesquisas). Recife, SUDENE, Universidade Federal de Pernambuco. 1981.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez/Unicamp, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**. 10. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- AZEVEDO, J. R. **As ações do Agrohidronegócio, o Papel do Estado e as formas de controle do trabalho no Mato grosso do Sul**. (Tese de Doutorado em Geografia) 320 f. Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2013.
- BACKES, T. R. Da homogeneização da paisagem à reprodução ampliada do capital: análise da expansão da cana-de-açúcar no estado do Mato Grosso do Sul. In: **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v 9, nº 26, 2008.
- BARRETO, M. J. **Territorialização das Agroindústrias Canavieiras na Região do Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho**. 2012, 244 f, Dissertação (Mestrado em Geografia) FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2012.
- BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CÔRREA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BELLENTANI. N. F. **A territorialização dos monopólios no setor sucroenergético**. Tese (Doutorado) 175f. – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. Tradução: Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BLENINGER, T; KOTSUKA, L. K. Conceitos de água virtual e pegada hídrica: estudo de caso da soja e óleo de soja no Brasil. In: **Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos** (Lisboa), v. 36, p. 15-24, 2015.

BRASIL. Ministério da Indústria e do Comércio. **Programa Nacional do Alcool**, Brasília, 1986.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35ª ed. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2012.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 5.452 de 1 de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De15452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm)> Acesso em: 10. jun. 2016.

BRAY, S. C. **A cultura da cana-de-açúcar no Vale do Paranapanema**. 1979. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

CAMPOS, F. H. de. Trabalho e Natureza: um discurso a favor da alienação. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v.2 n.1 p. 113-120, out. 2001.

CARDOSO, A. C. M. Organização e Intensificação do Tempo de Trabalho. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, nº 2, p. 351-374, ago. 2013.

CARMO, R. L. et al. Água virtual, escassez e gestão: o Brasil como grande “exportador” de água. **Revista Ambiente & Sociedade**, v.X, n.1, 2007. p. 83-96.

CAUDWELL, C. **O conceito de liberdade**. Tradução: Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

CARVALHAL, O engendramento da crise do capital nas redefinições do mundo do trabalho e na reconfiguração territorial. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v.2 n.1 p. 19-31, out. 2001.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CUBAS, T. E. A. **São Paulo Agrário: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009**. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2012.

CUNHA, T. B; CARVALHAL, M. D. Terra – água – trabalho: o agrohidronegócio e a transposição do Rio São Francisco **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v.15 n.1 p. 70-94, jul. 2014.

DANIEL, et al. **Caracterização da expansão da cultura da cana-de-açúcar e dos tipos de contratos realizados nas regionais de Jales e General Salgado do Estado de São Paulo**. In: 47º Congresso de desenvolvimento rural e sistemas agroalimentares: os agronegócios no contexto de integração das nações. Porto Alegre, 2009.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela Terra, pela Reforma Agrária e Gestão e Conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. Entrando nos territórios do Território. In: **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.



GAUDEMAR, J. P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Tradução: Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/atlas>.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. traducción de Manuel Jimenez Redondo- Madrid: Catedra, 1989.

HARVEY, D. **Los Límites del capitalismo y La teoria marxista**. Oxford; San Lorenzo/México, 1990.

HECK, F. M; THOMAZ JUNIOR, A. Territórios da degradação do trabalho: os impactos na saúde e na vida dos trabalhadores de frigoríficos de aves e suínos no Brasil. In: VIII Seminário de Saúde do Trabalhador (em continuidade ao VII Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca) e VI Seminário “O Trabalho em Debate”. UNESP/ USP/STICF/CNTI/UFSC. 2012, Unesp- Franca, **Anais**. Franca, 2012, p. 1-19.

HECK, F. M **O espaço e o contraespaço no circuito produtivo da frigerificação de carnes no Oeste Paranaense**. 2017, 348 f, Tese (Doutorado em Geografia) FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2017.

HOEKSTRA, A. Y., CHAPAGAIN, A. K. Water Footprints of nations: water use by people as a function of their consumption pattern. **Water Resources Management** 21 (1), 2007. p. 35–48. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11269-006-9039-x> acesso em: 01.set.2017.

HOEKSTRA, A. Y; HUNG, P. Q. (2002) - Virtual water trade: a quantification of virtual water flows between nations in relation to international crop trade. Value of Water Research Report Series, n. 11, UNESCO-IHE, Delft, Holanda. Disponível em: < <http://waterfootprint.org/media/downloads/Report11.pdf>> acesso em: 10.set.2017.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e Indivíduo social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo, Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. O trabalho no canavial: sofrimento e rebeldia na luta pela defesa da vida In: NOVAES, J. & ALVES, F. **No eito da cana**: Exploração do trabalho e luta por direitos na região de Ribeirão Preto, São Carlos: Rima Editora, 2003. p. 69-71.

IANNI, O. **A luta pela terra**. 3ªEd. Petrópolis: Vozes, 1981.

KURZ, R. **O Colapso da Modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LAAT, E. F de. **Trabalho e Risco no Corte Manual de Cana-de-Açúcar**: a maratona perigosa nos canaviais. 2010. 207f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Metodista de Piracicaba, Santa Bárbara d’Oeste, 2010.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Trabalhador Coletivo no Livro I de O Capital. **Revista Crítica Marxista**. nº 32, p. 85-106, 2011.

LOURENÇO, E. A. de S. **Na trilha da saúde do trabalhador**: experiência de Franca/SP. 2009. 427 f, Tese (Doutorado em Serviço Social)- UNESP. Franca, 2009.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Vozes, 2 ed. Petrópolis, 1983.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I Vol. I Tradução: Reginaldo Sant'anna. 10 ed. São Paulo: Difel, 1985.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I Vol. II Tradução: Reginaldo Sant'anna. 10 ed. São Paulo: Difel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução, Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 4ª reimpressão, 2010.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política (Livro I - processo de produção do capital). São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

MENDONÇA, M. R. As transformações espaciais no campo e os conflitos pelo acesso a terra e a água: as novas territorialidades do agrohídronegócio em Goiás. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v.16, nº especial, p.3-15, mai. 2015.

MENEZES, M. A. de. Família, juventude e migrações. **Revista Antropológicas**, Recife, vol.23, n.1, p.113-136, 2012.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **O século XXI socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Tradução: Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007

\_\_\_\_\_. **Crise estrutural necessita de mudança estrutural**. Conferência do II Encontro de São Lázaro. UFBA, 2011. Disponível em:<[www2.fct.unesp.br/Thomaz/P%3s-GT-15/Bloco%20I/](http://www2.fct.unesp.br/Thomaz/P%3s-GT-15/Bloco%20I/)> acesso em: 15.out.2015.

\_\_\_\_\_. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. Tradução: Maria Izabel Lagoa. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MONTENEGRO GOMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção**: Narrativas Escalares Sobre Desenvolvimento Territorial Rural. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVEIRA, A. M. S. de. As metamorfoses do mundo do trabalho na agroindústria canieira paulista. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v.2, n. 1, p. 83-90, out. 2001.

\_\_\_\_\_. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v.3, nº especial, p. 123-130, ago. 2002.

\_\_\_\_\_. A Territorialização do Capital Agroindustrial Canavieiro e a *Nova Geografia do Trabalho Migrante no Brasil*. In: THOMAZ JUNIOR, A; GONÇALVES, M. A; OLIVEIRA, A. M. S. de. (Orgs.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**, Volume III. Presidente Prudente, 2007. p. 54-83.

\_\_\_\_\_. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. Tese de Doutorado- UNESP, Presidente Prudente, 2009.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, Bogotá, 2012. v.1, p. 1-15.

\_\_\_\_\_. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: lãnde Editorial, 2016, 545p.

PERPETUA, G. M. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha**: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo. 2016. 370f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

PRADO JUNIOR, C. **O que é Liberdade**: capitalismo x socialismo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 12ª Ed., 1986.

RAMOS, P. **Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil**. 1. ed. São Paulo/SP: Hucitec, 1999.

RANIERI, J. **A câmara escura**. São Paulo: Boitempo, 2001.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração In: MOURA, H. A. (Coord). **Migrações Internas**: textos escolhidos. Fortaleza: Etene, 1980, p. 19-88.

REGO, M. T. R. **Proálcool na região de Araçatuba**: o doce fel do binômio cana-boi. 1990. 200 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

REIS, L. F. **Mecanização e intensificação do trabalho no corte de cana do CAI canavieiro do estado de São Paulo**. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) UFSCar, São Carlos, 2012.

SANTOS, J. B. F. dos; OSTERNE, M. do S. F.; ALMEIDA; R. de O. A entrevista como técnica de pesquisa do mundo do trabalho. In: ALVES, G. A. P.; SANTOS, J. B. F. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho**. 1 Ed. Bauru: Editora Praxis, 2014. v. 1. 203p.

SCHOLTEN, W. **The water footprint of sugar and sugar-based ethanol**. University of Twente, Netherlands, 2009. Disponível em:< <https://www.utwente.nl/en/et/wem/education/msc-thesis/2009/scholten.pdf>> acesso em: 21.set.2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M. A. de M. A Morte Ronda os Canaviais Paulistas. **ABRA**, v. 33, n. 2, 2006, p. 111-143.

\_\_\_\_\_. Trabalho e Trabalhadores na região do “Mar de cana e do Rio de álcool” In: NOVAES, R. & ALVES, F. (Orgs.). **Migrantes: Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**, São Carlos: EDUFSCar, 2007. p. 55-86.

\_\_\_\_\_. Agronegócio: a reinvenção da colônia In: SILVA, M. A de M; ALVES, F; PEREIRA, J. C. A. **Agrocombustíveis Solução?** A vida por um fio no eito dos canaviais, São Paulo: Centro de Capacitação da Juventude, 2008a, p. 4-18.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores Rurais: a negação dos direitos. **Raízes**. Vol.27 n.1, 2008b.

\_\_\_\_\_. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. **Revista Perspectivas**, São Paulo, vol.39, p.11-46, 2011a.

\_\_\_\_\_. Vidas transitórias. Entre os cocais maranhenses e os canaviais paulistas. **Revista da ANPEGE**, v. 7, p. 147-160, 2011b.

SILVA, M. A. de M; MARTINS, R. C. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, no 24, mai/ago. 2010, p. 196-240.

SILVA, M. A. M.; MENEZES, M. A. **Migrantes Temporários: Fim dos Narradores?** NEHU/USP, nº 1, 2000.

SINGER, P. Migrações Internas: Considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **Economia Política da Urbanização**. 6. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 29-60.

SIQUEIRA, C. **Safra de Cana Atrai Trabalho Escravo em São Paulo**. Disponível em: < <http://reporterbrasil.org.br/2007/05/safra-de-cana-atrai-trabalho-escravo-em-sao-paulo/>> Acesso em: 07.nov.2017.

SJAASTAD, L. A. The costs and returns of human migration. In: **Journal of Political Economy** vol. 70, nº5, 1962. p. 80-93. Disponível em: [www.jstor.org/stable/1829105](http://www.jstor.org/stable/1829105) Acesso em: 06.jun.2015.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual. Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, S. M. R. de. **A expansão da atividade canavieira no estado de São Paulo**: a locomotiva do país e o retrato do atraso nas relações de trabalho. In: IX Jornada do Trabalho Dinâmica Territorial do Trabalho no Século XXI: em busca dos sujeitos que podem emancipar a sociedade para além do capital, Catalão-GO, Anais Eletrônicos, 2008.

SOUZA, S. M. R. de. **A Emergência do Discurso do Agronegócio e a Expansão da Atividade Canavieira**: Estratégias Discursivas para Ação do Capital no Campo. (Tese de Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências Tecnologia/Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

THOMAZ JUNIOR, A. **A territorialização do monopólio**: as agroindústrias canaveiras em Jaboticabal. São Paulo, (Dissertação Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo-USP, 1988.

\_\_\_\_\_. **Nova territorialidade de luta do movimento sindical dos trabalhadores do CAI sucro-alcooleiro em São Paulo (reflexões iniciais)**. Presidente Prudente, 1992.

\_\_\_\_\_. **Por trás dos canaviais os “nós” da cana**: (a relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canaveira paulista). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

\_\_\_\_\_. Não há nada de novo sob o sol num mundo de heróis! (A civilização da barbárie na agroindústria canaveira). Presidente Prudente, **Pegada**, V. 8, N.2, 2007. p. 5-25.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)** (Tese de Livre Docência- UNESP) Presidente Prudente, 2009.

\_\_\_\_\_. Os desafios rumo a um projeto para o Brasil! (Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais Contemporâneas). **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v.7, p. 307-329, 2012. Disponível em: <[www2.fct.unesp.br/Thomaz/P%20GT-15/Bloco%20I/](http://www2.fct.unesp.br/Thomaz/P%20GT-15/Bloco%20I/)> acesso em: 22.out.2015.

\_\_\_\_\_. Emergências Teóricas e o Movimento Despercebido/Negado da Plasticidade do Trabalho no Processo Metabólico de (Des)Pertencimento de Classe. In: **O Averso do Trabalho III**. NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. S. (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2013. (ISBN: 978-85-64421-41-7). pp.367-393.

\_\_\_\_\_. Trabalho e Saúde no Ambiente Destrutivo do Agrohidronegócio Canaveiro no Pontal do Paranapanema (SP) - BRASIL. Presidente Prudente, **Revista Pegada**, V.14, N°2, 2014, pp. 01-15.

\_\_\_\_\_. Movimiento territorial del trabajo en el campo y de la clase trabajadora. In: HIDALGO, F.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, C. P. (Orgs.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica** - Propuestas y desafíos. Quito: Clacso/IAEN, 2014. pp. 181-198.

\_\_\_\_\_. **Desterreação**: a desterritorialização do Trabalho no limite (Ensaio crítico; primeiras impressões). Presidente Prudente, 2015. (Mimeogr.).

\_\_\_\_\_. THOMAZ JUNIOR, A.; LEÃO, L. H. C.; PIGNATI, W. A. Trabalho Rural, Degradação Ambiental e Contaminação por Agrotóxicos. In: **Averso do Trabalho IV**, São Paulo: Expressão Popular, 2016.

\_\_\_\_\_. Degradação Sistêmica do Trabalho no Agrohidronegócio. **Mercator**, Fortaleza, v.16, 2017, p.1-20. Disponível: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/2082>>. Acesso em: 26 nov. 2017. doi: <https://doi.org/10.4215/rm2017.e16020>

\_\_\_\_\_. **O trabalho impõe desafios renovados e me ocupa à autocrítica de uma obra inacabada.** Tese (Concurso para Professor Titular). FCT/UNESP/Presidente Prudente, 2017.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** (Orgs.) Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

TORRES, A. T. G. Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

VAINER, C. B. Trabalho, Espaço e Estado: questionando a questão migratória. Rio de Janeiro: **IPPUR/UFRJ**, mimeo, 1984.

VASAPOLLO, L. **Por uma política de classe:** uma interpretação marxista do mundo globalizado. Tradução: Julia Coli. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VERÇOZA, L. V; SILVA. M. A. de M. Cana, labor e adoecimento: a afirmação do nexos causal como uma forma de resistência. In: VII Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2016, Natal/RN. **Anais do VII Encontro da Rede de Estudos Rurais**, 2016.

VIAN, C. E. de F. **Agroindústria Canavieira: estratégias competitivas e modernização.** Campinas: Ed. Átomo, 2003.

WELCH, C. A; FERNANDES, B. M. **Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil.** Presidente Prudente; Digit: 2008.

## ANEXOS

### Anexo 1- Roteiro de Entrevista-Trabalhador Migrante

#### INFORMAÇÕES GERAIS

Iniciais do Nome.....Idade.....Escolaridade.....  
 Estado Civil.....tem filhos.....quantos.....  
 Município/cidade onde reside.....  
 Cidade/estado de origem.....  
 Ocupação.....Instituição Empregadora:.....  
 Há quanto tempo trabalha nesta empresa:.....  
 Possui registro em Carteira de Trabalho Sim ( ) Não ( ).

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA-TRABALHADOR MIGRANTE

- 1- Conte-me como foi sua trajetória de vida e trabalho, até chegar aqui? (procurar evidenciar as principais atividades laborais, de onde ele vem, lugares de residência, temporalidade em cada lugar e atividade, ciclo familiar)?
- 2- Por que você resolveu vir trabalhar aqui? Quais os principais motivos que levaram à migração?
- 3- Caso tenha migrado para outras regiões, conte-nos um pouco sobre a experiência, diferenças e semelhanças entre o aqui e estas outras localidades?
- 4- Qual período costuma se deslocar para as regiões de destino (mês)? E quando acontece o regresso?
- 5- Como ficou sabendo da oportunidade de emprego nos canaviais paulistas? Você poderia falar sobre a sua contratação? Como chegou até a usina ou terceira? Alguém te procurou ou te indicou para trabalhar nesta usina? Você recebeu algum apoio para vir para cá? Que tipo?
- 6- Como é realizado o trajeto da viagem até o estado de São Paulo? (ônibus de linha, ônibus fretado pela empresa contratante, ônibus de terceiros ou outros meios). Quantos dias? Condições de segurança?

- 7- Com relação aos custos da viagem e acomodações no local de destino (trabalho), a empresa contratante auxilia nas despesas (passagens ida e volta, aluguel, água, energia e alimentação) ou vocês dividem?

### **Investigação- Local de Origem**

- 8- Qual a origem e ofício dos pais?
- 9- Você poderia falar sobre sua região de origem (a cidade, a família, os amigos, as oportunidades de trabalho)?
- 10-Como é ou foi à partida, fale um pouco sobre o sentimento de deixar sua terra natal?
- 11-Normalmente você viaja sozinho ou traz a família? Caso a família fique na terra natal, o que ela faz para se manter?
- 12-É beneficiário do Bolsa Família, ou tem algum membro da família que recebe?
- 13-Há outros membros de sua família que também realizam estes deslocamentos temporários? Para onde, e para quais atividades?

### **Investigação- Local de Destino**

- 14- Como a população do município/região onde trabalha enxerga os trabalhadores migrantes? Porque, você acha que a população local tem essa visão?
- 15- Como vocês enxergam os moradores locais? Como são as relações entre os trabalhadores migrantes e trabalhadores locais?
- 16- Fale um pouco do contato com outros trabalhadores migrantes e como se dão estas relações?
- 17-O que você faz depois do período de trabalho? E o final de semana?
- 18-O sindicato local ajudou vocês em alguma coisa? Vocês percebem a ação do sindicato? Qual a relação de vocês com o sindicato?



### **Subjetividade do Trabalhador**

- 19-Em sua opinião, o que é ser livre, ter liberdade para você?
- 20-Você se sente um trabalhador livre nas atuais condições de trabalho? Por quê?
- 21- Haveria alternativas que não a migração, a saída de sua terra natal para vir trabalhar aqui? Quais?
- 22-Se você pudesse ficar na sua região de origem em condições dignas, você ficaria lá ou viria novamente? Por quê?
- 23-Como você se identifica, se reconhece, do ponto de vista do trabalho?
- 24- Você considera que o seu trabalho é valorizado pela empresa? Por quê?
- 25-O que acha das greves e paralisações, você já participou de alguma?

### **Processo de Trabalho**

- 26-Há quanto tempo está no corte da cana? Quantas safras? Para qual empresa trabalha?
- 27-Como é a rotina de um cortador de cana? Como se dá o transporte até os canaviais? Qual a sistemática? Que horas retornam para casa? Vocês recebem por esse tempo na estrada?
- 28-Como são realizados os pagamentos nas empresas canavieiras? (salário fixo (mínimo ou rural), trabalho por produção ou metas diárias)?
- 29-Quanto ganha, em média, por dia? Sabe como é calculado o preço da cana?
- 30-Como vocês descreveriam o trabalho no corte de cana? Qual a principal dificuldade no eito?
- 31-Em média quantas pessoas moram por casa, alojamento? Qual o estado de conservação e higiene do imóvel?
- 32-Existe uma certa média de cana por dia que vocês tem que cortar? Qual este valor? E o que acontece com aqueles que não atingem essa média?
- 33-Você acha que o tipo de pagamento por produção é justo? Não existem fraudes?
- 34-A empresa oferece algum prêmio para os trabalhadores, por exemplo: bônus salariais, participação nos lucros e resultados, televisão, moto, celular, aparelho de som, fogão etc. Se o trabalhador faltar ao trabalho, qual o procedimento que a empresa utiliza? É importante não faltar, por quê?

- 35-Em média, qual o salário por mês de um cortador de cana? Quantas toneladas estes cortam durante um dia?
- 36- O corte da cana de açúcar aqui vem sendo feito por máquinas? (Conforme a resposta perguntar: como você vê isso?). Você acha que tem diminuído o corte manual? Qual a sua opinião sobre o corte mecânico?
- 37- Em sua opinião houve uma redução do número de trabalhadores migrantes que vinham para o corte de cana? (Em caso afirmativo, em que se deve essa mudança? Para quais lugares e atividades esses trabalhadores foram deslocados?).
- 38-Vocês já fizeram ou tem intenção de fazer “cursos de qualificação” na empresa? Vocês que escolhem ou a empresa que determina os cursos oferecidos? Qual a importância de fazer algum destes cursos?
- 39- Qual a sua expectativa para o futuro? Continuar na empresa, mudar de ramo, atividade de trabalho? O que você acha que precisa para alcançar esse sonho?

### **Trabalhadores Locais ou Migrantes - Saúde do Trabalhador**

- 40- A empresa que você trabalha ou trabalhou garantia os seus direitos tais como: Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), FGTS, férias, 13º salário, adicional de insalubridade?
- 41- Você já se feriu ou passou mal durante ou logo após o trabalho? Tem algum sintoma, dor, que você pensa ser em virtude do trabalho? Comente:
- 42-Neste trabalho acontecia (acontece) muito acidente? Quais os mais comuns?
- 43-Em sua opinião o que mais leva a ocorrência destes acidentes? Eles poderiam ser evitados? Como?
- 44-Quando ocorre algum acidente de trabalho, o que é feito? Qual serviço de saúde é procurado? (Se for com ele, perguntar se houve afastamento do trabalho).
- 45-Você acredita que o trabalho na cana-de-açúcar ao longo dos anos pode trazer algum problema a sua saúde? Por quê?
- 46- Você sabe dizer se alguém já passou mal durante ou após o trabalho? Em caso, afirmativo, o que foi feito?

- 47- Você sabe dizer se a empresa usa algum veneno nos canaviais? (No caso afirmativo, fazer outra pergunta: Você acredita que os venenos que a empresa usa podem afetar a saúde das pessoas? Por quê?).
- 48- A empresa oferece plano de saúde aos trabalhadores? Se sim, qual?
- 49- Diante de um problema de saúde com afastamento do trabalho a empresa desconta as faltas no salário?
- 50- Quando você ou alguém de sua família tem algum problema de saúde, qual a PSF/Instituição de Saúde que vocês procuram? Como é o atendimento nesses estabelecimentos?
- 51- Você acha que o corte manual/mecânico oferece riscos à saúde, quais? Por quê?
- 52- E sobre o plantio de cana, como este vem sendo feito? Você acredita que o plantio de cana-de-açúcar oferece riscos à saúde? Quais e por quê?

### **Moradores Locais**

- 53- Quais os prós e contras da expansão canavieira para os moradores locais?
- 54- Em sua opinião, como você vê a vinda de trabalhadores de fora para o corte de cana aqui?
- 55- Como se dá relação entre os de fora e os daqui? Comente:

### **Representantes do Poder Público Local e Sindicatos**

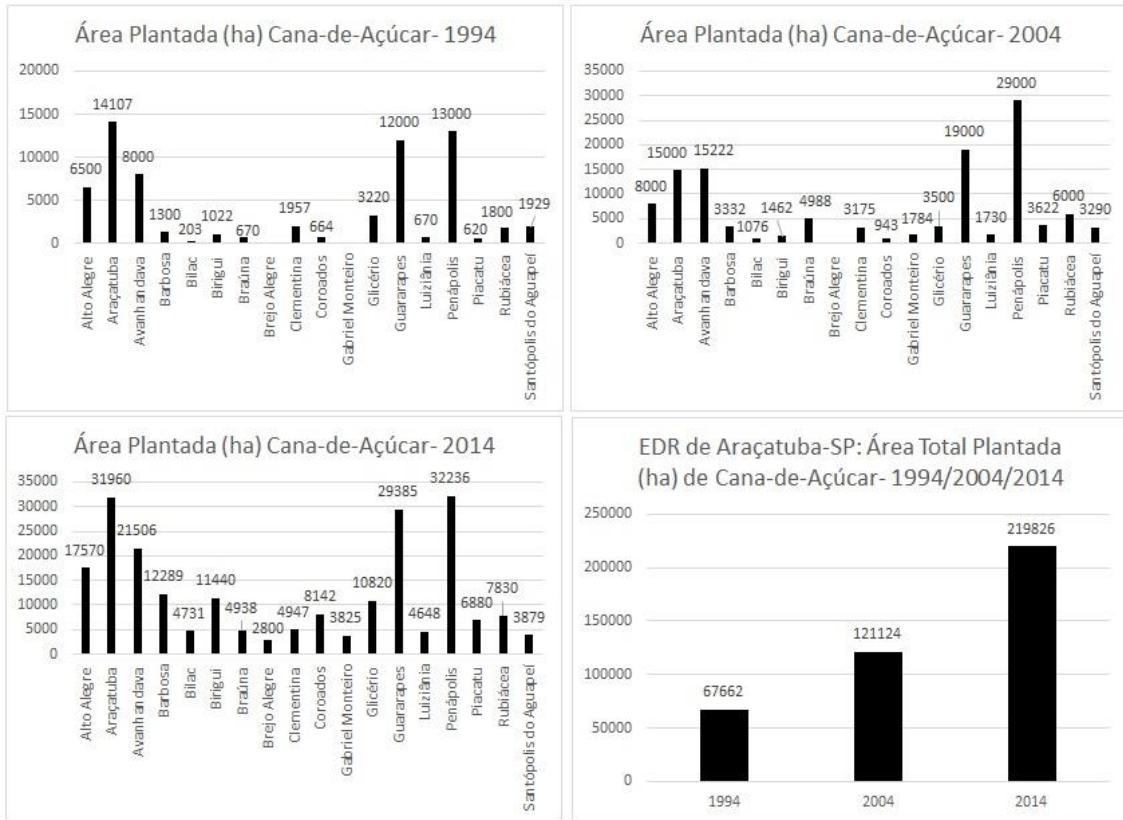
- 56- Qual a principal cultura agrícola desenvolvida no município?
- 57- O que o senhor poderia falar sobre a expansão canavieira no município?
- 58- Como o senhor avalia a expansão e instalação de agroindústrias canavieiras no município?
- 59- Em relação à migração, a vinda de trabalhadores de outros estados para o corte de cana como o senhor avalia este processo?
- 60- Em relação à questão ambiental, segurança e soberania alimentar, como o senhor avalia essa expansão dos canaviais no território municipal?
- 61- O que a Gestão Municipal atual e seus órgãos sociais tem feito para acolher essa população migrante? Cite programas e ações desenvolvidas?
- 62- Como se dá a relação do Sindicato Local com os trabalhadores locais e trabalhadores migrantes no setor canavieiro? Cite semelhanças e diferenças:
- 63- Que ações o Sindicato Local, tem desenvolvido especificamente para defender os direitos dos trabalhadores migrantes no setor canavieiro? Comente e dê exemplos:

**Anexo 2- Trabalhadores Migrantes Entrevistados no EDR de Araçatuba- SP**

<b>Nome (Pseudônimo)</b>	<b>Idade</b>	<b>Origem</b>	<b>Destino</b>	<b>Descrição</b>	<b>Data da Entrevista</b>
Francisco	28	Codó- MA	Clementina- SP	Camponeses na terra dos pais	28/04/2016
Márcio	25	Codó- MA	Clementina- SP	Camponeses na terra dos pais	28/04/2016
André	22	Jundiá- AL	Braúna- SP	Filho de migrante	07/05/2016
José	32	Codó- MA	Braúna- SP	Camponeses na terra dos pais	07/05/2016
Raimundo	28	Codó- MA	Braúna- SP	Camponeses expropriado	07/05/2016
Denílson	25	Coroatá- MA	Braúna- SP	Camponeses na terra dos pais	07/05/2016
Pedro	30	Jundiá- AL	Braúna- SP	Plasticidade do Trabalho	07/05/2016
Paulo	32	Maceió- AL	Piacatu- SP	Plasticidade do Trabalho	16/04/2016
Alex	23	Pirapemas- MA	Luiziânia- SP	Camponeses na terra dos pais	17/04/2016
Vitor	21	Coroatá- MA	Alto Alegre- SP	Camponeses na terra dos pais	14/05/2016
Luiz	29	Coroatá- MA	Alto Alegre- SP	Camponeses na terra dos pais	14/05/2016
Ezequiel	28	Codó- MA	Araçatuba- SP	Plasticidade do Trabalho	05/11/2016
Mateus	28	Chapadinha- MA	Guararapes- SP	Camponeses na terra dos pais	06/11/2016
Silas	25	Codó- MA	Penápolis- SP	Plasticidade do Trabalho	23/11/2016
Geraldo	23	Codó- MA	Avanhandava-SP	Filho de migrante	24/11/2016
Leandro	29	Codó- MA	Guararapes- SP	Plasticidade do Trabalho	06/11/2016
Roberto	22	Coroatá- MA	Avanhandava-SP	Plasticidade do Trabalho	24/11/2016

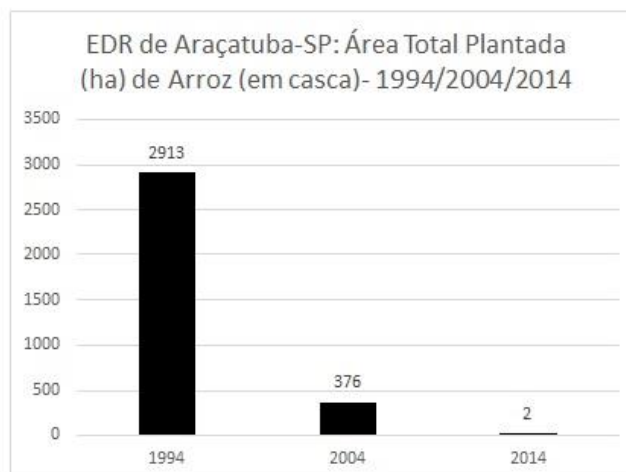
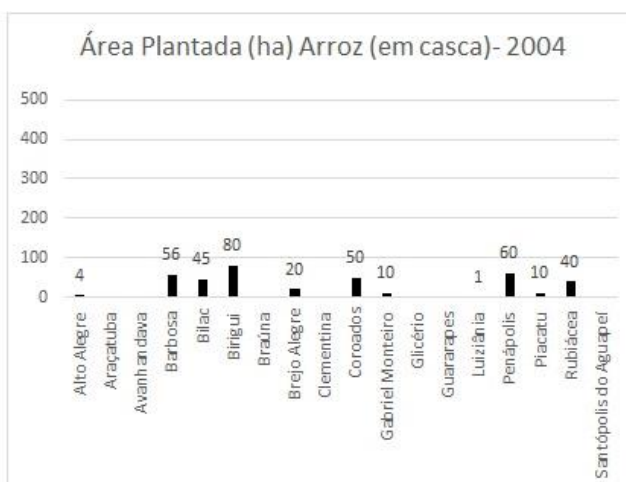
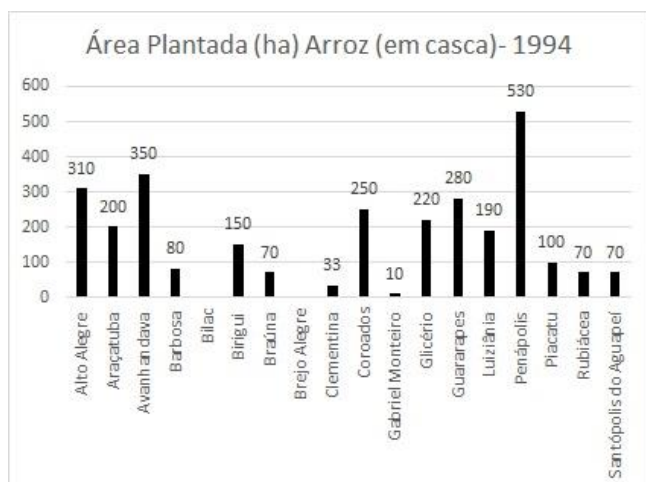
Fonte: Trabalhos de Campo, 2017. Elaboração: Cardoso, 2017.

**Anexo 3- Síntese da Expansão Territorial da Área Plantada (ha) de Cana-de-Açúcar- EDR de Araçatuba-SP**



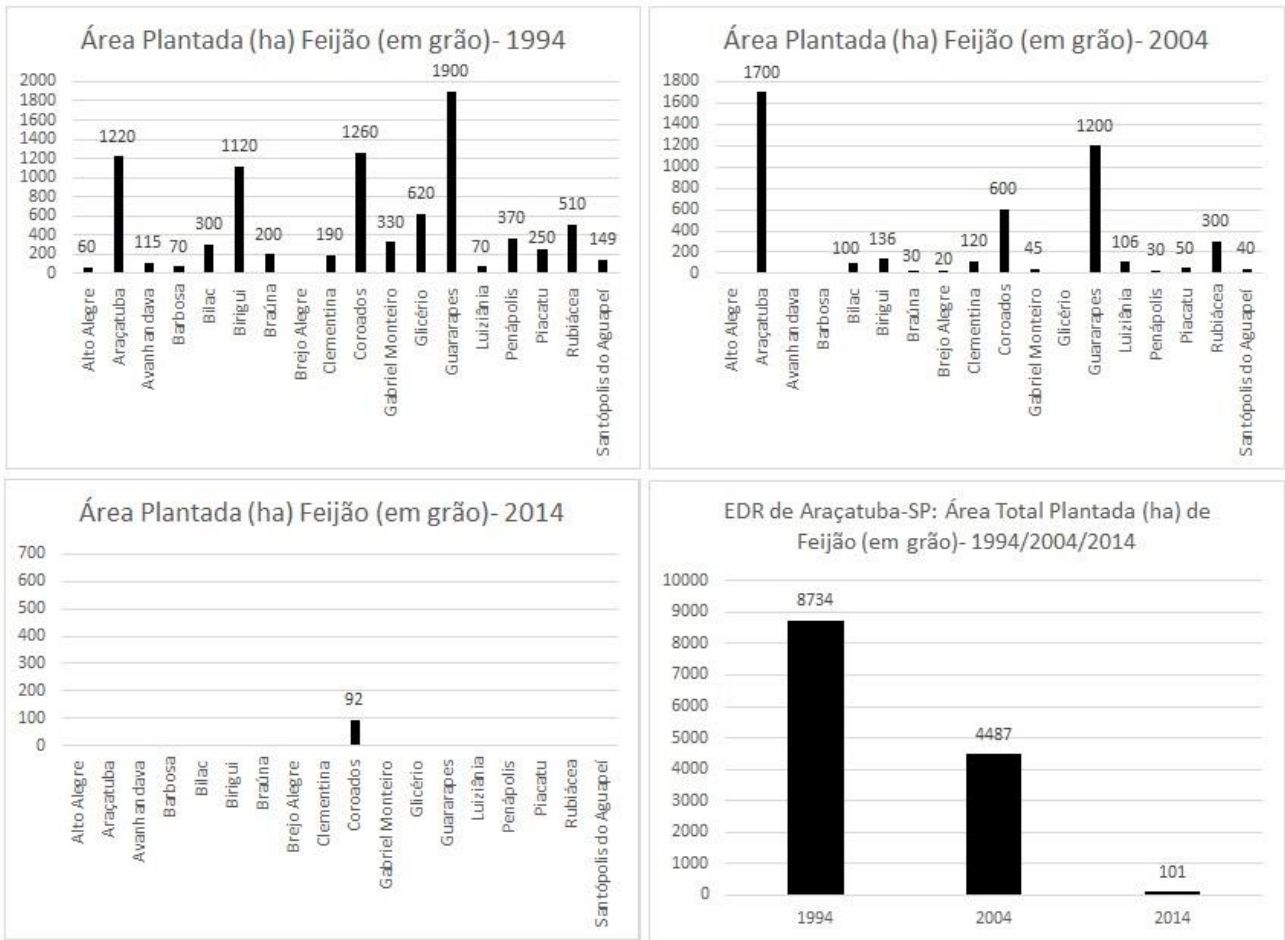
Fonte: SIDRA/IBGE- Produção Agrícola Municipal. Elaboração: Cardoso, 2017.

#### Anexo 4- Síntese da Retração Territorial da Área Plantada (ha) de Arroz (em casca) - EDR de Araçatuba-SP



Fonte: SIDRA/IBGE- Produção Agrícola Municipal. Elaboração: Cardoso, 2017.

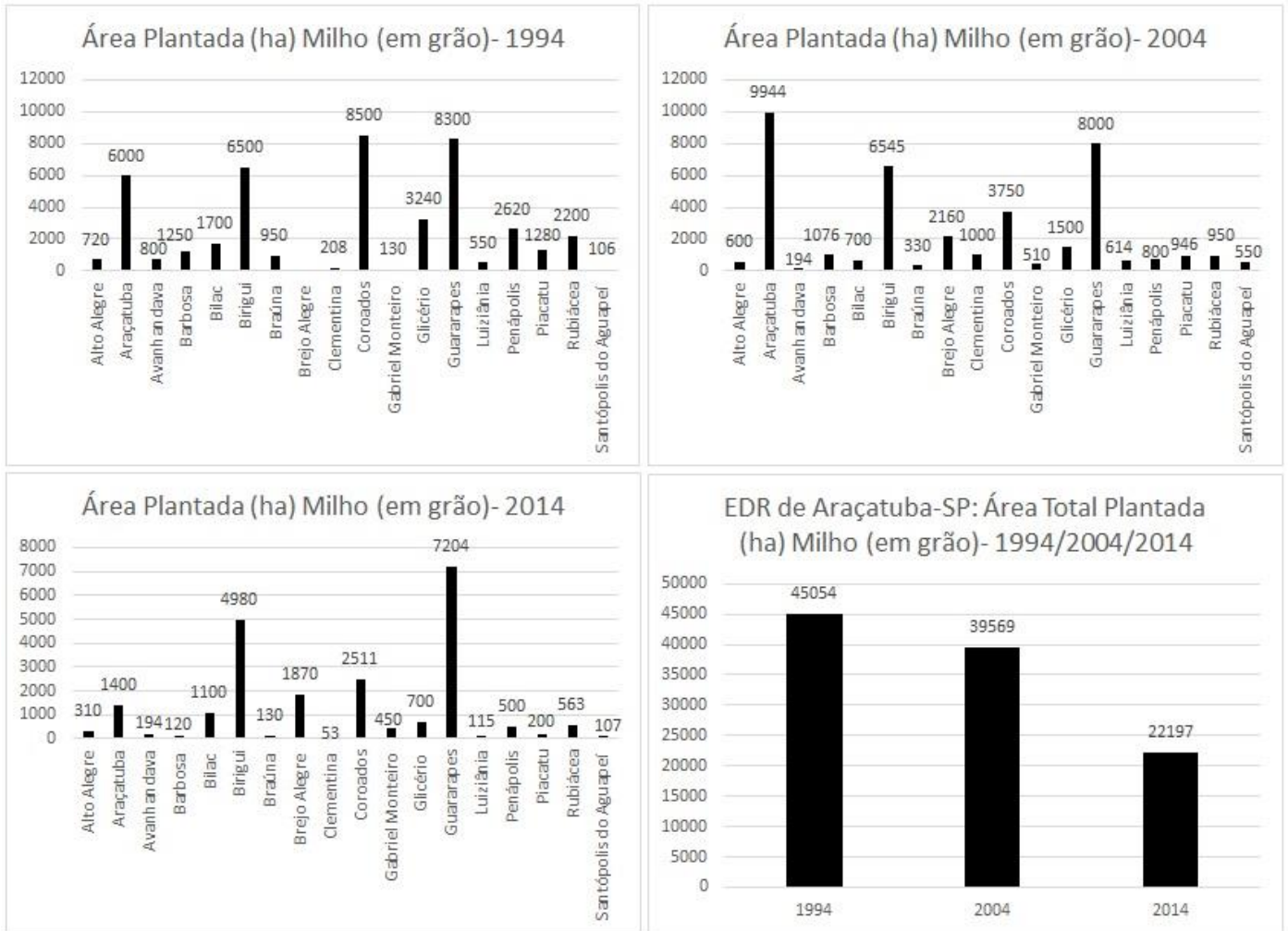
### Anexo 5- Síntese da Retração Territorial da Área Plantada (ha) de Feijão (em grão) - EDR de Araçatuba-SP



Fonte: SIDRA/IBGE- Produção Agrícola Municipal. Elaboração: Cardoso, 2017.

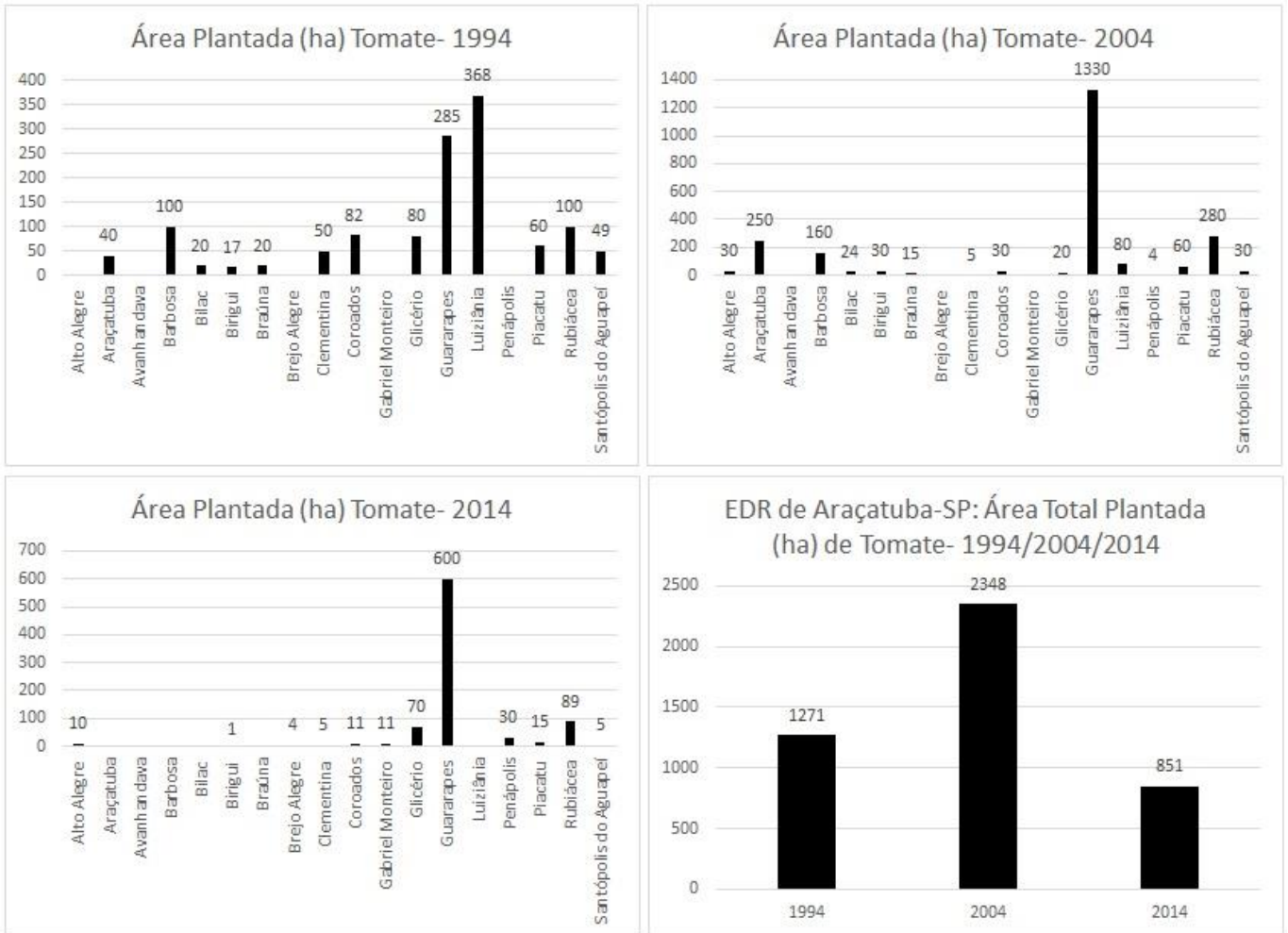


**Anexo 6- Síntese da Retração Territorial da Área Plantada (ha) de Milho (em grão) - EDR de Araçatuba-SP**



Fonte: SIDRA/IBGE- Produção Agrícola Municipal. Elaboração: Cardoso, 2017.

### Anexo 7- Síntese da Retração Territorial da Área Plantada (ha) de Tomate- EDR de Araçatuba-SP



Fonte: SIDRA/IBGE- Produção Agrícola Municipal. Elaboração: Cardoso, 2017.

---

## Anexo 8- DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES JUNTO AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG

---

Nessa seção apresentamos as atividades desenvolvidas desde o ingresso no mestrado acadêmico em Geografia da FCT/UNESP. Cabe destacarmos, que além do cumprimento de créditos em disciplinas, nos envolvemos em outras atividades acadêmicas, tais como reuniões e atividades programadas dos Grupos de Pesquisa CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho) e CETAS (Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde), colóquios junto ao orientador, participação em eventos, desenvolvimento do plano de trabalho do projeto de pesquisa etc.).

### 1- Disciplinas cursadas no ano de 2015

Para a integralização dos créditos, foram cursadas cinco disciplinas que totalizaram 26 créditos. Dessa forma, realizamos matrícula e nos fizemos presentes nas seguintes disciplinas da grade curricular do Programa de Pós-Graduação em Geografia FCT/UNESP 2015:

- Organização do Trabalho Científico I- 1º Semestre
- Cartografia Geográfica para Análise e Discurso Geográfico- 1º Semestre
- Teoria dos Territórios e da Questão Agrária- 1º Semestre
- Geografia do Trabalho- 2º Semestre
- A escala geográfica na análise espacial- 2º Semestre.

#### 1-1- Organização do Trabalho Científico I

Docente Responsável: Coordenação do PPGG.

Créditos: 06.

Conceito: A.

Frequência: 100%.

Período letivo: 1º semestre de 2015.

A disciplina de caráter obrigatório teve como principal objetivo proporcionar o primeiro contato entre os estudantes ingressantes com o Programa de Pós-Graduação em Geografia. Além disso, procurou promover a interação entre os discentes ingressantes, docentes e grupos de pesquisa na área da geografia vinculados à instituição.

Esta disciplina foi realizada em dois momentos distintos: no *primeiro momento* foi reservado aos estudantes ingressantes um período para se reunir com seus respectivos orientadores, conhecer os grupos de pesquisas vinculados e demais discentes e professores do

programa. Além disso, foi possível observar o funcionamento da faculdade e da biblioteca, fazer o reconhecimento do *campus* e dialogar com estudantes veteranos.

O *segundo momento* foi reservado para que os discentes ingressantes apresentassem os subprojetos de pesquisa para a banca avaliadora das respectivas linhas de pesquisas. A linha de pesquisa “Trabalho, Saúde Ambiental e Movimentos Socioterritoriais”, foi composta pelos docentes Raul Borges Guimarães e Antonio Thomaz Junior, que teceram críticas e sugestões nos permitindo melhorar e aperfeiçoar o projeto de pesquisa.

### **1-2 Cartografia Geográfica para Análise e Discurso Geográfico**

Docente Responsável: Eduardo Paulon Girardi.

Créditos: 04.

Conceito: A

Frequência: 100%

Período letivo: 1º semestre de 2015.

O objetivo de cursamos esta disciplina foi possibilitar a compreensão do mapa como instrumento de pesquisa e parte constituinte do discurso geográfico, dessa forma buscamos através dos mapas realizamos uma leitura crítica do objeto em estudo. Este nível de compreensão e aplicação do mapa foi possibilitado por meio da exploração das teorias e metodologias de três abordagens cartográficas complementares: a semiologia gráfica, a visualização cartográfica e a modelização gráfica. No transcorrer da disciplina foi oferecido aos estudantes curso prático do software Philcarto, que possibilitou a elaboração dos mapas que compõe este relatório de qualificação de mestrado.

### **1-3 Teoria dos Territórios e da Questão Agrária**

Docente Responsável: Bernardo Mançano Fernandes.

Créditos: 06.

Conceito: A

Frequência: 100%

Período letivo: 1º semestre de 2015.

A disciplina teve como objetivo central discutir a produção do conhecimento científico, em especial, no que diz respeito a questão do conceito de território e a questão agrária. Nesta disciplina pudemos compreender com mais clareza as contradições que permeiam a questão agrária brasileira e as disputas territoriais envolvidas nos diferentes projetos e políticas de

desenvolvimento para o campo no Brasil e no mundo. Outra relevante contribuição desta disciplina foi o debate da intencionalidade do conhecimento científico produzido e a recusa da neutralidade científica. Dessa forma, pudemos compreender melhor que a produção do conhecimento também é marcada pelas disputas territoriais no campo teórico, cabendo ao pesquisador um posicionamento crítico perante a realidade.

#### **1-4 Geografia do Trabalho**

Docente Responsável: Antonio Thomaz Junior

Créditos: 06.

Conceito: A

Frequência: 100%

Período letivo: 2º semestre de 2015.

Esta disciplina nos forneceu conhecimentos através das leituras dos autores clássicos e contemporâneos que se dedicam à temática do trabalho e, às reflexões sobre a Geografia. O principal a destacar foram as condições para exercitar a “leitura” geográfica sobre a dinâmica territorial da sociedade contemporânea, focando a categoria trabalho, privilegiando, pois, o estudo das realidades concretas, em especial, as mudanças na gestão e organização do trabalho e suas implicações para as diferentes formas de inserção dos homens no trabalho, a partir das soldagens entre a teoria e as investigações de campo. Além disso, possibilitou que as reflexões e leituras teóricas em sala de aula, pudessem ser amparadas e visualizadas em Trabalhos de Campo, com o propósito de subsidiar a tomada de consciência crítica em relação às contradições presentes no processo social. Para nossa pesquisa, esta disciplina foi vital tanto no campo teórico dos conceitos e teorias, como na vivência do mundo do trabalho, no contato direto com os trabalhadores, que estão a mercê das contradições do sistema do capital.

#### **1-5 A Escala Geográfica na Análise Espacial**

Docente Responsável: Márcio José Catelan

Créditos: 04.

Conceito: A

Frequência: 100%

Período letivo: 2º semestre de 2015.

A contribuição central desta disciplina para o presente projeto de pesquisa foi oferecer elementos de análise da questão escalar frente às transformações da produção do espaço, nos possibilitando entender os arranjos e diferenciações espaciais, como constituintes da dinâmica da

divisão territorial do trabalho no seio capitalista. A disciplina promoveu o desafio de refletir a natureza e princípios epistemológicos das escalas geográficas, instigando um debate, que de certo modo, tem sido negligenciado pela ciência geográfica.

Assim sendo, pudemos atualizar, refletir e construir novos conhecimentos que foram muitos pertinentes para a elaboração das reflexões que subsidiarão a dissertação de mestrado.

## **2 – Publicações em Anais e Participação em Eventos Científicos**

No período referente ao mestrado acadêmico também buscamos participar de eventos científicos com a apresentação de trabalhos nos anais dos eventos, frutos da pesquisa que estamos desenvolvendo. Cabe enfatizar que a participação nos eventos científicos, mesas redondas, seminários, palestras etc, é fundamental, pois contribui com nossa formação profissional e acadêmica.

### **2-1- XVI Jornada do Trabalho - Crise social e crise do/no Trabalho: vínculos e contradições entre estrutura e conjuntura no Brasil- 2015.**

A Jornada do Trabalho é um evento que tem sido promovido anualmente pelos integrantes da Rede CEGeT de Pesquisa. No ano de 2015 entre os dias 04 e 07 de outubro, ocorreu a sua décima sexta edição intitulada: “Crise social e crise do/no Trabalho: vínculos e contradições entre estrutura e conjuntura no Brasil”, que foi sediada no *campus* da UEMS na cidade de Jardim- MS.

No evento apresentamos o texto: “*Mobilidade Territorial do Trabalho no Agrohidronegócio Canavieiro: o avesso da liberdade em Gastão Vidigal (SP) - ISSN: 2358-6923*”, em que buscamos apresentar as principais contradições do processo de mobilidade territorial do trabalho no agrohidronegócio canavieiro. Destacando o caráter forçado dos deslocamentos espaciais dos trabalhadores migrantes, que deixam o estado do Piauí, em busca de trabalho nos canaviais do Oeste Paulista.

### **2.2- XVII Jornada do Trabalho - Novas Fronteiras para o Trabalho e o Trabalho em Novas Fronteiras em Expansão do Capital- 2016**

A Jornada do Trabalho é um evento que tem sido promovido anualmente pelos integrantes da Rede CEGeT de Pesquisa. No ano de 2016 entre os dias 06 e 09 de setembro, ocorreu a sua décima sétima edição intitulada: “Novas Fronteiras para o Trabalho e o Trabalho em Novas Fronteiras em Expansão do Capital”, que foi sediada no *campus* da UFT- Universidade Federal do Tocantins na cidade de Porto Nacional- TO.

No evento apresentamos o texto: *“Por uma Liberdade Espacial do Trabalho e Superação da Liberdade às Avessas: degradação programada do trabalhador migrante no agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba-SP- ISBN: 978-85-60554-13-3”*, em que buscamos apresentar as principais contradições do processo de mobilidade territorial do trabalho no agrohidronegócio canavieiro, destacando o grau de exploração e intensificação do trabalho migrante no corte de cana-de-açúcar que ao consumir sua força de trabalho em tal processo acaba por degradar a saúde deste trabalhador.

### **2-3- XI Encontro Nacional da ANPEGE: a diversidade da Geografia brasileira-escalas e dimensões da análise e da ação.**

O “XI Encontro Nacional da ANPEGE: a diversidade da Geografia brasileira-escalas e dimensões da análise e da ação”, foi realizado entre os dias 09 e 12 de outubro na FCT/UNESP/Presidente Prudente/2015, e neste evento que reuniu os estudantes de pós-graduação em Geografia do Brasil, apresentamos o artigo intitulado: *“Liberdade às Avessas no Agrohidronegócio: movimento territorial do trabalhador migrante em Gastão Vidigal- SP- ISSN:2175-8875”*. Neste artigo pudemos demarcar que a concepção de liberdade capitalista é contraditória e não pode se aplicar ao processo de mobilidade territorial do trabalho, tendo em vista que este processo é operado por dentro da lógica do capital que não assegura a construção das escolhas para os sujeitos migrantes do trabalho.

### **2-4- XXVII Congresso de Iniciação Científica da UNESP**

Neste evento realizado nos dias 22 e 23 de setembro no *campus* da FCT/UNESP/2015, participamos na qualidade de Avaliador e Mediador de trabalhos de iniciação científica expostos. Pudemos assim, aprender e compartilhar saberes e experiências com colegas de áreas afins, enriquecendo nossa trajetória e formação enquanto pesquisador.

### **3- Outras Atividades**

Ademais, participamos de outras atividades promovidas pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Grupo de Pesquisa CEGeT e Coletivo CETAS dos quais fazemos parte, as quais consideramos importantes para nossa evolução profissional e acadêmica.

No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia assistimos a defesas de Mestrado e Doutorado dos discentes e palestras e plenárias de docentes convidados. Além disso,

tivemos atuação efetiva nas atividades do CEGeT e do Coletivo CETAS, por meio de reuniões, discussões de textos e livros, colóquios, seminários, oficinas e trabalhos de campo.

### **3-1- Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS)**

A experiência no grupo de pesquisa é de fundamental importância para o amadurecimento do pesquisador. Iniciamos nossa trajetória no Centro de Estudos de Geografia do Trabalho - CEGeT, em 2008 e no coletivo CETAS a partir do ano de 2015, neste coletivo atuamos junto a equipe 7, responsável por trabalhos de campo, entrevistas e metodologias qualitativas no projeto temático: *“Mapeamento e Análise do Território do Agrohídronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema - São Paulo - Brasil: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água e a saúde ambiental”* financiado pela FAPESP. Vale lembrar que a participação e convivência com os demais membros do grupo de pesquisa e da rede CEGeT têm contribuído em nossa formação acadêmica e profissional, haja vista que esses se constituem em espaços de interação entre estudantes de graduação, pós-graduação e docentes. São nestes espaços, que se constroem as oportunidades de desenvolvimento de pesquisas de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado. No âmbito do grupo são desenvolvidas atividades a partir de encontros e reuniões nas quais são realizados debates em torno de referências comuns às pesquisas desenvolvidas pelos integrantes.

### **3-2- Colóquio**

Nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2016, assistimos ao Colóquio sobre Metodologia da Pesquisa Qualitativa, apresentado pela docente Maria Aparecida de Moraes Silva, da Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR, promovido pelo coletivo CETAS nas dependências FCT/UNESP. O objetivo do colóquio foi apresentar aos participantes do CEGeT/CETAS as diversas metodologias que podem ser utilizadas no âmbito da pesquisa qualitativa em Geografia.



### **3-3- Publicações de Artigos em Revistas Científicas**

CARDOSO, M. A. A Farsa da Liberdade Espacial do Trabalho no Agrohidronegócio Canavieiro do EDR de Araçatuba-SP. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v.17, n. 2, p. 226-250, dez, 2016.

CARDOSO, M. A. Conflitualidade e Disputa Paradigmática do Conceito de Mobilidade Territorial do Trabalho. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 20, nº 37 Edição Especial, p. 36-57, jul, 2017.